



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO  
NO OESTE DE SANTA CATARINA

Dilvan Luiz Ferrari

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
Desenvolvimento Econômico, Espaço e  
Meio Ambiente – área de concentração:  
Economia Agrícola e Agrária, sob a  
orientação do Prof. Dr. Pedro Ramos.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por Dilvan Luiz  
Ferrari em 03/07/2003 e orientada pelo  
Prof. Dr. Pedro Ramos.*

CPG, 03/07/2003

A handwritten signature in black ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be the name of the author, Dilvan Luiz Ferrari.

Campinas, 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	F412a
V	EX
TOMBO BC/	56807
PROC.	16/117104
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	12,100
DATA	19/01/2004
Nº CPD	

CM00193228-2

BIBID. 308780

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

F412a Ferrari, Dilvan Luiz.  
Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina / Dilvan Luiz Ferrari. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Pedro Ramos.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Agricultura familiar. 2. Famílias rurais. 3. Trabalho rural.  
4. Desenvolvimento regional – Santa Catarina, Oeste. I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Elas,  
que nos momentos mais difíceis,  
foram minha inspiração.

minhas filhas **Leticia** e **Marilia**  
minha esposa **Marli**

**DEDICO.**

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**SEÇÃO CIRCULANTE**

*visão 2006*

## AGRADECIMENTOS

À Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, por conceder-me licença das minhas atividades de pesquisa e extensão.

À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA pela concessão da bolsa de estudo a qual permitiu a boa realização deste estudo.

Ao Instituto de Economia da UNICAMP, em especial ao Núcleo de Economia Agrícola e ao Projeto RURBANO, pela utilização das informações reprocessadas e pelo apoio.

Ao professor Dr. José Graziano da Silva e Dr. Walter Belik, agradeço o acolhimento ao curso de Pós-Graduação e os valiosos ensinamentos adquiridos em suas disciplinas. Também aos professores Angela Kageyama, Ademar Romeiro, Bastian Reydon e Wilson Cano.

Ao professor Dr. Pedro Ramos pelo constante estímulo, firmeza e dedicação com que orientou incansavelmente o trabalho, desde a programação curricular, a elaboração do projeto, a leitura atenta ao conteúdo, os comentários, críticas e sugestões de valor inestimável que permitiram a finalização deste trabalho.

Aos colegas do CEPAF/EPAGRI, Milton Luiz Silvestro, Márcio Antonio de Mello, Vilson Marcos Testa e Clovis Dorigon, que com seus valiosos conhecimentos da realidade de Santa Catarina, permitiram aprofundar o debate das questões centrais tratadas na pesquisa. Também aos colegas da Epagri da região de Concórdia, André Poletto e Diane Franz, pelas informações prestadas. Ainda, ao chefe do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – CEPAF, Nelson Cortina e ao gerente regional da EPAGRI de Chapecó, Celso Dal Piva, pelo indispensável apoio institucional.

A todos os colegas do curso, com quem, durante 30 meses, compartilhei angústias, esperanças, aprendizado, respeito mútuo e espírito de solidariedade, indispensáveis ao crescimento pessoal e profissional.

Em especial às famílias rurais de agricultores do Oeste de Santa Catarina, que me atenderam com presteza, relatando seus sentimentos, dificuldades, lutas e perseverança, na busca incessante de uma condição de vida mais digna.

Finalmente, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram durante esta jornada e que contribuíram decisivamente para a elaboração e conclusão deste estudo.

## SUMÁRIO

<b><u>LISTA DE FIGURAS</u></b>	<b>IX</b>
<b><u>LISTA DE TABELAS</u></b>	<b>XI</b>
<b><u>RESUMO</u></b>	<b>XIII</b>
<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>1</b>
<b><u>CAPÍTULO I</u></b>	<b>7</b>
<b><u>AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: O REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO</u></b>	<b>7</b>
1. A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DA PEQUENA PRODUÇÃO À MULTIFUNCIONALIDADE	7
2. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
3. O PROCESSO SOCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE	25
3.1 As transformações históricas: da conquista do território à crise	26
3.2 A crise de um modelo histórico “vitorioso”: o fim do segundo ciclo de capitalização	37
<b><u>CAPÍTULO II</u></b>	<b>42</b>
<b><u>ATIVIDADES ECONÔMICAS E OCUPAÇÕES NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA</u></b>	<b>43</b>
2.1 AS NOVAS FUNÇÕES DO ESPAÇO RURAL E A PLURIATIVIDADE	44
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DAS OCUPAÇÕES RURAIS EM SANTA CATARINA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	51
2.2.1 A ocupação da população rural nas atividades agrícolas	56
2.2.2 A ocupação da população rural nas atividades não-agrícolas	61
2.3 RESUMO E CONCLUSÕES	68
<b><u>CAPÍTULO III</u></b>	<b>71</b>
<b><u>TRANSFORMAÇÕES RURAIS NO OESTE CATARINENSE: DINÂMICA POPULACIONAL, ESTRUTURA FUNDIÁRIA, TRABALHO FAMILIAR E POBREZA</u></b>	<b>71</b>
3.1 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL	71
3.1.1 O deslocamento populacional: a atratividade das aglomerações urbanas	74
3.1.2 Relações entre as pequenas cidades e o mundo rural: a trama espacial rural	77
3.2 OCUPAÇÕES RURAIS E PLURIATIVIDADE NO OESTE CATARINENSE	82

3.2.1	A dinâmica das Ocupações Rurais	86
3.3	A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	89
3.4	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS RECENTES	98
3.4.1	As estratégias de reprodução da agricultura familiar	98
3.4.2	Envelhecimento e masculinização no campo	101
3.4.3	A queda da ocupação e da renda na unidade familiar de produção	105
3.4.4	Subemprego agrícola e pobreza	111
3.5	RESUMO E CONCLUSÕES	114
<b><u>CAPÍTULO IV</u></b>		<b>115</b>
<b><u>POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS</u></b>		<b>115</b>
4.1	O NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO OESTE CATARINENSE	117
4.2	NOVAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGIÃO	122
4.3	BUSCANDO VIAS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO	127
4.3.1	A questão fundiária: a reestruturação que não pode esperar	127
4.3.2	Inovações organizacionais	130
4.3.3	Alternativas econômicas agrícolas e não-agrícolas	132
4.4	LIMITES E DESAFIOS DO TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR	141
4.5	RESUMO E CONCLUSÕES	147
<b><u>CAPÍTULO V</u></b>		<b>149</b>
<b><u>A PEQUENA AGROINDÚSTRIA RURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</u></b>		<b>149</b>
5.1	UM CONTEXTO DE MUDANÇAS: A SUBORDINAÇÃO ÀS TRAJETÓRIAS	151
5.2	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM PROJETO AGROINDUSTRIAL ASSOCIATIVO	154
5.3	UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE REGIONAL	160
5.4	GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DE RENDA	166
5.5	OS PRINCIPAIS DESAFIOS DESTE MODELO	169
5.6	RESUMO E CONCLUSÕES	171
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>		<b>173</b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>		<b>177</b>

## LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1. Mapa de Santa Catarina, com destaque para a região Oeste catarinense</u>	26
<u>Figura 2. Evolução da população de 10 anos e mais, segundo a situação domiciliar, no Estado de Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990</u>	51
<u>Figura 3. Evolução da população economicamente ativa rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas em Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990</u>	53
<u>Figura 4. Evolução da população ocupada na agricultura no Estado de Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990.</u>	56
<u>Figura 5. Atuação da mão-de-obra do meio rural (total de 43.881 trabalhadores) segundo sua destinação na agricultura, na indústria, no comércio e em serviços, na microrregião de Concórdia, situada no Oeste de Santa Catarina.</u>	85
<u>Figura 6. Evolução da estrutura fundiária do Oeste catarinense, no período entre 1975 e 1995-96. N° de estabelecimentos por estrato de área.</u>	92
<u>Figura 7. Evolução da estrutura fundiária do Oeste catarinense, no período entre 1975 e 1995-96. Área ocupada pelos estabelecimentos em diferentes estratos de área.</u>	94
<u>Figura 8. Proporção entre pessoas do sexo masculino e feminino, por grupos de idade, no Oeste catarinense na década dos anos 1990</u>	102
<u>Figura 9. Preços médios dos principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares do Oeste catarinense, 1985/2002</u>	106
<u>Figura 10. População rural ocupada, 15 horas ou mais na semana de referência, em atividades agrícolas, de acordo com a posição na ocupação. Santa Catarina, décadas de 1980 e 1990</u>	108
<u>Figura 11. Tipologia dos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina, conforme o nível de renda. Anos de referência, 1998/99</u>	110
<u>Figura 12. Percentual de pessoas ocupadas por estrato de área, PO em cada estabelecimento agropecuário e hectares de terra trabalhada por pessoa ocupada no Oeste catarinense, segundo diferentes grupos de área total.</u>	112
<u>Figura 13. Estabelecimentos familiares do Oeste de Santa Catarina com pessoas que moram na propriedade e trabalham fora do local de moradia, segundo diferentes estratos de renda familiar (%)</u>	144

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal (1000 pessoas). Santa Catarina, 1981 a 1999. \_\_\_\_\_ 52
- Tabela 2. População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação, o ramo e setores de atividades. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999. \_\_ 59
- Tabela 3. População rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1981/1999. \_\_\_\_\_ 62
- Tabela 4. População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999. \_\_\_\_\_ 63
- Tabela 5. Principais setores de atividade da população rural não-agrícola ocupada 15 horas e mais na semana de referência. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999. \_\_\_\_\_ 65
- Tabela 6. Evolução das principais ocupações agregadas não-agrícolas das pessoas com residência rural. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999. \_\_\_\_\_ 67
- Tabela 7. Evolução da população do estado de Santa Catarina, segundo a situação de domicílio. \_\_\_\_\_ 72
- Tabela 8. Oeste Catarinense: evolução da população da região, segundo a situação de domicílio. \_\_\_\_\_ 73
- Tabela 9. População da região Oeste Catarinense e demais regiões do Estado de Santa Catarina nos anos 1990, segundo a situação de domicílio. \_\_\_\_\_ 75
- Tabela 10. Evolução da população da região Oeste Catarinense desagregada por microrregiões e segundo a situação de domicílio. \_\_\_\_\_ 76
- Tabela 11. Oeste Catarinense: distribuição da população residente segundo a dimensão populacional dos municípios da região. \_\_\_\_\_ 77
- Tabela 12. Oeste Catarinense: distribuição dos municípios e da população residente segundo o universo urbano e rural dominante na região. \_\_\_\_\_ 80
- Tabela 13. População rural ocupada segundo o ramo de atividade e área censitária. Santa Catarina, 1992/99 (em porcentagem). \_\_\_\_\_ 83
- Tabela 14. Oeste Catarinense: número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada segundo diferentes estratos de área. \_\_\_\_\_ 89
- Tabela 15. Composição, valor da produção agropecuária e participação relativa do Oeste Catarinense no VBP agropecuário do Estado de Santa Catarina. \_\_\_\_\_ 96
- Tabela 16. Pequenas agroindústrias rurais do Oeste catarinense: nº de unidades considerando a forma de organização e as seis matérias primas mais transformadas. \_\_\_\_\_ 161

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a situação e evolução sócio-econômica da população rural que vive na região Oeste do Estado de Santa Catarina, a crise atual de um modelo de produção histórico e a busca de novas alternativas e oportunidades que assegure a reprodução social e econômica das unidades familiares de produção presentes nesta região. Assim, procura-se, a partir do entendimento do processo de formação e construção histórica da agricultura familiar e dos complexos agroindustriais do Oeste de Santa Catarina, caracterizar, diagnosticar e compreender as transformações sociais, econômicas e estruturais de uma região com forte vínculo ao setor agropecuário e de marcante ruralidade.

Tendo como fonte de dados os Censos Demográficos, os Censos Agropecuários, Censos Municipais e Pesquisa de Campo, buscou-se analisar a trajetória das famílias rurais catarinenses, especialmente do Oeste do Estado, no que se refere aos aspectos dos movimentos demográficos, bem como mudanças na estrutura fundiária, na dinâmica das ocupações e seus efeitos sobre a renda das famílias rurais, no envelhecimento, masculinização e êxodo dos jovens do Oeste catarinense. Estes são indicativos da crise da agricultura familiar da região e apontam a necessidade de estudos que indiquem alternativas para a revitalização social e econômica dos espaços rurais catarinenses.

As mudanças na estrutura ocupacional indicam, para Santa Catarina, o decréscimo de pessoas ocupadas em atividades estritamente agrícolas e o crescimento de ocupações em atividades não-agrícolas, principalmente aquelas relacionadas com a indústria de transformação, da construção civil e a prestação de serviços. Um olhar mais atento, contudo, revela que o Estado catarinense apresenta uma grande diversidade social e econômica entre as diferentes regiões e, em especial, na região Oeste catarinense, as oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas no meio rural ainda apresentam-se bastante limitadas.

As políticas públicas para o desenvolvimento rural, portanto, devem levar em conta as especificidades regionais e estar atenta para valorização das potencialidades locais. Devem priorizar ações para inclusão de milhares de famílias ao mercado das principais *commodities* produzidas na região, incentivar a agregação de valor através de produtos diferenciados e da transformação em unidades industriais familiares localizadas no meio rural, propor novas formas de acesso à terra e políticas de reordenamento fundiário, visando oportunizar aos jovens construir seu futuro e de sua família sem necessitar abandonar o meio rural e a própria região em busca de novas oportunidades de trabalho e de renda nas cidades. A efetiva mobilização da sociedade em favor de padrões alternativos de organização e regulação econômica será determinante para a definição da trajetória de desenvolvimento que a região Oeste de Santa Catarina deverá seguir.

Assim, a revitalização social e dinamização do espaço rural do Oeste catarinense passam, ao mesmo tempo, por mudanças estruturais na questão da posse e distribuição da terra; pela incorporação do grande número de jovens que demonstram o desejo de continuar no meio rural e na agricultura e que possuem um conjunto de conhecimentos e capacidades que devem ser valorizados; pela criação de novas oportunidades agrícolas e não-agrícolas – visto a agricultura *per se* não ser capaz de atender a demanda de trabalho e de renda da população rural; pelo reconhecimento e valorização das capacidades e potencialidades locais pela própria sociedade que aí trabalha e vive; e por uma nova visão de desenvolvimento rural, que permita construir as bases para a “cidadania” no campo, através de investimentos em educação, saúde, infra-estrutura social e comunitária, e melhores condições de moradia.

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vem passando por grandes transformações. No meio rural e na agricultura, estas se apresentam na crise do modelo produtivista, nos problemas ambientais, no crescente desemprego e na queda da renda do agricultor familiar. Esta situação remete à ordem do dia o debate sobre questões diversas, como as relacionadas a uma nova visão de desenvolvimento rural e territorial, à economia do meio ambiente, à qualidade dos alimentos e ainda as que são abordadas especificamente neste estudo, que se referem às mudanças sociais, econômicas, institucionais e no mercado de trabalho no meio rural. Novas abordagens se fazem necessárias para acompanhar as novas funções e a organização social emergente nesta nova configuração do espaço denominado rural.

As mudanças ocorridas no espaço rural nas últimas décadas implicaram em perda de relevância analítica para o corte rural/urbano, agrícola/não-agrícola e, por outro lado, ganha expressão o território ou localidade como enfoque para a formulação de políticas. Assim, passa-se a priorizar a dinâmica dos processos e fluxos econômicos em detrimento da abordagem anterior, que considerava divisões estanques entre as atividades urbanas e as rurais. A adoção dos princípios da economia local e regional considera as várias formas de integração e troca que se desenvolvem entre os segmentos espaciais e os setores de atividades.

Entre as forças motoras que fortalecem o local como espaço das estratégias e ações de desenvolvimento, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, estão a globalização, a descentralização da administração pública e a organização dos atores sociais. A globalização requer e estimula respostas nas esferas local e regional, com demandas por produtos que se constituem em oportunidades para pequenos e médios produtores. Por sua vez, a organização e o envolvimento dos atores sociais beneficiários do processo garantem a democratização das ações de desenvolvimento, sendo a participação comunitária fundamental para garantir a viabilidade e a legitimidade de iniciativas dessa natureza.

No Brasil, e particularmente em Santa Catarina, a chamada *agricultura familiar* é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e de pessoas ocupadas no meio rural e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas. Apesar disso,

apenas recentemente essa categoria passou a ser incluída de forma definitiva nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural, reconhecendo-se assim a importância econômica e social desses agricultores no processo de desenvolvimento.

A região Oeste de Santa Catarina caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente na agricultura familiar, tendo constituído o maior pólo agroindustrial de aves e suínos do País em apenas cinco décadas de colonização. Com sua economia centrada na agropecuária, dispõe de poucas alternativas economicamente produtivas não ligadas a matérias-primas originadas do setor primário. O modelo da agricultura familiar diversificada, voltada ao mercado e associada à agroindústria serviu de base histórica para o crescimento econômico da região. Este modelo, aparentemente "vitorioso", foi articulado pelo Estado, pelo setor agroindustrial e pelo segmento dos agricultores familiares. A partir do início dos anos 1980, a agricultura familiar da região passou por uma ruptura no campo econômico e no campo social que desencadeou um processo de profunda crise. O modelo agroindustrial regional que historicamente serviu de base para o desenvolvimento da região, começa a revelar os distintos interesses dos diversos atores sociais em relação ao desenvolvimento regional e à agricultura familiar, implicando na necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento que incorpore preocupações com a sustentabilidade e a equidade social.

Para fazer frente a esta crise e na busca de caminhos alternativos para o desenvolvimento desta região, três aspectos parecem fundamentais. Primeiro, a necessidade de reorganização e o reordenamento da estrutura fundiária, buscando aglutinar as pequenas áreas em um tamanho mínimo para a viabilização da unidade de produção familiar. Segundo, construir novas formas de organização, para ultrapassar as limitações da pequena escala e se inserir dinamicamente aos principais mercados. Terceiro, buscar a reconversão produtiva para outras opções agropecuárias, além daquelas tradicionalmente produzidas, a agregação de valor e a ampliação das oportunidades em atividades não-agrícolas no meio rural.

Considerando que as agroindústrias e cooperativas sinalizam com uma produção nas propriedades agrícolas maiores e melhor estruturadas, o futuro de uma parcela dos agricultores do Oeste dependerá da sua capacidade de estabelecer inovações produtivas e organizacionais. Daí a importância em apoiar a formação de uma rede de pequenas agroindústrias no meio rural buscando mercado através de formas associativas, permitindo que os agricultores se apropriem

de uma parcela maior da renda gerada na cadeia produtiva, melhorando as suas condições de vida e viabilizando a sua permanência e de seus familiares no meio rural. A organização dos agricultores familiares constitui-se em uma importante estratégia para gerar postos de trabalho no meio rural e minimizar o êxodo rural e regional.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a situação e evolução sócio-econômica da população rural da região Oeste de Santa Catarina, destacando o período recente, a crise atual, bem como a busca de estratégias e de novas alternativas e oportunidades de trabalho que assegurem a reprodução social e econômica das unidades de produção familiares presentes no espaço rural desta região. Como objetivos específicos: identificar as principais determinantes da crise regional e do processo de diferenciação social; os principais fatores que determinam a viabilidade de implementação de um novo modelo agroindustrial - associativo e descentralizado - de indústrias rurais de pequeno porte como alternativa para importante parcela de produtores rurais do Oeste Catarinense; e os principais desafios para a competitividade deste novo modelo organizacional de agregação de valor. Enfim, trata-se de buscar saber quais as possibilidades, perspectivas e desafios para a recuperação e dinamização das atividades, que permitam a sustentação e expansão da pequena produção e a viabilização dos agricultores familiares, especialmente dos mais pobres, configurando um processo de desenvolvimento rural/territorial.

Trata-se de pesquisa com uma abordagem estrutural e monográfica e com um nível identificativo-descritivo de interpretação. Ademais, combina dados de natureza objetiva para aspectos de caracterização sócio-econômica do objeto de estudo e dados de natureza qualitativa, notadamente na análise da dinâmica agroindustrial emergente no local da pesquisa.

O objeto de estudo desta pesquisa é os agricultores familiares da região Oeste do estado de Santa Catarina, que buscam a melhoria de sua renda adotando diferentes estratégias, que vai desde a migração para outras atividades econômicas até a agroindustrialização de seus produtos através de pequenas indústrias rurais organizadas associativamente. O projeto piloto - denominado PRONAF Agroindustrial - do Ministério da Agricultura iniciado na região em 1998 serviu de recorte para delimitar o estudo sobre as pequenas unidades agroindustriais. Assim, a pesquisa de campo foi realizada em uma amostra com 18 unidades agroindustriais associativas que estão no pleno exercício de suas atividades e que estão distribuídas nos

diversos municípios da região. O número de entrevistas, resguardado a representatividade, foi determinado pela própria dinâmica da pesquisa, quando as informações tornaram-se demasiado repetitivas e não apresentavam novos aspectos relevantes.

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, dividiu-se a pesquisa em duas etapas: na etapa inicial, fez-se uma revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais através da leitura de artigos, livros, teses e outros documentos com o objetivo de construir os pressupostos teóricos orientadores das hipóteses levantadas; a segunda etapa constou de pesquisa empírica e utilizou-se a técnica de observação indireta através de pesquisa documental. As fontes dos dados objetivos foram o Censo Agropecuário e Demográfico do IBGE, dados da PNAD, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina, INSTITUTO CEPA/SC, EPAGRI, CEPAGRO, APACO, Fundação Educacional do Oeste de Santa Catarina, Associações de Municípios do Oeste Catarinense, Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, Secretarias Municipais de Agricultura, Prefeituras Municipais, e Conselhos Municipais de Desenvolvimento da região.

Através dos dados secundários obtidos junto a estas fontes de informação, pode-se fazer uma análise da situação social e econômica dos agricultores familiares que vivem na região objeto de estudo. Analisaram-se principalmente aspectos relacionados à questão fundiária, ao êxodo rural e regional, o processo social de transformação dos agricultores familiares, a crise do modelo agroindustrial histórico regional, a queda de renda da unidade familiar de produção, o processo de envelhecimento e masculinização do campo, a importância da agregação de valor para manutenção e reprodução das unidades familiares e as transformações nas ocupações rurais na última década.

Para a elaboração deste trabalho, dados de natureza subjetiva e de procedência primária foram obtidos utilizando-se a técnica de observação indireta, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas pelo autor, nos preceitos de uma comunicação “não violenta”, as quais partiram de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessavam a pesquisa, visando oferecer um amplo campo de interrogativas oriundas das respostas dos informantes. Estas entrevistas, estavam relacionadas a duas questões fundamentais que permeiam toda a discussão. A primeira, diz respeito à superação da crise regional, enfocando os limites, possibilidades e caminhos para uma retomada do desenvolvimento e, para tanto,

buscou-se a opinião e visão dos principais atores sociais – especialmente instituições e organizações de âmbito regional voltadas às questões ligadas ao desenvolvimento agropecuário e rural, bem como representantes do poder público local. A segunda, buscou a visão dos produtores rurais e representantes das associações microrregionais envolvidos diretamente no processo de construção deste modelo alternativo de pequenas agroindústrias rurais gerenciadas de forma associativa, enfocando especialmente aspectos qualitativos relacionados à história do grupo, a inovações organizacionais, a estratégias competitivas, à inserção no mercado, ao ambiente institucional e aos limites, possibilidades e desafios para consolidar estas pequenas indústrias no espaço rural.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos: no capítulo I discute-se o processo de constituição da agricultura familiar no Oeste catarinense, a construção histórica dos grandes grupos agroindustriais estabelecidos e a emergência da crise regional. No capítulo II, tendo como recorte a questão do trabalho e da ocupação no meio rural, discute-se as principais transformações ocorridas, nas décadas de 1980 e 1990, na estrutura ocupacional das pessoas economicamente ativas que vivem no meio rural catarinense, mostrando o decréscimo de postos de trabalho em atividades eminentemente agrícolas. Em seguida, o capítulo III trata das mudanças mais recentes ocorridas na região Oeste do Estado, enfocando a questão da dinâmica demográfica, a estrutura fundiária, o envelhecimento e masculinização do campo, o desemprego e o êxodo rural e regional. No capítulo IV, a partir da crise analisada nos capítulos anteriores, discute-se os limites, potencialidades e alternativas para os agricultores familiares da região na busca de novas oportunidades de trabalho e renda no próprio meio rural, sem precisar se lançar em direção às cidades para construir seu futuro profissional. São abordados os novos espaços que se configuram e são identificadas algumas oportunidades que se apresentam para a população rural, e a perspectiva de um novo ambiente institucional como fator relevante para alcançar um desenvolvimento pleno e duradouro. Assim, o último capítulo analisa o espaço para a viabilização de um modelo alternativo tendo por base pequenas agroindústrias rurais gerenciadas pelos próprios agricultores, com o objetivo de agregar maior valor aos principais produtos produzidos na região.



## CAPÍTULO I

### **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: O REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO**

*“Por maior que seja a importância dos agricultores familiares em sua construção, uma rede territorial de desenvolvimento é tanto mais forte, quanto mais ela consegue ampliar o círculo social de seus participantes e protagonistas”.*

*Ricardo Abramovay, 1999.*

#### **1. A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DA PEQUENA PRODUÇÃO À MULTIFUNCIONALIDADE**

A discussão sobre a agricultura familiar no Brasil, embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos nos países desenvolvidos, vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica, especialmente entre os estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Esta noção somente ganha força na década de 1990, legitimada pelos movimentos sociais que reivindicavam um conjunto de medidas em defesa dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais, mostrando-se capaz de oferecer guarida a um conjunto heterogêneo de identidades sociais e políticas constituídas nos últimos 20 anos.

Até este período, em diferentes momentos da história brasileira, a forma familiar de organização do trabalho e da produção, tanto na esfera acadêmica, quanto sindical e política, era referenciada como minifundiários, pequena produção, trabalhadores rurais ou campesinato, sob influência da análise marxista clássica. Na tradição dos estudos rurais realizados no escopo das Ciências Sociais, desde meados dos anos cinquenta os estudiosos concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos clássicos do debate marxista sobre a “questão agrária”. Os primeiros trabalhos sobre camponeses e pequenos produtores com inspiração na teoria da economia

camponesa de CHAYANOV aparecem em fins da década dos anos 1970. O debate em torno dos complexos agroindustriais nos termos de um processo de integração e subordinação da agricultura à indústria, nos anos 1980, acabou por reforçar a matriz teórica marxista clássica, dominante nos estudos sobre o mundo rural e agrário brasileiro<sup>1</sup>.

Os trabalhos de VEIGA (1991), LAMARCHE (1993) e sobretudo de ABRAMOVAY (1992), tiveram o mérito de ter revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, contribuindo ainda para dar novos rumos analíticos nos estudos do agrário brasileiro. Sem desconsiderar a diversidade das relações presentes na agricultura familiar, autores nacionais e internacionais têm procurado definir ou traçar suas características essenciais. GASSON & ERRINGTON (1993:20) destacam seis: (i) gestão pelos proprietários; (ii) trabalho fundamentalmente familiar; (iii) responsáveis pela exploração ligados por laços de parentesco; (iv) capital pertencente à família; (v) transferência do patrimônio entre gerações no seio da família e (vi) os membros da família vivem na unidade de produção. Estas características evidentemente não se encontram presentes em todas as situações, conformando o que é conhecido na sociologia weberiana por “tipo ideal”.

O trabalho da FAO/INCRA (1996:4) procurou definir a agricultura familiar a partir de três características centrais: (i) a gestão da unidade produtiva, os investimentos nela realizados, é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (ii) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; (iii) a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão.

A agricultura familiar, portanto, é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco. Esta não é uma definição unânime e por vezes tampouco operacional visto que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias que servem a certas finalidades práticas<sup>2</sup>. Contudo, a gestão, a propriedade e o trabalho familiar são atributos sempre presentes na conceituação

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes acerca do debate marxista brasileiro sobre a questão agrária consultar KAGEYAMA (1993). Sobre as relações entre o sindicalismo rural e a agricultura familiar e sua trajetória no contexto político nacional, consultar MEDEIROS (1997).

<sup>2</sup> Neste sentido ver NEVES (1995) e CARNEIRO (2000), que advertem acerca das artimanhas de tipologias e classificações, no sentido da ordenação/homogeneização da heterogeneidade, do reducionismo dos modelos, bem como das especificidades da unidade familiar e da unidade de produção.

desta categoria social (ABRAMOVAY,1998). Ademais, sofre um processo de diferenciação interna, próprio a qualquer sociedade mercantil e assim, apresenta-se, heterogênea e com imensa diversidade. Assim definida, e seguindo a abordagem de WANDERLEY (1996), a agricultura familiar apresenta-se como uma categoria genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Tendo que se adaptar a um contexto socioeconômico próprio das sociedades modernas, obriga-se a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais<sup>3</sup>.

Na visão de ABRAMOVAY (1998), muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar fundamenta-se em valores cuja natureza pode ser formulada com razoável grau de universalidade. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Mais do que incorporar atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida. Os valores que a agricultura familiar incorpora não são os particularistas da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades, mas antes os da “cidadania”. Faz parte de seus valores, a primazia do desenvolvimento e do poder locais, com a participação direta dos cidadãos nos negócios públicos. O fortalecimento da agricultura familiar torna-se assim um meio de construir a “cidadania” no campo.

A agricultura familiar torna-se o eixo da articulação das múltiplas iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades de geração de renda. Por mais importantes que sejam as atividades não-agrícolas no meio rural, a base da geração de renda no campo depende basicamente da produção agrícola, e são as unidades familiares que possuem condições de imprimir estabilidade à ocupação e, portanto, abrir caminho para a

---

<sup>3</sup> Não é pretensão deste trabalho retomar o debate sobre as formas de reprodução e transformação do campesinato, da pequena produção ou da agricultura familiar nos sistemas em que se inserem. Os estudos clássicos são por demais conhecidos. Podemos citar como os mais importantes: LENIN (1899/1982), KAUTSKY (1899/1980), TEPICHT (1973) e CHAYANOV (1925/1974). Numa perspectiva de análise centrada mais na noção de sociedades camponesas, não podemos deixar de citar: REDFIELD (1960), WOLF (1966/1984) e MENDRAS (1978).

organização social e a incorporação dos valores e da prática da cidadania à vida no campo (ABRAMOVAY,1998:143,144). A importância e o significado da agricultura familiar depende da associação de sua presença na sociedade com valores socialmente positivos como tradição, desenvolvimento, eficiência econômica e proteção à natureza, conferindo legitimidade social a este segmento de agricultores. A sociedade os apóia ao reconhecer a sua contribuição econômica, social, política ou cultural para o desenvolvimento (WANDERLEY, 1995).

GASSON & ERRINGTON (1993) mostram que foi com base na agricultura familiar que se construiu a potência agrícola dos países capitalistas centrais. O aumento da dimensão econômica e territorial das unidades produtivas em nada modificou a particularidade da estrutura agrária dos países capitalistas avançados: estas se apóiam fundamentalmente no trabalho da família. Inúmeros outros trabalhos também retratam a importância desta categoria social para o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas avançados (VEIGA, 1991 e 1993; ABRAMOVAY, 1992; ROMEIRO, 1994; LAMARCHE, 1993 e 1998; entre outros), nos quais a imensa prosperidade na produção de alimentos e fibras deve-se à maior flexibilidade da empresa agrícola de caráter familiar (FAO/INCRA, 1994).

Na França, apenas 14% dos trabalhadores na agricultura eram assalariados em 1990 (BOURGEOIS, 1993, *apud* ABRAMOVAY, 1997). Os dados com relação aos outros países europeus e aos Estados Unidos não são muito diferentes. Mesmo na Grã-Bretanha<sup>4</sup> - o país "clássico" da grande propriedade -, em 1986, somente 28% das unidades produtivas empregavam algum trabalho assalariado. Atualmente, há um trabalhador assalariado em tempo integral para cada 2,5 trabalhadores familiares (GASSON & ERRINGTON, 1993).

O trabalho pioneiro e de referência obrigatório, realizado por NIKOLITCH (1969)<sup>5</sup>, mostra que nos Estados Unidos os estabelecimentos familiares representavam 95% do total e respondiam por 64% das vendas. Já os trabalhadores assalariados, que no final da década de 60, representavam um quarto dos trabalhadores rurais, têm esta proporção elevada para um terço conforme mostram as estatísticas agrícolas do USDA de 1988. Contudo, a porcentagem

---

Para uma reflexão teórica inspirada na tradição marxista sobre as razões que permitem a persistência da agricultura familiar sob o capitalismo, consultar a excelente revisão de SCHNEIDER (1999b).

<sup>4</sup> A separação entre proprietários fundiários, empresários agrícolas e trabalhadores expropriados, expressão histórica do caso inglês que delinea o modelo tripartite do período "clássico" da agricultura britânica.

<sup>5</sup> Infelizmente o trabalho pioneiro deste autor acerca da estrutura social das unidades produtivas norte-americanas não teve sequência.

de assalariados trabalhando 150 dias ou mais durante o ano era de apenas 32% em 1987 (OLIVEIRA & COX, 1989). Por outro lado, continua sendo muito grande a quantidade de estabelecimentos cujo valor da produção é alto mas não emprega assalariado e, naqueles estabelecimentos maiores que usam mão-de-obra contratada, o número médio de assalariados por estabelecimento é suficientemente baixo para sugerir que em muitos casos há uma combinação entre o trabalho familiar e o contratado (ABRAMOVAY, 1992:152). O Censo Agropecuário de 1992 mostrou que a tradicional agricultura familiar ainda é responsável por 54% da produção comercializada e que as vendas das sociedades de tipo familiar já atingem 21% (HOPPE<sup>6</sup>, 1996 *apud* VEIGA, 2000).

Uma pesquisa realizada por MACKINNON *et al.* (1991) em 24 áreas da Europa ocidental mostra que somente em 7% das explorações agrícolas a família entra com 25% ou menos do total do trabalho utilizado. Em 59% das unidades, o trabalho familiar corresponde a 75% ou mais de todo o esforço produtivo. Examinando o grupo dos estabelecimentos maiores que compõem o conjunto dos 30% que contribuem com a maior parte do valor da produção, verifica-se que em 46% deles a família contribui com mais de  $\frac{3}{4}$  do trabalho total. Tomando-se o caso da Itália, dados referentes a 1995 mostram que 92,9% dos estabelecimentos agrícolas são familiares e que 86,2% de todo o trabalho agrícola é realizado pelos próprios agricultores e membros da família (ITALIAN AGRICULTURE IN FIGURES, 1997 *apud* VEIGA, 2000).

A opção dos países desenvolvidos por uma agricultura baseada no trabalho familiar encontra fundamentos econômicos, sociais e políticos que se ligam a circunstâncias históricas específicas de cada país. A experiência destes mostra que na agricultura o aumento da escala produtiva e da concentração econômica não conduz necessariamente a uma ampliação do assalariamento, sendo que este parece ser expressivo, em situações onde a incidência de trabalho clandestino, como na Costa Oeste dos EUA e região mediterrânea Européia, é grande.

No Brasil e em toda América Latina predomina uma estrutura bimodal de desenvolvimento agrícola, típica de países com forte concentração de renda e pobreza. Conforme demonstra WANDERLEY (1995, 1996), no Brasil a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido e recebeu o estímulo

---

<sup>6</sup> Cf. artigo "A close-up of changes in farm organization" na revista *Agricultural Outlook*, do ECONOMIC RESEARCH SERVICE/USDA, nº 227, março 1996, p. 2-4.

social através das políticas agrícolas, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um “*lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira*” e foi “*historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção*” [grifos da autora]. A história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Neste sentido, a reprodução da agricultura familiar no Brasil é um espaço ainda em construção, cuja viabilidade depende com frequência da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares.

Contudo, mesmo em países de tradição latifundiária, desenvolve-se um segmento familiar dinâmico, cuja expressão econômica é muito significativa e, em muitos casos, majoritária, capaz de integrar-se ao sistema de crédito, que adota inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos. Para ABRAMOVAY (1997:75) este dinamismo depende de três fatores: a base material com que produzem (extensão e fertilidade das terras); a formação dos agricultores; e o ambiente socioeconômico em que atuam com a presença das instituições características de uma economia moderna, permitindo o pleno exercício da cidadania.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganha força na década de 1990. A contribuição pioneira para um conhecimento mais aprofundado do peso social e econômico da agricultura familiar no Brasil aparece no trabalho de KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90). O trabalho da FAO/INCRA (1994)<sup>7</sup> bem mais do que uma primeira tentativa de estimar o tamanho do segmento de agricultura familiar no Brasil, teve o mérito de indicar as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção e valorização da agricultura familiar – colocando-a no centro das políticas públicas para a agricultura - e, ao comparar estabelecimentos patronais (entre 500 e 10.000 hectares) e familiares (entre 20 e 100 hectares), indicou que o segmento familiar usa o solo de forma mais intensiva; tem o maior peso na produção de pequenos animais; que mesmo

---

<sup>7</sup> Este documento - em que pese a circularidade do conhecimento na sociedade e a capacidade dele intervir nos processos sociais - foi de suma importância no resgate do debate acerca da importância social e econômica desta categoria social, dando início ao processo de reconhecimento e valorização da agricultura familiar no Brasil e servindo como referência para a criação do PRONAF em 1996.

usando área menor supera o patronal em quinze importantes produtos agropecuários; e também apresenta rendimentos físicos superiores em mais de metade de suas atividades<sup>8</sup>.

Esta estratificação social tendo como parâmetro a área do estabelecimento agrícola peca em três aspectos<sup>9</sup>: (i) inúmeros trabalhos de autores nacionais e internacionais mostram que agricultura familiar não é expressão de pequena produção ou pequena área; (ii) unidades patronais (ou empregadores) com predominância de mão-de-obra assalariada podem ser expressivas na categoria com área inferior a 100 hectares ou vice-versa, como mostram os trabalhos do IEA/SP – dados de 1991 indicam que 25,56% das unidades de produção patronais do Estado de São Paulo apresentam área inferior a 100 hectares (ABRAMOVAY *et al.*, 1996) – e do projeto Rurbano da UNICAMP; (iii) unidades entre 100 e 500 hectares de importante contribuição econômica ficam de fora da análise.

O documento enfatizou, ainda, a importância da produção familiar na modernização de certas cadeias agroindustriais devido essencialmente à sua flexibilidade estrutural, tanto em relação ao processo produtivo como às fontes de renda. Ressaltou, contudo, que por falta de capacidade de autofinanciamento, pela exigüidade e fraqueza de suas terras, pela falta de capacitação de seus recursos humanos, ou pelo forte viés urbano das políticas públicas, uma importante fatia da agricultura familiar tende à degradação, seja pela migração para as cidades, seja via pulverização minifundiária que gera estabelecimentos marginais (FAO, 1994:3-5).

Trabalho mais recente (FAO/INCRA, 2000)<sup>10</sup> procura retratar a real situação da agricultura familiar no Brasil, utilizando dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-96. No intuito de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, a delimitação do universo familiar foi estabelecida atendendo a duas condições simultâneas: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e o trabalho

---

<sup>8</sup> Nesta mesma direção, o trabalho de ABRAMOVAY *et al.* (1996) acerca da estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo, conclui que a maior parte dos agricultores que trabalham em regime de economia familiar apresenta um desempenho que os aproxima da média da dinâmica econômica do Estado, em termos de produtividade do trabalho e de capacidade de intensificar o uso do solo.

<sup>9</sup> O documento faz um comparativo entre os modelos patronal e familiar, destacando as características essenciais de cada categoria, enfatizando aspectos de gestão, trabalho familiar vs. assalariado e diversificação. Ao tentar avaliar e comparar o desempenho econômico de cada um dos modelos, toma como representativo da agricultura familiar estabelecimentos entre 20 e 100 hectares.

<sup>10</sup> Este trabalho é uma evolução e um aprofundamento de metodologia anteriormente elaborada que, utilizando dados do Censo Agropecuário do IBGE relativos ao ano de 1985, traçou o perfil da agricultura familiar no Brasil. Ver FAO/INCRA (1996).

familiar deve ser superior ao trabalho contratado. Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem 4.859.864 estabelecimentos rurais no Brasil, sendo que 4.139.369 são estabelecimentos familiares<sup>11</sup>. Os agricultores familiares representam, portanto, **85,2%** do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional. A contribuição para a formação do VBP total do produto é expressiva tanto no que diz respeito a produtos destinados ao mercado interno bem como aqueles que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira, senão vejamos: 23,6% da pecuária de corte; 52,1% da pecuária de leite; 58% dos suínos; 39,9% das aves e ovos produzidos; 27% da laranja; 33,2% do algodão; 67,2 % do feijão; 97,2% do fumo; 48,6% do milho; e 31,6% da soja (FAO/INCRA, 2000:31-33).

Contudo, contrapondo-se veementemente à visão de GERMER (1996), é sob a ótica da geração de emprego, que a agricultura familiar demonstra todo seu potencial. Das 17,3 milhões de pessoas ocupadas (PO) na agricultura brasileira, 13 milhões setecentos e oitenta mil (13,78 milhões) – o que representa 76,85% do PO - estão no âmbito da agricultura familiar, responsável maior pela geração de postos de trabalho no meio rural brasileiro, justamente pela ocupação dos membros da família nas diversas tarefas relacionadas ao funcionamento do empreendimento agrícola. Dentre os agricultores familiares, apenas 4,3% contratam empregados permanentes, optando pela utilização de trabalhadores temporários nos períodos de pico de trabalho onde a mão-de-obra familiar não é insuficiente para atender a demanda exigida pelo processo de produção.

---

<sup>11</sup> Este número de estabelecimentos familiares parece estar superestimado, por dois motivos. Primeiro, a metodologia adotada calcula o número de unidades de trabalho familiar (UTF) somando o número de pessoas ocupadas da família com idade igual ou maior de 14 anos com o número de pessoas com menos de 14 anos dividido por dois (FAO/INCRA, 2000:13). Esta divisão por dois do número de pessoas com menos de 14 anos é insuficiente para expressar a efetiva contribuição destes jovens/crianças ao trabalho, em virtude de sua real menor capacidade para o trabalho e de sua ocupação em outras atividades, como escola, cultura, lazer, etc. Segundo, ao comparar o trabalho familiar com o contratado, usa o mesmo critério de 260 dias úteis de trabalho no ano para chegar ao valor de 1 unidade de trabalho (UT). Esta comparação direta não é possível, pois devemos diferenciar ocupação “não-produtiva” e “trabalho social”. Em que pesem as considerações acima, dos 4.139.369 estabelecimentos considerados familiares, os dados mostram que 3.183.221 estabelecimentos utilizam **exclusivamente mão-de-obra familiar**, o que por si só representaria **68%** do total de estabelecimentos rurais do País, ratificando em definitivo a imensa importância social e econômica das unidades familiares de produção. Por último, vale lembrar que, utilizando dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 1985 e adotando critérios que sem dúvida superestimaram o segmento patronal, os estabelecimentos familiares representavam 74,8% do total de estabelecimentos rurais do País (FAO/INCRA, 1996). Para concluir, algo entre 75% e 78% parece expressar melhor o universo familiar rural brasileiro.

Sem dúvida, mais relevante que comparar a “eficiência técnico-econômica” entre o segmento familiar e patronal<sup>12</sup>, é verificar os efeitos multiplicadores de cada um sobre o desenvolvimento: sob o domínio do trabalho assalariado, sabemos, prevalecem condições sociais precárias. Analisando as causas do crescimento econômico, um estudo do Banco Mundial sobre 192 países concluiu que não menos de 64% do crescimento pode ser atribuído ao capital humano e ao capital social (KLIKBERG, 1998:24). A presença da agricultura familiar condiciona as pressões sociais para oferta de serviços básicos como transporte, saúde, educação, comunicações, energia e permite, portanto, reduzir as diferenças entre a vida social na cidade e no campo, tornando possível que o meio rural passe a funcionar como manancial de oportunidades na luta contra a desigualdade e a exclusão social (ABRAMOVAY, 1997).

A geógrafa ANNE BUTTIMER enfatiza a forte correlação existente entre agricultura familiar e o que ela chamou de “*vitalidade social*” (ou, para outros, “capital social”). Ao comparar típicas localidades agrícolas norte-americanas, concluiu que onde predomina a agricultura patronal há poucas escolas, igrejas, clubes, associações, jornais, empresas não-agrícolas e bancos. As condições de moradia são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinqüência juvenil é alta, ao contrário do que ocorre onde predomina a agricultura familiar<sup>13</sup>. Exemplos, como este, podem ser encontrados no mundo todo, é só ver, dentre outras, o dinamismo de regiões como o Norte da Itália e o Sul do Brasil.

Para ABRAMOVAY (1997:77), sob uma perspectiva de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares podem ser a base da formação de uma sociedade civil no meio rural. Assim, nas regiões de presença marcante da agricultura familiar – como no Sul do País – o espaço rural torna-se palco da vida política e associativa e organizações locais emergem dinamizando a vida municipal e estabelecendo novas relações entre o rural e urbano.

A progressiva politização da questão da agricultura familiar nos anos recentes levou a uma valorização de temas antes considerados de menor importância, tais como alternativas de comercialização, experimentação de formas de produção associadas, estímulo à constituição

---

<sup>12</sup> As análises normalmente pecam pelo reducionismo do conceito à sua dimensão alocativa. Importante é ter em mente que a tão propalada (e duvidosa) eficiência alocativa do segmento patronal não compensa sua comprovada ineficiência distributiva, bem como se torna incomparável em termos sociais, culturais e ambientais.

de agroindústrias, implicações das escolhas tecnológicas e questão ambiental. O debate destas questões propiciou a construção de um espaço para emergência de novos atores e valorização das questões locais, bem como colocar na agenda novos temas como a gestão dos recursos e a negociação com o poder local, a educação e formação profissional, o destino dos jovens no campo e a conformação do mercado de trabalho. Tudo isto num quadro de retorno à apologia da diversidade e de valorização do espaço rural, que se encontra com o debate sobre a questão ambiental, a qualidade dos alimentos, a necessidade de geração de empregos e de ocupação do território. Trata-se do que se convencionou chamar de multifuncionalidade da agricultura.

Nesse contexto, não mais se pode confundir o espaço rural com as atividades produtivas ali desempenhadas. A agricultura como atividade produtiva não deixou de ser parte integrante do mundo rural mas em algumas regiões vem diminuindo sua importância na geração de postos de trabalho. A dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades ali praticadas, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões que se estabelece entre a sociedade e o espaço, entre o homem e a Natureza. Esta não é de fato uma realidade exclusiva dos países desenvolvidos.

A demanda social por produtos agrícolas de qualidade, por uma agricultura menos poluente e pela valorização dos diferentes territórios tem demonstrado ser capaz de influenciar os rumos do desenvolvimento rural nos últimos anos (CAZELLA & ROUX, 1999). Prova disso foram as mudanças na política agrícola Europeia no último decênio, com as reformas da PAC em 1992 e a “agenda 2000”. A iniciativa *Leader* e os *Contratos Territoriais da Exploração* são exemplos das novas orientações para uma agricultura sustentável. A agricultura dual começa a ser questionada. Ao invés de um modelo único, o que se reproduz é a diversidade.

Esse debate já está presente no Brasil. O fortalecimento da agricultura familiar, a democratização do acesso à terra e a diversificação das economias rurais/locais fazem parte das propostas que estão sendo debatidas pelo governo e pela sociedade, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, que já se encontra em sua 3ª versão (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2002).

---

<sup>13</sup> Cf. ANNE BUTTIMER, “Landscape and life: appropriate scales for sustainable development”, Final Report on the Project (Dublin: University College Dublin), 1995, citado por VEIGA (2000:20).

Evidentemente que a opção pela agricultura familiar como base de uma proposta de desenvolvimento rural no Brasil não deve se basear apenas na constatação de que essa foi a forma que predominou em todas as agriculturas de países desenvolvidos, mas sim perceber seus efeitos fortemente favoráveis na distribuição de renda, no fortalecimento do tecido social do espaço rural, na redução da pobreza e da exclusão social. Enfim, a busca de um desenvolvimento “socialmente articulado” não pode prescindir de um conjunto de políticas públicas que permitam liberar todo o potencial da agricultura familiar.

## 2. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Chegar a uma definição consensual, inequívoca, do capital social é uma tarefa infrutífera<sup>14</sup>. Podemos, analiticamente, apresentar pelo menos três grupos de noções básicas.

### *Putnam e as associações horizontais.*

De acordo com essa acepção, que diz respeito à “*características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*” (PUTNAM, 1996:177), o capital social é definido pela sua função. Ele está presente sempre que houver uma característica da organização social que, intencionalmente ou não, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados produtivos. Por exemplo, a confiança mútua permite que uma sociedade possa usufruir os ganhos de produtividade, oriundos da divisão do trabalho, sem que os custos de transação tornem as trocas inviáveis. Da mesma maneira, uma regra de conduta que coíba o “oportunismo” (WILLIAMSON, 1985), torna a sociedade mais eficiente visto que menos recursos precisam ser destinados para o cumprimento dos contratos. Ainda no mesmo sentido, como será visto mais adiante, o capital social pode viabilizar a oferta de bens públicos que, de outra forma, não seriam produzidos/ofertados.

Mesmo que a definição de capital social de ROBERT D. PUTNAM seja bastante ampla, operacionalmente ele utiliza uma versão bem mais restrita que inclui apenas as associações e as normas de cooperação entre os agentes. Para o autor, as associações engendram hábitos

---

<sup>14</sup> Aqueles que buscaram unificar o conceito, ou conseguiram apenas delinear seus múltiplos sentidos, ou então o ampliaram de tal forma que seu conteúdo desvaneceu. Para um debate acerca das múltiplas acepções de capital social, ver REQUIER-DESJARDINS (2000) e SERALGEDIN & GROOTAERT (2000).

cívicos e um espírito de cooperação e de solidariedade na sociedade que contribuem para o seu desenvolvimento (PUTNAM, 1996). Os valores cívicos favoreceriam o associativismo e esse, por sua vez, criaria um *feedback* positivo em favor da propagação de tais valores. Mesmo associações com pouca relação direta com a atividade econômica, como instituições esportivas ou culturais, comporiam o capital social, pois reforçariam as relações de cooperação entre os membros da sociedade.

Ele está preocupado em medir o capital social por meio de indicadores e correlacioná-los com os índices de desenvolvimento econômico e institucional. Essa abordagem termina por enredá-lo numa tese questionável do ponto de vista sociológico, que defende a existência de um determinismo da história sobre a capacidade atual de organização de um povo. Segundo suas conclusões, só conseguem acumular capital social aqueles povos que já têm uma longa tradição de solidariedade, cooperação e associativismo. Suas correlações estatísticas entre um conjunto selecionado de variáveis indicam que as regiões da Itália que tinham tradição de atitudes positivas face à vida coletiva mais democrática e liberal foram justamente aquelas que se desenvolveram nos últimos 20 anos, ao contrário das que não tinham essa tradição, que continuam amargando o atraso.

Ainda segundo PUTNAM (1996:183), haveria quatro formas através das quais os sistemas de participação cívica contribuiriam para a acumulação de capital social, a saber: (i) as associações aumentam os custos do oportunismo porque aumentam o número de interações entre os jogadores e assim tornam a colaboração a melhor estratégia (Axelrod, 1984); (ii) normas de reciprocidade são reforçadas porque surgem cadeias de relacionamentos, nas quais a reputação de manter promessas e cumprir as regras do jogo social é fundamental; (iii) as associações permitem a difusão de boas (e más) reputações rapidamente, desincentivando, mais uma vez, os custos da transgressão e; (iv) as associações incorporam soluções anteriormente obtidas, formando uma estrutura para novas colaborações.

Vale ressaltar que o tipo de instituição que Putnam tem em mente é associações de caráter horizontais, não-hierárquicas e sem fortes barreiras à entrada. Assim, as associações favoráveis para o desempenho econômico seriam aquelas que congregam "*agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder*" (PUTNAM, 1996:182). Para que contribua para o capital social de uma sociedade, uma associação deve ser aberta aos potenciais participantes e também reforçar valores democráticos.

Uma das bases do caráter produtivo do capital social advém da redução dos custos de transação derivadas da disseminação da confiança e da restrição ao comportamento oportunista. Além disso, Putnam, seguidor de uma tradição que remonta a TOCQUEVILLE, vê na organização da sociedade civil uma forma de garantir a qualidade das políticas públicas. PUTNAM & HELLIWELL (1995) também asseveraram que as associações, além de permitirem a coordenação dos interesses em comum e a provisão de bens coletivos, tornam a intervenção pública mais eficaz e portanto incentivam o crescimento econômico. Em suma, nessa visão, um número maior de associações indicaria um maior estoque de capital social.

O meio acadêmico italiano critica PUTNAM pelo viés positivista de suas análises quantitativas e pela seleção das variáveis estudadas que deixam de fora da análise categorias centrais - processos sociais como poder, conflitos, etnia, gênero, relações público-privado -, privilegiando as variáveis com relações significativas do ponto de vista estatístico. Associada a essa crítica, pode-se objetar a visão de Putnam em relação ao desenvolvimento econômico regional como um processo harmônico, não-disruptivo. Ora, ao menos desde SCHUMPETER sabe-se que a dinâmica do desenvolvimento é intrinsecamente conflitiva, e que distribui os ganhos não proporcionalmente ou não igualmente.

### ***Granovetter, Coleman e as redes sociais***

A Nova Sociologia Econômica foi uma das responsáveis pela disseminação do conceito do capital social para outras áreas de pesquisa<sup>15</sup>. Em 1985, MARK GRANOVETTER publica o "manifesto" desse movimento: "*Economic Action and the Social Structure: the problem of embeddedness*" onde ele critica as duas visões sobre o comportamento econômico: a subsocializada, neoclássica, que percebe apenas indivíduos atomizados, eliminando todas as relações sociais; e a sobre-socializada, típica de boa parte do pensamento sociológico, que trata os agentes como marionetes que seguem estritamente o roteiro esperado para a sua classe social. GRANOVETTER propõe superar essa dicotomia através da adoção de uma abordagem dita "*embedded*" (ou, enraizamento), que perceba as ações econômicas dos agentes como inseridas numa rede de relações sociais. Ou seja, os indivíduos escolhem, não no vácuo, mas sim dentro de uma determinada malha de conexões com outros agentes.

---

<sup>15</sup> Uma síntese da Nova Sociologia Econômica pode ser vista em SMELSER & SWEDBERG (1994).

Ainda sem utilizar a expressão "capital social", GRANOVETTER percebe o potencial que essas redes sociais têm para resolver o "dilema do prisioneiro" e promover a confiança. Os nexos específicos entre os agentes dessas redes permitem que relacionamentos cooperativos sejam semeados e que as boas, ou más, reputações fluam. Ele ressalta que no "*embeddedness approach*" a questão da confiança - e mesmo da organização da atividade econômica - devem ser analisadas através da análise concreta das redes sociais (GRANOVETTER, 1985: 490-493).<sup>16</sup>

JAMES COLEMAN é uma das principais referências nessa formulação conceitual. Em suas obras (1988, 1990) ele segue de perto GRANOVETTER, ao considerar o princípio da escolha racional uma boa hipótese de trabalho, contanto que não se perca de vista o papel da estrutura social. Considera que o capital social está sujeito a uma lógica de acumulação e reprodução, determinada por escolhas racionais dos atores sociais no estabelecimento de estruturas de relações, instrumentalmente associadas à eficácia da ação coletiva. Estruturas estas que podem ser criadas a partir da confiança mútua entre os indivíduos e que se traduzem na estabilidade das instituições, normas e obrigações recíprocas, garantindo a eficiência do esforço coletivo e a eficácia dos investimentos individuais. Deixa de lado, na sua abordagem, todos os aspectos subjetivos das relações sociais que fogem à racionalidade, desprezando todas as contribuições da sociologia moderna que reservam um espaço privilegiado para o simbólico e para o imaginário. Devido à influência da sua definição, vale a pena reproduzi-la:

"Social capital ... is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: they all consist of some aspect of a social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would no be attainable in its absence. Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between persons and among persons. It is lodged neither in the individual nor in physical implements of production." (COLEMAN, 1990:302)

Com mais rigor, COLEMAN (1990) identifica três formas de capital social: (i) as obrigações e expectativas que dependem da credibilidade que os agentes tem uns nos outros;

---

<sup>16</sup> Na verdade, essa postura de GRANOVETTER já estava presente em trabalho anterior (1973). Nesse trabalho, ele analisou a importância dos "laços fracos", ou seja, relações poucos intensas entre os agentes, mas que se estendem muito além dos restritos círculos familiares e de amizade restritos - "laços fortes". Em seu trabalho empírico, ele demonstrou que mais da metade dos trabalhadores obtêm seus empregos através de indicações feitas por agentes que estavam localizados em pontos distantes da sua rede de relações sociais.

(ii) a capacidade de transmissão de informações pela estrutura social de modo a propiciar uma base para a ação; (iii) a presença de normas de conduta e de suas respectivas formas de sanções.

A definição de COLEMAN é bem mais ampla que a de PUTNAM e inclui todas as maneiras através das quais as relações sociais podem contribuir para a produção, desde a reciprocidade e a confiança entre os agentes, laços horizontais e, até mesmo, organizações verticais que intencionalmente ou não, resolvam os problemas de ação coletiva.

Nessas análises pode-se constatar que elas só valorizam o lado positivo do conceito, sem considerar as contradições e os conflitos postos pelas situações reais - como será visto no capítulo V deste trabalho, para o caso das pequenas agroindústrias rurais do Oeste de Santa Catarina. Na situação de exclusão social, por exemplo, é preciso considerar que os comportamentos são historicamente determinados pela busca de alternativas de curto prazo para subsistência, freqüentemente utilizando estratégias individualistas e clientelistas, operando nos limites da lei, dos costumes e da dignidade humana. Mas isso não significa que essas populações estejam impossibilitadas de se organizarem coletivamente para empreender a luta pela vida e pela dignidade, quando surgem oportunidades efetivas.

Não é possível aceitar, pois, a tese de um capital social determinado apenas por tradições centenárias, como pretende PUTNAM, ou apenas pela escolha racional, como defende COLEMAN. Um conceito mais amplo e coerente com a complexidade da organização social, é definido por BOURDIEU (1998:67):

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade”.

Nessa definição, BOURDIEU reforça dois enfoques fundamentais. O primeiro, é a relação de **identidade grupal**, como base da formação e da posse durável das relações sociais

que formam a essência do capital social. O segundo, é o duplo caráter **material e simbólico**, dessas relações, compreendendo a complexidade e a irredutibilidade do capital social a registros meramente objetivos e racionais.

Além disso, BOURDIEU associa a essa conceituação três outras condições da existência do capital social, que parecem fundamentais ao caráter dialético dessa complexidade: a primeira, estabelece os limites e a diferenciação do grupo com relação a outros grupos e à sociedade, como a base essencial à caracterização do capital social, como dispositivo de poder e de interesses contraditórios; a segunda, introduz na dinâmica do capital social o conceito de apropriação, como o processo de *“concentrar nas mãos de um agente singular a totalidade do capital social que funda a existência do grupo”* (op. cit., p. 69), estabelecendo a contradição dialética no interior do grupo; e a terceira, reconhece a possibilidade e a necessidade de um trabalho de instauração e manutenção das relações duráveis, como base de um processo dialético de transformação social pela constituição de capital social, a partir de um esforço sistemático e estratégico de investimento social para o desenvolvimento das relações grupais.

Em que pese as diferentes abordagens entre os autores, é inegável a contribuição desta noção para a economia e, em especial, para o desenvolvimento econômico. Afinal, como bem disse KENNETH ARROW (1974), *“Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança”*. Mesmo aquelas de autores ligados à ortodoxia, possibilitaram a legitimação do conceito de capital social ao fornecer os fundamentos microeconômicos que permitiram a incorporação das relações sociais e da confiança nos modelos e, também, pelo fato dessas contribuições terem vindo de estudiosos com amplo reconhecimento no meio acadêmico<sup>17</sup>. Ainda, conforme MONASTERIO (2001), argumenta-se que o capital social pode ser visto como um fator produtivo e que já foi associado com incrementos da produtividade total dos fatores, acumulação de capital físico e humano, inovação tecnológica e qualidade das políticas governamentais.

O capital social por si só não é condição suficiente para construir uma sociedade sustentável. Essa perspectiva leva a uma supervalorização da cooperação e da colaboração

---

<sup>17</sup> Ao menos quatro ganhadores do prêmio Nobel (ARROW, AXELROD, BECKER & NORTH), adotam posições favoráveis ao capital social ou tiveram papel-chave para o seu desenvolvimento. Aqui, a principal crítica se refere

social, em detrimento do acesso à tecnologia, a recursos financeiros, à informação e do capital humano, igualmente indispensáveis. Outrossim, os organismos internacionais têm voltado sua atenção para as estratégias de acumulação de capital social nos países subdesenvolvidos<sup>18</sup>. Várias estratégias de indução têm sido seguidas, mas ainda parece cedo para que se tenha um consenso sobre as melhores maneiras de incrementar as características produtivas da organização social.

### ***Capital social e Estado***

A relação entre qualidade das políticas públicas e das instituições governamentais com o crescimento econômico está bem assentada em fundamentos teóricos e empíricos. Mas, quais são os determinantes da qualidade dessas instituições? PUTNAM atribui uma relação unívoca entre os valores cívicos de uma sociedade e a qualidade de seu governo. Mesmo reconhecendo que existem causalidades circulares que geram dependências da trajetória (*path-dependencies*), ele afirma que foram as regiões intensas em capital social que apresentaram melhores indicadores de desempenho governamental. O mecanismo subjacente que garante tal relação entre participação cívica e um bom governo é o seguinte:

"Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar os seus objetivos comuns.(...) Pelo lado da oferta, o desempenho do governo representativo é favorecido pela infra-estrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos tanto das autoridades quanto dos cidadãos." (PUTNAM, 1996, p. 191-192)

Em termos simplificados, o autor estabelece uma conexão causal que vai do capital social para o bom governo e daí para o crescimento econômico. Ou seja, sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte.

---

ao tratamento economicista dado ao conceito de capital social, como uma categoria objetiva e mensurável, tal como as categorias econômicas.

<sup>18</sup> Sobre esse tema, BANDEIRA (1999, p. 22) assevera que para a acumulação de capital social os mecanismos mais efetivos seriam "aqueles que possibilitam uma interação permanente entre os diferentes segmentos da sociedade civil e entre eles e as várias instâncias da administração pública, facilitando os processos de capacitação e de aprendizado coletivo e constituindo-se em instrumentos potentes para a formação de consensos e para a articulação de atores sociais".

PETER EVANS (1996a), por sua vez, apresenta uma visão bem mais otimista das relações entre o capital social e as ações públicas. Atento para os problemas de desenvolvimento no Terceiro Mundo, EVANS se fixa em algumas experiências bem sucedidas de intervenção pública para ilustrar as possibilidades sinérgicas entre o Estado e a sociedade. De acordo com o autor, existem duas formas gerais mutuamente não-excludentes através das quais a organização da sociedade pode contribuir para a ação do governo e vice-versa: a complementariedade e o "*embeddedness*".

No primeiro caso, trata-se do Estado fornecer bens que não podem ser oferecidos pelos agentes de forma eficiente. Estariam incluídos nessa categoria desde bens tangíveis até o ambiente institucional que garanta a liberdade de associação e o cumprimento da lei. O "*embeddedness*" das relações entre a sociedade e o Estado refere-se aos laços que ligam os cidadãos e os agentes da intervenção pública. Trata-se aqui da situação na qual os servidores públicos, responsáveis por determinado projeto, são tão ligados à sociedade local que se preocupam com o juízo desta acerca de seus desempenhos na função, bem como nos casos em que a participação de tais funcionários contribui para um maior envolvimento da sociedade. Nas suas palavras, "*la eficacia de la autonomia enraizada depende de la índole de la estructura social circundante así como del carácter interno del Estado*" (EVANS, 1996:557).

O otimismo de EVANS provém do fato de que diversas experiências bem sucedidas no Terceiro Mundo ocorreram em localidades onde a dotação de capital social era baixa. Nesses lugares, antes da introdução dos projetos de desenvolvimento, nada havia de semelhante com as comunidades cívicas do Norte da Itália, celebradas por PUTNAM. Um fenômeno também surpreendente consiste em que muitas vezes as iniciativas partiram de governos que têm seu apoio político nas tradicionais elites locais. A evidência sugere que, mesmo nessas situações, grupos reformistas dentro da oligarquia estatal podem implementar projetos de pequena escala que promovem a acumulação de capital social.

Em suma, para PUTNAM o estoque de capital social acumulado no longuíssimo prazo condiciona a qualidade do setor público. Já EVANS aponta os caminhos pelos quais a intervenção governamental contribui para ampliação do capital social através de relações sinérgicas, mesmo em sociedades anteriormente pouco participativas.

### 3. O PROCESSO SOCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE

A agricultura familiar tem se constituído na base social da economia agrícola do Estado e, particularmente, do Oeste catarinense. Na região Sul do Brasil, Santa Catarina é o Estado que apresenta o maior número de agricultores familiares, visto que 94,3% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a esta categoria social. Estes estabelecimentos familiares ocupam 60% da área e produzem 71,3% do VBP estadual (FAO/INCRA, 2000).

Na região Oeste catarinense, pode-se afirmar que existem cerca de 85 mil estabelecimentos familiares. Na verdade, não se deve esquecer que a unidade de análise relevante é a família e esta sem dúvida deve estar presente em mais de 100 mil unidades de produção da região<sup>19</sup>. Infelizmente os Institutos Oficiais de Pesquisa não consideram esta dimensão quando da realização dos Censos Demográficos e Agropecuários, o que dificulta as análises tomando como universo de pesquisa a unidade familiar, o que facilitaria a compreensão dos processos decisórios, das relações sociais e da dinâmica de organização familiar sem necessariamente determinar *ex ante* os projetos familiares ou os resultados das pressões do ambiente externo. Conforme NEVES (1995), a distinção entre a unidade familiar e a unidade de produção permitiria que viesse à tona a coexistência de múltiplos projetos diferenciados e arranjos entre os membros da família.

Neste trabalho o espaço de análise e discussão é a região Oeste do Estado de Santa Catarina, cujos limites são definidos pela noção de espaço que considera a contínua interação territorial com a dinâmica social, dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social e pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais e políticas. Com base nessa noção de espaço, a região Oeste catarinense compreende as microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba (Figura 1).

---

<sup>19</sup> Veja que o Censo Agropecuário de 1995-96 aponta a existência de 203,3 mil estabelecimentos agropecuários no Estado, enquanto que os dados da PNAD do mesmo ano mostram a presença de 338 mil famílias rurais em Santa Catarina, como será mostrado no capítulo II deste trabalho. Por outro lado, os dados do Censo Demográfico 2000 indicam a existência de 106 mil domicílios rurais ocupados no Oeste catarinense naquele ano, o que confirma nossa estimativa quanto ao nº de famílias rurais presentes na região.

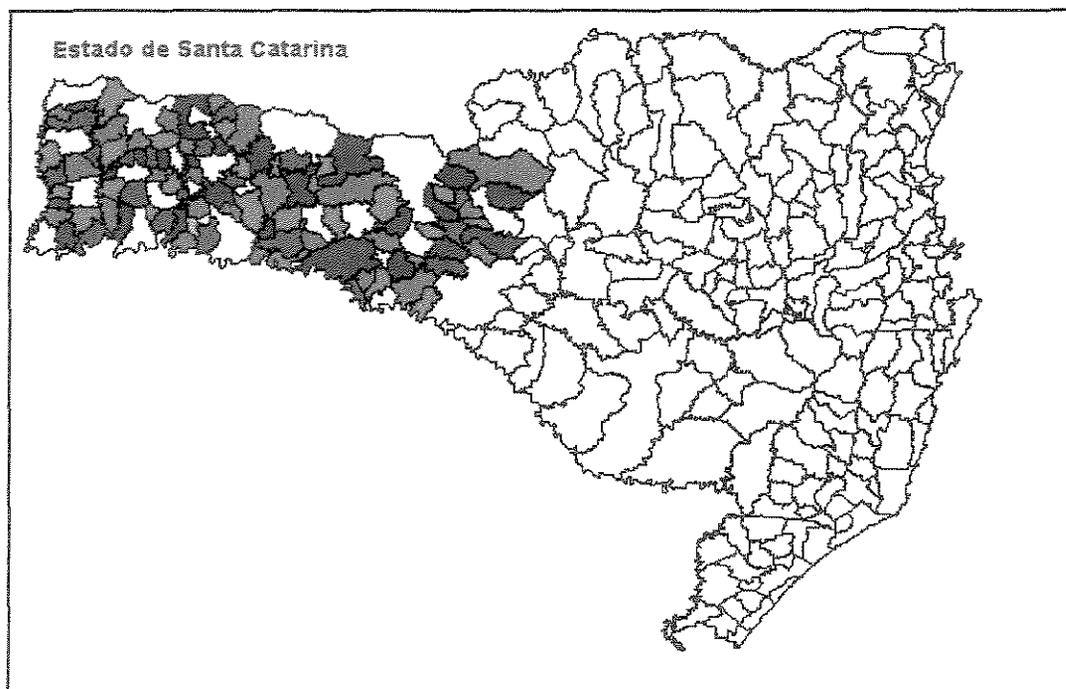


Figura 1. Mapa de Santa Catarina, com destaque para a região Oeste catarinense

Para uma melhor compreensão das transformações sociais e econômicas ainda em curso e que dizem respeito à população rural que vive nesta região, é mister que se faça inicialmente um breve resgate histórico do processo de colonização e constituição da agricultura familiar no Oeste catarinense, pois a compreensão de um determinado momento depende do desvelamento de fenômenos prévios que, embora não determinem o resultado histórico, o condicionam de forma significativa. Para tanto, nos valeremos dos trabalhos de CUNHA (1982), CAMPOS (1987), ROSSETO (1989), SILVESTRO (1995) e MELLO (1998)<sup>20</sup>.

### 3.1 As transformações históricas: da conquista do território à crise

A região Oeste catarinense foi colonizada basicamente por agricultores gaúchos, oriundos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>. A década de vinte marcou definitivamente o início do processo de ocupação desta região, que atendeu um tríplice

<sup>20</sup> Ver especialmente os capítulos 2 e 3 da obra de CAMPOS (1987); a primeira parte da obra de SILVESTRO (1995); e o capítulo 1 do trabalho de MELLO (1998). A obra de CUNHA (1982) retrata a evolução econômica e industrial do Estado catarinense como um todo.

<sup>21</sup> A “colônia velha”, como é conhecida no Rio Grande do Sul, são as áreas colonizadas por imigrantes alemães e italianos ainda no século XIX e está situada na Encosta Inferior do Nordeste, região que compõem as microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.

interesse: o das companhias colonizadoras sediadas nas zonas coloniais gaúchas, ávidas por ganhos financeiros com a venda das terras; do governo do Estado de Santa Catarina, que via neste processo a oportunidade de consolidação de sua soberania na região do “Contestado” e a ocupação de áreas demograficamente vazias; e dos colonos, como oportunidade ímpar para garantir o acesso à terra, recurso escasso nas “colônias velhas” do Estado vizinho, fundamental para reprodução social da unidade familiar e do modo de vida colonial.

O fluxo migratório para o Oeste catarinense se intensificou a partir de 1940. Nas três décadas seguintes o crescimento populacional da região é vigoroso, com altas taxas anuais de crescimento tanto da população urbana como rural. A década de 1970 revelou o fechamento da fronteira agrícola, cujo processo de expansão já dava sinais de esgotamento a partir de meados dos anos 60. Os limites impostos pelo relevo fortemente acidentado e pela quantidade disponível de terra determinaram fortes dificuldades para a expansão horizontal das pequenas propriedades rurais, iniciando-se o processo de “minifundização” através da fragmentação fundiária. Este processo também encontrou seus limites em fins da década de 1980, determinando o que VIANNA DE SOUZA (1992) chamou de “bloqueio fundiário”: o fechamento da fronteira agrícola associada à impossibilidade de subdividir a propriedade, sob pena de comprometer a produção agrícola suficiente para garantir a sobrevivência do núcleo familiar<sup>22</sup>.

Da ótica do colono migrante, a ocupação do Oeste catarinense deve ser entendida como uma estratégia de reprodução de seu modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade. A forma de produzir compreendia a organização do trabalho familiar com o intuito de garantir a subsistência e reprodução da família, consubstanciada no sistema agrícola colonial<sup>23</sup>. A sociabilidade, baseada no modo pelo qual se estrutura as relações sociais do agricultor e de sua família com o meio exterior, através do parentesco, da solidariedade vicinal, festas religiosas e atividades comunitárias, conferia uma certa autarcia às comunidades dispersas no espaço rural.

---

<sup>22</sup> Os dados do Censo Agropecuário do IBGE mostram a evolução do número de estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 hectares na região Oeste de Santa Catarina: ano de 1975: 26.936 estabelecimentos; ano de 1980: 32.613; ano de 1985: 40.100 e no ano de 1995: 29.629 estabelecimentos (fonte: IBGE – Censo Agropecuário, vários anos).

<sup>23</sup> O sistema agrícola colonial compreendia basicamente três fases: o desmatamento, o arroteamento e a rotação de terras. A natureza das técnicas agrícolas utilizadas destruía em pouco tempo a fertilidade do solo, levando à

Aqui se reproduzia, portanto, o modelo fundiário assentado na pequena propriedade - os lotes adquiridos em sua maioria tinham 24,2 hectares de área -, o sistema agrícola colonial e o sistema de herança por partilha. Este processo necessariamente reproduziria mais tarde as condições sociais e econômicas vividas anteriormente ou pelas gerações anteriores, traduzidas pela dificuldade de reprodução e conduzindo a novas migrações, especialmente dos agricultores mais jovens, agora em direção ao Centro-Oeste e Norte do país, bem como para as cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda.

### *A diferenciação social<sup>24</sup>: reflexo do processo de desenvolvimento*

No início do processo de colonização, a fertilidade natural dos solos do Oeste catarinense e a exploração da madeira existente nas propriedades ao mesmo tempo em que facilitaram o estabelecimento dos colonos migrantes também permitiram a reprodução das propriedades de pequeno tamanho por um longo período de tempo. Face à fragilidade das relações externas com relações mercantis pouco desenvolvidas, as atividades produtivas visavam suprir basicamente as necessidades familiares<sup>25</sup>, estabelecendo-se um equilíbrio entre estas e a força de trabalho disponível, caracterizando um sistema e um modo de vida tipicamente camponês (CHAYANOV, 1974).

De acordo com SILVESTRO (1995), a exploração e a comercialização da madeira se revestiu de importância fundamental para os agricultores - na medida em que lhes proporciona **um primeiro ciclo de capitalização** - e para uma maior integração econômica da região. Ademais, foi esta atividade que deu início ao processo de industrialização local<sup>26</sup>, estabelecendo relações de trabalho capitalistas e as primeiras ocupações dos agricultores em

necessidade incessante de incorporação de novas terras e expansão da fronteira agrícola. Para maiores detalhes, ver ROCHE (1969).

<sup>24</sup> Usaremos este termo indistintamente em se tratando de trajetórias ascendentes, descendentes ou de manutenção/reprodução. GRAZIANO DA SILVA (1995:763) chama de diferenciação as trajetórias ascendentes dentro da mesma classe social ou não e de decomposição social a sua perda da pertença de classe.

<sup>25</sup> Além do pomar e da horta, era cultivado milho, feijão, arroz, trigo, mandioca e demais produtos destinados ao consumo familiar e alimentação dos animais: bovinos para o trabalho na lavoura e produção de leite; galinhas e suínos criados soltos em mangueiras localizadas próximo às benfeitorias.

<sup>26</sup> O trabalho nas serrarias, localizadas geralmente às margens do rio Uruguai, apresentava-se como oportunidade para aqueles que desejavam comprar um pedaço de terra e não possuíam recursos financeiros.

atividades não-agrícolas, e viabilizando a permanência na região dos capitais acumulados que posteriormente seriam destinados para outras atividades produtivas<sup>27</sup>.

A estratégia de reprodução social destes agricultores migrantes estava alicerçada essencialmente nas atividades agrícolas. Contudo, as habilidades destes colonos, descendentes de alemães e italianos, se manifestavam na produção artesanal de alimentos para o consumo familiar, roupas, utensílios e equipamentos rústicos para o trabalho. Outros ainda tinham conhecimentos de carpintaria, ferraria, sapataria, marcenaria. Ainda assim, há um elemento fundamental que distingue esta sociedade daquela constituída pelos primeiros imigrantes europeus que chegaram ao Sul do Brasil ainda no século XIX. Nas regiões colonizadas por estes - o Vale do Itajaí em Santa Catarina e a “colônia velha” no Rio Grande do Sul servem de exemplos -, o sistema produtivo colonial não se firmou apenas sobre a agricultura, combinando-a com o artesanato, que lhes permitiu estabelecer diferentes estratégias de garantia de sua reprodução social<sup>28</sup>. Ali, diferentemente do Oeste catarinense, o artesanato e os ofícios rurais foram responsáveis pela inserção dos colonos na divisão social do trabalho.

O isolamento inicial vivido pelos agricultores aos poucos vai assumindo novos contornos. A necessidade de acumulação - especialmente para compra de terras - estimula os colonos a aumentar sua produção de alimentos básicos, gerando excedentes que eram vendidos nas casas de comércio do ainda incipiente mercado local<sup>29</sup>. As opções de acumulação eram menores. O colono que enriquecia tornava-se comerciante. Era ele que acumulava, a agricultura continuava a mesma (DALL'ALBA, 1983). Contudo, notadamente a partir da década dos anos 1940, inicialmente através da cultura do fumo e mais tarde com a expansão da produção de suínos, é que os agricultores estabeleceram vínculos mais estreitos com o mercado, o que permitiu a constituição e consolidação na região de um pequeno capital

---

<sup>27</sup> A madeira, em virtude do dinâmico mercado nacional e mundial, firmou-se como um dos produtos fundamentais da pauta de exportação catarinense, disputando com a erva-mate a primeira posição, o que ocorreu no ano de 1934 (CUNHA, 1982:148).

<sup>28</sup> O artesanato era exercido pelos imigrantes em sua pátria de origem como uma atividade social e econômica acessória e complementar à agricultura. O imigrante, em geral, era dotado de habilidades, motivações, cultura e princípios econômicos evoluídos e adquiridos num país e num continente com rápida expansão industrial e acentuada modernização da agricultura (CUNHA, 1982:76). Para maiores detalhes, ver ROCHE (1969); WEIMER (1976); SEYFERT (1973) e DALL'ALBA (1983).

<sup>29</sup> A extração do excedente gerado pela pequena produção mercantil garantia aos comerciantes superlucros. O próprio transporte pela ferrovia era subsidiado pelo governo federal, que concedia gratuitamente os vagões, durante os anos de 1932 a 1943 (FONTANA, 1980).

comercial. A estrutura de mercado oligopsônica estabelecida pelos comerciantes possibilitou a sua ascensão no quadro político local. Suas posições políticas, portanto, só poderiam comungar com os interesses nacionais [ver FONTANA (1980) e VIEIRA F<sup>o</sup> (1986)].

Nas décadas de 1940 e 1950, a suinocultura, em substituição ao fumo, num processo de reconversão espontânea, fruto da dinâmica interna da pequena propriedade e da integração da região ao mercado nacional, consolida-se como principal atividade econômica dos agricultores e em torno dela se estruturou o sistema de produção e se modificou a organização e a divisão do trabalho no seio familiar. Por outro lado, fruto da intensificação das relações mercantis entre agricultura e comércio, capitais comerciais se estruturara e passaram a industrializar os suínos na própria região produtora<sup>30</sup>. É neste sentido que a relação agricultor-agroindústria era muito mais uma continuidade da relação agricultor-comerciante do que algo totalmente novo.

Nas décadas de 1960 e 1970 estes capitais comerciais, já metamorfoseados em unidades industriais – os frigoríficos -, dentro da dinâmica de acumulação capitalista, com o apoio e incentivo financeiro do Estado [ver item a seguir], transformam-se em capitais agroindustriais, determinando novas relações de produção com os agricultores do Oeste catarinense<sup>31</sup>. Esta trajetória segue o processo dominante no país para o setor agropecuário que trilha os caminhos da “modernização conservadora<sup>32</sup>”, consubstanciada em: transformações na base técnica produtiva; intensificação das relações capital-trabalho; constituição e consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares; manutenção e fortalecimento do modelo agrícola concentrador e excludente, assentado na produção de *commodities* e na grande propriedade rural<sup>33</sup>. Este processo tem como principais instrumentos

---

<sup>30</sup> Os grandes grupos agroindustriais localizados no Oeste catarinense - Perdigão; Sadia; Seara e Chapecó - e que hoje, juntamente com a cooperativa central Oeste catarinense, formam o maior complexo agroindustrial da América Latina, surgem nas décadas de 40 e 50 a partir da criação de pequenos frigoríficos que processavam os suínos produzidos na região (MELLO, 1998:31). É a mesma situação descrita por PAULILO (1990) para os agricultores do Sul do Estado.

<sup>31</sup> A agricultura familiar tendo que se adaptar ao contexto sócioeconômico obriga-se a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais. O “saber” do agricultor é questionado e os novos conhecimentos e técnicas produtivas passam a interferir diretamente na organização do sistema produtivo das propriedades, sem implicar, contudo, em barreiras à entrada ou saída da atividade.

<sup>32</sup> Conceito de BARRINGTON MOORE JR., que o havia cunhado para o caso da Índia (RAMOS, 1998/1999).

<sup>33</sup> A modernização da agricultura brasileira e seus resultados e a formação dos complexos agroindustriais está amplamente discutida em GRAZIANO DA SILVA (1982; 1987); GRAZIANO DA SILVA & KAGEYAMA (1983); MARTINE & GARCIA (1987); MARTINE (1990) e KAGEYAMA *et al.* (1990). Para uma revisão crítica das análises sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico no Brasil, ver RAMOS (1998/99).

a criação no ano de 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural, a constituição de uma rede nacional de pesquisa e extensão, com a criação do sistema EMBRAPA e EMBRATER, que no Estado de Santa Catarina, se torna realidade com a implantação do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPISA) no município de Concórdia no ano de 1975<sup>34</sup>.

Neste período, está definitivamente consolidado no Oeste do Estado um modelo de produção e um modo de vida alicerçado no trabalho da família em pequenas propriedades rurais, na diversificação das atividades combinando culturas e criações<sup>35</sup>, na integração aos capitais agroindustriais e ao mercado, nas relações de solidariedade e de vida comunitária. Este conjunto peculiar de características de fato potencializou a modernização da agricultura ocorrida naquela década. Por outro lado, este ambiente externo modificado passa a influir mais intensamente na dinâmica interna de funcionamento das unidades familiares de produção, notadamente as políticas públicas através do crédito agrícola subsidiado e os complexos agroindustriais através do estreitamento das relações produtivas, determinando diferentes trajetórias e oportunidades, num processo de seleção/exclusão peculiar ao processo de desenvolvimento, culminando em uma trajetória de diferenciação social para os agricultores familiares da região<sup>36</sup>. Importantes transformações estruturais se processaram – o esgotamento da fronteira agrícola é um exemplo - modificando o perfil da produção agrícola e alterando-se as condições de reprodução da agricultura familiar do Oeste catarinense.

Poderíamos dizer que, até o início da crise da década de 1980, a expansão da agroindustrialização na região se deu a partir do potencial de produção e de expansão da agricultura familiar diversificada e da demanda provocada pela consolidação do regime alimentar “fordista”. De acordo com TESTA *et al.* (1996:189), nesta fase, a relação de integração entre a agricultura familiar e as agroindústrias, foi marcada por uma relativa

---

<sup>34</sup> A difusão do pacote tecnológico da “revolução verde” no Estado de Santa Catarina se deu a partir da criação no ano de 1957 da ACARESC – Associação de crédito, assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina, que na década seguinte já atuava na região Oeste do Estado. O sistema de pesquisa estadual esteve a cargo da EMPASC – Empresa catarinense de pesquisa agropecuária – criada em 1975 e que no Oeste catarinense iniciou suas atividades através da estação experimental de Chapecó, transformada em Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades no ano de 1983. A partir de 1991, pesquisa e extensão passam a atuar conjuntamente no Estado, constituindo-se a EPAGRI – Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina.

<sup>35</sup> O sistema produtivo se estrutura em torno do binômio “suínos x milho”, mas o agricultor não deixa de produzir outras culturas e animais, caracterizando o que TESTA *et al.* (1996:63) denominou de “policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura”.

convergência de interesses. As estratégias empresariais visavam alcançar e conquistar novos mercados internos e externos para a carne suína e seus derivados, o que determinou a incorporação de novos produtores familiares de suínos, que ocorreu respeitando os sistemas de produção dos agricultores<sup>37</sup>. Assim, as estratégias das agroindústrias eram compatíveis com a produção em pequena escala e diversificada.

Antes de discutir as transformações sociais mais recentes que afetaram a população rural catarinense, especialmente a do Oeste do Estado, a partir da década de 1980, neste ponto do trabalho é importante compreender a construção de um modelo histórico de desenvolvimento regional que culminou com a formação do maior complexo agroindustrial da América do Sul em pouco mais de 50 anos de história.

### ***AGRICULTURA FAMILIAR, AGROINDÚSTRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS***

A família rural como unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho é sem dúvida a base fundamental a partir da qual se construiu os alicerces do crescimento econômico no Oeste de Santa Catarina. Como será visto a seguir, foi a partir da interação da produção agrícola familiar diversificada com o setor privado agroindustrial, e com o apoio do Estado que se buscou e se alcançou competitividade, o que todavia não significou a superação dos problemas ligados a desigualdades ou heterogeneidades que caracterizam o processo de desenvolvimento.

A pujança atual dos complexos agroindustriais do Oeste catarinense – em especial o de carnes – é fruto da dinâmica da acumulação capitalista, iniciada ainda na década de 1940, a partir da concentração de capitais comerciais, o que possibilitou a instalação dos primeiros frigoríficos de abate de suínos na região. Em seguida à estruturação e consolidação destes capitais agroindustriais, ocorrida ao longo das décadas de 1960 e 1970<sup>38</sup>, o complexo de

---

<sup>36</sup> Segundo TANZI (1998), os principais fatores sistêmicos que determinam as desigualdades são as instituições e normas sociais, as grandes transformações econômicas e o papel do governo.

<sup>37</sup> A relação entre a produção agrícola familiar e as agroindústrias no Oeste catarinense, segundo CAMPOS (1987:144-147), teria passado por quatro fases distintas desde a colonização: (i) produção de subsistência e gestação do pequeno capital comercial (até a década de 30); (ii) crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente camponês (até meados da década de 40); (iii) surgimento do grande capital agroindustrial e a mercantilização da produção camponesa (até o ano de 1965); (iv) consolidação e monopolização do capital agroindustrial e a modernização seletiva da pequena produção familiar (a partir do ano de 1965).

<sup>38</sup> Ao lado deste processo, nos anos 1970 as agroindústrias diversificam implantando na região a avicultura industrial.

carnes da região seguiu o movimento geral de concentração de capitais, o que determinou a conformação de cinco grandes conglomerados econômicos que hoje formam o pólo agroindustrial do Oeste do Estado de Santa Catarina.

Contudo, foi o Estado, através das políticas públicas que forneceu a “liga” necessária que articulou a produção familiar diversificada do Oeste ao setor privado agroindustrial, construindo-se os alicerces do crescimento econômico regional. Esta aliança tríplice, em última análise é que, em pouco mais de cinquenta anos de história, conduziu à formação do maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil. Estamos querendo chamar atenção para o fato que a expansão e a hegemonia do capital agroindustrial na região e no Estado de Santa Catarina, não foi construído pela “mão invisível” do mercado, mas sim foi socialmente construído, fruto do potencial produtivo da agricultura familiar ali estabelecida e dos interesses do Estado capitalista. O desenvolvimento agroindustrial catarinense esteve articulado ao movimento geral da política nacional, num contexto de políticas de apoio a formação, consolidação e expansão dos diferentes complexos agroindustriais, buscando competitividade internacional [ver KAGEYAMA *et al.* (1990) e BELIK (1992)].

As políticas públicas para a agricultura implementadas pelo Estado encontram no setor agroindustrial catarinense seu maior beneficiário. Esta é a leitura que se faz dos trabalhos de CAMPOS (1987), GIESE (1991), SILVA (1991), CÁRIO (1991) e MIOR (1992). Sob diferentes abordagens, estes autores demonstram que o extraordinário crescimento apresentado pelo setor agroindustrial do Oeste catarinense não pode ser creditado apenas à sua capacidade competitiva, mas sobretudo às benesses do Poder Público. A presença marcante do empresariado agroindustrial junto a esse, seja em nível estadual, seja em nível federal, formou uma aliança estratégica que impulsionou e consolidou os capitais agroindustriais catarinenses.

Os empresários dos grandes grupos agroindustriais do Oeste catarinense sempre se fizeram presente no governo do Estado, através da ocupação direta de cargos públicos, especialmente nas décadas de 1960, 70 e 80. Na verdade, esta articulação política começou nos anos 30 com o novo pacto de poder esboçado em nível nacional, dando início ao que RANGEL (1981) descreveu como “*terceira dualidade brasileira*”, que acabou por reformular a

estrutura de poder local, com ascensão dos fazendeiros latifundiários<sup>39</sup> e dos industriais. Essa representação nas diferentes instâncias políticas propiciou aos empresários do Oeste um espaço de discussão e participação, influenciando as decisões de natureza econômica e política<sup>40</sup>. Na verdade, o grande mérito dos empresários do setor foi atuar em sintonia com as estratégias do Governo Federal, que buscava, através do crescimento industrial, levar o Brasil a condição de grande potência mundial. A participação pública da agroindústria a partir de meados de 80 continua, só que agora através de representação em organismos classistas nos diversos segmentos de atuação, por exemplo, na Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), na Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (ver BELIK, 1992).

Quanto à política econômica, os incentivos ao setor agroindustrial de uma forma mais ampla inciam-se na década de 1950, especialmente com o plano de metas do governo Kubischek. Mas, de fato, é somente a partir do golpe militar de 1964, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), que este setor passou a receber um maior volume de recursos. É nesse contexto que se inseriu a política de modernização da agricultura catarinense e de apoio às agroindústrias<sup>41</sup>. Assim, em 1957 é fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), que oferecia aos pequenos agricultores, assistência técnica gratuita e crédito orientado, mediante convênios com o Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O BRDE, criado em 1961, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento catarinense, inicialmente com financiamentos ao setor industrial e, mais tarde, através dos programas de financiamento à suinocultura e avicultura. Operando com recursos do crédito rural a partir de 1965, foi o principal agente repassador de recursos federais aos grupos agroindustriais do Estado. O uso desse crédito subsidiado para ampliação e modernização de seu parque industrial e aumento da produção agrícola dos integrados, através da mudança da

---

<sup>39</sup> Em Santa Catarina a ascensão da família Ramos permitiu a alguns comerciantes do Oeste aproximarem-se de cargos políticos. Atílio Fontana (fundador da Sadia) é o exemplo mais notável [ver FONTANA (1980)].

<sup>40</sup> GIESE (1991) e CÁRIO (1991) chegam a falar em criação de um Estado privado.

<sup>41</sup> Em 1953, no governo de Irineu Bornhausen, foi criada a Secretaria da Agricultura. Em 1961, criou-se a Secretaria dos Negócios do Oeste, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região e integrá-la ao litoral, bem como minimizar os conflitos de poder inter-regionais.

base técnica, foi a estratégia fundamental para que essas agroindústrias se consolidassem na produção de carne de suínos e aves no Brasil (GIESE, 1991).

A utilização do crédito rural por parte da agroindústria se deu basicamente por três caminhos: i) investimento nas atividades industriais, com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>42</sup>; ii) comercialização da produção<sup>43</sup>, através da política de preços mínimos; e iii) uso dos recursos do crédito e de outros programas estatais, dirigidos prioritariamente aos agricultores integrados, viabilizando a modernização do processo produtivo.

Os grupos agroindustriais não foram beneficiados apenas com recursos da esfera Federal, pois o Governo Estadual durante a década de 1970 oferecia empréstimos subsidiados e facilidades e/ou isenções fiscais. Além disso, foram usados diversos fundos de apoio, como o Fundo de desenvolvimento de Santa Catarina – FUNDESC<sup>44</sup>, criado em 1963 e que passou a operar em 1968, o qual trabalhava com recursos financeiros oriundos de incentivos fiscais concedidos às empresas, que podiam descontar 10% do imposto devido sobre circulação de mercadorias (ICM), para aplicação em projetos industriais. Este fundo, no ano de 1975 – no bojo do II PND e como parte da estratégia do governo do Estado para o desenvolvimento econômico, foi transformado no Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas – PROCAPE, que emprestava para as empresas recursos repassados pelo governo Estadual<sup>45</sup>.

Paralelamente à constituição do PROCAPE, o governo catarinense criou o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, que implementou importantes projetos em benefício de diversos ramos industriais, com destaque para o têxtil, agroindustrial e cerâmico. O Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Suínos e Aves em Santa

---

<sup>42</sup> Na década de 1980, os grupos, Sadia, Perdigão, Ceval e Chapecó captaram dinheiro barato através da venda de ações ao BNDES e também em suas diferentes linhas de crédito, adotando estratégias diferenciadas (ESPÍNDOLA, 1999:66-67).

<sup>43</sup> Na década de 60, grande parte dos gastos governamentais destinava-se à política de empréstimo do governo federal – EGF – dirigida às agroindústrias. Santa Catarina foi um dos Estados que mais se beneficiou com o EGF nos anos 70, justamente onde se localiza grande parte das indústrias de óleos, rações e carnes (BELIK, 1992).

<sup>44</sup> A instalação da Sadia Avícola Chapecó e a constituição da Ceval Alimentos são exemplos notórios do papel destes fundos estaduais para a consolidação dos grupos agroindustriais no Estado (GIESE, 1991). Até mesmo incentivos fiscais da SUDAM foram usados para criação da Sadia Oeste S.A. em Mato Grosso no ano de 1974 (VIEIRA Fº, 1986:138).

<sup>45</sup> Os recursos do PROCAPE contribuíram para a expansão agroindustrial na região. A Perdigão instalou unidades industriais em Salto Veloso, Capinzal, Herval d'Oeste e Joaçaba. A Seara investiu nas unidades de Seara e Xanxerê. Também o Frigorífico Peperi de São Miguel do Oeste obteve verbas deste programa.

Catarina – PROFASC, criado no ano de 1976 pelo BRDE, é mais um exemplo do empenho do Estado para a construção e consolidação do complexo agroindustrial catarinense.

De acordo com TESTA *et al.* (1996:46), essa política de incentivos acabou não sendo captada da mesma forma pelos diferentes agentes. Enquanto as agroindústrias privadas investiram na construção e modernização de suas plantas industriais nos ramos de suínos, aves e soja, a agroindústria cooperativa ficou restrita ao ramo suinícola, passando a investir na avicultura já na segunda metade dos anos 1980<sup>46</sup>, o que determinou um processo de capitalização inicial mais intenso para os primeiros.

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC, foi criado pelo governo catarinense em 1988, com o objetivo de apoiar financeiramente a implantação de novas unidades industriais. Os incentivos se baseiam na postergação do pagamento de parte do ICMS gerado nos primeiros 10 anos do empreendimento. O grupo Sadia e a Cooperativa Central Oeste Catarinense destacam-se na captação de recursos deste programa (ESPÍNDOLA, 1999).

Os exíguos recursos para investimento no setor agropecuário da região na década de 1990 continuaram a beneficiar o produtor integrado aos capitais agroindustriais, nas raras oportunidades que se apresentaram através de programas como o Finame Rural para compra de máquinas e equipamentos agrícolas e de recursos oriundos do BNDES que tinha como meta inicial diminuir a contaminação ambiental por dejetos, mas que acabaram promovendo a expansão, a modernização e a concentração da atividade suinícola. As externalidades ambientais provocadas pela concentração na atividade e, das quais as agroindústrias se eximem, continuam a demandar recursos, a exemplo do PNMA II, em implantação na região.

Pode-se dizer que esse processo de acumulação e expansão capitalista, no contexto nacional e internacional, foi fruto de certas condições naturais, históricas, econômicas e, enfim, sociais que se estruturaram no Oeste de Santa Catarina. Contudo, como afirma ESPÍNDOLA (1999), é inegável a participação do Estado como agente (direto e indireto) na consolidação dos grupos agroindustriais.

Entretanto, este modelo, aparentemente vitorioso, construído ao longo do tempo e, principalmente, na década do “milagre econômico”, revelou ainda na crise da década de 1980,

---

<sup>46</sup> Os segmentos que mais reduziram os níveis de investimentos e modernização da capacidade produtiva, nesta década, foram os de produtos alimentares (CUNHA, 1992:211).

forte externalidades sociais, econômicas e ambientais, na medida em que a maior parte dos agricultores da região está excluída das oportunidades econômicas de maior valor agregado que compõem as cadeias agroindustriais de suínos e aves. Isto determinou, por um lado, a concentração da produção e seus conhecidos impactos negativos sobre o meio ambiente e, por outro, a necessidade da busca de vias alternativas que permitam revitalizar o espaço rural do Oeste catarinense. Este tema será abordado mais adiante, no capítulo IV deste trabalho.

### **3.2 A crise de um modelo histórico “vitorioso”: o fim do segundo ciclo de capitalização**

A partir do início dos anos 1980, a agroindústria começou a intensificar a integração formal dos produtores familiares de suínos e passou gradativamente a exigir mudanças no sistema de produção<sup>47</sup> e comercialização dos suínos, em função não só de um consumidor mais exigente e de uma maior agressividade no mercado externo, mas, sobretudo, para ampliar o controle do capital agroindustrial sobre o processo produtivo. Assim, a produção integrada passou a ser majoritária em contraste com a diminuição do número de suinocultores, confirmando a tendência de seleção/exclusão/concentração de produtores, sem contudo eliminar as formas tradicionais da organização familiar diversificada.

Esta condição passiva do agricultor pode ser explicada pelo privilegiamento da posição do indivíduo em relação ao mercado como um dos aspectos condicionadores de sua conduta econômica (WEBER, 1979, p. 62-63). Ainda, de acordo com PAULO (1990:36):

A situação de integração é antes de tudo uma situação de mercado. Ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto de colocação do produto final. É essa modificação um dos aspectos mais explicadores da aceitação das condições impostas pelas empresas integradoras.

Havia na verdade, compartilhando a visão de WILKINSON (1998) e usando sua expressão, uma idéia de “*sinergia perversa*”, na medida em que as atividades tradicionais – de subsistência e de comercialização – geravam uma renda que permitia uma pressão para baixo dos preços dos produtos da integração agroindustrial. Assim, a agroindústria convivia muito bem com a integração parcial da produção familiar, o que resultou num processo que foi

---

<sup>47</sup> O sistema de produção dominante até os anos 1980 é o de “ciclo completo”, que passa a ser substituído pelo de “especialização” (parceria), onde diferentes fases do processo de produção do suíno são feitas por diferentes produtores. A parceria passa a ser o sistema imposto pela agroindústria, ampliando o domínio desta sobre a matéria-prima milho e se apropriando de parte da renda anteriormente retida pelo produtor.

dominante nos anos 70 e 80, onde a integração agroindustrial - seja na área do leite, de aves, de suínos e de fumo - não levava necessariamente à eliminação das formas tradicionais da organização da policultura.

As condições macroeconômicas brasileiras se alteraram nos anos 1990. O processo de especialização na suinocultura se intensificou, no qual as agroindústrias, supostamente no intuito de diminuir custos industriais e de produção, buscaram aumentar a escala de produção ao nível da propriedade, ultrapassando os limites tradicionais da produção diversificada e quebrando a lógica de funcionamento dos sistemas produtivos<sup>48</sup>. Este novo padrão produtivo, em função das dificuldades estruturais, da falta de capital e da emergente divergência de interesses<sup>49</sup>, não se traduz em alternativa de fato para a maioria dos produtores rurais e os obriga a abandonar a atividade com fins comerciais<sup>50</sup>. Tal situação determinou nos últimos vinte anos a exclusão de aproximadamente 52 mil agricultores da atividade suinícola e a concentração espacial da atividade<sup>51</sup>. Os impactos negativos se manifestam duplamente: para os excluídos, o aumento da pobreza e a busca de outras oportunidades de trabalho e renda no campo ou na cidade; para os “eleitos”, a concentração dos dejetos dos suínos agrava os problemas de contaminação ambiental.

Por outro lado, a efetiva desarticulação da estrutura de produção familiar diversificada afeta toda a região na medida em que diminui os efeitos multiplicadores de uma agricultura “povoadora” e socialmente integradora do espaço rural e que se manifesta na subutilização da infra-estrutura já existente no interior dos municípios, como escolas, postos de saúde, rede

---

<sup>48</sup> Nos anos mais recentes, intensifica-se a subordinação do agricultor familiar ao capital agroindustrial, através dos contratos de “comodato”, em que as matrizes de suínos são “cedidas” para a produção de leitões, com os produtores passando a trabalhar para um capital que não lhes pertence e, assim, sendo remunerados pelo seu trabalho, que é mediado pelo lucro do capital industrial. Já a avicultura, diferentemente da suinocultura, desde sua implantação, no início dos anos 70, já começou especializada e concentrada em nível de produtor. Foi introduzida pelas agroindústrias a partir da adaptação do pacote tecnológico trazido do mercado nacional e internacional, sem qualquer ligação com as competências dos agricultores da região. Para maiores detalhes ver MIOR (1992).

<sup>49</sup> Pode-se associar esta situação com a noção weberiana de que o indivíduo sempre age dentro de um campo de forças conflitantes. Com esta perspectiva, PAULILO (1990), ao discutir a relação produtor e agroindústria no Sul de Santa Catarina, analisa a integração vertical como um “campo de forças” onde, apesar das tensões, há um consenso mínimo que permite a continuidade da relação.

<sup>50</sup> O Censo Agropecuário de 1995/96 mostrou que a suinocultura ainda estava presente em 65 mil estabelecimentos agropecuários naquele ano, sendo que em aproximadamente 50% destes, a criação se destinava basicamente ao consumo familiar.

<sup>51</sup> De 67 mil produtores em que a suinocultura era uma fonte de renda relevante em 1980, as estimativas mais recentes apontam para o ano de 2000 a existência 15,3 mil produtores, dos quais 11,3 mil são integrados e 4 mil

elétrica (WILKINSON, 1996) e no recuo de novos investimentos; na desativação de clubes e associações comunitárias; na diminuição do comércio e da prestação de serviços; na possível “desertificação” de comunidades rurais e no desânimo dos que teimam em ficar. Enfim, aprofunda-se as diferenças entre a vida social no campo e na cidade.

Assim, o modelo agroindustrial que historicamente serviu de base para o desenvolvimento do Oeste catarinense, começou a apresentar uma divergência de interesses em relação ao desenvolvimento regional e à agricultura familiar. O setor agroindustrial agora parece buscar uma articulação com o segmento dos produtores capazes de se especializar e de alcançar economias de escala, que WILKINSON denominou de “*além de produtores familiares*”, o que indicava, já em meados dos anos 1990, uma certa encruzilhada para a agricultura familiar da região.

Ainda no que se refere ao aspecto econômico, outros fatores, identificados ainda nos anos 1980 e que persistem, foram fundamentais para agravar o quadro de crise vivido atualmente: i) esgotamento da fronteira agrícola regional; ii) diminuição do volume de recursos de crédito agrícola<sup>52</sup> disponível aos agricultores e aumento das taxas de juros em virtude da crise da dívida do início dos anos 80 e da continuidade da crise econômica na última década, o que implicou maiores custos aos agricultores. Além disso, a dinâmica seletiva do sistema financeiro fez com que parcela significativa de agricultores fosse impedida de ter acesso a esse tipo de recurso creditício; iii) esgotamento do recurso natural solo, explorado acima de sua capacidade de uso; iv) redução da rentabilidade dos principais produtos tradicionais como milho, suínos e feijão.

Além destes, segundo TESTA *et al.* (1996), contribuem para a crise: i) grande distância dos principais mercados consumidores, o que limita as alternativas produtivas; ii) escassez de terras aptas para culturas anuais, que somam apenas um terço da área total da região; iii) estrutura fundiária excessivamente subdividida, onde os menores estabelecimentos

---

independentes. Ressalte-se que a produção continua crescente: saltou de 3,7 milhões de cabeças abatidas em 1984 para 7,6 milhões no ano de 2000, confirmando a concentração produtiva (INSTITUTO CEPA/SC, 2000).

<sup>52</sup> Os dados do Censo Agropecuário mostram que em 1985 somente 28% dos estabelecimentos rurais catarinenses usaram o crédito rural, diminuindo ainda mais em 1995-96, quando apenas 18,8% dos estabelecimentos do Estado tomaram recursos emprestados e apenas 16,3% tomaram crédito para custeio (IBGE, 1998; INSTITUTO CEPA/SC, 1998). Esta constatação não diminui a importância que assumiu o crédito agrícola para o produtor do Oeste, especialmente nos anos 70, o qual permitiu um certo grau de capitalização e também a inserção em atividades que exigiam um maior nível de investimento.

concentram os solos mais declivosos e pedregosos. Ainda, a opção pela trajetória tecnológica intensiva em insumos e capital e de elevada escala, acelera o processo de exclusão.

A ação conjunta desses fatores resultou na descapitalização da maior parte dos agricultores do Oeste catarinense. **A modernização da agricultura de caráter parcial e seletivo<sup>53</sup> determinou o aprofundamento das diferenças econômicas e sociais, o que, aliado às incipientes oportunidades para ocupações em atividades não-agrícolas no espaço rural, resulta na dificuldade de geração de postos de trabalho, intensificando o processo de desruralização e migração regional<sup>54</sup>**, especialmente dos filhos (as) entre 15 e 29 anos, e também no empobrecimento e conseqüente enfraquecimento econômico, social e político da região.

SILVESTRO *et al.*(2000) sintetizam de forma precisa a crise vivida atualmente na região:

... a agricultura familiar da região passou a sofrer uma dupla ruptura – no campo econômico e no campo social – que desencadeou um processo de profunda crise. Por um lado, as possibilidades objetivas de melhorar o desempenho econômico das unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, os jovens agricultores na sua grande maioria não estão mais dispostos a reproduzir os papéis de seus pais (op. cit., p. 9).

Compartilhando a visão deste autor, de fato a trajetória de integração e de articulação determinada pela grande agroindústria, além de marginalizar e excluir agricultores, não possibilita a estes a liberdade de escolha, bem como tem resultado em forte agressão ao meio ambiente. Assim, este modelo de produção concentrador, quando se consideram as dimensões social e ambiental, revela que não é o melhor caminho a ser trilhado para um projeto articulado entre os diversos atores sociais com o fim de buscar o desenvolvimento territorial.

Esta situação, resumidamente descrita acima, tem contribuído para o aprofundamento do processo de diferenciação social das famílias rurais da região. Este fenômeno da diferenciação, que não é novo, na verdade sintetiza as contradições do desenvolvimento capitalista e do modelo agrícola desigual e excludente, gestado a partir de uma opção política

---

<sup>53</sup> No caso do Oeste catarinense, esta acontece apenas para uma parcela do universo dos agricultores familiares, notadamente aqueles articulados aos complexos agroindustriais, e para algumas atividades, a exemplo da soja, fumo, maçã, avicultura e suinocultura.

<sup>54</sup> Conforme demonstrado adiante, tanto na análise apresentada no capítulo II como na do item 3.1 do capítulo III.

ainda na década de sessenta<sup>55</sup>. O resultado concreto desse processo fica expresso no **aumento da pobreza da população do campo**, já que, atualmente, aproximadamente **50% dos agricultores familiares do Oeste catarinense recebem menos de um salário mínimo mensal**<sup>56</sup>, o que indica a dificuldade de sua viabilização econômica e reprodução social a partir de sua ocupação restrita a atividades *essencialmente agrícolas*. Esta questão é o que começará a ser discutido no próximo capítulo deste trabalho.

---

<sup>55</sup> A pressão governamental para criar no meio rural uma classe de pequenos produtores capitalizados forçou uma maior diferenciação e, ao mesmo tempo, aumentou a importância social da capacidade de modernizar-se e do sucesso econômico (SORI, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

<sup>56</sup> Aqui estamos nos referindo ao saldo disponível para remunerar a mão de obra familiar efetivamente ocupada, depois de descontadas as demais despesas de produção. A fonte destas informações é os Censos Municipais realizados nos anos de 1997 a 1999 pela EPAGRI/INSTITUTO CEPA/SC em diversos municípios da região, conforme artigo de SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. & DORIGON, C. (2001), publicado na revista Agropecuária Catarinense, vol.14, nº 2, julho de 2001.



## CAPÍTULO II

### ATIVIDADES ECONÔMICAS E OCUPAÇÕES NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA

*“O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas”.*

*Gerald Müller, 1995*

Neste capítulo, será discutida a agricultura familiar no contexto das novas funções que o espaço rural vem assumindo e as mudanças na estrutura ocupacional no meio rural catarinense nos anos mais recentes (décadas de 1980 e 1990) e, procurar-se-á, na medida do possível, relacioná-las à realidade rural da região Oeste do Estado de Santa Catarina e às transformações mais gerais que ocorreram no Estado neste período. Para auxiliar na análise, será utilizada uma base de dados obtida através das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADS - IBGE), partindo de tabulações especiais realizada no âmbito do Projeto Urbano<sup>57</sup> da UNICAMP, para o período compreendido entre os anos de 1981 e 1999.

Conforme mostrado a seguir, há uma forte redução da ocupação da população economicamente ativa (PEA) rural em atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que crescem as ocupações em atividades não-agrícolas. Isto revela, por um lado, os impasses da “modernização conservadora” e do modelo agrícola assentado na produção familiar integrada aos grandes complexos agroindustriais e, por outro, que o espaço rural não é um local apenas de produção agrícola, mas um espaço de vida e de trabalho da família, não estritamente vinculado à exploração e uso do solo. É neste contexto que o espaço rural catarinense vem assumindo nova configuração econômica e social.

---

<sup>57</sup> É um projeto temático para caracterização do novo rural Brasileiro, que analisa as transformações relativas à população ocupada, emprego e renda em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF) e é coordenado pelo Prof. Dr. José Graziano da Silva, do IE/UNICAMP.

## 2.1 AS NOVAS FUNÇÕES DO ESPAÇO RURAL E A PLURIATIVIDADE

O sucesso do modelo produtivista adotado nos países desenvolvidos no pós-guerra se, por um lado, levou esses países à auto-suficiência produtiva, por outro, causou distorções que impactaram negativamente sobre os agricultores e sobre o meio ambiente. Esse modelo começou a dar sinais de esgotamento já na década de 1970 e resultou em uma crise de enormes proporções na década de 1980 (GOODMAN & REDCLIFT, 1989; BONANNO, 1989). Do ponto de vista econômico, o modelo gerou uma produção alimentar elevada, a qual provocou queda de preços nos principais produtos agrícolas. Além disso, o processo competitivo nos mercados agrícolas mundiais, desencadeado pela Europa e pelos EUA, causou grande impacto sobre a agricultura dos países menos desenvolvidos. Do ponto de vista ambiental, os principais problemas estão relacionados à intensificação da produção, a qual causou efeitos diretos negativos sobre os recursos naturais e sobre a saúde humana, reafirmando a insustentabilidade do modelo.

Do ponto de vista social, a crise provocou impactos distintos nos países e regiões. Por um lado, reforçaram-se as tendências seculares de concentração e especialização na agricultura, o que levou a um processo de despovoamento do meio rural, e por outro, a queda de preços e a instabilidade da renda agrícola causaram impactos negativos sobre as condições sociais dos agricultores, as quais podem ser analisadas a partir das mudanças na estrutura fundiária, no endividamento agrícola e no crescimento diferenciado da riqueza, aprofundando as desigualdades entre os agricultores e entre as diferentes regiões. Uma outra mudança ocorreu no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere ao crescimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural<sup>58</sup>.

No que se refere à agricultura de base familiar, HERVIEU (1990;1993) sistematizou bem o desenvolvimento agrário e seus impactos no mundo rural, desde o final da Segunda Guerra, através de “cinco rupturas”, que seriam responsáveis pelas profundas alterações da face agrária dos países capitalistas avançados, determinando enormes desafios para o desenvolvimento rural. Estas alterações são: (i) ruptura entre agricultura e alimentação; (ii) ruptura entre agricultura e território; (iii) ruptura da ordem demográfica; (iv) ruptura entre agricultura e meio ambiente; e (v) ruptura do modelo familiar e individualização das propriedades.

---

<sup>58</sup> Sobre o processo de reestruturação produtiva e seus impactos sobre as características centrais da estrutura agrária, consultar MARSDEN (1992).

Este modelo, suas contradições e sua crise também estão presentes no Brasil. A modernização da agricultura brasileira pressupunha que o simples desenvolvimento agrícola levaria naturalmente ao desenvolvimento rural. Decorre desse pressuposto equivocado a montagem de todo um aparato institucional a partir dos anos cinqüenta e as políticas públicas implementadas nesta direção, além da concepção do espaço rural meramente como um espaço de produção de matérias-primas e de produtos para o consumo final e não como um espaço de desenvolvimento rural. Evidentemente, a história se encarregou de desmentir tal premissa. Contudo, ainda prevalece como estratégia para combater a pobreza rural e elevar os índices de emprego rural a visão econômica neoclássica. Neste sentido, as políticas públicas governamentais, em sua maioria, ainda privilegiam o desenvolvimento agrícola como se este fosse o único caminho possível para se atingir o desenvolvimento rural, revelando a forte presença da idéia produtivista ainda enraizada nessas instituições (MATTEI, 1997).

O fato concreto é que esse processo gerou grande diversidade regional e intra-regional e acentuou as desigualdades sociais, sobretudo entre as distintas categorias de produtores rurais. Com isso, o desenvolvimento rural não foi alcançado e o padrão tecnológico adotado e as políticas públicas implementadas impactaram negativamente sobre variáveis-chaves conformadoras do bem-estar no meio rural, como a democratização do acesso à terra, a preservação dos recursos naturais, o perfil de distribuição de renda setorial e intersetorial, levando a uma intensificação do processo de descapitalização e de êxodo bem como a deterioração da qualidade de vida da grande maioria da população rural.

Todos esses elementos fizeram emergir um consenso sobre a necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento rural, os quais não podem mais ser analisados da forma convencional. Particularmente, no que diz respeito à produção familiar, observa-se que as transformações estruturais em curso impactaram decisivamente a sua forma de reprodução e as suas relações de trabalho. Daí a necessidade de se dar uma maior atenção à dinâmica das famílias do que às unidades de produção e também às novas formas de organização do trabalho e de tomadas de decisão no núcleo do conjunto familiar. Esses aspectos remetem à incorporação da questão da pluriatividade<sup>59</sup> e das novas funções da agricultura e do espaço rural no âmbito das análises acerca das estratégias para se alcançar o desenvolvimento rural.

---

<sup>59</sup> A pluriatividade inclui: emprego em outros estabelecimentos agrícolas; atividades para-agrícolas; atividades não-agrícolas no estabelecimento e; atividades externas não-agrícolas. Assim, esta noção descreve uma "unidade

Se no Brasil, só muito recentemente dá-se a descoberta deste tema, nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, tal noção tem sido amplamente difundida em meio a um debate que o vincula aos novos esquemas e ordenamentos fundados na defesa da multifuncionalidade da agricultura e do meio rural, no sentido de atribuição de novos papéis aos territórios e aos agricultores frente a uma sociedade pós-industrial plenamente abastecida de alimentos e matérias-primas, e que simultaneamente reivindica um melhor uso dos recursos econômicos, ecológicos e sociais. Trata-se, de fato, de um novo instrumento de compreensão das transformações porque passam, não só a estrutura agrária e o mundo rural, mas, sobretudo, a própria sociedade contemporânea.

Na verdade, o fenômeno da pluriatividade não é recente<sup>60</sup>. O camponês, tradicionalmente, sempre se ocupou do exercício de múltiplas atividades, sendo que somente a partir da modernização agrícola se criam as condições na direção da especialização, sendo conhecidos os efeitos do desenvolvimento capitalista e da industrialização na substituição e/ou eliminação de tarefas que eram cotidianamente executadas no interior da unidade de produção. Obras clássicas como as de CHAYANOV (1925/1974) e KAUTSKY (1899/1980) já faziam referências aos trabalhos acessórios agrícolas e a outras atividades não-agrícolas como formas complementares de renda e inserção econômica das unidades camponesas. Também é tema em FRANKLIN (1969), SHANIN (1979) e MUNTING (1976). Os imigrantes europeus que vieram trabalhar na terra eram detentores de conhecimentos e habilidades que foram fundamentais para superar as adversidades encontradas nas colônias da América ao longo do século XIX<sup>61</sup>.

De qualquer modo, parecem apropriadas as considerações de CARNEIRO (1996:94) de que estes rendimentos exteriores sempre estiveram presentes na sociedade rural, mas ao relacioná-los com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho, pode-se considerá-los recentes “*se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade*”. Também, as de

---

*de produção multidimensional, na qual atividades agrícolas e não-agrícolas são empreendidas, dentro e fora do estabelecimento, pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos*” (FULLER, 1990: 367).

<sup>60</sup> Nesse debate, sob a ótica dos historiadores, as atividades não-agrícolas sempre foram praticadas pelos camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conheciam a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas. Para estes, portanto, a pluriatividade possui um caráter estrutural e perpassa os diferentes períodos históricos e situações sócio-econômicas. Consultar CARNEIRO (1996) e ARF (1984).

<sup>61</sup> Para os casos dos imigrantes que vieram se instalar no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, consultar os relatos nas obras de ROCHE (1969); WEIMER (1976); SEYFERT (1973) e SCHNEIDER (1994).

SCHNEIDER (1999a:116), “Embora a pluriatividade tenha sido uma **característica histórica do modo de vida e do sistema produtivo dos colonos alemães (...)** ela se manifesta atualmente através de uma multiplicidade de formas, em situações de tempo e espaço distintas”.

No âmbito do debate acadêmico, a pluriatividade nos termos em que é entendida atualmente, ganha importância somente a partir da segunda metade dos anos 1980. Os trabalhos anteriores a 1975 enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo parcial (FULLER, 1984). A “agricultura de tempo parcial” (*part time farming*) enfatizava a industrialização e processos que avançavam sobre as famílias rurais, onde o agricultor (normalmente o chefe da família) combinava o trabalho em sua exploração com empregos nas fábricas. Até o final dos anos 1970, o *part time farming* era considerado uma manifestação concreta do processo de êxodo rural e estratégia de sobrevivência das famílias camponesas pouco modernizadas, freando inclusive o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas que prenunciava a proletarização e desaparecimento destas unidades de produção. Na época dourada da modernização produtivista, as explorações modernas e viáveis, dirigidas por jovens agricultores com plena dedicação à sua profissão, era o modelo a seguir, onde não havia espaço para o *part time farming*.

Já nos anos 1980, no âmbito do *Arkleton Trust Project*<sup>62</sup>, surgiu a expressão *multiple job holding farm household* com o intuito de redirecionar a unidade de análise, incorporando características fundamentais das famílias, como a composição demográfica, o processo de tomada de decisão e os interesses individuais dos membros familiares (FULLER, 1984). Este deslocamento não refletiu apenas os limites analíticos que o *part time farming* impunha aos estudos empíricos (ocupação do produtor vs. função produtiva do estabelecimento), mas uma decorrência dos novos desafios que se apresentavam para as ciências sociais.

Ainda antes do término da década dos anos 1980, já inserida no debate sobre a reforma da PAC<sup>63</sup> (concluída em 1992), a noção de pluriatividade é reconhecida acadêmica e socialmente, numa referência à disseminação da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares de produção. Ela permite reconceituar a propriedade como uma

---

<sup>62</sup> Constituiu-se em uma iniciativa de pesquisadores da comunidade econômica européia para estudar com profundidade as unidades familiares que combinavam agricultura com outras atividades.

<sup>63</sup> Política Agrícola Comum, surgida a partir do Tratado de Roma (1962), tendo como primeiros signatários Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo, Alemanha. Em 1973 aderiram Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, em 1981 a Grécia, em 1986 Portugal e Espanha e em 1992, Áustria, Suécia e Finlândia.

unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A partir daí, os estudos sobre pluriatividade ganham uma nova dimensão, ampliando o foco da pesquisa para temas como as *linkages* entre agricultura e sistema agroalimentar, as relações agricultor-mercado de trabalho e a mudança no padrão das relações intrafamiliares (FULLER, 1990).

Nesse contexto, nos países desenvolvidos e, em especial no âmbito da comunidade europeia, ao mesmo tempo em que se refletiam alterações no debate sobre o desenvolvimento agrário e o papel da agricultura familiar, se estava produzindo uma quebra de paradigma na compreensão dos problemas da agricultura e do mundo rural, saindo da modernização produtivista em direção à multifuncionalidade, ao qual se agregam novos valores para os espaços rurais e se redefine as novas funções do agricultor e da agricultura, reconhecendo-se sua importância para o equilíbrio territorial, para o dinamismo e revitalização das áreas rurais e para a preservação dos recursos (HERVIEU, 1993; GRUPO DE BRUGES, 1996; MOYANO, 1997).

Num ambiente de transformação estrutural, estremecido pelo abandono de amplos espaços rurais e pela degradação do meio ambiente, as novas políticas de desenvolvimento rural passam a incorporar a pluriatividade e a reconhecer a combinação de atividades e rendas por parte dos agricultores como próprio da agricultura contemporânea, bem como um fator positivo para o desenvolvimento das áreas rurais (PARLAMENTO EUROPEO, 1998). Numa pesquisa realizada em 24 diferentes áreas de estudo em 12 países da Europa ocidental em 1987 e 1991, mostrou que em média, respectivamente, 58% e 63% dos estabelecimentos eram pluriativos, no sentido de que pelo menos uma pessoa adulta tinha um trabalho fora do estabelecimento familiar. Ainda, enquanto que apenas 17% dos estabelecimentos dependiam exclusivamente da renda da agricultura, noutro extremo, 33% recebiam menos que 20% do total de sua renda da agricultura. Na Europa, somente 1/4 das propriedades agrícolas é exclusivamente tributária dos rendimentos agrícolas e apenas 1/3 delas ocupam 95%, ou mais, de sua força de trabalho na agricultura (FULLER, 1990; ARKLETON TRUST, 1992).

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1999), a generalização da pluriatividade nos países desenvolvidos decorre fundamentalmente da redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares, o que foi possível graças ao crescimento da mecanização das atividades

agrícolas e da automação das atividades criatórias e aos programas de redução das áreas cultivadas e/ou extensificação da produção agropecuária. O autor também faz referências ao processo de descentralização e deslocamento das indústrias da cidade para o campo. Assim, para BAPTISTA (1994), a articulação da família com o trabalho fora da exploração, em que pese uma diversidade de situações, se dá pela crescente expansão das atividades industriais e de serviços no meio rural ou nos centros urbanos próximos de fácil acesso e pela tendência da exploração converter-se de familiar para individual, liberando os filhos e sobretudo as esposas para procurar trabalho fora da agricultura.

Dos diversos estudos sobre o tema, poder-se-ia sintetizar em pelo menos cinco as razões que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos, quais sejam: modernização tecnológica, queda das rendas agrícolas, políticas públicas, dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar. Sobre os dois primeiros aspectos não há muito mais o que comentar. As políticas públicas no âmbito da reforma da PAC em 1991/92, especialmente dos “fundos estruturais”, buscaram levar ao meio rural infra-estrutura e serviços sociais básicos, procurando diversificar a economia rural, com iniciativas locais como as do programa LEADER (*Liasions entre actions de développement de l'économie rurale*). O papel que a agricultura familiar desempenha nos processos de industrialização difusa e de descentralização industrial são retratados em diversos trabalhos, especialmente o caso Italiano (BAGNASCO, 1996; GAROFOLI, 1997; SARACENO, 1994; REIS, 1987; ARNALTE, 1998). Não obstante a importância e os condicionantes que o contexto social e econômico externos exercem sobre a pluriatividade, ela está intimamente ligada à dinâmica de funcionamento das famílias.

Resumidamente, até aqui, discutiu-se a origem e a evolução do debate sobre a pluriatividade em um contexto eminentemente relacionado à realidade dos países desenvolvidos. Um dos trabalhos pioneiros sobre este tema na América Latina é o de ANDERSON & LEISERSON (1980), constatando que as ocupações não-agrícolas já se apresentavam, nos anos 1960, como um componente estrutural importante para a população rural em diversos países em vias de desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Este é um processo que parece incidir de modo generalizado em todo o continente latino-americano (DE JANVRY *et al.*, 1989). Contudo, é somente a partir da década de 1990 que surgem os primeiros trabalhos que buscam captar a dinâmica dos complexos processos que acontecem na sociedade

rural. Os estudos de KLEIN (1992) e WELLER (1997) não só trataram de estimar a magnitude do emprego rural não-agrícola, como demonstrar a necessidade de potencializá-lo, no sentido de melhor ocupar a mão-de-obra familiar e aumentar a sua renda.

No Brasil, salvo desconhecimento, o trabalho pioneiro sobre a agricultura em tempo parcial, enfocando a dinâmica dos agricultores familiares (imigrantes alemães que se instalaram no Vale do Itajaí, em Santa Catarina) e as estratégias para sua reprodução, é o de SEYFERT (1973). Outros dois estudos relevantes (SCHNEIDER, 1994 e SACCO DOS ANJOS, 1995), já ancorados numa perspectiva conceitual e teórica mais recente, também retrataram casos específicos de regiões típicas de agricultura familiar do Sul do Brasil. O surgimento do Projeto Rurbano em meados dos anos 1990 vem definitivamente colocar na ordem do dia os estudos sobre as ocupações rurais não-agrícolas e a pluriatividade no contexto brasileiro, sendo responsável pela inclusão desta temática na agenda atual de pesquisas dos cientistas sociais. Como se vê, o debate ainda é embrionário e a continuidade das pesquisas nesta área é de fundamental importância para se compreender toda a complexidade deste fenômeno.

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1999), o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas duas décadas, como resultado, de um lado, do processo de industrialização da agricultura e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. O que se observa no meio rural em consequência é uma crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e de renda não-agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social.

Os dados do Projeto Rurbano mostram que, no país todo, houve uma redução na participação de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1992-97<sup>64</sup>. Por outro lado, nesse mesmo período, observou-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 1997, do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, cerca de 4 milhões estavam atuando em atividades não-agrícolas. No que se refere aos ramos de atividades, a prestação de serviços pessoais, a indústria de transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, e a indústria da construção civil são os mais proeminentes quanto à geração de ocupações não-agrícolas para a população residente no meio rural (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000a).

---

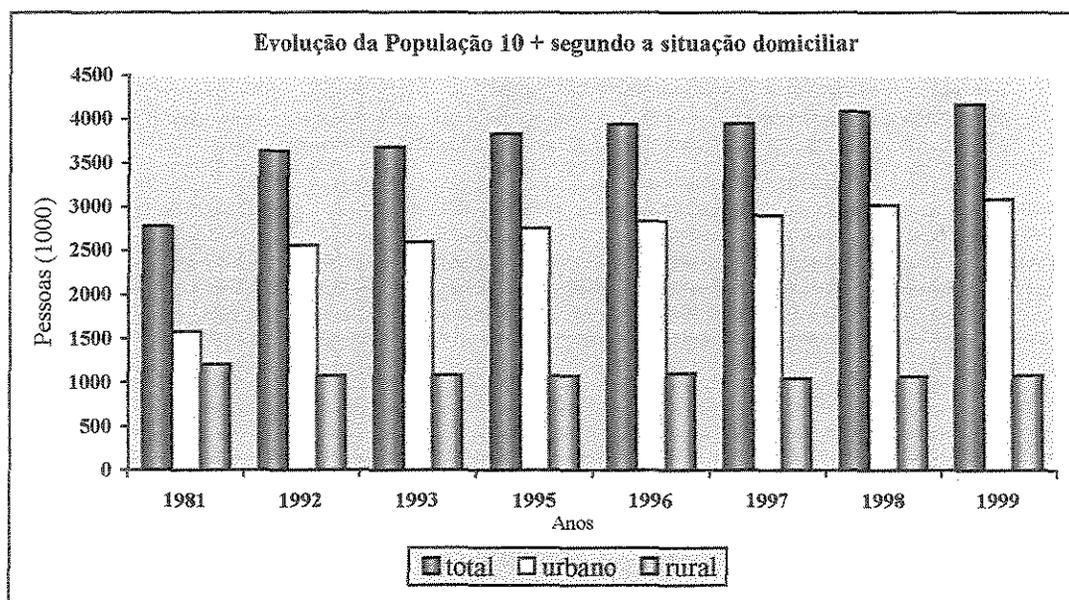
<sup>64</sup> Ver os trabalhos de Graziano da Silva, Del Grossi e Laurenti constantes no livro "O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional". Vol.1. (Eds) CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. Embrapa, 2000.

Para estes autores, a maior parte das atividades não-agrícolas exercidas por empregados que residem na zona rural exigem baixo nível educacional e baixa qualificação profissional. Portanto, qualquer conjunto de políticas públicas que vise melhorar as condições de qualidade de vida no meio rural deve, além de incorporar as perspectivas de atividades não-agrícolas, contribuir para que a população residente tenha acesso a empregos mais qualificados e que ofereçam melhores possibilidades para a realização pessoal.

## 2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DAS OCUPAÇÕES RURAIS EM SANTA CATARINA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Com uma intensidade maior do que a verificada para o conjunto do país, a população urbana com 10 anos ou mais de idade (população 10+) do Estado de Santa Catarina continua crescendo na década de 1990, embora a taxas inferiores às verificadas na década de 1980 (Figura 2). Essa população passou de 1,5 milhão em 1981, para 2,5 milhões em 1992, e atingiu quase 3,1 milhões no ano de 1999.

**Figura 2. Evolução da população de 10 anos e mais, segundo a situação domiciliar, no Estado de Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990**



Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

No período compreendido entre 1992 e 1999 houve uma tendência de crescimento com taxas da ordem de 2,8% ao ano. O dinamismo do meio urbano catarinense fica evidenciado quando se verifica que a taxa de crescimento da população ocupada (PEA urbana) se apresenta

em igual patamar à taxa de crescimento da população em idade ativa para os anos 1990 e bem superior, àquela verificada, para a população que reside no meio rural (tabela 1).

**Tabela 1. Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal (1000 pessoas). Santa Catarina, 1981 a 1999<sup>65</sup>**

Situação Domiciliar e Condição na Ocupação	Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de Crescimento (% a.a.)	
										1992/99 <sup>a</sup>	
<b>Urbano – População de 10+ Ocupado</b>		<b>1577</b>	<b>2559</b>	<b>2599</b>	<b>2757</b>	<b>2837</b>	<b>2905</b>	<b>3022</b>	<b>3091</b>	<b>2,8</b>	<b>***</b>
		790	1388	1427	1612	1546	1611	1648	1690	2,8	***
	Agrícola	64	98	79	89	98	85	60	83	-3,0	
	Não-agrícola	727	1290	1348	1522	1448	1526	1588	1607	3,1	***
Não PEA + Não-Ocupados		787	1171	1172	1145	1292	1294	1374	1402	2,9	***
Procurando Emprego		35	87	70	81	93	104	169	179	12,8	***
<b>Rural – População de 10+ Ocupado</b>		<b>1204</b>	<b>1079</b>	<b>1084</b>	<b>1075</b>	<b>1105</b>	<b>1048</b>	<b>1069</b>	<b>1083</b>	<b>-0,1</b>	
		770	809	792	769	772	715	695	711	-2,1	***
	Agrícola	600	629	617	567	528	501	494	466	-4,4	***
	Não-agrícola	170	180	175	202	245	213	202	245	4,1	***
Não PEA + Não-Ocupados		434	270	292	306	333	333	374	372	4,7	***
Não-Ocupados –Procurando Emprego		6	11	6	9	15	19	24	33	22,1	***
Aposent., Pension. Ou Outras rendas		61	60	79	69	89	80	101	99	6,5	***
Outros Não Econom. Ativos		367	200	206	228	229	234	249	239	3,0	***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

No meio rural catarinense a dinâmica populacional é oposta àquela verificada no meio urbano, com a população rural de 10 anos ou mais de idade (população 10 +) decrescendo ao longo de todo o período considerado. Contudo, a tendência de decréscimo na década de 1990 já se apresenta arrefecida quando comparada à década anterior. Assim, enquanto no ano de

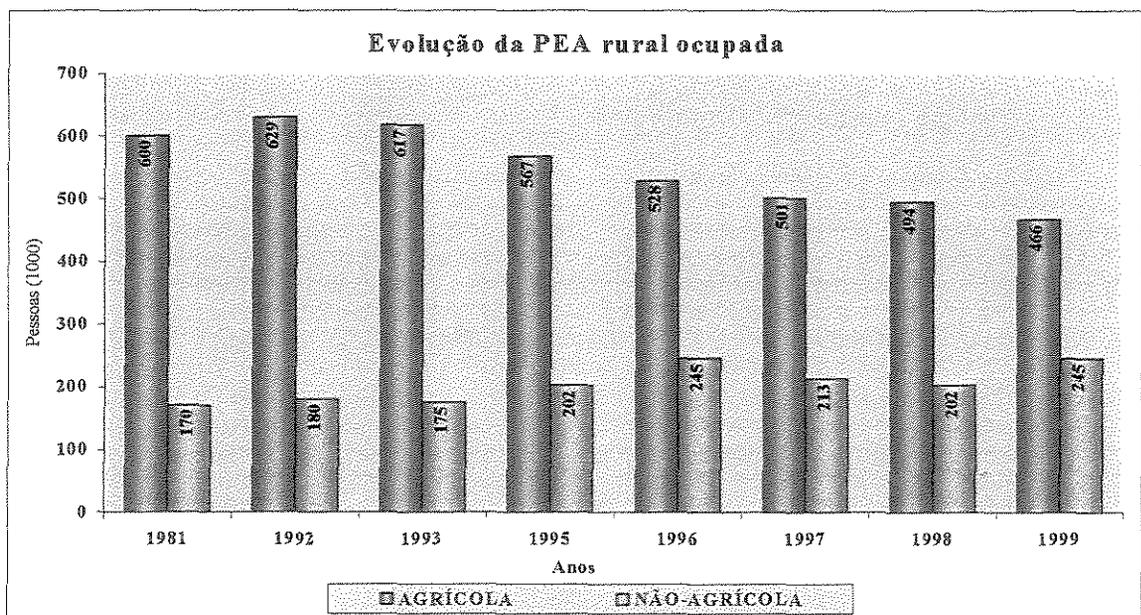
<sup>65</sup> Em função das mudanças metodológicas adotadas pelo IBGE nas PNADs a partir de 92, os dados apresentados a seguir foram retabulados de tal forma a garantir a comparabilidade das informações entre as décadas de 80 e de 90, permitindo analisar as mudanças em curso na ocupação da população rural catarinense.

1981 a população rural com 10 ou + anos de idade representava 43,2% do total, no ano de 1992 representava 29,6% e no ano de 1999 respondia por 25,9% do total.

Este mesmo comportamento também pode ser observado para o conjunto da PEA rural ocupada que apresentou uma tendência de queda no período de 1992/99, com a perda de 98 mil postos de trabalho. Isso demonstra uma tendência de perda do dinamismo na geração de ocupações no meio rural no Estado, que pode levar a três situações: (i) o aumento do número de desocupados procurando emprego, (ii) a subocupação ou inatividade de pessoas no meio rural e (iii) obrigar a migração de pessoas em idade ativa para outras localidades em busca de trabalho. Além do mais, aumenta a carga sobre a população ativa no que diz respeito à sua responsabilidade na geração de riquezas.

Ao voltar-se à análise para as pessoas com domicílio rural, pode-se notar para o Estado de Santa Catarina, à semelhança do que ocorre para o conjunto do país<sup>66</sup>, contrariamente ao que ocorreu até meados de 1980, uma tendência de queda da PEA agrícola e um aumento mais expressivo da PEA não-agrícola nos anos 1990 (Figura 3).

**Figura 3. Evolução da população economicamente ativa rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas em Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990**



Fonte: Elaboração do autor, a partir de tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

<sup>66</sup> Ver LAURENTI & DEL GROSSI (2000).

No período entre 1992 e 1999 houve uma diminuição de aproximadamente 160 mil pessoas nas ocupações agrícolas do Estado, apresentando uma tendência de queda da PEA agrícola da ordem de 4,4% ao ano. O impacto dessa redução foi amenizado pela expansão do trabalho em atividades não-agrícolas, que incorporou, nesse mesmo período, 65 mil pessoas ao mercado de trabalho. Este fato determinou a elevação da participação das **ocupações não-agrícolas de 21,95% no início dos anos 1990 – por sinal o mesmo do ano de 1981, que era de 21,91% - para 32,93% no ano de 1999**, considerando o conjunto da população rural economicamente ativa (**Tabela 1**). Ainda, conforme já havia observado MATTEI (1999), no caso das ocupações não-agrícolas, ao contrário das ocupações agrícolas, pode-se notar esse movimento ascendente desde o início dos anos 1980. Isto significa que a ocupação em atividades não-agrícolas no meio rural catarinense não é um fenômeno novo, como já foi comentado no capítulo I, mas que apenas se intensifica nos anos 1990.

Na verdade, a diminuição do emprego em atividades agrícolas não é um problema relacionado apenas ao Estado de Santa Catarina. Vários estudos de autores nacionais<sup>67</sup> mostram que houve uma redução constante da demanda de força de trabalho agrícola no meio rural brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1980<sup>68</sup>, basicamente em consequência da elevação da produtividade do trabalho agrícola associada à incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, as quais gradativamente vem substituindo ou mesmo eliminando a força de trabalho humana (MATTEI, 1999).

Esta diminuição de postos de trabalho na atividade agrícola, tem como consequência imediata, especialmente a partir de 1995, um expressivo crescimento de pessoas economicamente ativas procurando emprego. Entre 1992 e 1999 houve uma tendência de crescimento, com taxas de 22,1% ao ano, atingindo o patamar de 33 mil pessoas desempregadas no meio rural no ano de 1999. Para esta parcela de trabalhadores rurais catarinenses que não consegue ser alocada nas atividades agrícolas, resta a possibilidade de tentar um emprego em atividades não-agrícolas, geralmente em um núcleo urbano próximo, ou então, abandonar definitivamente seu local de moradia e convívio para buscar uma oportunidade de trabalho e de renda em outras regiões economicamente mais ativas.

---

<sup>67</sup> Recomenda-se consultar o trabalho de GRAZIANO DA SILVA (1996).

<sup>68</sup> Em Santa Catarina, os dados do Censo Agropecuário a respeito do número de Pessoas Ocupadas na agricultura, são estes: em 1970 eram 763.501 pessoas; em 1975, 858.734; em 1980, 836.755; em 1985, 887.287 e em 1995/96, 718.694 pessoas.

Não resta dúvida de que a ocupação agrícola, mesmo nas regiões mais rurais da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), encontra-se em queda relativa e, na maior parte dos casos, absoluta (ABRAMOVAY, 2000a). No Brasil, historicamente, a capacidade dos centros urbanos em absorver os trabalhadores agricultores expulsos das áreas rurais é limitada, não havendo qualquer semelhança com o processo ocorrido no continente europeu. Conforme demonstra a análise de GUANZIROLI *et al.* (2001), dadas as dificuldades de acesso à terra, para a grande maioria, a única alternativa foi a migração para os centros urbanos, caracterizando um “*êxodo rural prematuro*”, na medida em que seu ritmo foi muito superior àquele da expansão das oportunidades de emprego urbano-industrial. É neste contexto que as novas funções do espaço rural podem vir a contribuir de forma efetiva para amenizar a falta de trabalho em outros locais para as populações rurais.

Além disso, a redução nos níveis de emprego extrapola o setor agrícola. Analisando os determinantes do recente agravamento da questão do emprego no Brasil, MATTOSO & BALTAR (1997) constataram que o escasso dinamismo industrial se refletiu também na geração de emprego formal. Afirmam, ainda, que somente num contexto de retorno do investimento produtivo com distribuição de renda que os diversos tipos de medidas de política para tentar estimular o mercado podem ganhar eficácia. Para POCHMANN (2000), os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta e de taxas de juros elevadas, seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional.

Por fim, a respeito das pessoas não economicamente ativas residentes no meio rural, podemos destacar dois aspectos. Primeiro, aumentou consideravelmente o número de aposentados e pensionistas, chegando a 100 mil pessoas no ano de 1999. Esse comportamento, em acordo com MATTEI (1999), está relacionado à extensão dos benefícios previdenciários às áreas rurais a partir de 1992, com a regulamentação da nova legislação da Previdência Social. Assim, em muitas localidades essencialmente rurais cuja economia depende fortemente da produção agropecuária, as rendas oriundas desses benefícios acabam determinando o fluxo de movimento financeiro do comércio local e a dinâmica econômica dos pequenos municípios, principalmente aqueles em que o nível de renda das populações rurais é muito baixo<sup>69</sup>.

---

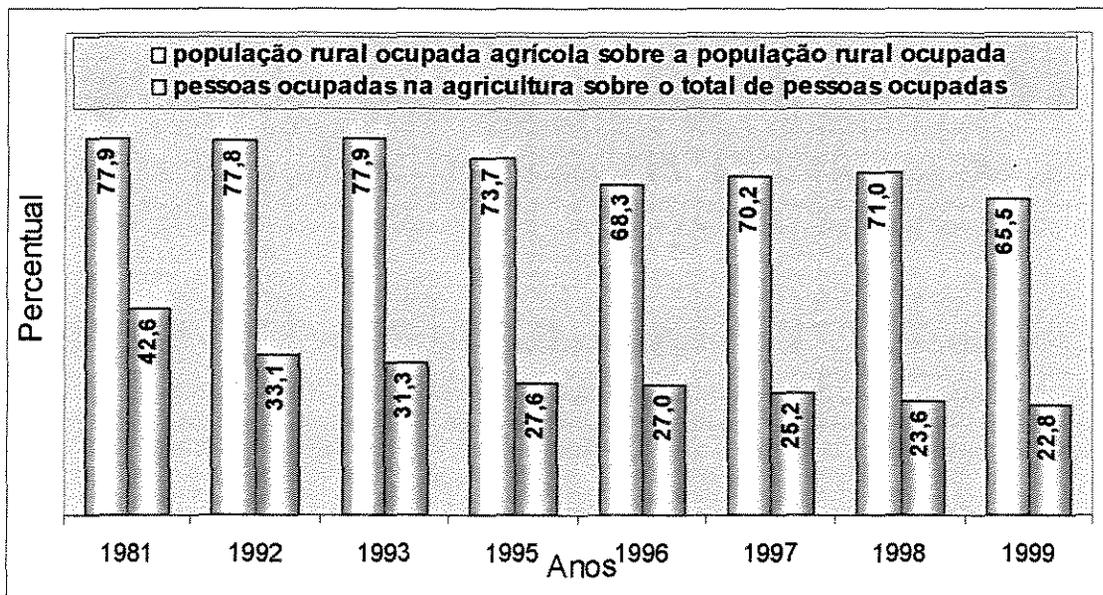
<sup>69</sup> A respeito dos impactos da extensão da previdência social ao meio rural, consultar o trabalho de DELGADO, G. & CARDOSO JR, J. C. (2000).

Segundo, a categoria denominada “outros não economicamente ativos” apresenta uma quantidade expressiva de pessoas no meio rural, em torno de 240 mil pessoas nos anos mais recentes. Embora seja difícil qualificar este segmento de pessoas, assumo como hipótese que o mesmo seja composto majoritariamente por pessoas com atividades “do lar” e jovens estudantes – que não entram composição da PEA mas que contribuem com menos de 15 horas semanais de trabalho ou ainda em atividades destinadas ao consumo familiar – bem como por pessoas idosas que vivem no meio rural compondo o que se conhece por família extensa. O processo de envelhecimento e de masculinização da população rural catarinense, em especial da região Oeste, será discutido mais adiante no capítulo III.

### 2.2.1 A ocupação da população rural nas atividades agrícolas

A população rural catarinense ocupada em atividades agrícolas vem decrescendo gradativamente ao longo dos últimos anos, sendo que no ano de 1981, 77,9% da população rural estava ocupada na agricultura, enquanto que no ano de 1999, este percentual caiu para 65,5%. Por outro lado, o conjunto da população ocupada na agricultura, em Santa Catarina, passou de 42,6% em 1981 para 22,8% em 1999 (Figura 4).

**Figura 4.** Evolução da população ocupada na agricultura no Estado de Santa Catarina na década dos anos 1980 e 1990.



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da PNAD, tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, setembro/2000

Esse comportamento do emprego agrícola remete à discussão da agricultura no cenário macroeconômico do Estado e do Brasil. A redução da população ocupada em atividades agrícolas encontra-se, por um lado, fortemente relacionada à continuidade do processo de modernização agrícola iniciado no final dos anos 1960 e início dos 1970. Esse processo aprofundou-se nas décadas de 1980 e 1990<sup>70</sup>, sobretudo através do desmonte das políticas agrícolas, da maior utilização de insumos “modernos”, da mecanização dos tratamentos culturais e colheita das culturas anuais, bem como pela automação e inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra no setor pecuário, alterando-se a forma de produzir e as próprias relações de trabalho no meio rural, que passou a se subordinar à dinâmica da produção industrial.

De fato, essas transformações estruturais geraram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro e catarinense. Por um lado, a “penetração capitalista” na produção agropecuária, conduziu a um processo crescente de integração aos demais setores da economia, fazendo com que o ritmo e a dinâmica da produção ficassem cada vez mais subordinados aos movimentos gerais da economia do país. Por outro, a integração vertical da produção desloca o poder de decisão do agricultor para os agentes econômicos externos envolvidos no processo produtivo (MATTEL, 1998).

Essa queda de emprego, que obedece a uma tendência de desemprego estrutural, foi intensificada pela liberalização econômica no início dos anos 1990, via rápida e brusca redução das barreiras tarifárias às compras externas, e atingiu seu ápice com a adoção da ancoragem de parcela substancial da estabilização macroeconômica pós-real na maior abertura à entrada de produtos importados (LOURENÇO, 1995).

Os impactos desse processo de abertura comercial unilateral já se fazem presentes em distintos produtos da economia agrícola catarinense. As culturas mais afetadas foram a da cebola, do alho, da maçã e do milho, que passaram a sofrer uma forte concorrência dos produtos importados, principalmente daqueles originários dos países do Mercosul. Já, a cadeia produtiva do leite, que inicialmente foi incluída entre os produtos considerados “sensíveis” à concorrência de países do Mercosul, em especial da Argentina e do Uruguai, reagiu bem à concorrência externa e à falta de proteção ao produtor nacional, posição deliberadamente

---

<sup>70</sup> As informações do Censo Agropecuário - em que pese diferenças metodológicas e no universo pesquisado em relação aos dados da PNAD - também confirmam a tendência de queda das pessoas ocupadas na agricultura, com uma redução de 19% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários catarinenses no ano de 1995 em relação ao ano de 1985 (IBGE, 1991 e 1998).

assumida pelo governo brasileiro. No Oeste catarinense o salto produtivo nos anos 1990 levou esta região à condição de maior produtora de leite do Estado, graças à competência dos agricultores familiares de leite da região, que promoveram um processo de reconversão espontânea na atividade, levando-a de uma situação de produto de subsistência para a de uma atividade âncora para 40 mil produtores que comercializaram 480 milhões de litros de leite no final dos anos 1990. A competitividade da produção de leite no sistema diversificado adotado pelos produtores do Oeste catarinense se evidencia na medida em que uma das maiores empresas mundiais do setor, a Parmalat, se instala na região e caminha no sentido de ampliar seus negócios nesta região.

Ademais, conforme já salientou MATTEI (1999), as principais agroindústrias situadas na região Oeste catarinense iniciaram um movimento de deslocamento de novos investimentos em direção à região Centro-Oeste do país, sob o argumento de um suposto aumento de sua competitividade nos mercados internos e externos. Em parte, esse movimento pode ser explicado – este é o argumento das agroindústrias – pelo continuado déficit Estadual na produção do milho (atualmente em 700 mil toneladas anuais), insumo básico para a produção de suínos e aves, o que obriga os agentes econômicos à importação sistemática desse produto. Já no Centro-Oeste esses insumos são ofertados a preços menores em função tanto da ótima produtividade quanto da menor demanda local. Contudo, o que mais pesa nessa estratégia parece ser os fortes incentivos fiscais que são oferecidos por várias unidades da federação, no intuito de atrair novas indústrias<sup>71</sup>. Essa situação, aliada a exigências de aumento das escalas de produção, acaba por determinar o aprofundamento do processo de exclusão de agricultores da atividade, sobretudo da parcela mais descapitalizada<sup>72</sup>.

Estas questões anunciam a gravidade dos novos obstáculos que o agricultor familiar catarinense deverá enfrentar para sua inserção e permanência no mercado das principais *commodities* do setor agroindustrial. Para WILKINSON (1997, p. 34), os maiores desafios da produção familiar do Sul do Brasil resultam da “*ameaça crescente de expropriação pela empresa especializada em grande escala das atividades essenciais à sobrevivência da*

---

<sup>71</sup> A respeito do tema da guerra fiscal no Brasil, consultar o trabalho de ALVES (2001).

<sup>72</sup> Acerca do processo de concentração e exclusão dos produtores de suíno na região Oeste catarinense consultar o trabalho de TESTA *et al.* (1996). Para WILKINSON (1997:41), a liberalização e a integração regional estão acelerando as tendências à especialização e a economias de escala em torno de produtos individuais. Essas tendências levaram inicialmente a uma concentração dos recursos produtivos na produção familiar, mas agora ameaçam realocar tais produtos agroindustriais e lavouras comerciais fora do setor familiar e da própria região.

*produção familiar*”. Pior do que isso, é o quase absoluto controle do capital industrial sobre o processo produtivo, se apropriando cada vez mais da renda gerada pelo trabalho familiar.

Contudo, ao considerar que as trajetórias para a reestruturação econômica continuam abertas a negociações, esse autor concluiu que o futuro da produção familiar no Sul do Brasil depende menos da competitividade definida estreitamente dentro dos limites tecnológicos e organizacionais e bem mais da emergência de uma coalizão de atores comprometidos em redefinir as prioridades econômicas para a região a partir do potencial produtivo do próprio sistema de produção familiar. Assim, a chave da mobilização estaria na identificação da produção familiar com o futuro da região.

Na **tabela 2** podemos verificar os principais setores de atividades das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, assim como suas respectivas tendências de crescimento nos anos 1990, considerando o espaço rural catarinense.

**Tabela 2. População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação, o ramo e setores de atividades. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.**

Ramo de Atividade Setor principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. Crescimento	
								(% a.a.)	1992/99 <sup>a</sup>
<b>População Economicamente Ativa</b>	<b>820</b>	<b>799</b>	<b>778</b>	<b>787</b>	<b>733</b>	<b>719</b>	<b>745</b>	????	
<b>Ocupados</b>									
<b>Agrícola</b>	<b>629</b>	<b>617</b>	<b>567</b>	<b>528</b>	<b>501</b>	<b>494</b>	<b>466</b>	<b>-4,4</b>	<b>***</b>
Cultura de milho	267	248	182	225	127	130	123	-11,3	***
Culturas diversas	83	144	125	74	149	77	117	-0,3	
Criação de animais	45	69	71	42	62	73	87	5,6	
Cultura de fumo	166	87	114	123	99	116	80	-4,8	
Produção de verduras	10	15	15	10	15	39	25	14,9	**
Criação de aves	16	23	26	25	15	27	16	-0,4	
Cultura de mandioca	21	11	15	15	15	13	6	-8,4	*
Rizicultura	-	3	-	-	-	-	-		
Cultura de soja	6	-	4	4	5	7	-		
Silvicultura	-	12	9	6	-	-	-		
cultura de banana	6	-	-	-	-	-	-		
Agropecuária	-	-	-	-	3	8	-		
Subtotal	619	612	561	523	492	489	454	-4,5	***
<b>Não-Agrícola</b>	<b>180</b>	<b>175</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>213</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>4,1</b>	<b>***</b>
<b>Não-Ocupados – Procurando Emprego</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>33</b>	<b>22,1</b>	<b>***</b>

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

Obs.: “-” indica menos de seis observações na amostra.

Na verdade, no Estado há a coexistência de uma agricultura tradicional, com baixa utilização de tecnologias, com outra, mais moderna e tecnificada. O Censo Agropecuário de 1995-96 revela, com relação aos estabelecimentos agropecuários, que 25% deles possuíam pelo menos um trator enquanto que 56% tinham arado à tração animal; 85% usaram fertilizantes químicos ou orgânicos e 95% usaram agrotóxicos em suas lavouras; e cerca de 65% dos estabelecimentos recorreram à assistência técnica - dos quais 57% tiveram origem no setor governamental, o que revela a presença marcante do serviço público em todo o Estado de Santa Catarina<sup>73</sup> (IBGE, 1998).

Por outro lado, a persistente queda da renda dos grãos nas duas últimas décadas tem desestimulado a permanência na atividade dos agricultores de menor escala de produção. A título de exemplo, a cultura do milho apresentou declínio no número de produtores (de 194 mil em 85 para 151 mil em 96) e redução da área plantada. Contudo, a diminuição do número de produtores e da área plantada ocorreu apenas nas propriedades que cultivavam até 20 hectares de milho. Estas, apesar da redução, continuam ainda representando 97,5% do total dos estabelecimentos que planta milho (INSTITUTO CEPA/SC, 1998).

Os dados mostram que as culturas anuais e fumo são responsáveis pela ocupação de cerca de 70% da PEA rural catarinense, ocupada em atividades agrícolas. A atividade de criação de animais (especialmente, bovinos de leite e suínos) é responsável pelo 3º maior contingente de pessoas ocupadas e a tendência de crescimento verificada nos anos 1990 se deve principalmente à expansão da bovinocultura de leite no Estado, incorporando parcela das pessoas excluídas do processo de concentração na suinocultura catarinense.

A redução significativa da ocupação na cultura do milho – principal cultura de grãos estadual – deve-se à modernização tecnológica que aumentou os níveis de produtividade da cultura resultando num aumento de produção mesmo com liberação de áreas degradadas e impróprias para o cultivo, permitindo uma melhoria na produtividade do trabalho através da utilização de áreas de boa aptidão para o cultivo de grãos e também devido ao expressivo aumento do sistema de cultivo do milho solteiro – que era utilizado por 57% dos produtores

---

<sup>73</sup> Não se deve esquecer, conforme OFFE (1984), os mecanismos de seletividade (especialmente os denominados de estrutura - nível de renda; integração ao mercado; tamanho da propriedade) que atuam como “filtros” vinculados a interesses e classes. Os critérios de seleção que determinam o acesso às políticas públicas dirigidas ao meio rural dificultam, por um lado, resultados positivos quanto à permanência dos agricultores familiares (especialmente os descapitalizados) no meio rural e, por outro, acampamentos, conflitos de terra e políticas como a de assentamentos expressam a não-realidade/a exclusão gerada pelos processos de seletividade.

rurais em 1985 e por 88% deles em 1995-96 (IBGE, 1991; 1998)<sup>74</sup>. Também merece destaque a intensificação do deslocamento inter-regional desta cultura em direção às regiões dotadas de condições edafo-climáticas competitivas, como o Centro-Oeste do país.

Por fim merece menção o crescimento das pessoas ocupadas na produção de verduras, reflexo do aumento de demanda por parte de consumidores cada vez mais preocupados com uma alimentação saudável, bem como por se caracterizar pelo uso intensivo de mão-de-obra e solo, peculiar e adequado ao sistema familiar de produção predominante no Estado.

Em suma, a evolução na agricultura catarinense na verdade reflete os ajustes que o setor vem fazendo diante das transformações estruturais por que passam a economia mundial e a brasileira, destacando-se a sua maior abertura comercial e financeira, o afastamento do governo do mercado de produtos, a diminuição dos recursos públicos para o financiamento da agricultura e a mudança do padrão tecnológico e de consumo no país.

### **2.2.2 A ocupação da população rural nas atividades não-agrícolas**

A **tabela 3** apresenta a evolução da população rural catarinense ocupada, por posição na ocupação<sup>75</sup>, em atividades não-agrícolas no período entre 1981 e 1999.

Para este tipo de ocupação, os dados revelam uma dinâmica bem diferente daquela das ocupações agrícolas. A categoria de empregados não só mostra uma tendência de crescimento nos anos 1990 como também responde por aproximadamente 83% das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no ano de 1999, revelando que a ocupação em atividades não-agrícolas parece não estar relacionada à expansão de negócios próprios no espaço rural, mas sim à busca de melhoria nos ganhos monetários da família através da inserção no mercado de trabalho assalariado urbano.

---

<sup>74</sup> O rendimento médio desta cultura progrediu de 2.684 Kg/ha na primeira metade dos anos 90 para 3.368 kg/ha no intervalo 1995/99, sendo a principal responsável pelo aumento da oferta do grão em nível estadual, uma vez que a área ocupada pela cultura neste período sofreu decréscimo, passando de 1087,2 mil hectares em 1992 para 781,4 mil hectares em 1999 (INSTITUTO CEPA/SC, 1994; 2001). Na safra 99/00 a produtividade alcançou 4.122 kg/ha (INSTITUTO CEPA/SC, 2001). Os dados do censo agropecuário mostram, por um lado, a redução da área colhida de 850,6 mil hectares em 1985 para 754,9 mil hectares em 1995-96 e, por outro, o aumento da produtividade que passou de 2284 kg/ha em 1985 para 3053 kg/ha em 1995-96 (IBGE, 1991 ; 1998).

<sup>75</sup> As PNADS definem originalmente oito categorias de posição na ocupação: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta-própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade familiar, outro trabalhador não-remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Conforme em DEL GROSSI (1999:12), as informações foram agregadas para efeito de comparação.

**Tabela 3. População rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1981/1999.**

Posição na Ocupação na Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de Crescimento (% a.a.)	
									1992/99 <sup>a</sup>	
<b>Atividades Não-Agrícolas</b>	<b>170</b>	<b>180</b>	<b>175</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>213</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>4,1</b>	<b>***</b>
Empregados	144	151	135	169	190	169	162	204	4,1	**
Conta-própria	21	23	30	26	43	31	32	32	4,2	
Empregadores	2	3	2	7	5	6	6	7		
Não-remunerados	3	3	8	1	7	7	2	3		
Sem declaração										

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

Já as categorias que compõem o trabalho familiar (conta-própria e não-remunerados), apesar de expandirem, entre 1981 e 1999, seu percentual de participação no conjunto do trabalho rural não-agrícola com 11 mil postos de trabalho a mais, não apresentaram uma tendência confiável de crescimento ao longo do período analisado.

Conforme o trabalho de MATTEI (1999) já havia indicado e seguindo uma tendência apontada para o Brasil, os resultados por posição na ocupação revelam que a dinâmica das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural catarinense está muito mais associada à expansão de um conjunto de atividades não ligadas à produção agropecuária e que priorizam as relações de trabalho mais formalizadas, conforme será verificado a seguir na análise dos principais ramos e setores das ocupações não-agrícolas.

### *2.2.2.1 Os ramos de atividade do trabalho principal<sup>76</sup>*

A **tabela 4** apresenta o número de pessoas para os principais ramos de atividade das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Santa Catarina. Os dados permitem observar que a maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural atua, em ordem decrescente, nos ramos da indústria de transformação, de prestação de serviços, da indústria da construção, do comércio de mercadorias e das atividades sociais. Somados, esses ramos respondem por 87,7% das ocupações não-agrícolas em Santa Catarina para o ano de 1999.

<sup>76</sup> A PNAD pesquisa os seguintes ramos de atividades: agrícola, indústria de transformação, indústria da construção, outras atividades industriais, comércio de mercadorias, prestação de serviços, social, serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte e comunicação, administração pública, outras atividades.

**Tabela 4. População rural de 10 anos e mais, segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.**

Ramo de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. Crescimento 1992/99 <sup>a</sup>	
<b>Ocupados</b>									
<b>Não-Agrícola</b>	<b>180</b>	<b>175</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>213</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>4,1</b>	<b>***</b>
Indústria de Transformação	75	70	85	89	94	83	101	4,3	***
Prestação de Serviços	37	32	43	56	39	40	51	4,5	*
Indústria da Construção	16	16	23	27	20	24	29	7,9	***
Comércio de Mercadorias	22	22	11	23	18	17	19	-1,9	
Social	11	10	17	23	12	12	15	3,0	
Administração Pública	5	6	6	9	8	8	10	10,6	***
Transporte e Comunicação	6	8	9	8	8	5	11	2,7	
Outras Atividades Industriais	3	7	6	3	7	6	2		
Serviços Aux. de Ativ. Econ.	4	3	1	5	3	6	5		
Outras Atividades	1	1	1	2	3	1	2		

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

Na década de 1990 os ramos que apresentaram tendência confiável de crescimento foram a indústria da transformação, a administração pública, a indústria da construção e o ramo de prestação de serviços. Em seu trabalho, MATTEI (1999) argumenta que pode estar ocorrendo um processo de “urbanização” do meio rural, ou seja, a extensão para as áreas rurais de uma rede de serviços de infra-estrutura e de outras comodidades antes exclusivas das áreas urbanas e, por outro lado, pode significar também o atendimento de reivindicações das comunidades rurais, principalmente no que diz respeito aos ramos de atividades sociais e da administração pública. Mas isto fica na suposição, uma vez que não há elementos suficientes para dizer se a expansão destas atividades está se dando no meio rural.

Por sua vez, a indústria de transformação apresentou uma forte tendência de crescimento nos anos 1990 e sozinha respondia em 1999 por 41% das ocupações rurais não-agrícolas, o que é explicado pela presença marcante no Estado das indústrias têxteis, de calçados, de vestuário e de máquinas e equipamentos (MATTEI, 1999), bem como pela expressiva expansão nos últimos anos da indústria ligada ao processamento de produtos agropecuários no próprio meio rural, especialmente agroindústrias de carnes, de laticínios e derivados, de cana-de-açúcar, de frutas e hortaliças. Este tema será abordado no capítulo V.

A tendência de crescimento verificada nos anos 1990 para outros quatro ramos – a indústria da construção, a administração pública, a prestação de serviços, e transportes e comunicação – podem estar associadas à emancipação de dezenas de novos municípios nestes

últimos anos, quando o número de municípios catarinenses passou de 199 em 01 de janeiro de 1989 para 293 municípios na atualidade. Em sua maioria, esses municípios foram formados a partir de pequenos distritos e/ou vilas rurais que se desmembraram de municípios maiores e que não possuíam a infra-estrutura necessária para o atendimento às necessidades básicas de seus habitantes. A partir de sua emancipação, tornou-se necessário construir desde a sede da prefeitura, câmara de vereadores, postos de saúde até a melhoria daquelas já existentes, como colégios e estradas de acesso. Na verdade, a grande maioria é pequenas localidades que possuem populações inferiores a cinco mil habitantes e que até sua emancipação, dependiam da estrutura localizada na sede do município a que pertenciam. Também, como argumenta MATTEI (1999), a expansão ao meio rural de uma rede de serviços públicos e de infra-estrutura, principalmente nas áreas de saúde, educação, comunicações, que visam melhorar as condições de vida das populações dessas localidades, bem como o aumento da demanda de transporte de pessoas e de produtos “in natura” e/ou processados da área rural para outros centros e regiões consumidoras, ajudam a explicar este comportamento.

O ramo de prestação de serviços é responsável pela segunda maior participação na geração de empregos não-agrícola – 20,8% no ano de 1999 – e parece estar associado não só à expansão de novos tipos de ocupações até pouco tempo atrás praticamente inexistentes para as populações rurais, bem como pela contribuição importante do emprego doméstico neste ramo de atividade, conforme será visto no tópico seguinte. Quanto ao ramo das atividades sociais, apesar dos dados mostrarem taxas, não apresentou uma tendência confiável de crescimento, sendo que, em termos absolutos, os valores permaneceram praticamente inalterados ao longo dos anos 1990 e ao mesmo tempo inferiores aos verificados na década de 1980.

Estes resultados revelam que a dinâmica de geração das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina parece estar diretamente associada ao aumento do emprego assalariado, seja nos diferentes pólos industriais do Estado, seja na construção civil ou mesmo na prestação de serviços e no comércio local. Neste sentido, GRAZIANO (1999) e MATTEI (1999) argumentam que a dinâmica de geração das ocupações rurais não-agrícolas não ocorre como preconizado por alguns autores, como Weller (1997)<sup>77</sup>. Na visão desses autores, isso acontece porque os

---

<sup>77</sup> Para este autor, seriam as próprias características do setor agropecuário que gerariam as ocupações rurais não-agrícolas, uma vez que estes tipos de ocupações estariam ligados, num primeiro momento, ao processo de modernização da agricultura e, posteriormente, à expansão de outras atividades ao meio rural.

programas e as políticas implementadas durante a modernização agrícola não beneficiaram uniformemente todas as regiões e nem todos os estratos de produtores. Por um lado, regiões mais desenvolvidas e *commodities* de exportação foram as mais beneficiadas e, por outro, os produtores com estrato de áreas maiores foram favorecidos, o que facilitou a modernização e a acumulação de capital por parte deste segmento. Em consequência disso, conforme Graziano da Silva (1999), o desenvolvimento rural tornou-se extremamente heterogêneo, tanto do ponto de vista geográfico quanto das dinâmicas que promovem esse processo de desenvolvimento.

### 2.2.2.2 Os setores de atividade da população rural não-agrícola

A **tabela 5** mostra os dados dos principais setores de atividades da população rural ocupada em atividades não-agrícolas. O setor<sup>78</sup> agrupa diversas ocupações de um determinado ramo de atividade.

**Tabela 5. Principais setores de atividade da população rural não-agrícola ocupada 15 horas e mais na semana de referência. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.**

Atividades do Empreendimento	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de Crescimento (% a.a.)	
								1992/99 <sup>a</sup>	
Construção	16	16	23	27	20	24	29	7,9	***
Emprego Doméstico	21	16	22	28	20	20	26	3,5	
Indústria vestuário	5	5	7	6	6	13	16	15,9	***
Indústria de alimentos	6	3	10	12	9	9	13	15,1	***
Indústria de madeiras	12	9	13	11	14	9	12	0,8	
Produtos plásticos	3	6	7	9	4	10	10	12,5	**
Produtos de fibra	15	19	17	19	20	12	10	-5,6	
Indústria de transform.	6	9	5	8	8	10	9	6,5	*
Fabr. móveis	6	5	6	6	11	-	9	-	-
Administração municipal	-	5	-	6	7	7	9	-	-
Estab. Ensino público	6	9	9	13	7	8	7	-0,2	
Alfaiataria	-	4	-	5	6	7	7	-	-
Papel e papelão	7	6	5	6	5	4	6	-4,3	*
Transporte de cargas	5	7	7	6	5	-	5	-	-
Indústria – metais	5	-	5	4	4	4	5	-	-
Subtotal	111	119	134	165	147	135	174	5,4	***
<b>PEA Não-Agrícola</b>	<b>180</b>	<b>175</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>213</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>4,1</b>	<b>***</b>

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

<sup>78</sup> Refere-se à atividade principal do empreendimento onde as pessoas trabalham. Assim, a atividade foi obtida através do ramo de negócio ou finalidade da empresa ou entidade. Os trabalhadores conta-própria foram classificados de acordo com a ocupação exercida. Para maiores detalhes veja DEL GROSSI (1999).

As informações das ocupações rurais não-agrícolas confirmam a geração de empregos pelos setores mais dinâmicos da economia catarinense: a indústria de alimentos, de confecções, de madeira e móveis, de metal-mecânica, construção civil e emprego doméstico. As indústrias de alimentos, do vestuário e da construção civil foram as que apresentaram uma forte tendência de crescimento nos anos 1990. Com exceção de alguns sistemas produtivos localizados, em especial na região do Vale do Itajaí, onde se verifica um processo de industrialização difusa, pode-se afirmar que a maior parte desses empregos se dá em núcleos urbanos, caracterizando uma situação de competição pelo emprego entre as pessoas que moram no meio rural e aqueles que vivem nas cidades. Muitos desses trabalhos, como o caso do emprego doméstico, apesar de sua baixa remuneração, serve como porta de entrada no mercado de trabalho para as jovens, que tem como objetivo final avançar em seus estudos.

O setor de estabelecimentos de ensino público não apresenta uma tendência confiável nos anos 1990, além das ocupações apresentarem-se inferiores a dos anos 1980. Essa falta de crescimento nesse importante setor, visto sua essencialidade para ampliar as oportunidades aos agricultores familiares, parece refletir os efeitos da política educacional nacional, na qual o Estado e os Municípios a partir dos anos 1990 passaram a desativar muitas escolas rurais municipais isoladas e a incentivar a participação dos alunos da área rural nas escolas das sedes municipais. Em acordo com MATTEI (1999), essa política, em grande medida, está estreitamente relacionada à política de cortes dos gastos públicos na área social, visto as dificuldades financeiras por que passa o Estado e a maior parte dos municípios catarinenses.

Os dados dos setores permitem vislumbrar outros aspectos importantes das ocupações rurais não-agrícolas. MATTEI (1999:47) chama atenção para as novas funções desempenhadas pelo “espaço rural”, relacionando o setor de restaurantes a atividades de lazer, turismo e de proteção ambiental, que se expandem no interior do Estado. Como exemplo, cita algumas rotas turísticas já existentes nos pequenos municípios, em sua maioria de base agrícola, como a rota turística da colonização italiana no Sul do Estado, a rota turística da colonização alemã no Vale do Itajaí e a tradicional rota do turismo rural na Serra e no Planalto catarinense. Vale lembrar que no Oeste catarinense, esse é um processo ainda incipiente, mas que pode se expandir, a partir da mobilização conjunta do poder público local e da comunidade, conforme já demonstra algumas iniciativas que serão tratadas no capítulo IV deste trabalho.

### 2.2.2.3 As ocupações principais da população rural

Os dados da PNAD a respeito das principais ocupações<sup>79</sup> não-agrícolas da população rural catarinense, tanto na década de 1980 quanto na de 1990, mostram como mais relevantes as de pedreiro, serviços domésticos, motorista, ajudantes diversos, costureiro-alfaiate, balconistas atendentes e serviços diversos. Os dados da **tabela 6** apresentam as ocupações agregadas<sup>80</sup> das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas residente no meio rural.

**Tabela 6. Evolução das principais ocupações agregadas não-agrícolas das pessoas com residência rural. PEA restrita (1000 pessoas). Santa Catarina, 1992/1999.**

Ocupações agregadas	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa Crescimento (% a.a.)	
								1992/99 <sup>a</sup>	
<b>Não-agrícola</b>									
Ocupações agroindustriais	8	4	11	8	8	9	14	9,9	*
Outros - indústria transformação	53	55	64	63	70	66	73	4,6	***
Serviços domésticos	21	16	22	28	20	20	26	3,5	
Gerentes e administradores	12	6	7	12	8	10	15	5,2	
Diversos	15	19	12	26	24	14	25	4,9	
Comércio não-especificado	9	12	-	11	9	6	10	-	-
Serviços da construção civil	16	15	19	26	20	29	30	10,5	***
Serviços pessoais não-domésticos	14	11	20	21	14	13	15	1,4	
Outros serviços pessoais	7	7	7	11	6	6	-	-	-
Motorista	11	10	13	12	13	7	10	-1,9	
Professores e outros da educação	5	6	6	8	-	7	4	-	-
Outras ocupações técnicas	3	5	-	7	-	-	8	-	-
Administração pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregador não-agrícola	-	-	6	5	6	6	6	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, maio/2001.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança.

A indústria é a principal fonte de emprego da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, com destaque para o setor agroindustrial. Os serviços ligados à construção civil, os serviços domésticos<sup>81</sup> e os serviços pessoais também merecem destaque. As ocupações na

<sup>79</sup> A ocupação é definida como o cargo, a função, a profissão ou o ofício exercido pela pessoa, sendo que, por questões de espaço, não apresentaremos a respectiva tabela.

<sup>80</sup> Para tornar mais consistentes e apresentáveis os resultados das tabulações especiais da PNAD optou-se por proceder a uma agregação das ocupações mais similares, formando novos grupos.

<sup>81</sup> Sua significativa participação parece estar associada à crescente dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, ao crescimento das moradias de altas rendas no meio rural e da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside em áreas rurais (GRAZIANO DA SILVA & DEL GROSSI, 1998).

agroindústria e em outras indústrias de transformação e na construção civil apresentaram tendência de crescimento no período, atingindo quase 50% do total de ocupações em 1999.

Deve-se ressaltar que, embora a pesquisa da PNAD não permita precisar o local em que a PEA rural realiza suas atividades não-agrícolas, os diversos estudos realizados em Santa Catarina<sup>82</sup> têm mostrado que, em geral, estas pessoas, que moram no meio rural, se empregam nas cidades ou núcleos urbanos próximos do local onde residem os familiares.

### 2.3 RESUMO E CONCLUSÕES

As transformações em andamento no espaço rural são responsáveis pela emergência de novos atores sociais e, ao mesmo tempo, novas funções são demandadas a partir da idéia de revalorização de seus atributos, como um espaço de vida e de bem-estar, em que não são produzidos somente alimentos no meio rural, mas sim uma diversidade de serviços e de outros bens. Assim, são necessárias novas abordagens, em que se considerem as novas relações sociais, os novos mercados de trabalho para a família rural, o enfoque na economia local e territorial, e os novos papéis a ser desempenhado pelo poder público.

A análise da ocupação da população rural catarinense, na década dos anos 1980 e 1990, mostrou, por um lado, uma queda das oportunidades de trabalho em atividades agrícolas, e por outro, o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas. Contudo, este potencial de trabalho em atividades fora do setor primário, não significa um processo de vitalização do espaço rural catarinense na medida em que estas ocupações, em sua grande maioria, não se dão no próprio meio rural. Isto significa que a população rural, na busca incessante de oportunidades de trabalho, não encontra na dimensão espacial os limites para sua sobrevivência e reprodução.

Considerando que, em sua maioria, são ocupações com baixo nível de qualificação e remuneração, isto possibilita, por um lado, um mais fácil acesso da PEA rural ao mercado de trabalho não-agrícola, por outro, sugere que a renda auferida pela população rural não atinge o mesmo nível daquele verificado para a PEA urbana, perpetuando a diferenciação social nos diferentes espaços de vida da população.

---

<sup>82</sup> Ver os trabalhos de SACCO DOS ANJOS (1995), MATTEI (1999) e SCHNEIDER (1999b).

De qualquer forma, o trabalho em atividades não-agrícolas apresenta-se como uma alternativa com potencial de ocupação para a PEA rural catarinense, principalmente se for levado em consideração que o setor agrícola vem mostrando uma reduzida capacidade de abertura de novas ocupações e postos de trabalho. Nestes termos, as atividades não-agrícolas podem desempenhar um papel fundamental para a reprodução das famílias rurais catarinenses. Mas, como enfatizou REARDON *et al.* (1998), não é uma panacéia antipobreza, nem será um caminho fácil fomentar um desenvolvimento equitativo deste setor.

A reflexão necessária é a de que não se deve imaginar que as atividades não-agrícolas, *per si*, possam resolver ou amenizar tantos problemas que afligem a população rural catarinense. As políticas implementadas nos últimos anos levaram a um intenso processo de: (i) concentração e exclusão de produtores dos principais mercados de produtos agrícolas e dos complexos agroindustriais; (ii) descapitalização e decomposição social e; (iii) êxodo rural. Os velhos mitos - o rural como sinônimo de atraso; o rural é predominantemente agrícola; o êxodo rural é inexorável; o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural -, não devem ser substituídos por novos - as ocupações rurais não-agrícolas são a solução para o desemprego; elas podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas; a reforma agrária não é mais viável; o “novo rural” não precisa de regulação pública; e o desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento.



## CAPÍTULO III

### **TRANSFORMAÇÕES RURAIS NO OESTE CATARINENSE: DINÂMICA POPULACIONAL, ESTRUTURA FUNDIÁRIA, TRABALHO FAMILIAR E POBREZA**

*“Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo dadas suas especificidades”.*

*Milton Santos, 1997.*

Este capítulo tratará das questões relativas ao meio rural da região Oeste de Santa Catarina<sup>83</sup>. A transformação vivida, nestas duas últimas décadas, pela população rural do Oeste é fruto de mudanças estruturais mais gerais e de certa forma relacionadas ao desenvolvimento agrícola dos últimos quarenta anos, que transformou o Estado em um importante produtor de alimentos e de matérias-primas e numa referência da agricultura de base familiar.

Estas transformações sociais e econômicas podem ser evidenciadas quando se analisam, além da questão do trabalho rural, já discutido no capítulo anterior, alguns outros indicadores relacionados com a evolução populacional nas diferentes situações domiciliares, também as mudanças na composição desta população, a questão da estruturação fundiária e a análise da evolução e composição da renda das unidades familiares no período recente.

### **3.1 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL**

Uma primeira dimensão dessas mudanças e tendências pode ser observada através da **tabela 7**, que mostra o comportamento e as taxas de crescimento populacional em Santa Catarina segundo as distintas situações de domicílio nas últimas três décadas.

---

<sup>83</sup> A região Oeste catarinense foi delimitada de acordo com os critérios já citados no capítulo I deste trabalho.

A população que vive no meio rural catarinense vem progressivamente diminuindo desde a década de 1970, sendo que sua participação na população total caiu de 57% em 1970 para 21,3% no ano 2000. Por outro lado, nota-se um continuado crescimento da população com domicílio urbano. As taxas anuais de crescimento populacional do Estado revelam uma tendência decrescente nos últimos 30 anos<sup>84</sup>, a exemplo do que vem ocorrendo para o Brasil. Contudo, há que se ressaltar que as taxas catarinenses são superiores às do país quando consideramos apenas as duas últimas décadas<sup>85</sup>.

**Tabela 7. Evolução da população do Estado de Santa Catarina, segundo a situação de domicílio.**

Domicílio	1970	1980	1991	1996	2000	Taxa de Crescimento (% a.a.)		
						1970/80	1980/91	1991/00
Urbano	1.246.143	2.154.238	3.208.537	3.565.130	4.211.979	5,63	3,69	3,07
<b>Rural</b>	<b>1.655.591</b>	<b>1.473.695</b>	<b>1.333.457</b>	<b>1.310.114</b>	<b>1.137.601</b>	<b>-1,16</b>	<b>-0,90</b>	<b>-1,75</b>
Total	2.901.734	3.627.933	4.541.994	4.875.244	5.349.580	2,26	2,06	1,83

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, vários anos. Contagem populacional 1996. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

É interessante observar que a diminuição da população rural no período 1991/96 é bem inferior quando comparada ao período 1996/00. Em termos de taxas anuais, os dados mostram que no primeiro período é de  $-0,35\%$  enquanto no último período é de  $-3,47\%$ . A explicação mais plausível para este “estranho” comportamento – que também acontece em termos de Brasil – parece estar condicionada aos critérios de delimitação do urbano e do rural em nosso país, que apresentam um vício conceitual<sup>86</sup>.

O rural no Brasil é de natureza *residual* (SARACENO, 1996) na medida em que as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades. Assim, o acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a

<sup>84</sup> O declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade nas últimas décadas, bem como a persistência dos fluxos migratórios, são os componentes demográficos responsáveis por esta redução [ver a respeito deste tema PACHECO & PATARRA (Org.), (2000)].

<sup>85</sup> A taxa anual de crescimento populacional para o Brasil é de 2,48% para o período 1970/80; de 1,93% para o período 1980/91 e de 1,61% para o período 1991/00.

<sup>86</sup> Os dados da contagem populacional de 1996 usam os mesmos limites geográficos definidos pelo censo de 1991 ou aquela situação definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 1996 (IBGE, 1996), enquanto que o Censo 2000 já conta com novas delimitações do urbano e do rural, definidos pelos próprios municípios neste período intercensitário (IBGE, 2001). A evolução do nº de municípios e distritos ajuda a entender: em 1980 o Estado tinha 197 municípios e 392 distritos; em 1991, 217 municípios e 402 distritos e em 2000, 293 municípios e 447 distritos. As sedes dos distritos normalmente com algumas dezenas de casas são consideradas urbanas.

população se torne “urbana”. O meio rural corresponde então aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista - de maneira distorcida - como “urbanização do campo” (ABRAMOVAY, 2000b:2). Por isso, o que à primeira vista parece indicar uma intensificação do processo de esvaziamento rural pode estar simplesmente superestimado por critérios definidores do que é urbano e o que é rural em nosso território<sup>87</sup>.

De qualquer modo, os dados acerca da população rural revelam uma diminuição de cerca de 200 mil pessoas no período compreendido entre 1991 e 2000. A desagregação dessa informação até um recorte geográfico mais homogêneo possibilita um melhor entendimento das transformações regionais e, em especial, as da região objeto deste estudo, o Oeste catarinense. Os dados da **tabela 8** mostram a evolução da população do Oeste de Santa Catarina segundo a situação de domicílio e revelam alguns aspectos importantes.

**Tabela 8. Oeste de Santa Catarina: evolução da população da região, segundo a situação de domicílio.**

Domicílio	1970	1980	1991	2000	Taxa de Crescimento (% a.a.)		
					1970/80	1980/91	1991/00
Urbano	167.465	327.137	506.977	663.663	6,93	4,06	3,04
Rural	543.993	576.051	501.658	399.866	0,57	-1,25	-2,49
Total	711.458	903.188	1.008.635	1.063.529	2,41	1,01	0,59

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Primeiro, a população rural representava, em 1970, 76% da população total, caindo para 37% no ano de 2000. Esta população, embora não seja mais majoritária - pelos atuais critérios definidores do rural -, ainda representa uma importante parcela das pessoas que vivem na região e num patamar bem superior àquela verificada para o conjunto do Estado, o que evidencia a presença do mundo rural no Oeste catarinense, como veremos mais adiante.

Segundo, a migração das pessoas do meio rural para os centros urbanos da própria região – típico movimento dos anos 1980 – não se repete com a mesma intensidade nos anos 1990, como demonstrado através da análise das taxas de crescimento urbanas deste período.

<sup>87</sup> O recente trabalho do IPEA/IBGE/NESUR, que buscou caracterizar a rede urbana do Brasil, inseriu nesta os municípios com população acima de 100 mil habitantes, compreendendo 111 centros urbanos e 440 municípios, abrangendo 55,85% do total da população brasileira (IPEA-IBGE-NESUR, 1999). José Eli da Veiga é um dos autores que mais tem discutido esta questão, conforme vários artigos da sua coluna quinzenal no jornal “O Estado de São Paulo”, e chega inclusive a propôr novos limites entre o rural e o urbano, procurando associar o patamar populacional com a densidade demográfica para caracterizar uma localidade como rural ou urbana [ver Veiga (2001)].

Terceiro, a taxa anual de crescimento populacional do Oeste se apresenta inferior à do Estado tanto na década de 1980 quanto na de 1990, fato determinado pelas altas taxas negativas de crescimento da população rural verificada nos últimos 20 anos, visto sua marcante participação no conjunto da população regional. Este fato indica o deslocamento da população da região Oeste para outras regiões mais dinâmicas do próprio Estado e/ou outros Estados, ou até mesmo para outras regiões do país, já desde os anos 1980 e intensificando-se nos anos 1990.

### 3.1.1. O deslocamento populacional: a atratividade das aglomerações urbanas

De fato, o processo migratório ocorrido no Estado nas últimas décadas determinou a conformação de importantes pólos urbanos regionais [ver IPEA/IBGE/NESUR (1999: 243-286)]. Apesar de não se caracterizar pela presença de nenhuma grande metrópole urbana, pode-se notar em Santa Catarina a conformação de distintos pólos regionais<sup>88</sup> que concentram atividades econômicas dinâmicas dando oportunidades de acesso a bens e serviços de toda ordem, atraindo a população das pequenas cidades e das áreas rurais. No Oeste catarinense, as cidades de Chapecó, Concórdia e Joaçaba representam exemplos dessa dinâmica populacional, onde há um deslocamento de pessoas oriundas das pequenas localidades atraídas por oportunidades econômicas nos centros econômicos mais dinâmicos.

Esta dinâmica demográfica dentro do Estado de Santa Catarina pode ser mais bem evidenciada pelos dados apresentados na **tabela 9**, que apresenta a evolução da população das diversas regiões catarinenses no período 1991/2000.

Nestas, mesmo no meio rural o decréscimo da população é pequeno. Tomando como exemplo a região Norte catarinense – importante pólo da indústria metal-mecânica e moveleira do Estado situado nos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul – verificamos a saída de apenas pouco mais de sete mil pessoas do ano de 1991 para o ano 2000. Isto pode estar também relacionado a oportunidades de trabalho das pessoas que moram no meio rural nas indústrias da região, fenômeno discutido no capítulo II e já identificado por vários trabalhos empíricos<sup>89</sup>. Esta mobilidade espacial está presente em todo Mundo, a

---

<sup>88</sup> Santa Catarina, conforme RAUD (1999), possui seis pólos econômicos especializados: pólo agroindustrial (Chapecó, Concórdia e Videira); pólo da madeira, papel e celulose (Lages); pólo cerâmico (Criciúma); pólo metal-mecânico (Joinville e Jaraguá do Sul); pólo têxtil/vestuário (Blumenau); pólo moveleiro (S. Bento do Sul).

<sup>89</sup> Veja os trabalhos de SEYFERT (1973); SACCO DOS ANJOS (1995); SCHNEIDER (1999b) e MATTEI (1999).

exemplo dos deslocamentos diários entre domicílio rural e local de trabalho urbano que atingem 2 milhões de trabalhadores nas comunas periurbanas e 750 mil nos espaços predominantemente rurais na França [ver INSEE/INRA (1998, p. 7)].

**Tabela 9. População da região Oeste catarinense e demais regiões do Estado de Santa Catarina nos anos 1990, segundo a situação de domicílio.**

Região	Domicílio	1991		2000		Taxa de Crescimento
						1991/2000
<b>Oeste catarinense</b>		<b>1.008.635</b>	<b>22,2 %</b>	<b>1.063.529</b>	<b>19,9 %</b>	<b>0,59</b>
	Urbano	506.977		663.663		3,04
	Rural	501.658		399.866		-2,49
<b>Norte catarinense</b>		<b>838.211</b>	<b>18,5 %</b>	<b>1.025.589</b>	<b>19,2 %</b>	<b>2,27</b>
	Urbano	680.254		875.267		2,84
	Rural	157.957		150.322		-0,55
<b>Serrana *</b>		<b>417.569</b>	<b>9,2 %</b>	<b>451.082</b>	<b>8,4 %</b>	<b>0,86</b>
	Urbano	293.286		348.774		1,94
	Rural	124.283		102.308		-2,14
<b>Vale do Itajaí</b>		<b>943.620</b>	<b>20,8 %</b>	<b>1.185.079</b>	<b>22,2 %</b>	<b>2,56</b>
	Urbano	718.164		991.889		3,65
	Rural	225.456		193.190		-1,70
<b>Grande Florianópolis</b>		<b>619.265</b>	<b>13,6 %</b>	<b>802.029</b>	<b>15,0 %</b>	<b>2,92</b>
	Urbano	521.069		724.507		3,73
	Rural	98.196		77.522		-2,59
<b>Sul catarinense</b>		<b>714.694</b>	<b>15,7 %</b>	<b>822.272</b>	<b>15,4 %</b>	<b>1,57</b>
	Urbano	488.787		607.879		2,45
	Rural	225.907		214.393		-0,58
<b>TOTAL ESTADO</b>		<b>4.541.994</b>	<b>100 %</b>	<b>5.349.580</b>	<b>100 %</b>	<b>1,83</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Nota: a) acrescida dos municípios de Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa e Calmon.

Estas informações acerca do comportamento da população rural parecem indicar que o paradigma dominante da modernização agrícola leva a uma trajetória de especialização produtiva cada vez maior, com o decréscimo de ocupações – como ficou demonstrado no capítulo 2 – e concentração em áreas geográficas que apresentam vantagens comparativas, determinando a marginalização produtiva de áreas tradicionalmente agrícolas. Em parte, esse processo já pode ser notado em algumas microrregiões do Estado, como a de São Miguel do Oeste, localizada no Extremo-Oeste catarinense, que na última década experimentou uma forte regressão produtiva (MATTEI, 1999).

Este movimento migratório pode ser visto na **tabela 10** que apresenta a evolução da população nas 5 microrregiões geográficas que, segundo o IBGE, compõem a região Oeste do Estado. Podemos verificar que a heterogeneidade sempre se faz presente por mais que uma região represente uma tentativa de homogeneização de suas características relevantes.

**Tabela 10. Evolução da população da região Oeste catarinense desagregada por microrregiões e segundo a situação de domicílio.**

Microrregião Domicílio	1991	2000	Diferença	Taxa de Crescimento 1991/2000
<b>São Miguel do Oeste</b>	<b>186.803</b>	<b>171.096</b>	<b>-15.707</b>	<b>-0,97</b>
Urbano	66.437	81.725	15.288	2,33
Rural	120.366	89.371	-30.995	-3,25
<b>Chapecó</b>	<b>340.495</b>	<b>360.937</b>	<b>20.442</b>	<b>0,65</b>
Urbano	172.239	232.712	60.473	3,40
Rural	168.256	128.225	-40.031	-2,97
<b>Xanxerê</b>	<b>130.287</b>	<b>142.201</b>	<b>11.914</b>	<b>0,98</b>
Urbano	65.770	85.793	20.023	3,00
Rural	64.517	56.408	-8.109	-1,48
<b>Concórdia</b>	<b>130.608</b>	<b>136.949</b>	<b>6.341</b>	<b>0,53</b>
Urbano	56.968	76.708	19.740	3,36
Rural	73.640	60.241	-13.399	-2,21
<b>Joaçaba<sup>a</sup></b>	<b>220.442</b>	<b>252.346</b>	<b>31.904</b>	<b>1,51</b>
Urbano	145.563	186.725	41.162	2,81
Rural	74.879	65.621	-9.258	-1,46
<b>TOTAL OESTE</b>	<b>1.008.635</b>	<b>1.063.529</b>	<b>54.894</b>	<b>0,59</b>
Total Urbano	506.977	663.663	156.686	3,04
Total Rural	501.658	399.866	-101.792	-2,49

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Nota: a) excluíram-se os municípios de Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa e Calmon.

As microrregiões de Chapecó e Concórdia, importantes pólos agroindustriais da região, apresentam as maiores taxas de crescimento urbanas, revelando a dinâmica atrativa exercida sobre a população do Oeste, especialmente no que diz respeito à geração de oportunidades de emprego. Em compensação têm taxas altas e negativas rurais, indicando a migração das pessoas para as cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho e vida.

A microrregião de São Miguel do Oeste, com menor dinamismo industrial e mais dependente do setor agropecuário<sup>90</sup>, tende a apresentar um maior esvaziamento não só da população rural como também da população em geral, com a evasão de cerca de 16 mil pessoas no período 1991/00, sendo a única com perda absoluta do número de pessoas. Os municípios desta região têm uma economia predominantemente rural e um mercado de trabalho urbano mais voltado para o segmento terciário, dependente, muitas vezes, de atividades da administração pública municipal. A fragilidade de sustentação econômica dessas atividades garante a permanência apenas de uma população mínima, com níveis de crescimento abaixo do vegetativo, ou perda absoluta.

<sup>90</sup> No ano de 2001 teve uma produção agropecuária total de R\$ 472,3 milhões, o que representou 7,6% da produção estadual (INSTITUTO CEPA/SC, 2002).

### 3.1.2. Relações entre as pequenas cidades e o mundo rural: a trama espacial rural

As informações até aqui apresentadas parecem à primeira vista revelar a perda de importância do rural não somente para a região Oeste catarinense, mas também para todo o Estado. Mas duas constatações em direção contrária a este pensamento revelam a presença do mundo rural. Primeiro, a população rural é majoritária na grande maioria dos municípios do Oeste, a exemplo do que ocorre em termos de Brasil. Para ser mais preciso: de 114 municípios existentes na região, em 82 municípios (72% do total) a população rural é predominante.

Segundo, a maioria absoluta da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios<sup>91</sup>. Nestes, as pequenas “cidades” - consideradas urbanas pelo IBGE - conhecem uma experiência urbana que é, freqüentemente, frágil e precária, apoiando-se mais no “atendimento da modesta capacidade de consumo da população rural e na distribuição de produtos, que na sua força produtiva urbana” (FAISSOL, 1994:167) . Os dados apresentados na **tabela 11** ilustram estas afirmativas.

**Tabela 11. Oeste Catarinense: distribuição da população residente segundo a dimensão populacional dos municípios da região.**

Municípios População total (habitantes)	1991				2000			
	Nº munic.	Pop. total	Pop. rural		nº munic.	pop. total	Pop. rural	
			Pessoas	% acum.			Pessoas	% acum.
Até 5.000	17	62450	41254	8,2	62	192494	132674	33,2
5000 – 10000	22	166772	118644	31,9	26	185388	103280	59,0
10000 – 20000	19	279187	166497	65,1	17	234643	98118	83,5
20000 – 50000	9	260154	111705	87,3	6	178038	27844	90,5
50000 – 100000	2	117022	37259	94,8	2	126161	25579	96,9
Mais de 100000	1	123050	26299	100,0	1	146805	12371	100,0
<b>SOMA</b>	<b>70</b>	<b>1008635</b>	<b>501658</b>		<b>114</b>	<b>1063529</b>	<b>399866</b>	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

No que diz respeito à população rural do Oeste e, considerando as informações para o ano de 2000, um primeiro aspecto a observar é que um terço desta está localizada em municípios com até cinco mil habitantes e 83,5% vive em municípios com menos de vinte mil habitantes. Isto demonstra a intensa trama de pequenos municípios que predominam na região, especialmente a partir da emancipação de inúmeros deles nos anos 1990. Nesta década nada

<sup>91</sup> Aqui considerados como aqueles que apresentam população inferior a 20 mil habitantes. Alguns autores utilizam o critério de população urbana para delimitação de pequeno município [ver FARIA (1983)].

menos que 44 novos municípios foram criados, todos com menos de cinco mil habitantes, o que ocasionou uma certa concentração da população rural nos pequenos municípios. Dos 114 municípios existentes no Oeste em 2000, apenas nove têm uma população superior a vinte mil habitantes. Outrossim, os dados da tabela 11 mostram que em relação ao ano de 2000 cerca de 60% de toda população da região vive em pequenos municípios com até vinte mil habitantes.

Pode-se perguntar: Qual a importância e o significado destas pequenas aglomerações? Na verdade, trata-se de tentar entender quais as funções que exercem, na medida em que organizam, administram e integram a sociedade local. Percebe-se que desempenham um papel decisivo na manutenção do tecido rural que os cerca e ajudam a manter atividades e população nestas áreas não-densamente povoadas. As cidades constituem uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações. Ao analisar as pequenas cidades canadenses, JEAN (1997) identifica uma trama espacial rural, uma vez que estes pequenos aglomerados estão inseridos em um contexto marcadamente rural. Da mesma forma, para MENDRAS (1984:371), “*a sociedade das pequenas cidades está na mesma trama dos povoados e do meio rural*”.

Embora não exista uma definição universalmente consagrada de meio rural, há um traço comum nos trabalhos europeus e norte-americanos: o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. Nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de “cidade”. Por isso, o meio rural inclui o que no Brasil chamamos de “cidades” e, além disso, todo o esforço atual está na procura das relações entre as regiões rurais e as cidades de que dependem<sup>92</sup>. O bem-estar econômico das áreas com povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas. Não é mera coincidência que áreas rurais mais prósperas tenham estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos. As oportunidades das áreas não-densamente povoadas dependem de seu tamanho e do “*acesso a economias maiores — centros de informação, comunicação, comércio e finanças — que oferecem o canal por onde as menores economias conectam-se aos mercados nacionais e internacionais*” [ver GHELFI & PARKER (1997, p. 32) *apud* ABRAMOVAY, 2000b].

---

<sup>92</sup> A respeito deste tema, consultar ABRAMOVAY (2000b), que resume os trabalhos do ERS/USDA para os Estados Unidos, do INSEE/INRA para a França e da OCDE para os seus países membros, os quais procuram compreender a ruralidade pela importância das áreas não densamente povoadas e pelo tipo de relação que elas mantêm com as cidades. Ver também OCDE (1994).

O meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. As áreas rurais são sempre polarizadas por pequenos ou médios assentamentos onde se concentram alguns serviços e infra-estrutura básica. Assim, é crucial o papel destes pequenos centros ou *idades rurais* na dinamização das regiões rurais e no desenvolvimento territorial. Por outro lado, se estabelecem dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. Se as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades - mas que estas próprias não podem produzir - então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural (ABRAMOVAY, 2000b:3).

Parece evidente, pelo menos no Oeste catarinense, que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência de vida urbana. Não se pode negar sua centralidade no poder municipal, na medida que concentra as atividades administrativas, organiza e centraliza as atividades econômicas e sócio-políticas do conjunto dos municípios. Contudo, este processo é frágil, visto a insuficiente rede de comunicações e a persistente concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos médios e grandes centros urbanos - estabelecendo-se aí um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico - os quais acabam funcionando como pólos dinamizadores regionais e que *“têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo”* (SANTOS & SILVEIRA, 2001:281).

De fato, adotando o recorte assumido neste trabalho<sup>93</sup> e sob a perspectiva da importância das áreas não-densamente povoadas, a rede propriamente urbana seria constituída por apenas 7 cidades, formando o que poderíamos chamar de “sistema de cidades<sup>94</sup>”. Agregando a população rural com a das “cidades rurais” (com menos de 20 mil habitantes), o

---

<sup>93</sup> Estamos considerando cidades as aglomerações com mais de 20.000 habitantes. Assim, as pequenas cidades com população inferior a este limite, são consideradas como “não-urbanas” ou *idades rurais*. Este critério - passível de discussão - evita problemas metodológicos decorrentes da multiplicação de municípios, e segue as definições de vários autores, dentre os quais: FARIA (1983; 1991); MARTINE (1987; 1994). Ver também, a respeito deste tema, CAMARANO & BELTRÃO (2000) e FAISSOL (1994).

<sup>94</sup> As cidades são Chapecó, Caçador, Concórdia, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Joaçaba. Estes mesmos municípios integraram a rede urbana da região Sul no estudo realizado pelo IPEA/IBGE/NESUR.

que por sua vez permite uma abordagem regional da ruralidade, pode-se desenhar então os contornos de um universo direta e profundamente marcado pela fragilidade do processo de urbanização e pela forte presença do mundo rural<sup>95</sup>. Veja quadro a seguir.

**Tabela 12. Oeste catarinense: distribuição dos municípios e da população residente segundo o universo urbano e rural dominante na região.**

Universo Dominante	1991			2000		
	n° munic.	População		n° munic.	População	
		Pessoas	%		Pessoas	%
<b>Sistema de cidades</b>	7	280.363	27,8	7	352.048	33,1
Pop. cidades com + 20000 hab.						
<b>Mundo rural</b>	<b>63</b>	<b>728.272</b>	<b>72,2</b>	<b>107</b>	<b>711.481</b>	<b>66,9</b>
Pop.cidades com – 20000 hab.		226.614			311.615	
População rural		501.658			399.866	
<b>SOMA</b>	<b>70</b>	<b>1.008.635</b>	<b>100,0</b>	<b>114</b>	<b>1.063.529</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991. Sinopse preliminar Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

As informações da tabela acima permitem verificar a real dimensão da ruralidade na região - diferente daquela verificada quando da adoção do conceito de urbano/rural legalmente definido pelo IBGE -, visto que de fato este universo incorpora 107 dos 114 municípios do Oeste catarinense e aproximadamente dois terços da população que vive nesta região. O mundo rural representava 91% da população total da região em 1980 com 822.311 pessoas, caindo para 728.272 pessoas em 1991 e para 711.481 pessoas no ano de 2000. Embora a população do mundo rural tenha decrescido na década dos anos 1990, a taxa anual de -0,26 é bem inferior a de -1,10 verificada nos anos 1980, bem como quando comparada aquela de -2,49, apresentada na **tabela 8** e que em parte reflete o viés conceitual presente em nosso país. Há, portanto, um arrefecimento da migração rural-urbana dentro da própria região Oeste, na última década. Contudo, continua a migração regional e também a saída de pessoas do meio rural disperso (“privado”), embora não a taxas tão altas, como sugerido por uma análise que obedeça a conceituação equivocada sobre o rural brasileiro.

**A presença do mundo rural é a dimensão fundamental da trama espacial rural que caracteriza a região Oeste do Estado.** Esta influência pode ser percebida, por um lado, pelo peso da população rural no conjunto da população e pela proporção de pessoas que, vivendo nas áreas rurais trabalham no meio urbano e vice-versa, estabelecendo uma dupla via.

<sup>95</sup> Muitos países consideram rurais as localidades abaixo de *um certo patamar populacional*. A adoção do limite de 20 mil habitantes - parâmetro freqüente em organizações internacionais e proposta pelo sociólogo francês HENRI MENDRAS (1995) - ampliaria de 22% para 33% a população rural brasileira [apud ABRAMOVAY (2000b:5)].

A importância do rural no universo regional pode ser igualmente percebida através da proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas. Os dados do Censo Demográfico de 1991 (último disponível com informações desagregadas sobre a mão-de-obra) mostram que em 75,7% dos municípios do Oeste catarinense, as atividades agropecuárias eram responsáveis majoritariamente pela ocupação da mão-de-obra local. Ainda, das 468,4 mil pessoas ocupadas na região naquele ano, 241,8 mil pessoas – 51,62%<sup>96</sup>, portanto – estavam ocupadas em atividades de agropecuária, extração vegetal e pesca [ver IBGE (1996)]. Evidentemente, é preciso assumir que esta realidade deve ter sofrido mudanças significativas, nos anos 1990, que certamente reduziram a dimensão do fato apresentado<sup>97</sup>.

Por outro lado, ela se expressa no fato de que o espaço local se apresenta impregnado pelas “qualidades” do meio rural, no que diz respeito ao povoamento reduzido, ao modo de vida dominante, aos valores de amenidades, a predominância das paisagens “naturais” e das relações sociais de interconhecimento<sup>98</sup>. Que estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades (ABRAMOVAY, 2000b:13).

As regiões *essencialmente rurais*<sup>99</sup> (OCDE, 1994), como o Oeste catarinense, não estão, portanto, irremediavelmente condenadas ao esvaziamento demográfico, social e econômico. O exemplo dos países capitalistas avançados a respeito do dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos, ao contrário, ela é e será cada vez mais um *valor* para a sociedade, e ao mesmo tempo precisa ser parte integrante das estratégias regionais de desenvolvimento.

---

<sup>96</sup> É a única das 6 mesorregiões do Estado que atinge este valor, senão vejamos: o Norte Catarinense com 13,81%; Sul Catarinense com 21,96%; Serrana com 31,35%; Grande Florianópolis com 10,53% e Vale do Itajaí com 17,98%.

<sup>97</sup> As evidências mais claras são as que mostram o decréscimo da ocupação em atividades agrícolas, tanto da população rural quanto em relação à população total. Veja a Figura 3, no capítulo anterior.

<sup>98</sup> Conforme MENDRAS (1984). Não estamos negando que a dispersão populacional pode representar um sério limite ao aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento e inclusive leve a situações preocupantes como o processo de “envelhecimento e masculinização”, que trataremos mais adiante.

<sup>99</sup> são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais. O caráter rural ou urbano da unidade geográfica base é definido por sua densidade, que no caso da OCDE é de 150 habitantes/km<sup>2</sup>.

### 3.2 OCUPAÇÕES RURAIS E PLURIATIVIDADE NO OESTE CATARINENSE

Em face da queda persistente da ocupação agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, conforme visto no capítulo anterior, os dados acerca do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense parecem ser suficientes para demonstrar que este é um fenômeno relevante que está fortemente relacionado com as economias locais e regionais. Por esta razão, investigações que focalizem espaços de menor recorte geográfico do que a agregação por unidades da federação extraídas das PNADs, se faz de extrema necessidade.

Os dados das PNADs, embora coletados por unidades da federação, podem ser explorados a partir de áreas censitárias – região metropolitana, municípios auto-representativos e não auto-representativos<sup>100</sup>. Pode-se considerar que os municípios auto-representativos são aqueles de tamanho médio, com a maior parte da população residente em seu núcleo urbano; enquanto os não auto-representativos são pequenos municípios que possuem cidades menores e têm índice menor de urbanização<sup>101</sup>, cujas características se fazem presentes em ampla maioria dos municípios da região Oeste, como visto no item anterior.

DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA (2000a), ao analisar as ocupações rurais no Brasil, identificaram que 31% das pessoas com domicílio rural estavam ocupados em atividades não-agrícolas no ano de 1999. Mas, ao considerar a ocupação das pessoas com domicílio rural (rural privado) segundo a área censitária, pode-se verificar que enquanto nas regiões metropolitanas a ocupação destas pessoas em atividades não-agrícolas é de 74,5%, nas regiões não-metropolitanas, esta é de 24,7%, o que no meu entender pode ser explicado pela relação de maior proximidade estabelecida entre o rural e o urbano e pelo maior dinamismo da região metropolitana<sup>102</sup> (op. cit., p. 38-40).

---

<sup>100</sup> No caso de Santa Catarina a abertura censitária apresenta apenas municípios auto-representativos e não auto-representativos. O critério de distinção entre estes corresponde, fundamentalmente, ao tamanho da população. Os primeiros, pelo tamanho de sua população residente, aparecem representados individualmente na amostra das PNADs. Os demais aparecem na amostra representando a região do seu entorno.

<sup>101</sup> Para maiores detalhes sobre abertura geográfica das PNADs, veja GRAZIANO DA SILVA (1999). Este autor, referindo-se ao conjunto do país, considerou os municípios auto-representativos como sendo aqueles que têm em média mais de 100 mil habitantes.

<sup>102</sup> Num trabalho de SOUZA (2000) sobre o Estado do Paraná, também se pode observar que na região metropolitana a população estritamente rural se ocupa predominantemente em atividades não-agrícolas, ocorrendo o inverso nas regiões não-metropolitanas. Esta situação também se apresenta no caso do Rio Grande do Sul (SCHNEIDER & RADOMSKY, 2002) e foi observada para os Estados do Nordeste do Brasil (GOMES DA SILVA & VERAS, 2001).

ORTEGA, NEDER & CARDOSO (1999) mostraram que para o conjunto do Estado de Minas Gerais, a população rural ocupada em atividades não-agrícolas atingia o patamar de 28,6% em 1995. Contudo, ao desagregar as informações, encontraram valores extremamente diferentes de acordo com o recorte geográfico adotado: na região metropolitana a ocupação da população rural em atividades não-agrícolas era de 87%; nos municípios auto-representativos era em torno de 7% e nos municípios não auto-representativos era próximo aos 20%.

Para o Estado de Santa Catarina, o recorte possível a partir dos microdados da PNAD, é o que separa os municípios em duas categorias: auto-representativos e não auto-representativos. Essa desagregação permite uma melhor aproximação à realidade do meio rural, o qual, como já foi discutido, tende a diferir significativamente conforme sua interação com a dinâmica urbana, o que logicamente tem a ver com a dimensão da população.

Na **tabela 13** podemos verificar a ocupação relativa da população rural em atividades agrícolas e não-agrícolas segundo a área censitária.

**Tabela 13. População rural ocupada segundo o ramo de atividade e área censitária. Santa Catarina, 1992/99 (em porcentagem).**

Ramo de atividade	Municípios auto-representativos			Municípios não auto-representativos <sup>1</sup>	
	1992	1999	Tx. Cr. (% a.a.)	1992	1999
<b>Agrícola</b>	<b>44,4</b>	<b>34,3</b>	<b>-3,1</b>	<b>81,8</b>	<b>70,5</b>
<b>Não-agrícola</b>	<b>55,6</b>	<b>65,7</b>	<b>3,0</b>	<b>18,2</b>	<b>29,5</b>
Indústria transformação	13,3	16,1	-	8,5	13,7
Indústria construção	5,9	8,8	-	1,5	3,2
Comércio mercadorias	9,6	8,8	-	2,0	1,9
Prestação de serviços	14,1	22,6	-	3,5	4,8
Serviços aux. ativ. econ.	2,2	2,2	-	0,3	0,8
Transporte/comunicação	4,4	2,9	-	0,4	1,2
Social	1,5	1,5	-	1,4	2,2
Administração pública	1,5	2,2	-	0,5	1,3
Outras atividades	0,7	0,7	-	0,1	0,1

<sup>1</sup> Não é possível calcular a tx. de crescimento, pois os municípios amostrados podem variar de um ano para outro.

Fonte: PNAD - reprocessamento a partir dos dados originais, julho/2001.

Elaboração do autor.

Para os anos 1990, os dados indicam que nos municípios mais populosos, a população rural se ocupa majoritariamente em atividades não-agrícolas, ao passo que nos pequenos municípios a ocupação em atividades agrícolas prevalece. Ainda, o crescimento das atividades não-agrícolas e o decréscimo das agrícolas acontecem tanto nos municípios menores como naqueles maiores, embora pareça ser mais intenso nos primeiros.

Estas constatações reforçam a idéia de que o entorno sócio-econômico pode gerar uma dinâmica capaz de oferecer à população que vive no meio rural novas oportunidades de trabalho e de renda sem a necessidade de “desertificar” o espaço rural. Conforme afirmou MATTEI (1999:8), *“o entorno sócio-econômico onde as unidades de explorações se inserem aparece como um dos elementos decisivos para a pluriatividade”*. Estas oportunidades parecem ser mais efetivas nos espaços periurbanos (GAMA, 1987), próximas a centros urbanos maiores e mais dinâmicos<sup>103</sup>.

Ao que tudo indica, a dinâmica das ocupações não-agrícolas se dá apenas em alguns espaços do território, com maior ênfase nas regiões metropolitanas (GOMES DA SILVA & VERAS, 2001). Em seu trabalho de pesquisa no Sul do Estado, PAULILO (1990: 97) afirmou: *“também o êxodo dos filhos nos pareceu mais forte nas regiões próximas a Criciúma, o que é perfeitamente compreensível, já que esta cidade oferece maiores oportunidades de emprego, devido à presença das minas, das fábricas de cerâmica e do acesso asfaltado a algumas localidades próximas”*. Portanto, conforme enfatizou SCHNEIDER (1999b, p. 384), a pluriatividade parece ser um fenômeno fortemente ancorado ao ambiente social e econômico local, especialmente o mercado de trabalho não-agrícola.

Na verdade a desagregação até aqui considerada, embora permita uma caracterização da diversidade de situações no interior de um mesmo Estado, não permite uma desagregação a partir de economias locais ou regionais, o que possibilitaria revelar com maior profundidade o meio rural catarinense e suas peculiaridades regionais.

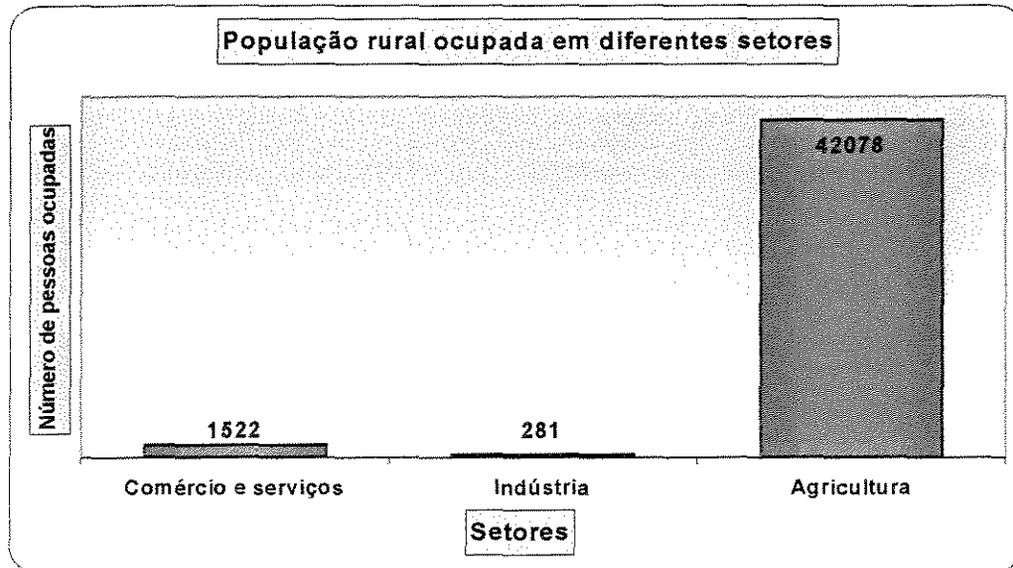
Com esse intuito se apresenta a **Figura 5** que mostra a ocupação das pessoas que moram no meio rural na microrregião de Concórdia, Oeste catarinense. Os dados foram levantados através de Censos Municipais realizados pela EPAGRI e INSTITUTO CEPA/SC em 18 municípios entre os anos de 1997 e 1999. Pode-se observar que de um total de 43.881 pessoas ocupadas, **a ampla maioria (95,89%) se dedicava a atividades no setor primário**, enquanto

---

<sup>103</sup> Como mostra GALSTON & BAEHLER (1995) *apud* ABRAMOVAY (2000b), entre 1979 e 1988 o emprego nos condados rurais norte-americanos adjacentes a áreas metropolitanas cresceu duas vezes mais que os não-adjacentes. Nos anos 1990 são as “áreas não-metropolitanas adjacentes com e sem cidades” as que lideram a criação de empregos. As áreas não-adjacentes com cidades têm uma taxa de criação de empregos superior à dos centros metropolitanos. Cresceu também, relativamente aos anos 1980, a criação de empregos nas áreas não-adjacentes com pequenas localidades e nas exclusivamente rurais [GHELFI & PARKER (1997) *apud* ABRAMOVAY (2000b)]. Já, conforme OCDE (1996), nos países onde o meio rural tem maior importância, as comunidades rurais das regiões essencialmente rurais assistem a um declínio na população e no nível de emprego. Ao mesmo tempo, as comunidades rurais das regiões essencialmente urbanas e relativamente rurais ganham importância.

que o setor secundário e terciário, juntos, respondiam por apenas 4,11% do total de pessoas ocupadas e que tinham residência no meio rural.

**Figura 5.** Atuação da mão-de-obra do meio rural (total de 43.881 trabalhadores) segundo sua destinação na agricultura, na indústria, no comércio e em serviços, na microrregião de Concórdia, situada no Oeste de Santa Catarina.



Fonte: Base de dados dos Censos Municipais (EPAGRI, 1999). Informações processadas e cedidas por Wilson Marcos Testa, pesquisador do CEPAF/EPAGRI.

Estas informações mostram que o Oeste de Santa Catarina tem na agricultura sua principal fonte geradora de oportunidades de trabalho para a população que vive no espaço rural, não se confirmando para esta região os resultados apresentados anteriormente, com base nos dados agregados das PNADs, que mostram que a ocupação da PEA rural catarinense em atividades não-agrícolas atinge cerca de 32% do total de pessoas ocupadas [ver Tabela 1]. Portanto, tal processo não representa efetiva homogeneidade quando comparadas com regiões com perfil agrícola estruturado. Ou seja, com áreas em que as atividades agrícolas não estão totalmente inseridas em complexos agrícolas que produzam assalariamento intensivo e ou que desestruturam a base de agricultura familiar, seja pela substituição de atividades agrícolas, seja pelo processo de alteração da estrutura fundiária em direção à concentração de terras.

Esta situação também foi verificada por BACCARIN & SOUZA (2002) para o Estado de São Paulo. Estes autores, verificaram que enquanto no Estado mais que metade da PEA rural está ocupada em atividades não-agrícolas, numa região com forte predomínio de agricultura de base familiar diversificada, o município de Monte Alto, as pessoas que moram no meio rural ocupadas em atividades não-agrícolas representavam, no ano de 2001, apenas 5,93% do total da população economicamente ativa.

O processo de ocupação e colonização da região por famílias de agricultores, oriundas do Rio Grande do Sul, com rápida expansão da produção agropecuária; a implantação e a consolidação do complexo agroindustrial de aves e suínos espacialmente concentrada – não conformando um processo de industrialização difusa nesta região -; a precariedade das vias de acesso do meio rural até as cidades bem como a distância dos pólos urbanos regionais dificultando o estabelecimento de um fluxo contínuo e diário de circulação de pessoas<sup>104</sup>; as limitadas iniciativas de outros ramos da indústria, bem como a baixa concentração populacional, ajudam a explicar o fraco dinamismo do trabalho em atividades não-agrícolas na região. A forte dependência da região da agricultura fica evidenciada na medida em que o Oeste catarinense responde por 56% do valor bruto da produção agropecuária estadual e que em 76% dos municípios existentes a população local se ocupa majoritariamente em atividades agropecuárias<sup>105</sup>.

A confiabilidade de informações obtidas através de levantamentos censitários permite centrar nossa hipótese na heterogeneidade regional, visto haver enormes diferenças em termos de alternativas de geração de trabalho e renda entre as principais regiões do Estado de Santa Catarina, sendo que a produção e a transformação de produtos da agropecuária é a base da economia do Oeste catarinense e responsável pelo movimento econômico de ampla maioria dos municípios da região.

### **3.2.1 A dinâmica das Ocupações Rurais**

Ao analisar a dinâmica das ocupações rurais em Santa Catarina, é importante ter em mente que se trata de um Estado que apresenta mesorregiões bastante diferenciadas entre si. Ademais, sabemos que mesmo dentro de uma mesma microrregião ou até do município encontramos a diversidade, não podendo tratá-las de maneira homogênea.

É comum, nas discussões teóricas, identificar o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural como sendo reflexo de uma transformação do espaço rural

---

<sup>104</sup> Há um caso em que a cooperativa Central Oeste catarinense (AURORA), ao instalar uma unidade industrial no município rural de Quilombo, a qual contratou muitos jovens que moram com suas famílias no meio rural, adotou uma estratégia em que um ônibus circula pelas comunidades do interior, fazendo o transporte dos trabalhadores até o frigorífico, que se situa próximo do perímetro urbano.

<sup>105</sup> Os dados do Censo Agropecuário de 1995-96 revelam que 322,19 mil pessoas (44,83% do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agrícolas no Estado) estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Oeste catarinense naquele ano. Este fato reafirma a importância da agricultura familiar para a geração de postos de trabalho e de oportunidades de renda, contribuindo para a permanência da população rural na região.

viabilizando outras atividades que não a agricultura e a pecuária tradicionais. Atividades como pesque-pagues, hotéis-fazenda, ou mesmo para a produção de produtos diferenciados de origem agropecuária como javalis, capivaras, *scargots*, etc., seriam, nesse sentido, identificadas com um espaço rural transformado, o qual tem se apresentado como uma realidade concreta, de fato, em regiões mais desenvolvidas do sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo. No estado de Santa Catarina, entretanto, as ocupações não-agrícolas parecem estar mais fortemente relacionadas com atividades mais tradicionais, e que não podem ser identificadas facilmente com uma mudança nos padrões de consumo da população urbana e com “novas” atividades agrícolas.

As informações da seção anterior mostram que a queda das ocupações estritamente agrícolas afeta mais diretamente as categorias de trabalhadores conta-própria e os não-remunerados, base do modelo familiar de produção no território catarinense. As profundas mudanças ocorridas na base técnica da produção que elevaram os níveis de produtividade do trabalho, aliado às políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados no início dos anos 1990 e a crise econômica das últimas décadas que acabaram por afetar a agropecuária catarinense, sobretudo o segmento de produtores familiares vinculados a cadeias agroindustriais – com destaque para o complexo de carnes (suínos e aves), complexo de grãos (milho e soja), setor fumageiro e o complexo lácteo, mais recentemente –, foram determinantes na redução da participação destas categorias no conjunto do trabalho rural e na ampliação do segmento dos trabalhadores rurais assalariados.

Ademais, é importante considerar as mudanças ocorridas na estrutura e nos tipos de emprego dentro do contexto maior das transformações do trabalho no mundo rural onde, por um lado, se verifica uma constante redução da oferta de trabalho agrícola e, por outro, a própria descapitalização dos produtores rurais, obrigando-os a buscar novos tipos de ocupações que propiciem alcançar rendas capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

São essas características que permitem identificar várias dinâmicas de geração das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Santa Catarina, sendo que a maioria delas está

associada mais diretamente a atividades não intrinsecamente ligadas à agricultura<sup>106</sup>. A análise dos ramos e setores de atividades das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, realizada no capítulo II, evidenciou esta afirmativa. Estas informações permitiram evidenciar uma situação que se estende por todo o Estado, contudo, torna-se necessário explicitar as implicações e especificidades das condicionantes regionais do espaço rural catarinense sobre as atividades rurais não-agrícolas.

Assim, pode-se verificar que para o conjunto da economia do Oeste de Santa Catarina, a dinâmica responsável pela geração de ocupações rurais em atividades não-agrícolas é derivada essencialmente da produção agropecuária através: (i) do processamento da produção agrícola no próprio meio rural; (ii) da implantação de pequenas e médias agroindústrias e (iii) do consumo de insumos não-agrícolas neste processo, o que permite a expansão das ocupações não-agrícolas<sup>107</sup>. Pode-se arriscar dizer que nesta dinâmica se inserem os setores da indústria de alimentos e do comércio de mercadorias. Além desta, pode-se acrescentar mais outras duas dinâmicas para a região: uma ligada ao ramo da indústria da construção (aqui a geração das ocupações está mais ligada à expansão ao meio rural de uma rede de serviços de infraestrutura) e outra ligada à expansão dos serviços públicos às áreas rurais (neste caso, nota-se uma elevada participação das pessoas ocupadas nos setores de estabelecimento de ensino e da administração municipal), ambas relacionadas à emancipação de um grande número de novos municípios no Oeste catarinense na década de 1990.

Em grande medida, esse comportamento revela que no meio rural catarinense são as diferentes dinâmicas locais/regionais que determinam a construção de novas oportunidades de ocupação para a população que vive no meio rural. Isto reforça um ponto relevante: as condições de produção e reprodução no meio rural, com base em atividades e empregos agrícolas ou não, dependem do contexto onde essas atividades estejam inseridas. Nas regiões mais desenvolvidas, a possibilidade de inserção das famílias, seja nos mercados de produtos, seja no mercado de trabalho, são maiores e se dão, normalmente, sob melhores condições de trabalho e remuneração.

---

<sup>106</sup> MATTEI (1999) identificou cinco dinâmicas principais para o Estado de Santa Catarina: uma primeira dinâmica derivada da produção agropecuária; uma segunda dinâmica ligada ao ramo da indústria da construção; uma terceira dinâmica ligada ao ramo de prestação de serviços; uma quarta dinâmica ligada à expansão dos serviços públicos às áreas rurais e uma quinta dinâmica ligada ao processo de industrialização difusa.

<sup>107</sup> Esta situação verificada para a região Oeste coincide com a abordagem de KLEIN (1992) e WELLER (1997).

Portanto, verifica-se que para o Oeste catarinense não se reproduz a mesma dinâmica de ocupações agrícolas e não-agrícolas verificadas para o conjunto do Estado de Santa Catarina. Nesta região, em particular, as oportunidades de trabalho e renda estão diretamente ligados ao desenvolvimento da economia agropecuária, que tem condições de abarcar um grande número de trabalhadores familiares desde que as políticas públicas para o setor não viabilizem a consolidação de trajetórias produtivistas, concentradoras e excludentes, e permitam dinamizar as potencialidades dos recursos locais.

### 3.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Na região há o predomínio de pequenas unidades familiares de produção que têm como características principais a diversificação de atividades produtivas no interior da propriedade, a presença e o predomínio do trabalho familiar, a pouca disponibilidade de capital e de terra e a produção voltada ao mercado.

A **tabela 14** apresenta os dados dos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995-96 a respeito do número e da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários situados na região Oeste de Santa Catarina. Estes revelam para o ano de 1995-96 a presença de 88.279 estabelecimentos agropecuários, o que representa 43,41% do total de estabelecimentos agropecuários do Estado e que ocupam uma área de 2.163.881 hectares – 32,72% da área ocupada no Estado.

**Tabela 14. Oeste catarinense: número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada segundo diferentes estratos de área.**

Estrato de área (ha)	1985				1995-96			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Número	% acum.	ha	% acum.	Número	% acum.	ha	% acum.
Menos de 5	17.640	17,43	50.615	2,26	11.578	13,12	33.468	1,55
5 a menos de 10	22.460	39,63	161.764	9,48	18.051	33,56	133.080	7,70
10 a menos de 20	32.822	72,07	452.393	29,68	32.229	70,07	449.646	28,48
20 a menos de 50	23.001	94,80	672.272	59,70	20.977	93,83	612.030	56,76
50 a menos de 100	3.516	98,27	233.247	70,12	3.482	97,78	230.966	67,43
100 a menos de 1000	1.590	99,85	381.615	87,16	1.828	99,85	446.265	88,06
1000 e mais	121	99,97	287.654	100,00	120	99,98	258.426	100,00
Sem declaração	35	100,00	-	-	14	100,00	-	-
<b>Soma</b>	<b>101.185</b>	<b>-</b>	<b>2.239.560</b>	<b>-</b>	<b>88.279</b>	<b>-</b>	<b>2.163.881</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, anos 1985 e 1995-96.

Pode-se observar que 70% dos estabelecimentos do Oeste apresentam área de terra inferior a 20 hectares e aproximadamente 94% possuem menos de 50 hectares, o que indica a pequena disponibilidade de área da maior parte dos estabelecimentos agropecuários da região. Além disso, a predominância de relevo fortemente ondulado contribui para diminuir ainda mais a área de que cada família rural dispõe para o cultivo de lavouras anuais<sup>108</sup>. Estes fatores associados são determinantes para o agricultor adotar uma estratégia de diversificação de atividades com o intuito de minimizar riscos climáticos e econômicos, bem como racionalizar o uso do solo e da mão-de-obra disponível.

Os dados acima apresentados também revelam algumas outras questões fundamentais.

Em primeiro lugar, há uma diminuição tanto do nº de estabelecimentos agropecuários quanto da área ocupada por estes no Oeste do Estado, considerando os dois momentos analisados. A ocupação de novas áreas que se deu a partir da colonização da região na década de 1920 e de sua intensificação na década de 1940 e a progressiva subdivisão das propriedades nos anos mais recentes parece ter encontrado seu limite na década dos anos 1980.

Por um lado, observa-se uma **diminuição de cerca de 13 mil estabelecimentos, notadamente aqueles com área inferior a 10 hectares, o que parece indicar a inviabilidade econômica dos estabelecimentos de menor porte**, especialmente a partir das mudanças na política agrícola verificada a partir de meados dos anos 1980 - com a diminuição do volume de crédito e a retirada gradativa dos apoios aos produtores rurais -, e com a queda de renda dos principais produtos agrícolas produzidos no Oeste, como será visto no item 3.4.3 mais adiante. Isso fica comprovado com base nos dados: a redução do número de estabelecimentos com área inferior à 5 hectares é de 34% durante este período, bem mais intensa que os 19% apresentado pelos estabelecimentos com área entre 5 e 10 hectares<sup>109</sup>. Em 1980 havia 14.318 estabelecimentos com menos de 5 ha, reduzindo-se para 11.578 em 1995-

---

<sup>108</sup> TESTA *et al.* (1996) estimaram em 20%, 30% e 40% a participação das “terras nobres”, respectivamente, na área dos estabelecimentos de 0-20 ha; 20-50 ha e > que 50 ha. Para uma descrição detalhada do solo e topografia da região Oeste catarinense, consultar TESTA & ESPÍRITO SANTO (1992) e TESTA *et al.* (1996:101-116).

<sup>109</sup> TESTA *et al.* (1996:57-59) associam a renda monetária dos estabelecimentos com sua área média e mostram que os produtores mais pobres além de possuir terras de baixa qualidade, as têm em menor quantidade. Associam ainda à situação de produtores mais pobres a condição de parceiros, posseiros e parcela de arrendatários. Concluem que as políticas para este grupo devem buscar sua reconversão para o trabalho em atividades não-agrícolas localizadas no próprio meio rural. Convém lembrar que, justamente este segmento de agricultores, é o que tem menor acesso ao crédito rural.

96 e, estabelecimentos com área entre 5-10 ha havia cerca de 18 mil em 1995-96, o mesmo patamar verificado em 1980. Por outro, a área ocupada por estes estabelecimentos, após atingir seu pico máximo no início dos anos 1980, também continua a decair atingindo o patamar verificado em meados dos anos 1970<sup>110</sup>. A conjugação destes fatores fez com que a área média dos estabelecimentos que era de 24,98 ha em 1980, caísse para 22,1 ha em 1985 e saltasse para 24,5 ha em 1995-96.

A modernização tecnológica<sup>111</sup>; o avanço da urbanização no espaço rural do Oeste catarinense, levando ao aparecimento de oportunidades em “novas” ocupações em atividades não-agrícolas, como visto anteriormente; a crise econômica dos últimos anos; a continuidade do processo de migração rural-urbana [ver item 3.1]; bem como a conquista de direitos sociais com a extensão dos benefícios da previdência social ao campo, todos esses são elementos que ajudam a explicar as mudanças na estrutura fundiária e produtiva da região.

O aumento progressivo verificado nas décadas de 1970 e 1980 do número de propriedades rurais de menor porte (aquelas com área inferior à 20 hectares, sendo que em 1975 e 1985 haviam 53.042 e 72.922 estabelecimentos, respectivamente), ocasionado pela subdivisão das mesmas em função de partilha de bens na herança<sup>112</sup>, não se repete nos anos 1990. Ao contrário, percebe-se uma tendência de queda do número de estabelecimentos com dimensões menores a 20 hectares de área, o que já vinha acontecendo há mais tempo com propriedades de maior tamanho. No grupo intermediário (entre 20 e 100 hectares), o número de estabelecimentos vem diminuindo desde 1975, especialmente no grupo de 20 a 50 hectares. Já nos estabelecimentos maiores (acima de 100 hectares), o número vem aumentando sistematicamente desde o início dos anos 1970 (**Figura 6**). Esta trajetória evidencia o processo de parcelamento e concentração das terras na região.

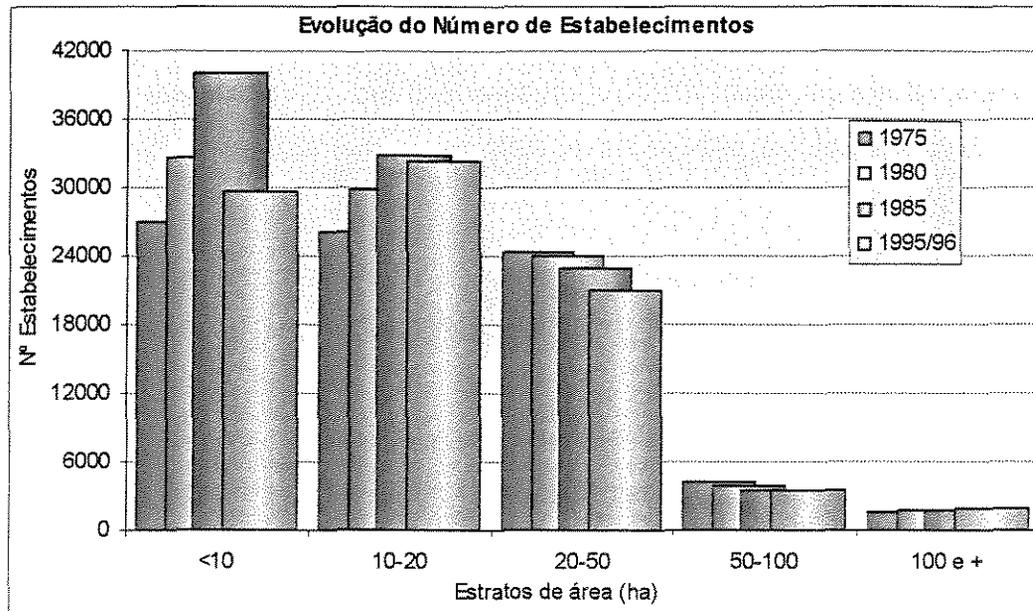
---

<sup>110</sup> A área ocupada na região Oeste de Santa Catarina em 1975 era de 2,120 mil hectares, enquanto que em 1980 era de 2,299 mil hectares (IBGE, 1979; 1983).

<sup>111</sup> Algumas variáveis que compõem o índice de modernização dão conta do avanço tecnológico na região: no ano de 1996, 88% dos estabelecimentos usavam fertilizantes; 96% usavam agrotóxicos; 57% utilizavam práticas de conservação do solo; 65% recebiam assistência técnica (IBGE, 1998). Ainda, 85% dos estabelecimentos agropecuários tinham energia elétrica, imprescindível para modernizar o processo produtivo e permitir ao agricultor sua inserção nas atividades de maior valor agregado.

<sup>112</sup> Para maiores detalhes sobre este processo na região Oeste catarinense ver SILVESTRO (1995), ABRAMOVAY *et al.* (1998) e SILVESTRO *et al.* (2001). Sobre este tema, consultar também TAVARES DOS SANTOS (1978).

**Figura 6.** Evolução da estrutura fundiária do Oeste catarinense, no período entre 1975 e 1995-96. N° de estabelecimentos por estrato de área.



Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995-96, do IBGE. Elaboração do autor.

O desaparecimento, no período entre 1985 e 1996, de 10.471 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 ha, pode estar relacionado a vários fatores. Uma primeira hipótese seria a de que uma parcela dos mesmos foi incorporada por estabelecimentos de maior porte (principalmente aqueles com área superior a 100 hectares), destinando tais áreas preferencialmente para o cultivo de pastagens e reflorestamento, visto que a própria condição de minifúndio obrigava seus proprietários praticar uma agricultura intensiva e depauperadora do solo. Uma evidência desta condição é o forte aumento, a partir de 1985, da área com florestas e pastagens plantadas (IBGE, 1998), bem como observações empíricas que atestam, em muitos casos, que comunidades rurais inteiras praticamente desapareceram, dando espaço para estas atividades, comuns aos produtores com grandes extensões de terra. Outra hipótese é de que uma parcela destes estabelecimentos simplesmente não foi recenseada em 1995-96, e o principal indicativo desta é que 76 mil hectares de terras tituladas e que eram ocupadas pelos agricultores familiares da região, acabaram “sumindo” ou foram “abandonadas” entre o último Censo Agropecuário e o realizado no ano de 1985.

Outrossim, conforme dados dos Censos Agropecuários (IBGE, 1991; 1998), houve um decréscimo de 10.444 estabelecimentos agropecuários entre os anos de 1985 e de 1995-96, nos

quais a condição do produtor era arrendatário, parceiro ou ocupante<sup>113</sup>, o que demonstra não só a fragilidade desta forma de produção nos termos em que se apresenta na região, mas também o resultado concreto dos movimentos sociais que neste período concentraram esforços na luta pela terra, determinando o assentamento de cerca de 3.300 famílias de agricultores da região<sup>114</sup> em quase 70 projetos de assentamentos, o que ajuda explicar a expressiva diminuição dos estabelecimentos acima referidos. Estes assentamentos em sua ampla maioria resultaram de ocupações de terra, levadas a cabo pelo MST e Sindicatos dos trabalhadores rurais com apoio da Comissão Pastoral da Terra, sendo que a grande maioria ocorreu a partir de 1985.

Em segundo lugar, a concentração fundiária fica evidenciada ao observarmos que, de um lado, apenas 5.430 propriedades rurais (6,17% do total) detêm 43,24% do total da área ocupada pelos estabelecimentos rurais da região, e de outro lado, 61.858 propriedades (70% do total) que possuem área inferior a 20 hectares detêm apenas 28,48% da área total<sup>115</sup>.

Fundamental é analisar se esta concentração fundiária é um processo que vem se aprofundando dos anos 1970 para cá. O movimento dinâmico na ocupação da terra, como pode ser visto na **figura 7**, em que os estabelecimentos com menos de 20 hectares ampliam a área que ocupam enquanto que aqueles com área entre 20 e 100 hectares a diminuem, no entanto, sem alterar substancialmente o total de área ocupada, confirma nossa hipótese de que há dois movimentos de alteração da estrutura fundiária no Oeste: (i) a partilha por herança dos estabelecimentos com área entre 20 e 100 hectares e (ii) a compra de propriedades de pequeno tamanho por agricultores médios e grandes (com mais de 100 hectares), ampliando ainda mais sua participação na ocupação de terras em toda região<sup>116</sup>.

---

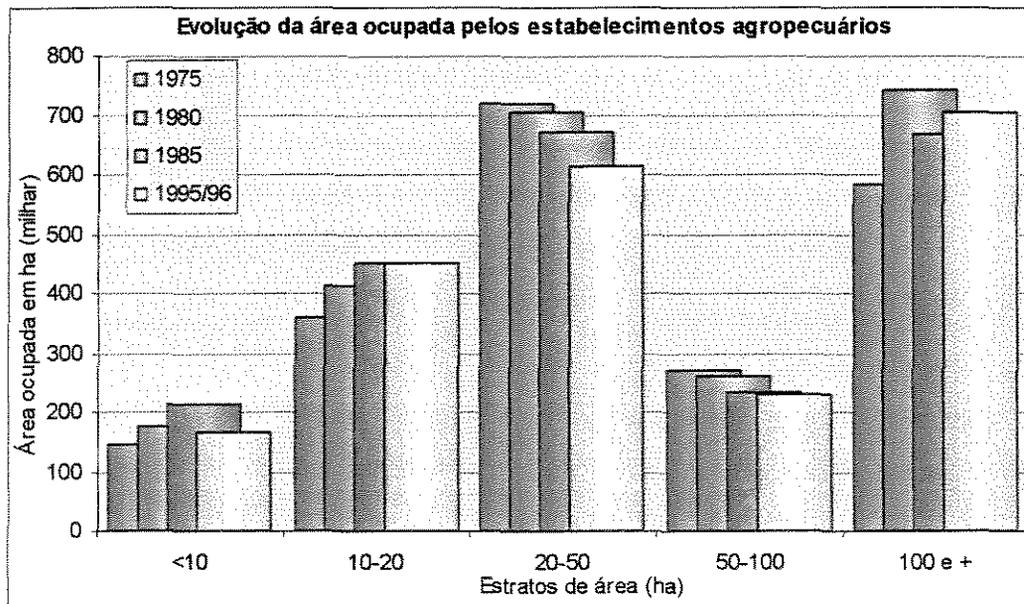
<sup>113</sup> Devemos alertar que esta informação pode ter uma influência mais incisiva da alteração na sistemática de coleta dos dados do Censo Agropecuário de 1995-96 em relação ao Censo Agropecuário de 1985, visto que o período de coleta pode ter deixado escapar aqueles estabelecimentos de existência temporária. Para mais detalhes sobre os impactos dessas mudanças, veja as “considerações preliminares” do IBGE (1998).

<sup>114</sup> Do total de famílias acampadas em Santa Catarina, cerca de 3/4 está localizada no Oeste, a maioria oriunda da própria região. Esta situação expressa a forte pressão pela terra na região, dada a importância do setor primário para economia local. Informações obtidas junto ao escritório regional do Incra situado no município de Chapecó.

<sup>115</sup> A estrutura fundiária do Oeste catarinense, em que pese o fato de que tem um grau de concentração menor do que a média brasileira, pode ser considerada concentrada e em contínua concentração, já que o índice de Gini que era de 0,527 em 1970, passou a ser de 0,562 no ano de 1995-96. Para Santa Catarina, MATTEI (1998) encontrou um índice de Gini de 0,658.

<sup>116</sup> Os dados dos Censos Agropecuários mostram que no Oeste catarinense somando-se todos os estabelecimentos com área inferior à 50 hectares, em 1975 ocupavam 1.226.418 hectares e em 1995-96 ocupavam 1.228.224 hectares. Nestes mesmos dois anos considerados, os estabelecimentos com até 100 hectares ocupavam 1.499.189 hectares e 1.459.190 hectares, respectivamente. Já, os estabelecimentos com mais de 100 hectares, em 1975, ocupavam 581.415 hectares e, em 1995-96, ocupavam 704.691 hectares.

Figura 7. Evolução da estrutura fundiária do Oeste catarinense, no período entre 1975 e 1995-96. Área ocupada pelos estabelecimentos em diferentes estratos de área.



Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995-96, do IBGE. Elaboração do autor.

Assim, os estabelecimentos com mais de 100 hectares que, no ano de 1975, ocupavam 27,9% do total da área, ampliaram seu espaço na posse da terra e passaram a deter, no ano de 1995-96, 32,6% do total. Este aumento, que à primeira vista parece inexpressivo, deixa de sê-lo ao se observar que em 1975 havia no Oeste catarinense um total de 83.037 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupavam uma área de 2.080.604 hectares de terra (média de 25,06 ha/estabelecimento) e que, no ano de 1995-96, 82.835 estabelecimentos (apenas 202 a menos) ocupavam somente 1.228.224 hectares (média de 14,83 ha/estabelecimento), ou seja, uma área inferior em 852.380 hectares, a qual equivalia neste ano a 56,76% do total da área ocupada na região. Analisando-se sob este enfoque, confirma-se que o processo de concentração fundiária continua a pleno vapor nesta importante região de economia agropecuária do Estado.

Um outro aspecto que os dados do Censo Agropecuário permite analisar é o tipo de uso destinado às terras da região<sup>117</sup>. Comparando-se 1995-96 com 1985, chama atenção o aumento da área com florestas e pastagens plantadas, confirmando a expansão da atividade leiteira no Oeste catarinense e o reflorestamento de áreas mais declivosas - anteriormente utilizadas com

<sup>117</sup> Por questão de espaço, estas informações do Censo Agropecuário não serão apresentadas em forma de tabela, atendo-se apenas aos aspectos mais relevantes. Ver IBGE (1991; 1998).

lavouras anuais em função de sua fertilidade natural - com o objetivo de recompor o ambiente natural e ao mesmo tempo buscar novas fontes de renda para a propriedade.

Por outro lado, a ocupação do solo com as lavouras temporárias, num movimento oposto ao verificado nos anos 1970, diminui em aproximadamente 180 mil hectares neste período<sup>118</sup> - possivelmente redistribuído para outros tipos de uso -, tendo-se como possíveis causas, a depauperação do solo; a queda de preços dos grãos; o incremento de atividades como a citricultura e bovinocultura de leite; o abandono de áreas inadequadas ao cultivo de lavouras temporárias; e o próprio êxodo agrícola. Por fim, a sensível diminuição da área com terras produtivas não utilizadas bem como a de lavouras temporárias em descanso, revela ao mesmo tempo a decadência da prática de “pousio” - típico do sistema produtivo colonial vigente até a década dos setenta - e um uso mais intenso da tecnologia que se reflete no aumento da produtividade das principais culturas produzidas na região.

O maior percentual de uso da terra na região ocorre com lavouras temporárias<sup>119</sup> (35,52%), seguido pelas pastagens naturais (17,25%), matas e florestas naturais (14,12%) e pastagens plantadas (11,07%). No quadro comparativo entre seis mesorregiões, que compõem o Estado, o Oeste catarinense responde por 53% da área com lavouras temporárias; por 47% da área com lavouras permanentes e por 43% da área com pastagens plantadas. Classificando-se os estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica, o grupo de lavoura temporária aparece como o mais representativo, com 45%, seguido pelo de produção mista com 29% e o de pecuária com 23% (IBGE, 1998), confirmando a diversidade produtiva regional e a dedicação do seu povo a atividades agropecuárias propriamente ditas<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram que as culturas que mais diminuíram sua área de produção foram as de soja, milho e feijão, nesta ordem de importância. Este fato está fortemente associado ao quase completo desaparecimento do sistema de cultivo consorciado para estas culturas - típico das pequenas propriedades e que foi sendo substituído pelo cultivo “solteiro”, o que parece decorrer da maior facilidade para a execução dos tratos culturais e colheita; da busca por ganhos de produtividade; da mudança tecnológica na criação de suínos que substituiu a ração “caseira” pela compra do concentrado protéico - e à queda de renda dos grãos.

<sup>119</sup> As principais culturas do Oeste catarinense em termos de ocupação do solo na safra 1999/00 foram: milho: 557.130 hectares; soja: 131.272 hectares; feijão safra: 78.160 hectares; feijão safrinha: 34.033 hectares; fumo: 22.649 hectares; trigo: 19.423 hectares; mandioca: 9.774 hectares; arroz: 8.019 hectares (INSTITUTO CEPA/SC, 2001). Dentre as lavouras permanentes, destacam-se: maçã com 7.648 hectares; laranja com 6.986 hectares; uva com 2.623 hectares; erva-mate com 9.308 hectares; cana-de-açúcar com 9.352 hectares (IBGE, 1998); e pêssego com 2.350 hectares (INSTITUTO CEPA/SC, 2001).

<sup>120</sup> Uma tipologia dos estabelecimentos agrícolas do Oeste catarinense revelou a presença de 28 diferentes tipos de propriedades, indicando a complexidade dos sistemas produtivos adotados pelo produtor familiar da região (INSTITUTO CEPA/SC, 1994, v.5).

### *A participação na produção agropecuária estadual*

A **tabela 15** mostra a importância econômica da agropecuária para o Oeste do Estado. Apesar da expansão e diversificação produtiva verificada nos últimos anos, ainda a produção agropecuária está concentrada em alguns poucos produtos. Num patamar mais elevado encontra-se a produção de suínos, aves e milho. Depois, com uma participação menor aparece leite, maçã, fumo, feijão e soja<sup>121</sup>. Estes oito produtos respondem por 77,5% do valor bruto da produção agropecuária da região Oeste catarinense. É importante destacar a perda da participação relativa dos grãos na região, especialmente soja e feijão e, em contrapartida, o aumento expressivo do leite, fumo e da suinocultura, bem como a expansão da produção de hortaliças e da fruticultura.

**Tabela 15. Composição, valor da produção agropecuária e participação relativa do Oeste catarinense no VBP agropecuário do Estado de Santa Catarina. Ano 1995/96**

Produto e grupos de produtos	Oeste catarinense		Santa Catarina	Oeste no VBPA Catarinense
	mil reais	%	mil reais	(%)
<b>PRODUÇÃO VEGETAL</b>	<b>645.244</b>	<b>34,54</b>	<b>1.640.307</b>	<b>39,34</b>
<b>Lavouras temporárias</b>				
Alho	6.255	0,33	15.330	40,80
Arroz em casca	2.927	0,16	98.409	2,97
Batata-inglesa	1.255	0,07	24.843	5,05
Cebola	1.045	0,06	35.824	2,92
Feijão	53.375	2,86	101.059	52,82
Fumo	54.059	2,89	313.337	17,25
Mandioca	32.779	1,75	68.413	47,91
Milho	211.169	11,30	312.052	67,67
Soja	56.068	3,00	87.808	63,85
Tomate	13.298	0,71	22.570	58,92
Trigo	5.163	0,28	7.340	70,34
<b>Lavouras permanentes</b>				
Banana	847	0,05	51.668	1,64
Erva-mate	5.904	0,32	6.394	92,34
Laranja	6.705	0,36	10.738	62,44
Maçã	76.875	4,12	114.072	67,39
Pêssego	8.786	0,47	10.231	85,88
Uva	7.604	0,41	8.989	84,59
<b>Produção extrativa</b>	<b>15.990</b>	<b>0,86</b>	<b>38.564</b>	<b>41,46</b>
<b>Silvicultura</b>	<b>39.242</b>	<b>2,10</b>	<b>165.398</b>	<b>23,73</b>
<b>PRODUÇÃO ANIMAL</b>	<b>1.222.879</b>	<b>65,46</b>	<b>1.711.657</b>	<b>71,44</b>
<b>Aves</b>	<b>398.390</b>	<b>21,33</b>	<b>524.244</b>	<b>75,99</b>
<b>Suínos</b>	<b>501.697</b>	<b>26,86</b>	<b>596.348</b>	<b>84,13</b>
<b>Bovinos</b>	<b>39.048</b>	<b>2,09</b>	<b>107.220</b>	<b>36,42</b>
<b>Leite</b>	<b>95.745</b>	<b>5,13</b>	<b>201.116</b>	<b>47,61</b>
<b>Mel</b>	<b>4.126</b>	<b>0,22</b>	<b>9.737</b>	<b>42,37</b>
<b>Ovos</b>	<b>65.262</b>	<b>3,49</b>	<b>102.991</b>	<b>63,37</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.868.123</b>	<b>100,00</b>	<b>3.351.964</b>	<b>55,73</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-96. Elaboração Instituto Cepa/SC, 1998. Adaptado pelo autor.

<sup>121</sup> A soja e a maçã, diferentemente dos outros produtos, são produzidas em estabelecimentos de maior porte.

A importância econômica da agropecuária da região fica de fato comprovada ao gerar aproximadamente 56% do valor da produção agropecuária Estadual. Esta participação é mais intensa na produção de animais, sendo responsável por 71% do valor bruto produzido no Estado. Ademais, os produtos mais importantes economicamente para Santa Catarina – suínos, aves e milho - são produzidos basicamente no Oeste, como pode ser visto na tabela 15.

Dados mais recentes apontam para o ano de 1999 a participação relativa do Oeste no valor bruto dos principais produtos produzidos no Estado: feijão com 36%; fumo com 20%; milho com 65%; soja com 61%; maçã com 57%; tomate com 43%; trigo com 54%; bovinos com 42%; suínos com 84%; aves com 83%; e leite com 56% (INSTITUTO CEPA/SC, 2001).

Sob o ponto de vista social, a estrutura produtiva alicerçada na unidade familiar de produção e na combinação sinérgica de culturas vegetais e produção animal, configura um sistema complexo e diversificado de produção no espaço rural do Oeste catarinense. As principais culturas e as criações se fazem presente na maioria das propriedades rurais. A título de exemplo, na produção vegetal: milho em 80 mil estabelecimentos agropecuários; feijão safra em 58 mil: feijão safrinha em 24 mil; fumo em 18 mil; trigo em 10 mil; soja em 8 mil; arroz em 34 mil; cana-de-açúcar em 26 mil; mandioca em 39 mil; cebola em 7 mil; tomate em 6 mil; alho em 5 mil. Na produção animal, os dados mostram a atividade leiteira presente em 70 mil estabelecimentos agropecuários; a suinocultura comercial em 15,3 mil; e a avicultura industrial em cerca de 9 mil propriedades rurais (IBGE, 1998; INSTITUTO CEPA/SC, 2000).

Como visto, os produtores rurais com área inferior a 10 hectares - o conjunto mais frágil do universo dos agricultores e que representa um terço destes no Oeste do Estado de Santa Catarina - é o que apresenta maior grau de dificuldade para manter-se na atividade produtiva e ampliar os investimentos, não tendo possibilidade de competir em igualdade de condições com os segmentos mais capitalizados. A predominância de pequenas propriedades rurais familiares e a grande parcela de produção que geram expressam sua importância e, sobretudo, reforçam a necessidade de especial atenção das políticas públicas a este segmento, especialmente em função do aprofundamento na década de 1990 do processo de diferenciação e decomposição social.

### 3.4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS RECENTES

A colonização do Oeste catarinense representou, para milhares de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, a oportunidade de reprodução social e econômica da unidade de produção familiar. A dificuldade imposta, no início, pela completa falta de infra-estrutura na região, e depois, pelo processo de concentração e seleção/exclusão, não impediram a continuidade da luta por melhores condições de trabalho e de vida, buscando novas formas de inserção social e econômica.

#### 3.4.1 As estratégias de reprodução da agricultura familiar

Como visto no capítulo I, a reprodução da agricultura familiar antes da década dos anos 1990 esteve condicionada, grosso modo, num primeiro momento, ao ciclo da madeira, da erva-mate e das culturas destinadas a priori ao consumo familiar. Mais tarde, com a “penetração capitalista” no campo<sup>122</sup> e intensificação das relações mercantis, a suinocultura assumiu a condição de atividade âncora sobre a qual se estruturou um sistema de policultivo que integra lavoura e pecuária, numa combinação sinérgica que confere competitividade à agricultura regional. A partir daí, a reprodução destas unidades familiares de produção passou a ser determinada em maior grau por seu relacionamento com o ambiente externo. Enquanto foi possível, o avanço da fronteira agrícola e o sobreuso do solo como estratégia fundiária garantiram sua manutenção e expansão. Com a crise e o esgotamento do modelo centrado no binômio “suínos x milho”, para milhares de produtores inicia-se, ainda em meados dos anos 1980, um processo de busca de novas alternativas econômicas para substituir ou recompor a renda perdida com o “abandono” da suinocultura<sup>123</sup>.

Em que pese a centralidade econômica de uma determinada cultura ou criação em diferentes momentos da trajetória destes produtores, a diversificação das atividades produtivas é, contudo, o traço inconfundível desta agricultura que perpassa toda a história do Oeste catarinense. Na verdade, ela também não deixa de expressar a participação de elementos tradicionalmente associados à lógica camponesa, no que diz respeito à composição familiar, a

---

<sup>122</sup> Usamos aqui a expressão de CHAYANOV com o intuito de caracterizar o capital que vem de fora e toma conta das estruturas já existentes, fazendo-as parte integrante do mundo econômico e, ao mesmo tempo, para diferenciar da abordagem leninista.

<sup>123</sup> A história do campesinato no Brasil se caracteriza pelas lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar (a busca de uma terra para a família) e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (WANDERLEY, 1996).

minimização de riscos e a racionalidade econômica e ambiental, no fundo moldada em valores sociais, indiferente às mudanças que se processaram nas condições de reprodução do modo de vida e de produzir da população rural desta região<sup>124</sup>.

Os agricultores excluídos do complexo agroindustrial de carnes encontraram na cultura do fumo e na bovinocultura de leite as vias alternativas para utilizar os recursos produtivos da propriedade, ocupar a mão-de-obra familiar e compensar a renda da suinocultura.

A cultura do fumo, potencialmente degradadora do meio ambiente e portadora de riscos à saúde dos produtores pelo uso de agrotóxicos, embora tenha um alcance social e econômico comparativamente mais limitado, expandiu-se fortemente na região a partir da segunda metade dos anos 1980. No ano de 1985 havia somente 8.128 produtores de fumo integrados a fumageiras, já em 1995/96, se encontrava presente em 18 mil (20,4%) estabelecimentos agropecuários do Oeste do Estado (IBGE, 1991; 1998). A atividade leiteira, contudo, além de se adequar aos fatores de produção e à lógica de organização da unidade familiar, tem potencial para se estabelecer na quase totalidade das propriedades rurais. Hoje está presente em aproximadamente 70 mil delas, tornando-se a nova atividade âncora que dá sustentação ao sistema diversificado de produção do Oeste catarinense (MELLO, 1998).

Pode-se arriscar dizer que a atividade leiteira assumiu nos anos 1990 a condição potencial de proporcionar aos agricultores familiares da região um **novo ciclo de capitalização**. De acordo com TESTA *et al.* (2002), no ano de 2000 nada menos que 40 mil agricultores – praticamente a metade dos agricultores estabelecidos – comercializaram leite no Oeste catarinense, mesmo na ausência de incentivos de políticas públicas. Ainda conforme o autor, caso a estruturação e consolidação desta atividade aconteça de forma heterogênea e desconcentrada nas 40 mil famílias envolvidas, e pela sua natureza distributiva que lhe confere um efeito multiplicador para a economia regional, ela pode ser capaz de promover o desenvolvimento da região de forma mais equânime. Esta questão será mais bem discutida no próximo capítulo.

As estratégias de reprodução social para os agricultores familiares do Oeste catarinense parecem estreitar-se cada vez mais. Por um lado, impõem-se os rigorosos limites do bloqueio

---

<sup>124</sup> Estamos aqui nos referindo ao que LAMARCHE (1993) e WANDERLEY (1996) chamam de “patrimônio sociocultural”. Para uma discussão mais detalhada sobre a estratégia de diversificação da produção familiar no Oeste catarinense, ver MELLO (1998:35-39).

fundiário e das alternativas econômicas agrícolas e não-agrícolas ao alcance do potencial e da estrutura produtiva, presentes na região. Por outro, os jovens - especialmente os rapazes e bem menos as moças - mesmo voluntariosos em prosseguir a jornada de seus pais (SILVESTRO *et al.*, 2001), encontram na falta de apoio e de perspectiva de políticas adequadas à sua permanência no espaço rural catarinense, as incertezas que minam a resistência e mesmo sua “vocação (moral)” para o exercício de uma atividade que muitas vezes não proporciona a renda mínima para uma vida com mais qualidade e dignidade.

Mas, acima de tudo, a agricultura familiar do Oeste do Estado de Santa Catarina, na condição de categoria genérica que é, desde os primórdios da colonização e de sua constituição na região, tem manifestado grande capacidade de adaptação. Assim, da homogeneidade caricatural de uma economia inicialmente camponesa, no sentido que ABRAMOVAY (1992) descreve de “*integração parcial a mercados incompletos*” e sem qualquer determinação gradualista, a mudança nas condições estruturais e funcionais socialmente construídas pelos mais diversos agentes que atuaram e ainda atuam no Oeste catarinense, tornaram-na essencialmente heterogênea, sendo possível construir, de acordo com a terminologia de LAMARCHE (1998:68), mais de um modelo de funcionamento. Nas palavras de WILKINSON (1996b:103), “*a produção familiar é uma estrutura altamente flexível no que diz respeito às suas formas de produção e renda*”.

MELLO (1998) resume bem a diversidade presente no espaço rural da região Oeste:

... as unidades familiares de produção da região diferenciam-se entre si, principalmente pela forma de uso do solo, tipo de atividade desenvolvida, organização física da propriedade, tecnologia utilizada, forma de comercialização e nível de capitalização. Isso determina um elevado grau de heterogeneidade ao universo agrícola e rural da região (op. cit., p. 34).

Bem mais expressiva que a heterogeneidade e diversidade que se manifesta no capital físico, no meio ambiente, nos sistemas produtivos, na inserção aos mercados, na organização dos espaços e que, de alguma forma sintetiza a riqueza desta região e de seu povo, sem dúvida é a “*vitalidade social*” historicamente construída e alicerçada nas relações de confiança, de solidariedade e de ajuda mútua, nos valores éticos, na cultura e tradições, mantidas arraigadas ao modo de vida, e que constituem uma sociedade com atributos capazes de superar as dificuldades ora impostas e conquistar os espaços ainda não percebidos pela via comum [voltaremos a este ponto no próximo capítulo].

### 3.4.2 Envelhecimento e masculinização no campo

O Estado de Santa Catarina assim como o Oeste catarinense, não foge ao movimento geral observado para o conjunto do país, da América Latina e dos países desenvolvidos no que diz respeito ao processo de envelhecimento e masculinização da população que vive no campo. Cada vez mais os jovens vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres [ver MENDRAS (1978); HERVIEU (1993); CEPAL (1995)].

No Brasil, o trabalho de CAMARANO & ABRAMOVAY (1999) mostra a crescente masculinização do meio rural brasileiro, fruto do predomínio feminino no processo migratório rural-urbano, com o indicador razão de sexos evoluindo de 1,04 em 1950 para 1,09 em 1996. Neste mesmo ano o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos supera em 14% ao número de moças. A razão de masculinidade rural, segundo dados do censo demográfico do IBGE, atinge o índice de 1,1 no ano de 2000. Ademais, há um rejuvenescimento do fluxo migratório rural, visto que enquanto nos anos 50 o ponto máximo da migração ocorria no grupo etário de 30 a 39 anos, nos anos 1990 predomina a saída de rapazes de 20 a 24 anos e de moças de 15 a 19 anos, havendo uma tendência recente de acréscimo do fluxo de jovens com idade inferior a 20 anos (op. cit., p. 5). O resultado concreto destes fatos se apresenta na progressão da razão de sexos nos grupos de idade de 15 a 29 anos, sobretudo naqueles entre 15 e 19 anos<sup>125</sup>.

Esta situação, de êxodo predominantemente jovem e feminino, tem levado, por um lado, gradualmente ao predomínio masculino entre os jovens rurais e, por outro, tem contribuído para o “envelhecimento” da população que permanece no campo. Tanto é assim que, no Estado de Santa Catarina, a razão de masculinidade rural que era de 1,062 em 1970 passa para 1,087 em 2000 e o índice de envelhecimento evolui de 2,23 no ano de 1960 para 5,39 no ano de 1996<sup>126</sup>.

Dois trabalhos empíricos realizados recentemente na região Oeste catarinense a respeito dos jovens rurais apontam a existência de um êxodo predominantemente jovem e feminino [ver ABRAMOVAY *et al.* (1998) e SILVESTRO *et al.* (2001)]. Os autores constatarem que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. De fato, dentre 176 jovens que deixaram a propriedade paterna, 103 eram moças e 73 rapazes e além

---

<sup>125</sup> Para a região Sul do Brasil, a razão de masculinidade rural de jovens entre 15 e 19 anos passa de 1,03 em 1960 para 1,13 em 1996 (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999:18).

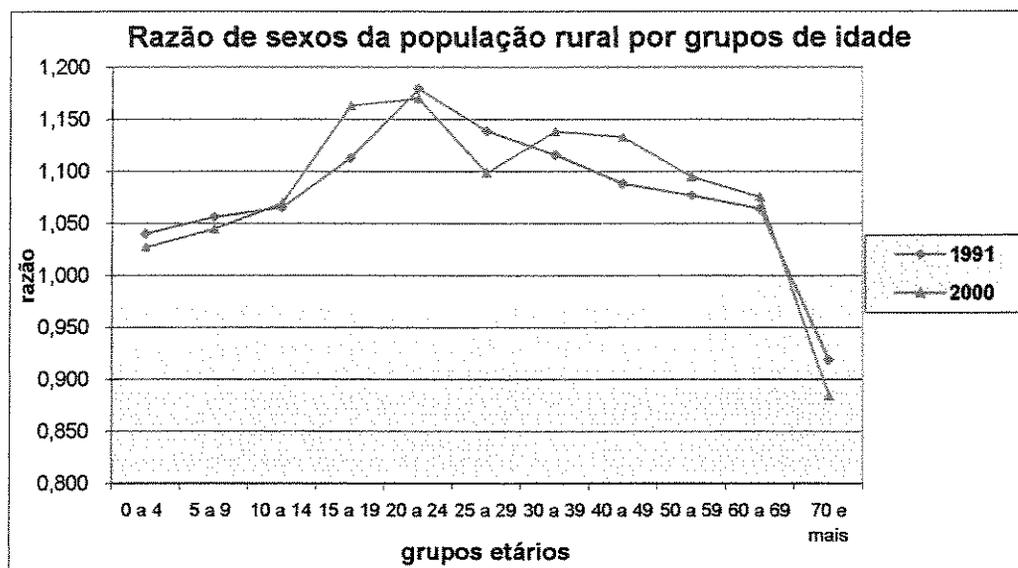
<sup>126</sup> Estes indicadores foram calculados pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos dos vários anos e da Contagem Populacional de 1996. A respeito deste tema, pode-se também consultar MAGALHÃES *et al.* (2000).

disso, enquanto 39% das moças saíram com idade entre 16 e 18 anos, entre os rapazes somente 19% o fizeram nesta mesma faixa de idade.

Os jovens que saíram da propriedade paterna se dirigiram em sua maioria (59%) para o meio urbano, mas preferiram ficar próximos, na sede do município ou em cidades da região. Aqueles que permaneceram no meio rural, também preferiram se instalar na própria comunidade onde vivem seus pais. As principais atividades exercidas pelos jovens que saíram do meio rural são em emprego doméstico, outros serviços (garçons, balconistas) e operários<sup>127</sup>.

Veja na **figura 8** que, mesmo num pequeno intervalo de tempo, há uma tendência de deslocamento da curva para a faixa de idade mais baixa. No ano de 2000, no Oeste catarinense, o n° de rapazes na faixa de idade entre 15 e 24 anos já era superior em 16,7% ao n° de moças<sup>128</sup>, sendo que a masculinidade rural aumenta expressivamente entre os jovens de 15 a 19 anos em relação ao ano de 1991.

**Figura 8.** Proporção entre pessoas do sexo masculino e feminino, por grupos de idade, no Oeste catarinense na década dos anos 1990



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Por outro lado, o índice de envelhecimento da população rural da região que era de 4,03 em 1991 atinge 6,22 em 2000. A população com idade entre 0 e 29 anos que em 1991 era

<sup>127</sup> Informações obtidas dos dados originais do projeto "Estudo do papel dos jovens na dinâmica de funcionamento e continuidade da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina", da EPAGRI.

<sup>128</sup> Para o ano de 2000, as informações obtidas da Sinopse preliminar do IBGE, mostram que a proporção da população rural masculina supera numericamente a feminina em 9,4% para o Oeste do Estado. No ano de 1991, o predomínio da masculinidade rural era de 8,9%.

de 63,4%, no ano de 2000 representa apenas 53,5% do total. Estes indicadores da estrutura da população rural por sexo e idade apresentam resultados semelhantes aqueles encontrados para o total do Estado. O que se vê é a conformação de um novo padrão na distribuição etária, com estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária (MAGALHÃES *et al.*, 2000).

O trabalho de SILVESTRO *et al.* (2001)<sup>129</sup> aponta dois fatores básicos que afetam as aspirações profissionais dos jovens agricultores do Oeste. Primeiro, a formação educacional, já que há fortes indícios de que fica na propriedade paterna os jovens com menor nível educacional, condição que por si só reduz sobremaneira as possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano. O contraste é nítido: dos jovens que saíram da propriedade paterna para instalar novas unidades produtivas no meio rural, 69% tinham somente até a 4ª série do primeiro grau, condição educacional presente para apenas 36% daqueles que seguiram para as cidades (op.cit., p.51). Segundo, para as famílias de menor renda – em geral com pouca terra e de baixa qualidade<sup>130</sup> – são precárias as perspectivas de reprodução com base em atividades agrícolas, sendo a migração para cidades em busca de trabalho uma alternativa mais promissora, em que pese seus riscos e dificuldades. A própria influência familiar para os filhos seguirem na profissão de agricultor é maior entre as famílias de agricultores de melhor renda.

A reprodução da unidade de produção fica ameaçada na medida em que, por um lado, não é mais possível dividir a terra sem comprometer as condições produtivas mínimas para a sustentabilidade econômica da família e, por outro, o rendimento não é suficiente para adquirir outras terras (existentes na própria região) para “colocar” os demais filhos. A prática do *minorato* deixa de ser preponderante e o padrão sucessório revela-se como ressocializador dos jovens – especialmente os mais novos, integrando-os ao mundo urbano<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> Nesta pesquisa, constatou-se o baixo nível educacional dos jovens, com idade entre 25 e 29 anos, filhos de agricultores do Oeste catarinense, sendo que 60% deles haviam estudado somente até a 4ª série do primeiro grau e 4% eram analfabetos. Essa situação de déficit educacional, também foi encontrada na região colonial do Rio Grande do Sul, onde são raros os sucessores dos pais no estabelecimento familiar que ultrapassam o curso primário (CARNEIRO, 1999). No que diz respeito ao futuro profissional, trabalhar na cidade é o “desejo” de apenas 20% dos rapazes, mas de 53% das moças do Oeste catarinense. A preferência dos rapazes em permanecer na agricultura se apóia na percepção realista de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura (op. cit., p. 42-43). Trata-se aqui de um exemplo de privação de capacidade (SEN, 2000), que determina uma limitação às possibilidades de escolha.

<sup>130</sup> A terra a ser herdada é de má qualidade. Esta é a opinião de 70% dos filhos de agricultores mais pobres e de apenas 15% dos filhos de agricultores de melhor renda (op. cit., p. 95).

<sup>131</sup> O *minorato* se caracteriza por um padrão sucessório no qual a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que se responsabiliza em cuidar dos pais. ABRAMOVAY *et al.* (1998) demonstraram que esse padrão se esgota no final dos anos 1960. TAVARES DOS SANTOS (1978) já havia percebido esta alteração, nos anos 1970, para o caso dos pequenos produtores da “colônia velha” do Rio Grande do Sul.

Estes dados na verdade reforçam a questão mais intrigante: por que razão as moças deixam o campo numa proporção maior que os rapazes? Dois caminhos a princípio podem ser seguidos na busca da resposta. Primeiro, as oportunidades no mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio e empresas, oferecem às moças perspectivas novas e diferentes do papel tradicional de mãe e esposa, condição que é corroborada pelo seu melhor nível educacional<sup>132</sup>. As informações para o Oeste catarinense corroboram com ARNALTE (1997), que observa que “*está havendo um distanciamento por parte das mulheres do setor agrícola e isso parece estar mais acentuado nas mulheres mais jovens e com um maior nível de formação*”.

Mesmo no caso da pluriatividade, as mulheres rurais ocupam um espaço crescente na ocupação em atividades não-agrícolas no meio urbano. Esta procura não se deve unicamente por razões financeiras, mas significa realização profissional, *status* e senso de ganho [ver ARNALTE (1997); GASSON (1992); HAUGEN (1990); LE HERON (1994); SCHUCKSMITH & SMITH (1991); COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS (1993)].

Veja este interessante depoimento de um agricultor familiar do Oeste catarinense:

... Você dá condições de preparar teus filhos, depois eles escolhem. Tá certo que o guri [rapaz] geralmente vai querer ficar. Se ele tiver como ganhar, é muito mais fácil assim. Mais ainda se tiver um carro, prá ele sair, passear. Se você não tiver nada prá oferecer também pô (...) um dinheirinho prá ir numa festa, é claro que ele vai querer sair. **Você... não vai ficar, um miserável, na roça.** Então, se você der condições, de ter um troco no bolso, uma vez ou duas vezes num mês, dá o carro prá ele ir numa festa, ele vai ficar, porque lazer tem na comunidade. (...) Eu penso assim, porque eu morei na cidade também (entrevista 7, dezembro de 2001).

Em segundo lugar, a própria dinâmica no interior das unidades familiares de produção, fortemente enraizada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuar na atividade agrícola e serem os sucessores são mais favoráveis aos rapazes<sup>133</sup> – determinando um viés de gênero na sucessão da propriedade rural - e pelo próprio papel subalterno que é reservado às moças nestas famílias de agricultores, com inexpressiva participação na organização produtiva

<sup>132</sup> Considerando seu grau de instrução, 26% das moças consideram que as melhores oportunidades profissionais estão na cidade, enquanto que apenas 13% dos rapazes pensam assim (SILVESTRO *et al.*, 2001:46-47).

<sup>133</sup> Das moças do Oeste catarinense, 38% acham que não serão sucessoras. Para 62% dos pais, elas têm as mesmas chances que os rapazes (SILVESTRO *et al.*, 2001:86). Esta afirmativa dos pais deve ser relativizada, pois é muito mais uma resposta idealizada do que uma possibilidade concreta de realização, mesmo porque na pesquisa de campo acima citada, não foi encontrado nenhum caso onde a moça tenha sido escolhida sucessora.

e nos processos decisórios. Conforme observou PAULO (2000:4) “*se for necessário excluir alguém, [e geralmente é] as mulheres são as primeiras a serem escolhidas*”. De certa forma, os próprios pais estimulam as filhas a procurar sua realização profissional no meio urbano, visto as reduzidas chances de se estabelecerem como agricultoras [ver ABRAMOVAY *et al.* (1998); SILVESTRO *et al.* (2001); PAULO (1990; 2000); TAVARES DOS SANTOS (1978)].

O envelhecimento e a masculinização do meio rural acabam por expressar o seu próprio declínio. Este se reforça na medida em que 29% dos estabelecimentos familiares da região ou não tem sucessores ou apenas um filho (a) mora com os pais, ameaçando a continuidade destes no processo produtivo<sup>134</sup>. Por outro lado, significa que os filhos (as) dos agricultores buscaram fora da agricultura e do meio rural – em muitos casos, fora da própria região - oportunidades de trabalho que atendesse a suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural ou social.

### **3.4.3 A queda da ocupação e da renda na unidade familiar de produção**

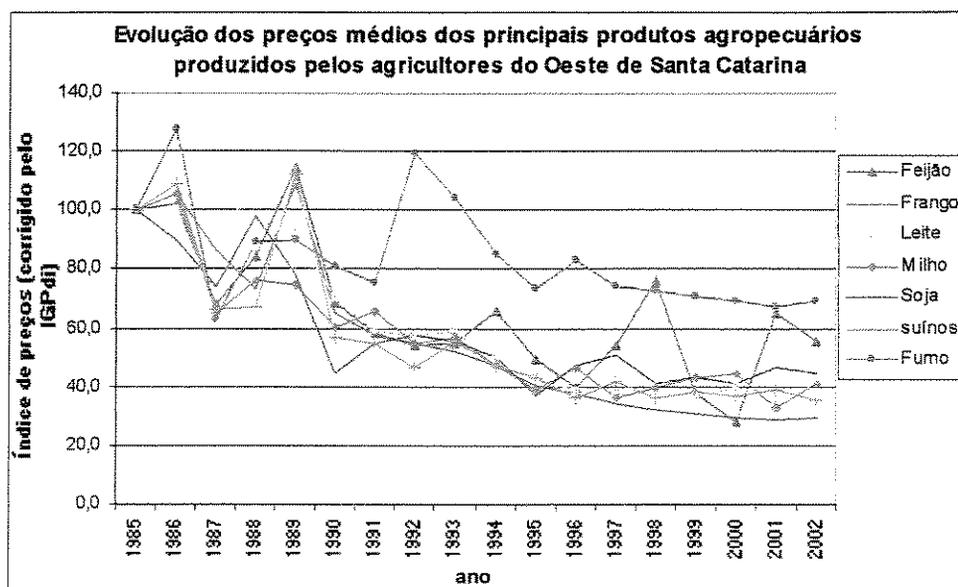
Diversos trabalhos têm mostrado a queda da renda para as famílias de agricultores nas duas últimas décadas. A partir de 1980, conforme demonstra FERREIRA F<sup>o</sup> (1998) e HOMEM DE MELO (1999), houve uma queda generalizada no preço real dos principais produtos agrícolas brasileiros. A título de exemplo, para aqueles de maior expressão em Santa Catarina, o milho, o feijão e a soja, de um índice 100 no ano de 1980 houve uma redução para um índice de 53, 38 e 46, respectivamente, no ano de 1992; enquanto, leite, suíno e frango atingiram, respectivamente, um índice de 53, 45 e 42.

Na **figura 9** pode-se observar a evolução dos preços recebidos pelos agricultores catarinenses, no período de 1985 a 2002, para os principais produtos agropecuários, em que houve forte queda, partindo de um índice 100 no ano de 1985 para, em média, decrescer até um índice em torno de 35-40 no ano 2002. As atividades de maior alcance social para o Oeste catarinense como o milho, feijão e leite, presentes em 80 mil, 60 mil e 70 mil estabelecimentos familiares, respectivamente, e que representam importantes fontes de renda para estas famílias, apresentou preços fortemente decrescentes. A cultura do fumo foi a que teve menor queda de preço, mas esta tem um alcance mais limitado, para cerca de 20 mil famílias rurais.

---

<sup>134</sup> Estas informações têm por base uma pesquisa realizada pela EPAGRI e INSTITUTO CEPA em 18 municípios do Oeste catarinense, onde foi realizado um censo agropecuário municipal em 15.293 estabelecimentos agropecuários. Ver EPAGRI (1999) e SILVESTRO *et al.* (2001).

**Figura 9. Preços médios dos principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares do Oeste catarinense, 1985/2002**



Fonte: Pesquisa de preços do Instituto Cepa-SC/ FGV. Elaboração do autor.

Evidentemente, esta situação não determina, por si só, a deterioração do nível de renda dos agricultores. A combinação entre elevação da produtividade e queda de preço dos fatores primários de produção (insumos agrícolas e força de trabalho), determinando uma redução nos custos de produção (baixando as curvas de custo médio), especialmente a partir de meados de 1980, compensou em parte a queda de preços observada para a maioria dos produtos agrícolas, fazendo com que a relação de trocas tenha evoluído de forma menos desfavorável<sup>135</sup>.

Por outro lado, a partir da segunda metade dos anos 1980, a perda das transferências de renda via crédito subsidiado induziu os agricultores a um processo de redução de custos médios no estabelecimento agrícola. O instrumento mais importante foi o forte crescimento da produtividade, com moderada redução da área cultivada e uma forte redução do emprego de mão-de-obra. De acordo com DIAS & AMARAL (1999), entre 1987 e 1998, a produtividade dos setores pecuário e agrícola no Brasil cresceu a uma taxa de 1,88% ao ano, partindo de um

<sup>135</sup> O índice resultante da relação preços recebidos sobre preços pagos por insumos caiu de 100 em 1981 para 92 em 1994 (FERREIRA F<sup>o</sup>, 1998: 92). A relação de trocas (preços recebidos sobre preços pagos) para 15 produtos agrícolas teve, no período entre janeiro de 1979 e dezembro de 1988, uma diminuição média anual de 1,76% (HOMEM DE MELO, 1990). Já, DIAS & AMARAL (1999), consideram que houve uma melhoria nos termos de troca a partir de 1987 indo até 1994, ponto de inflexão para uma pequena queda até 1998. Concluem que a combinação deste fator com o aumento da produtividade melhoraram o poder de compra (de insumos e outros fatores primários de produção) dos agricultores nos anos 1990.

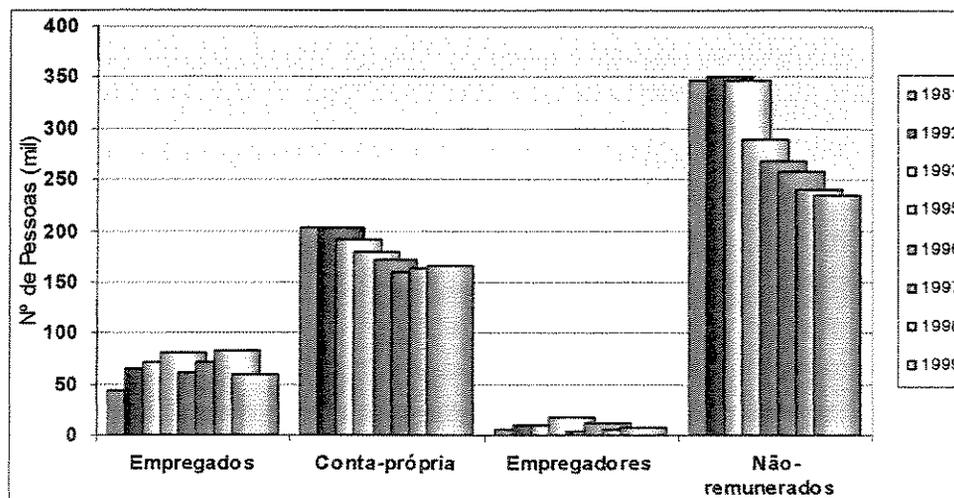
índice 100 no ano de 1987 e atingindo um índice 122,8 no ano de 1998. Destaque para o milho, feijão, suínos e leite, com crescimento de 31%, 58%, 90% e 26%, respectivamente.

Outro aspecto que se deve ter em conta, quando se analisa a questão da perda do poder de compra dos agricultores, é que, ao mesmo tempo em que houve ganho em produtividade, houve redução nas margens de comercialização (DIAS & AMARAL, 1999) e nas margens de lucro. Para manter a mesma renda em valores absolutos, o agricultor se obriga a aumentar o volume e a escala de produção, condição que não é alcançada por grande parcela dos agricultores, que é excluída das principais atividades econômicas, notadamente daquelas ligadas aos complexos agroindustriais. O exemplo emblemático para o Oeste catarinense é a suinocultura, onde o aumento da produção e da escala da propriedade, ao mesmo tempo em que limitou as oportunidades de trabalho e renda para milhares de famílias de agricultores, não gerou uma melhoria na renda dessas famílias rurais que continuaram integradas ao processo produtivo nesta importante cadeia do setor de carnes. As crises cíclicas de preços, como as de 1987, 1996 e as de 2002, são repassadas integralmente aos agricultores, que são forçados a trabalhar com prejuízos, visto ser uma atividade com altas barreiras de entrada e de saída, dado o longo prazo de retorno dos investimentos.

Ademais, no período compreendido entre 1980 e 1998, houve uma transformação radical dos preços relativos com uma *“forte redução nos preços dos alimentos em relação aos salários urbanos dos grupos de trabalhadores de baixa qualificação”* (DIAS & AMARAL, 1999:21). As diferenças de renda obtida por trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais e/ou entre ocupações agrícolas e não-agrícolas já são por demais conhecidas, conforme apontam diversos estudos, dentre os quais recomenda-se DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA (2000); KAGEYAMA & HOFFMANN (2000); DEL GROSSI *et al.* (2001) e WAQUIL & MATTOS (2002).

A questão da redução das ocupações rurais já foi discutida no capítulo II deste trabalho, sendo um fenômeno observado não só no Brasil e na América Latina, mas em todos os países desenvolvidos. Em Santa Catarina, de acordo com os dados da PNAD, a população rural ocupada em atividades agrícolas, que era de 600 mil pessoas em 1981 e 629 mil pessoas em 1992, caiu para 466 mil pessoas no ano de 1999. Na **figura 10** pode-se verificar que este decréscimo ocorreu na categoria dos agricultores “conta-própria” (responsáveis pelos estabelecimentos) e principalmente na dos trabalhadores “não-remunerados” (membros da família), isto é, nos componentes fundamentais do núcleo familiar.

**Figura 10. População rural ocupada, 15 horas ou mais na semana de referência, em atividades agrícolas, de acordo com a posição na ocupação. Santa Catarina, décadas de 1980 e 1990**



Fonte: PNADs, tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, setembro/2000.  
Elaboração do autor.

Na segunda metade dos anos 1980, o emprego agrícola em Santa Catarina, seguindo a tendência verificada no País, atingiu seu ponto máximo, como reflexo do excelente desempenho da produção agropecuária interna e da própria expansão no comércio mundial de alimentos. A partir do início dos anos 1990, observa-se uma tendência mais constante de queda no volume do emprego gerado pelas atividades agrícolas, sendo que esse processo atinge indistintamente as diversas categorias ocupacionais.

Contudo, verifica-se que a categoria dos trabalhadores “não-remunerados” (esposas e filhos (as) que moram com os pais) embora predomine sobre as demais, tem apresentado nos anos 1990 uma forte tendência de redução das ocupações, diminuindo em 32% o número de pessoas ocupadas na agricultura. Somada a esta, a categoria dos “conta-própria” – que mostrou um comportamento muito semelhante ao dos “não-remunerados” – verifica-se que juntas representavam, em 1999, 85,6% da ocupação agrícola catarinense, demonstrando a presença marcante da agricultura familiar no Estado, em que pese a perda de 153 mil pessoas pertencentes a estas duas categorias no período considerado.

Estas constatações reforçam a questão discutida no item anterior, em que há um predomínio da saída de jovens do meio rural, buscando oportunidades de trabalho nas cidades. A baixa remuneração da agricultura, enquanto força de expulsão, combinada com a “atração das cidades” (ALVES *et al.*, 1999), está levando a um esvaziamento dos campos. Certamente,

outras razões, que não de ordem econômica, também levam os jovens a migrar: resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos (WOORTMANN, 1988); dependência do “pai-patrão”, serviço de “escravo” e posição de subalternidade do colono (RENK & CABRAL JR, 2000); o desejo de estudar; seguir outra carreira profissional. Considerando que o Oeste catarinense é a região em que se encontra aproximadamente metade das pessoas ocupadas na agricultura em Santa Catarina e também a que tem os maiores índices de evasão rural, e com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, é possível estimar que somente na década dos anos 1990 aproximadamente **75 mil jovens abandonaram a agricultura e o meio rural** da região.

Essa dinâmica das categorias ocupacionais das atividades agrícolas no Estado revela a existência de um sistema de produção fortemente articulado ao trabalho familiar e tendo por base as pequenas unidades de produção, cuja característica mais marcante é a diversificação das atividades produtivas. Este modelo, portanto, encontra-se fortemente ameaçado de continuidade face ao afastamento do Estado no que se refere às políticas públicas, não cumprindo seu papel de regulador, visto que as livres forças do mercado por si só não garantem o desenvolvimento com inclusão social.

As consequências de um modelo de desenvolvimento favorável aos grandes produtores, ao grande capital e ao mesmo tempo “*bloqueador*” da agricultura familiar no Brasil se traduz pelos baixos índices de crescimento da produção agropecuária, em que pese a implementação em 1965 de um forte sistema de incentivos e subsídios agrícolas para a “modernização conservadora”, sem que se alterasse a condição estrutural do setor agrário brasileiro. Contudo, o mais perverso resultado desta política para as famílias de agricultores do país e por extensão, aos agricultores catarinenses, é o processo de diferenciação e decomposição social, que se aprofunda na década dos anos 1990.

Evidentemente, a estratificação dos agricultores familiares por diferentes níveis de renda é uma simplificação da realidade, mas serve para melhor compreender as diferenças de recursos, de funcionamento e organização do trabalho e de estratégias adotadas pelas unidades familiares. Um estudo da EPAGRI (1999) em 18 municípios representativos da região estratificou os agricultores familiares em três categorias<sup>136</sup> (**Figura 11**):

---

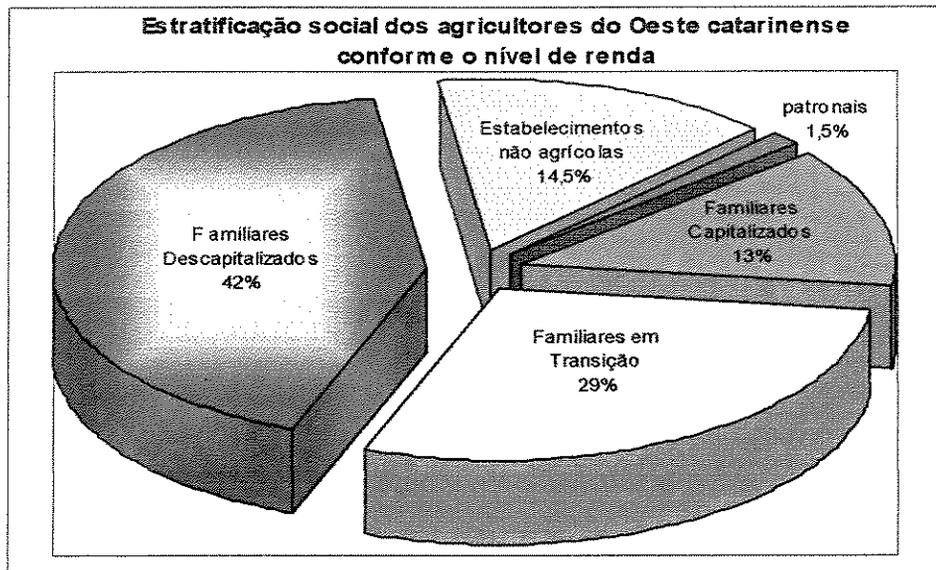
<sup>136</sup> Há, ainda, uma parcela de estabelecimentos que foram considerados “não-agrícolas” (14,5%), já que as rendas não-agrícolas (aposentadorias; venda de mão-de-obra; dinheiro remetido pelos filhos) representam mais que metade do total de renda da propriedade. Na verdade são agricultores pobres e não integrados às agroindústrias.

**agricultores capitalizados** - unidades dinamicamente inseridas ao mercado e articuladas aos complexos agroindustriais, em que a atividade agrícola tem possibilitado a reprodução social da unidade familiar bem como um razoável nível de investimento e acumulação, sendo definidas por um valor agregado<sup>137</sup> (VA) superior a três salários mínimos por mês, por unidade de mão-de-obra ocupada. Representam 13% dos estabelecimentos rurais da região;

**agricultores em transição** - unidades cuja família vive basicamente da agricultura, mas não consegue realizar os investimentos necessários à manutenção do sistema produtivo, estando sua trajetória na dependência das políticas públicas. Definidas por um VA entre um e três salários mínimos/mês, por pessoa ocupada, correspondem a 29% dos estabelecimentos rurais;

**agricultores descapitalizados** - aqueles que não dispõem de recursos próprios para investir na agricultura, possuem sérias deficiências na estrutura produtiva e vivem em condições de moradia precárias. Correspondem aos que recebem um VA menor que um salário mínimo por mês, por pessoa ocupada. Compreendem ao menos 42% dos estabelecimentos rurais da região.

**Figura 11. Tipologia dos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina, conforme o nível de renda. Anos de referência, 1998/99**



Fonte: Censos Municipais (EPAGRI, 1999). Elaboração do autor.

Para os agricultores “descapitalizados” e para boa parte daqueles “em transição” a permanência na agricultura não é apenas uma questão de oferecer crédito a juros baixos. Bem

<sup>137</sup> Obtido pela diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e os custos variáveis (despesas); representa a margem bruta mais o consumo interno da propriedade, valor disponível para remunerar a mão-de-obra familiar (EPAGRI, 1999) e os recursos próprios.

mais que isso, trata-se da necessidade de uma nova política para este segmento de agricultores pobres, para que possam incorporar assistência técnica e pesquisa dirigida, inserção no mercado de *commodities* e de produtos diferenciados, inclusão no circuito agroindustrial, infra-estrutura para escoamento da produção, organização cooperativa, redes de cooperação e comercialização, política de reordenamento fundiário, acesso à moradia, à educação, à saúde, formação profissional em diferentes atividades e setores, e política para instalação de jovens agricultores visando à formação de novas unidades produtivas.

#### 3.4.4 Subemprego agrícola e pobreza

A agricultura praticada atualmente no Oeste de Santa Catarina, onde os estabelecimentos familiares são de pequenas dimensões e as alternativas econômicas de maior valor agregado, como suínos e aves, não estão ao alcance da ampla maioria dos agricultores, restando para estes produzir grãos (milho e feijão) e, mais recentemente, fumo e leite - este ainda em pequena escala -, não tem sustentação no médio e longo prazo. A renda gerada por estes pequenos estabelecimentos e com estas atividades não é suficiente para a manutenção e reprodução do modelo agrícola de produção familiar aí implantado. O forte êxodo agrícola<sup>138</sup> verificado nos últimos vinte anos apenas confirma essa hipótese. Não bastasse esta situação de expulsão de pessoas em idade ativa que saem em busca de trabalho em cidades da região e de outras regiões do Estado e do País, as que ficam na propriedade, até por falta de melhores opções, não conseguem ocupar toda a força de trabalho de que dispõem.

Esta situação de subocupação significa baixa produtividade do trabalho e menor geração de renda na unidade de produção familiar, visto que a jornada semanal de trabalho é um dos determinantes das diferenças de rendas entre as pessoas ocupadas no setor agrícola (KAGEYAMA & HOFFMANN, 2000). Pode parecer paradoxal que esta situação ocorra em uma região fortemente dependente da agropecuária, mas, a partir da seleção e exclusão dos agricultores, fruto de uma estratégia de aumento de escala de produção ao nível do estabelecimento por parte das principais agroindústrias da região do setor de carnes, estes não encontraram novas alternativas econômicas que pudessem ocupar a mão-de-obra familiar disponível, especialmente dos jovens.

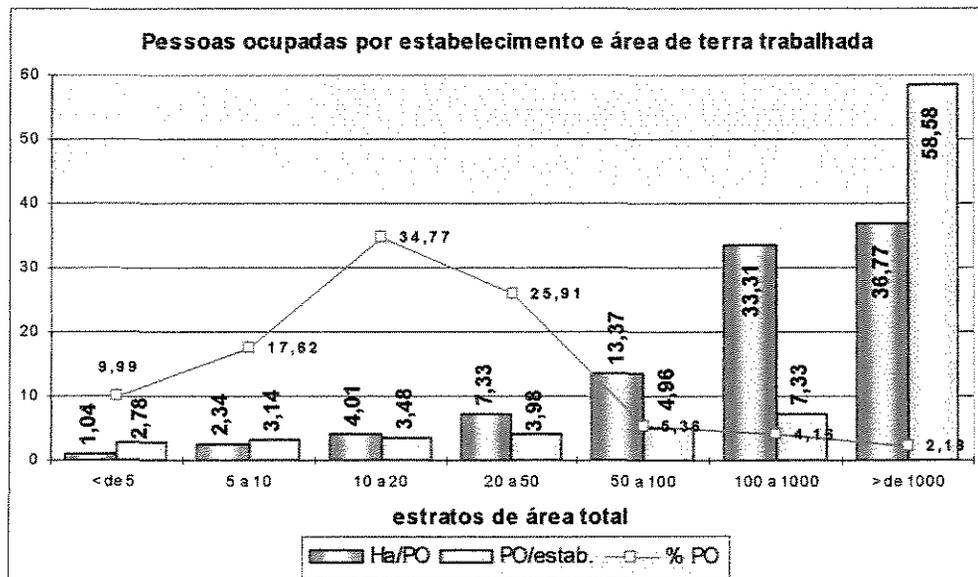
---

<sup>138</sup> Parafrazeando ABRAMOVAY (1992), usa-se a expressão êxodo agrícola para enfatizar que as pessoas que estão saindo do meio rural estão deixando de trabalhar em atividade essencialmente agrícola.

Esta questão do subemprego na agricultura já foi levantada em trabalho de KAGEYAMA (1997). A autora, utilizando dados da PNAD de 1992, 1993 e 1995, mostrou que cerca de 1/3 da PEA agrícola estava subempregada no Brasil neste período, sendo os mesmos valores para a região Sul. Neste caso, o trabalho também mostrou que a quase totalidade do subemprego está radicada em formas familiares de trabalho (conta-própria, autoconsumo, não-remunerados).

Na **figura 12** verificam-se informações do Censo Agropecuário de 1995/96, indicando que no Oeste catarinense há uma expressiva parcela de pessoas subocupadas na agricultura. É nos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares que o problema da subocupação se torna mais evidente, especialmente naqueles com área inferior a 10 hectares. Pode-se ver que a área de terra trabalhada por pessoa é de apenas 1,04 hectare e 2,34 hectares em estabelecimentos com menos de 5 e 10 hectares, respectivamente. Mesmo nos estabelecimentos com área entre 10 e 20 hectares, há apenas 4,01 hectares para cada pessoa ocupada trabalhar.

**Figura 12:** Percentual de pessoas ocupadas por estrato de área, PO em cada estabelecimento agropecuário e hectares de terra trabalhada por pessoa ocupada no Oeste catarinense, segundo diferentes grupos de área total.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Censo Agropecuário 1995/96.

Dois fatos contribuem decisivamente para esta situação: (i) atividades que usam mais intensivamente mão-de-obra, como horticultura e fruticultura, são desenvolvidas comercialmente na região de forma ainda incipiente; (ii) é justamente estas propriedades de menor tamanho as que mais sofreram o processo de exclusão da suinocultura - atividade intensiva em mão-de-obra. O resultado é a subocupação de pessoas, justamente por falta de

alternativas de uso econômico para este potencial de trabalho que existe no meio rural da região. E o mais grave é que 62% do total de pessoas ocupadas na agricultura se encontram em estabelecimentos com até 20 hectares de área, o que permite prognosticar que a saída de pessoas do meio rural deverá ter continuidade nesta década que ora se inicia.

Esta questão também foi abordada em pesquisa realizada na região Sul de Santa Catarina, conforme relatado a seguir:

...Em uma região de pequenas propriedades, o excesso de mão-de-obra familiar é uma questão sempre presente. Mesmo a falta de filhos que ajudem na propriedade é, contraditoriamente, uma conseqüência desse excesso, pois, sabendo que a possibilidade de herdar terra suficiente para manter uma família é remota, os filhos procuram estudar para ter uma profissão urbana e contam, para isso, com o apoio dos pais (...) Os que tinham braços disponíveis eram aqueles com pouca terra, sem condições de conservar os filhos por muito tempo na escola e cuja prole era ainda suficientemente jovem para não ter tomado algum rumo diferente como procurar emprego na cidade, nas minas ou em outro lugar qualquer (PAULILO, 1990: 94; 97).

Esta situação de subocupação é confirmada pelos dados obtidos dos Censos Municipais rurais<sup>139</sup> (EPAGRI, 1999) de 15 municípios do Oeste catarinense, os quais, considerando um universo de quase 30 mil pessoas da família, com idade entre 10 e 60 anos, que trabalham na agricultura, revelaram que 65% delas trabalham em média 300 dias por ano e mais de 8 horas/dia. Mas, por outro lado, 20% das pessoas trabalham o equivalente a menos de seis meses no ano. Há, portanto, nessa região, uma parcela expressiva da população rural que não consegue ocupar todo o potencial de trabalho de que dispõe.

Portanto, a questão do emprego e da melhoria do nível de renda dos agricultores familiares passa fundamentalmente por uma política de reordenamento fundiário na região, já que há potenciais condições: (i) a maioria dos jovens deseja permanecer na agricultura e na região; (ii) existem estabelecimentos que já não mais possuem sucessores; (iii) existem terras “abandonadas” à procura de compradores; (iv) há demanda reprimida por terras; (v) o programa Banco da Terra não dispõe de recursos suficientes para atender esta demanda num curto prazo<sup>140</sup>. A busca de novas opções agropecuárias de maior alcance social deve fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento regional.

---

<sup>139</sup> Reprocessamento dos dados originais, realizado por Vilson Marcos Testa, pesquisador do CEPAF/EPAGRI.

<sup>140</sup> O programa Banco da Terra já atendeu 3 mil agricultores no Oeste catarinense desde 1999, no entanto, estima-se que há cerca de 20 mil agricultores interessados em conseguir um pedaço de terra.

### 3.5 RESUMO E CONCLUSÕES

Pode-se dizer que nos pequenos municípios e, portanto, na região Oeste catarinense, em especial naqueles locais cuja população rural é majoritária e cuja atividade principal é a agropecuária, tanto a trama espacial e social, como as trajetórias de desenvolvimento são preponderantemente rurais.

O desenvolvimento local, portanto, deveria basear-se em dois eixos fundamentais: por um lado, uma política de desenvolvimento rural, entendida, genericamente, como a valorização das potencialidades (rurais) da região; por outro lado, a ênfase na função de intermediação, que as pequenas “cidades” exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades, propriamente dito. Através desta mediação é possível enfrentar a dupla dificuldade dos pequenos municípios: o isolamento e a precariedade social. Na medida em que reforça os processos de inserção do pequeno município em espaços sociais mais amplos, regionais, nacionais e mesmo internacionais, ela expressa concretamente as formas de integração entre o rural e o urbano e entre o local e o global e sintetiza e articula a função social e espacial dos pequenos municípios.

Os agricultores que possuem estabelecimentos com área inferior a 10 hectares são os que têm maiores dificuldades em se manter na atividade produtiva e ampliar os investimentos, não tendo possibilidade de competir em igualdade de condições com os segmentos mais capitalizados. A predominância de pequenas propriedades rurais familiares e a grande parcela de produção que geram expressam sua importância e, sobretudo, reforçam a necessidade de especial atenção das políticas públicas a este segmento, que vivem em situação de pobreza e iminente exclusão social.

Assim, a revitalização social e dinamização do espaço rural do Oeste catarinense passam, ao mesmo tempo, por mudanças estruturais na questão da posse e distribuição da terra, buscando incorporar ao sistema econômico o grande número de jovens (sobretudo os rapazes) que demonstram o desejo de continuar no meio rural e na agricultura; pela criação de novas oportunidades agrícolas e não-agrícolas nas comunidades ou núcleos rurais; e pelo reconhecimento e valorização das capacidades e potencialidades locais pela própria sociedade que aí trabalha e vive.

## CAPÍTULO IV

### **POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS**

*“É claro que as economias rurais mais dinâmicas são as polivalentes, que simultaneamente importam consumidores de seus atributos territoriais e exploram economias de escala e de escopo na exportação de seus produtos. Só que é muito raro que uma região disponha de condições naturais e humanas tão privilegiadas. Por isso, acaba por prevalecer uma espécie de divisão espacial dessas vantagens competitivas, na qual manchas dinâmicas de vários tipos, e com vários graus de diversificação, se entrelaçam aos enclaves resultantes da especialização”.*

*José Eli da Veiga, 2001*

Nos capítulos precedentes procurou-se mostrar a nova realidade da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina e, em especial, do Oeste catarinense. Tendo como recorte a questão do trabalho e das ocupações rurais dos agricultores familiares, buscou-se compreender as transformações demográficas, econômicas e sociais mais relevantes e que levaram esta região e seu povo a modernizar sua agricultura e construir um pujante complexo agroindustrial. A par deste feito, a persistência, também em nível nacional, por um modelo de crescimento concentrador e excludente derramou seus efeitos sobre a população rural, determinando a saída de milhares de jovens agricultores que encontram enormes dificuldades para construir seus próprios destinos, seja nas suas “terras”, seja fora delas.

A partir da crise vivida, surgem movimentos de reconstrução social que trazem à tona a discussão e o debate acerca dos principais problemas vividos pela sociedade local e os caminhos alternativos possíveis de serem trilhados na busca de um desenvolvimento pleno que signifique, ao mesmo tempo, crescimento econômico e inclusão social. As diversas manifestações ativas de capital social, a emergência recente de um novo ambiente institucional, a visão de atores sociais locais e as experiências concretas e inovadoras que vem surgindo na região Oeste do Estado fazem parte destes dois últimos capítulos.

Nos últimos anos têm despertado interesse as razões que poderiam explicar o dinamismo de certas regiões e o declínio de outras. Diferentes estudos parecem convergir num ponto em comum: regiões dinâmicas caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas.

Na visão de ABRAMOVAY (2000a), a convergência de duas correntes contemporâneas de idéias acerca do desenvolvimento rural, permite ampliar os horizontes de reflexão sobre o meio rural. Uma, a que enfatiza a noção de **capital social**, como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas e diz respeito a *“características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”* (PUTNAM, 1996:177). Outra, a que vem enfatizando a **dimensão territorial do desenvolvimento** e que estuda a montagem das instituições que permitem ações cooperativas capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade. Aqui, a idéia é que a competitividade é um atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada firma.

Um território, portanto, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa. Ele representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY,2000a). A aposta é nos recursos e potencialidades locais, na atuação sobre o meio local como estratégia para intensificar a capacidade de geração de novas iniciativas, na participação dos atores locais e no fortalecimento dos laços de solidariedade, de cooperação e da identidade intra-regional.

Vem da Itália o exemplo mais notório da dimensão territorial do desenvolvimento<sup>141</sup>. Industrialização difusa e Terceira Itália representam um conjunto de experiências de desenvolvimento com alguns traços básicos: um conjunto diversificado de empresas de porte familiar num certo território; um ambiente de cooperação e de inovações entre indivíduos e empresas e integração entre o urbano e o rural. Neste sentido, os sistemas produtivos mais dinâmicos emergem de racionalidades endógenas e diferenciadas de atores coletivos e cuja base é freqüentemente local.

---

<sup>141</sup> Recentemente, a união européia, incluiu na agenda 2000 a preocupação com os territórios menos favorecidos e, talvez, o exemplo mais efetivo desta visão, seja o da França, com seus Contratos Territoriais da Exploração.

A visão estritamente setorial e os limites geográficos municipais não são os mais adequados ao processo de desenvolvimento de um território. Estes devem ser estabelecidos em conformidade com a organização dos atores sociais e por sua capacidade para comporem uma unidade coesa e constituírem uma identidade representativa dos seus interesses e que valorize os atributos regionais. Afinal, conforme ABRAMOVAY (2000a:2), “a *proximidade social* é que de fato permite uma coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”.

O maior desafio, contudo, parece ser dotar a população rural das condições necessárias para que seja ela a protagonista central para construção dos novos territórios. Aquilo que CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA (2000a) chamam de “*patamar mínimo de cidadania*” - infra-estrutura básica, habitação rural, garantia de renda mínima - e que, a partir do qual, pode-se realmente pensar em outras políticas que permitam desenvolver a capacidade da população rural mais pobre para geração, execução e gestão de iniciativas de desenvolvimento local, bem como aproveitar as potencialidades locais e ainda permitir o acesso a todos os beneficiários.

#### 4.1 O NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO OESTE CATARINENSE

No capítulo I discutiu-se, à luz das principais correntes, a noção de capital social. Neste ponto, volta-se a abordagem para o capital social como ambiente institucional<sup>142</sup>. Neste sentido, os aspectos imateriais que condicionam o desenvolvimento têm sido enfatizados por autores das mais diversas vertentes da ciência econômica, inclusive por aqueles mais ligados ao *mainstream*<sup>143</sup>. Na análise regional, pesquisadores na fronteira de conhecimento apontam os valores comunitários e participativos como essenciais para as vantagens competitivas regionais (SCOTT, 1998). Em linhas mais gerais, simultaneamente à descrença com as políticas de “cima para baixo”, tenta-se buscar dentro das próprias regiões as forças que promovam o seu desenvolvimento. Baseado nessa percepção e buscando efetivá-la, tem-se promovido uma

---

<sup>142</sup> Ainda uma outra abordagem mais genérica e menos usual, é aquela que considera o ambiente político e social como componentes do capital social. Inclui, portanto, a qualidade do governo, do sistema jurídico e a garantia de liberdades políticas e civis dos indivíduos e do Estado de Direito. Nesse sentido, o capital social se confunde com as próprias instituições e indicadores de qualidade da burocracia, de confiança nas instituições, e de risco político são consideradas variáveis independentes da determinação das taxas de crescimento dos países (SERALGEDIN & GROOTAERT, 2000).

<sup>143</sup> Existe um considerável conjunto de evidências empíricas que indicam a importância do capital social, em seu sentido mais amplo, para o desenvolvimento econômico. KNACK (1999) apresenta um *survey* atualizado.

diversidade de mecanismos de participação da sociedade, quer diretamente, quer através de seus representantes.

Conforme identificou recentemente BANDEIRA (1999), existem ao menos cinco vertentes oriundas do meio acadêmico ou de organismos internacionais que se manifestam em favor da participação popular para as ações regionais. Todas consideram que uma sociedade civil ativa e organizada potencializa as intervenções públicas em favor do desenvolvimento. Nessas perspectivas, a organização da sociedade é vista como variável-chave e deve ser fomentada para que se alcance o desenvolvimento regional. Enfim, considera-se que a participação dos agentes sociais é capaz de superar diversos problemas que costumam ocorrer nas intervenções do governo central na esfera regional ou local.

O atraso em que se encontra a maioria da população que vive no meio rural não pode ser explicado simplesmente por fatores como a baixa (ou alta) densidade demográfica, distância de grandes centros urbanos e relação com a Natureza. Em acordo com ABRAMOVAY (2000a), a participação efetiva da população local e a construção social de novas instituições, propícias ao desenvolvimento rural, parecem o passo fundamental para a *vitalidade social* dos territórios, antes da promoção de qualquer atividade econômica.

Iniciativas de organização - instituições que dão vida aos tradicionais vínculos de solidariedade - presentes em alguns locais ou regiões como no Oeste catarinense parecem confirmar a importância deste caminho na busca de valorização dos potenciais do ambiente em que atuam e de uma nova relação com o meio rural. As pessoas criam e recriam permanentemente formas de existência coletiva, interesses. As instituições – que representam o “*hardware*” do capital social – sempre recebem ditames provenientes dos valores individuais. A mobilização da confiança individual no espaço público desenvolve capital social e produz mudanças significativas para o fortalecimento da democracia participativa.

Nesta região, a partir dos anos 1990, a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, de Secretarias Municipais de Agricultura, de Fóruns Regionais de Desenvolvimento Integrado, de Associações Municipais e Inter-Municipais, de Agências e Institutos de Desenvolvimento de abrangência locais e regionais, de Cooperativas de Crédito, e outras formas de organização da sociedade, dão indicativos de uma tomada de consciência e da criação de um novo ambiente institucional favorável à consolidação de um “pacto territorial” que sinalize na direção da construção coletiva do desenvolvimento.

Organizações de abrangência municipal, como as secretarias municipais de agricultura e os conselhos municipais de desenvolvimento rural<sup>144</sup> multiplicam-se e se consolidam neste último decênio. Surgido por iniciativa do poder público estadual – estabelecendo uma relação de semiclientelismo ou, conforme EVANS (1996a), de *complementariedade*, estes Conselhos inauguram uma nova fase de participação democrática e propiciam aos atores locais a oportunidade de discutir e contribuir de fato na elaboração, execução e avaliação dos planos municipais de desenvolvimento rural. Todos os municípios da região passam a elaborar seus planos de desenvolvimento e, mais importante que isso, é o processo em si, uma vez que cria um ambiente favorável à participação dos próprios agricultores e dos diversos segmentos da sociedade local, semeando uma nova mentalidade e, ao mesmo tempo, buscando torná-los sujeitos ativos na construção de seu próprio destino. Por exemplo, se esse conselho contribui para racionalizar e orientar os investimentos dos vários programas de apoio, públicos e privados, mobilizando a população, sem dúvida este investimento enriquece a vida social e traduz uma “rentabilidade”, um “valor agregado” social descentralizado (JARA, 1999). Neste caso, o governo local não só decide ampliar o processo de democratização, como cria os mecanismos que facilitam o desenvolvimento do capital social.

Outras organizações de caráter regional surgem espontaneamente, com intuito de congregiar forças e alcançar objetivos comuns. As associações de municípios são o exemplo mais notório. Na região Oeste catarinense tem-se hoje oito dessas associações<sup>145</sup> que reúnem os 114 municípios atualmente existentes.

Vale a pena aqui destacar algumas destas novas instituições, que contribuem para formar um novo ambiente, mais propício ao debate, mais democrático e de maior sinergia.

O Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado – FDRI, concebido com o objetivo de promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico regional. É um órgão de articulação e formulação de políticas regionais de desenvolvimento que envolve o poder público, a iniciativa privada, universidades, organizações estaduais e federais, organizações não-

---

<sup>144</sup> Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural têm como princípio fundamental sua composição majoritária por agricultores.

<sup>145</sup> São elas: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina -AMOSC; Assoc. dos Municípios do Alto Uruguai catarinense – AMAUC; Assoc. dos Municípios do Meio Oeste catarinense – AMMOC; Assoc. dos Municípios do Noroeste catarinense – AMNOROESTE; Assoc. dos Municípios do Extremo Oeste catarinense – AMEOSC; Assoc. dos Municípios do Alto Irani – AMAI; Assoc. dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS; e Assoc. dos Municípios do Alto do Rio do Peixe – AMARP.

governamentais, cooperativas, instituições financeiras, comerciais e industriais, e representantes de empregadores e empregados.

Um estudo elaborado pelo INSTITUTO NOMISMA da Itália no ano de 1996, culmina com a elaboração de uma proposta para o desenvolvimento integrado da região Oeste catarinense. Esta proposta, consubstanciada em oito diferentes projetos, e que inicialmente tinha a pretensão de alcançar o maior número possível de municípios da região, ao não encontrar o apoio necessário nas outras associações de municípios do Oeste, fica limitada àqueles pertencentes a AMOSC, atualmente 20 municípios.

O Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA, é o braço operacional do FDRI e surgiu, a partir deste, no final de 1998, com o objetivo de ser o órgão articulador dos projetos e ações que buscam promover o crescimento integrado da região da AMOSC. Este Instituto é o responsável pela coordenação de nove projetos que estão em andamento na região. Cada um destes projetos tem uma Instituição Guia responsável por sua execução. Como exemplo, podemos destacar: Cooperativa de garantia de crédito, sob responsabilidade da FACISC; Consórcio de tutela e valorização dos produtos agrícolas, sob comando da CIDASC; Marca guarda-chuva dos produtos agrícolas, com a EPAGRI; Núcleo de capacitação profissional, com o SENAI; Observatório econômico, conduzido pela UNOESC.

Agencia de Desenvolvimento Regional do Oeste de SC – ADERE OESTE, concebida a partir da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, o qual congrega dezoito municípios, tem como objetivo promover o processo de verticalização da produção familiar. A meta de gerar emprego e renda às famílias da região através da agroindustrialização, agregando valor à produção primária, pretende se concretizar com a criação de cooperativas de integração solidária e grupos de cooperação.

Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO, organização não-governamental criada em 1989, com o apoio de movimentos populares, sindicais e igreja, a partir da luta dos pequenos agricultores que buscavam melhores condições de renda e de vida, visto sua marginalização e exclusão pelo processo de modernização imposto pelo capital agroindustrial na região. Esta associação está sediada no município de Chapecó e atua em inúmeros municípios da região Oeste do Estado, construindo parcerias com prefeituras, cooperativas de crédito e sindicatos. Constituída e dirigida por agricultores familiares, organizados em grupos de cooperação agrícola, trabalha com o objetivo de apresentar e

construir alternativas com viabilidade econômica aos grupos, através de trocas de experiências, cursos, seminários e assessoria.

Algumas outras entidades e organizações governamentais e não-governamentais têm participação ativa no Oeste catarinense, assessorando as famílias de agricultores e suas representações. Não se pode deixar de citar a efetiva contribuição prestada pelos movimentos sociais - sindicatos, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento das Mulheres Agricultoras - através da abertura de espaços de participação e discussão junto às famílias de agricultores, trazendo à ordem do dia temas como a previdência social rural, a luta por preços justos aos produtos agrícolas, e reforma agrária.

Não podemos deixar de lembrar que algumas dessas instituições, apesar de terem surgido com o intuito de atender aos anseios da comunidade local, não conseguiram traduzir em resultados concretos suas aspirações iniciais. É o caso, por exemplo, do Instituto SAGA e da agência ADERE OESTE. Evidentemente, as instituições quando são construídas socialmente, com a participação ativa dos atores locais, numa relação de confiança mútua e reciprocidade, têm muito maior possibilidade de sucesso do que as impostas “de cima para baixo”. A EPAGRI, por exemplo, apesar de ser uma instituição pública com uma relação tradicionalmente semi-clientelista, conseguiu ao longo de décadas, construir junto às famílias rurais laços de confiança e de reciprocidade, alcançando ainda uma relação sinérgica de “*embeddedness*” (EVANS, 1996a), o que permite construir propostas de desenvolvimento regional com a participação ativa das famílias rurais. O Projeto Microbacias II, em fase de implementação, é um bom exemplo, bem como o caso das pequenas agroindústrias rurais, que será visto no próximo capítulo.

Toda instituição “*é composta, em parte, pelos determinantes sociais e em parte construída com tijolos e janelas do psiquismo humano.*” E isso significa que “*o conceito de instituição como estrutura social inclui, além da organização, o espaço social, simbólico (o código, a regra), imaginário (representações, mitos) e psicológico... inclui ainda a transmissão de um saber que lhe é próprio, ligado a uma ideologia, a valores precisos...*” (NASCIUTTI, 1996 *apud* JARA, 1999:30). Elas se movimentam com variados dinamismos, mobilizam aos seus integrantes, transmitem valores, impõem comportamentos, estímulos e também sanções. Por outra parte, as instituições se fundamentam nos costumes e, de fato, condicionam condutas sociais por meio de valores compartilhados, práticas tradicionais e acordos tácitos.

As instituições compreendem aspectos não apenas vinculados ao aparato público senão ao conjunto de regras de comportamento que moldam ou estruturam a interação social. Seu traço comum é que *“implicam regras que delimitam as condutas em um determinado domínio, dando lugar a regularidades de comportamento”* (SCHEJTMAN, 1999). O institucional, por conseguinte, não é apenas uma estrutura organizada formalmente, mas também um relacionamento coletivo definido por costumes e valores compartilhados; projetam sentimentos e ideologias que configuram determinados relacionamentos. Geralmente, os relacionamentos de cooperação e solidariedade precisam ser construídos coletivamente.

Em que pese a consolidação, nos anos 1990, de um ambiente institucional mais favorável a ações legítimas dos interesses da população rural que vive no Oeste, a intenção de promover a igualdade de oportunidades e sair de uma condição de passividade para a de um sujeito ativo na definição e construção de projetos que signifiquem mudanças nos rumos deste segmento social passa, em primeiro lugar, pela conquista de condições mínimas para o exercício da “cidadania”<sup>146</sup>, significando democratizar o acesso a serviços públicos básicos, à moradia, educação (FITOUSSI & ROSANVALLON, 1996) e oportunidades de trabalho e renda. E essa condição, ainda não se faz presente para considerável parcela das famílias rurais que reside na região e exige um empenho permanente e muito maior do investimento público.

#### **4.2 NOVAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGIÃO**

As mudanças ocorridas no espaço rural nas últimas décadas implicaram em perda de relevância analítica para o corte rural-urbano, agrícola ou não-agrícola e, por outro lado, ganha expressão o enfoque no território ou local como espaço para a formulação de políticas. Assim, passa-se a priorizar a dinâmica dos processos e fluxos econômicos em detrimento da abordagem anterior em que consideravam divisões estanques entre as atividades urbanas e as rurais. A adoção dos princípios da economia local e regional considera as várias formas de integração e troca que se desenvolvem entre os segmentos espaciais e os setores de atividades.

Para CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA (2000b), as forças motoras que fortalecem o local como foco das estratégias e ações de desenvolvimento, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, são: a globalização, a descentralização da administração

---

<sup>146</sup> No sentido do indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado (RAMOS, 2001).

pública, as novas formas e mecanismos de gestão dos recursos naturais e a organização dos atores sociais. A globalização requer e estimula respostas nas esferas local e regional. Contudo, longe de ser um fenômeno mundial de homogeneização na distribuição de capital, contribui para acentuar ainda mais as diferenças entre nações e regiões. Mas, há demandas por produtos locais e regionais que se constituem em oportunidades tanto para pequenos como para médios produtores.

Em que pese os muitos entraves à descentralização, a sua importância se reveste na integração da sociedade com o Estado, na promoção de maiores atividades de participação e de associativismo, na adaptação do desenvolvimento às condições locais, na transparência, dentre outros. Ainda, para os mesmos autores, um programa de desenvolvimento deve respeitar as particularidades locais – sociais, culturais, econômicas, ambientais – de modo a não agravar as desigualdades regionais. Daí o papel da descentralização, pois é no nível local que os atores sociais interagem, que as ações se realizam e que as políticas públicas se viabilizam.

Por sua vez, a organização e o envolvimento dos atores sociais beneficiários do processo garante a democratização das ações de desenvolvimento local. Assim, a participação comunitária em cada local é fundamental para garantir a viabilidade e a legitimidade das iniciativas de desenvolvimento. Este, de fato, é um processo microsocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento.

Os autores concluem que no Brasil a discussão política avançou pouco no sentido de incorporar as novas dinâmicas não-agrícolas que estão presentes no espaço rural, bem como na busca por viabilizar formas inovadoras de gestão local. Acrescentam que a presença do corporativismo agrário tradicional inibe a construção de um espaço local a partir das bases e com a “*concertacion*” de interesses desejada, e que viabilize a prática democrática e o exercício pleno da cidadania.

De fato, as experiências em torno da valorização do território permitem buscar construir uma comunidade de valores e um sistema econômico local, o que contribui na busca de novas oportunidades com base no aperfeiçoamento do tecido institucional da região. A emergência de novos atores e novos agentes faz com que haja um processo de transição do poder e do conhecimento, propiciando a construção de novas bases de relacionamento, as quais obrigam a mudanças nos conceitos e nas formas de regulação.

Assim, o meio rural, enquanto simples base física da produção agrícola, tende a um esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, este espaço é encarado não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (ABRAMOVAY, 2000a).

Dentro desta perspectiva, as propostas para um desenvolvimento duradouro, no caso do Oeste Catarinense, devem contemplar algumas diretrizes e premissas fundamentais:

- desenvolvimento rural em contraposição ao reducionismo do desenvolvimento agrícola, atribuindo-se novas funções para o espaço rural. Dessa forma, é possível combinar estratégias capazes de garantir a sustentabilidade desse modelo ao longo do tempo, podendo-se destacar: (i) a valorização dos espaços locais, dos conhecimentos, das habilidades e dos recursos existentes, a partir de uma nova visão que busque o envolvimento da comunidade e dos atores sociais locais. Como enfatizado por CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA (2000b), isto não contradiz com a globalização, uma vez que no âmbito do desenvolvimento econômico, o local ainda assume grande importância; (ii) o incentivo a criação de novos postos de trabalho no meio rural, uma vez que diversos estudos recentes apontam não só a tendência de diminuição da ocupação em atividades essencialmente agrícolas das pessoas que residem no meio rural, mas, sobretudo, as limitações de oportunidades de emprego no meio urbano; (iii) a “commoditização” do espaço rural (MARSDEN, 1992), ou seja, a produção de novos bens e serviços que criem novos mercados e novas necessidades (agroturismo, lazer, cultura local, moradia, produtos artesanais, áreas de proteção ambiental etc.). A inserção da produção familiar nesse processo representa, não a decadência, mas uma oportunidade de diferenciação social e econômica das famílias agrícolas que encontram dificuldades em se reproduzir única e exclusivamente via atividades agrícolas;

- a agricultura familiar como agente articulador das bases para uma proposta de desenvolvimento rural. É fundamental a diversificação das economias rurais, combinando renda e trabalho agrícola com outras atividades que agreguem valor aos seus produtos e com outras opções econômicas não-agrícolas. Neste sentido, enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social, pressupõe:

- a presença ativa e a ação reguladora do Estado através de políticas estruturais e de apoio à produção familiar, no sentido de promover a ampliação das oportunidades para as

famílias rurais mais pobres, integrando-as aos mercados dos principais produtos da região. Afinal, o livre curso das forças de mercado tende a desperdiçar vocações e capacidades que as políticas públicas têm a missão de estimular;

- a pluriatividade como forma de se buscar alcançar maiores níveis de renda, bem como a ocupação plena da força de trabalho familiar, o que pode vir a ser fundamental para garantir a reprodução das unidades familiares de produção;

- criação de novos mercados que evidenciem *capacidades* regionais: estamos falando em produtos cuja imagem resgate conhecimentos e modos tradicionais de fabricação dos produtos. Ademais, o incentivo à exploração de produtos especializados e diferenciados para mercados segmentados, como a produção de frutas frescas, criação de aves nobres, produção orgânica e natural, produtos artesanais, produtos de origem etc.;

- políticas específicas por cadeias produtivas: o processo de inovação tecnológica em curso tem levado a um crescente aumento de exclusão dos segmentos mais descapitalizados da produção familiar. Uma maneira de se equacionar isso poderia ser através de políticas que viabilizassem acordos setoriais no sentido de viabilizar uma transição menos traumática quando da mudança dos padrões vigentes;

- o aproveitamento de formas de capital não-tradicionais, colocando em ação forças latentes dos grupos sociais. O estímulo à capacidade de buscar respostas e executá-las cooperativamente, à criação de um clima de confiança entre os atores sociais, e o respeito à cultura local, cria energias comunitárias e organizacionais que podem levar adiante amplos processos de construção. Em outras palavras, mobilizar o capital social e a cultura como agentes ativos do desenvolvimento econômico e social é viável e pode dar resultados positivos, necessitando políticas orgânicas e amplas “*concertações*” entre o Estado e a sociedade civil;

- a descentralização e o fortalecimento das representações locais oferecem uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural. Permitem um enfoque regional, que leva em consideração as dimensões espaciais do desenvolvimento e o delineamento de soluções localmente compatíveis. Em complemento, entidades do governo local podem se constituir na força motora dos esforços de desenvolvimento (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000a). Deve-se ter como preocupação dominante o desenvolvimento da autonomia da comunidade com relação aos agentes externos - representantes do saber, detentores das relações

institucionais e do acesso aos recursos. A idéia sempre deve ser a de fortalecer a organização da comunidade local, sem interferir nas decisões, contribuindo como facilitador dos processos.

Portanto, como na visão desses autores, ao se pensar em diretrizes de políticas públicas para o meio rural brasileiro não se pode ignorar as tendências mais recentes de que as rendas familiares não provêm exclusivamente de atividades agrícolas. O que exige uma mudança no enfoque e nos instrumentos das atuais políticas de modo que, além de se encaminhar a solução de problemas próprios do meio rural, aproveite-se melhor as oportunidades de emprego e renda e promova-se o verdadeiro exercício da cidadania das comunidades que aí residem.

Assim, enfatizam que para delinear políticas públicas que priorizem o desenvolvimento local, tem-se como pressupostos básicos: (i) o planejamento local; (ii) rever a forma de atuação das instituições públicas de modo a facilitar as instâncias de coordenação e; (iii) a gestão participativa do território. O que pretendem alertar é para o fato de que existem muitas possibilidades reais e novas de geração de renda para a população rural que não estão sendo devidamente consideradas pelas políticas públicas e que o Estado e suas instituições é que devem ser os agentes incentivadores e orientadores dessas transformações. A EPAGRI, por exemplo, deve atuar como uma instituição de desenvolvimento em que a ação extensionista, mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção, deve ser capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do rural um espaço propício na luta contra a exclusão social.

Por outro lado, segundo GRAZIANO DA SILVA (1999), apesar de todas as mudanças estruturais em curso, as políticas dirigidas ao meio rural continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais, melhorar as suas condições de vida e de qualificação (necessárias, pode-se acrescentar). Neste sentido, propõe uma série de políticas que assumem um caráter de “política não-agrícola” para o meio rural. Dentre elas, destacam-se as políticas de urbanização do meio rural, levando a infra-estrutura básica - lazer, transporte, comunicações; as políticas de geração de renda a partir de ocupações não-agrícolas (agroturismo, preservação ambiental, requalificação profissional etc.); as políticas sociais de estímulos aos jovens agricultores; de renda familiar para manter as crianças nas escolas; e aposentadoria para trabalhadores de áreas desfavorecidas.

### 4.3 BUSCANDO VIAS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O contexto de crise, descrito no capítulo anterior, para o Oeste catarinense, não significa de forma alguma o esgotamento do modelo de produção associado à agricultura familiar, senão a necessidade de repensar o modelo de crescimento econômico implantado na região - concentrador, seletivo e excludente - criando novas oportunidades que possam aproveitar o potencial competitivo dessa agricultura e também as possibilidades representadas através da criação do mercado comum na América do Sul.

Para a busca de caminhos alternativos visando construir espaços duradouros para a agricultura familiar, a meu ver, deve-se partir das premissas acima levantadas. Por isso, reitera-se, o espaço rural precisa ser considerado como a base de um conjunto diversificado de atividades e ao mesmo tempo deve assumir o seu caráter de multifuncionalidade.

#### 4.3.1 A questão fundiária: a reestruturação que não pode esperar

Ao discutir a relação entre estrutura fundiária e desenvolvimento rural, RAMOS (2001) considera que *“são as alterações na posse/uso da terra, ou seja, na estrutura fundiária, que permitem associar desenvolvimento sócio-econômico com desenvolvimento agrário-agrícola”*. O autor chama atenção para o fato de que é nos países subdesenvolvidos que se torna fundamental discutir as relações entre a propriedade e a utilização dos elementos da produção, reprodutíveis ou não. Buscou em POLANY (1980) o reconhecimento de que a função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Argumenta, ainda, que na história mundial, a alteração estrutural é que explica o fato dos países desenvolvidos apresentarem menores disparidades territoriais e sociais.

No Brasil, hoje são bastante expressivas as experiências em que o acesso à terra foi, de fato, a premissa para a melhoria de suas condições de vida [ver MEDEIROS & LEITE, 1999]. Como observou TANZI (1998), nas sociedades mais pobres, a renda dos indivíduos depende, em grande parte, de sua riqueza real. Isto significa que, nas situações onde os padrões de vida dependem significativamente do capital real que pode ser herdado - caso da pequena agricultura familiar do Oeste catarinense -, as leis de sucessão e os costumes de herança são importantes instrumentos de transformação social.

Hoje são reconhecidas amplamente as vantagens sociais de uma estrutura fundiária não concentrada (RAMOS, 2001). Esse autor destacou alguns importantes trabalhos que mostram a

importância de uma redistribuição de terras para o combate à pobreza e às desigualdades sociais. O trabalho de HOFFMANN (2001)<sup>147</sup> indicou a existência de uma relação muito forte entre indicadores de desenvolvimento humano e a desigualdade da distribuição da posse da terra. Não estabeleceu, entretanto, qualquer relação de causalidade. Mas, concluiu que a desigualdade dessa estrutura fundiária ao longo de muitas décadas no passado “*condicionou a formação de toda a estrutura sócio-econômica na microrregião, estabelecendo características (inclusive a qualidade e a distribuição da educação) que até hoje têm forte influência na taxa de mortalidade infantil e na esperança de vida ao nascer*”.

No Capítulo III discutiu-se as transformações porque passou a estrutura fundiária na região ao longo dos últimos 30 anos. Constatou-se que a concentração da terra é um processo que vem lenta e progressivamente determinando a conformação de uma estrutura de posse que limita as possibilidades de reprodução e afirmação da forma familiar de produção historicamente construída desde os princípios da colonização. Pode-se afirmar que atualmente cerca de 1/3 das famílias de agricultores do Oeste de Santa Catarina são “carentes” de terra. Aqui, pode-se estabelecer uma relação entre tamanho da propriedade e êxodo rural. Nas microrregiões onde há mais minifúndios (S. Miguel d’ Oeste) o êxodo nos anos 1990 foi maior. Naquelas (Joaçaba e Xanxerê) onde há menor concentração de minifúndios<sup>148</sup>, o êxodo foi menor [ver tabela 10].

Os limites impostos pelo tamanho do estabelecimento familiar, dada as alternativas econômicas desenvolvidas pelos agricultores da região, exigem uma urgente estratégia para ampliar a extensão de terras disponível para cada família rural<sup>149</sup>, que seja compatível com as necessidades de ocupação da força de trabalho, de geração de renda e de exercício profissional por parte de jovens que não desejam perder suas raízes, sua ligação com a região de origem. Afinal, para esses agricultores minifundiários a terra é um espaço de trabalho, necessário para a produção e reprodução da vida, de afirmação social e de realização da cidadania.

---

<sup>147</sup> O autor analisou as principais características da distribuição da posse da terra nas microrregiões geográficas dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A pesquisa se inspirou no trabalho de VICTORA & BLANK (1980), que analisando a relação entre mortalidade infantil e estrutura fundiária em 24 microrregiões homogêneas do Rio Grande do Sul, concluiu que pode-se atribuir à estrutura agrária um papel fundamental na determinação das diferenças observadas no coeficiente de mortalidade infantil entre as várias microrregiões do Rio Grande do Sul.

<sup>148</sup> Na microrregião de Joaçaba e S.Miguel do Oeste a área mediana é de 19,5 ha e 12,2 ha, respectivamente.

<sup>149</sup> Segundo GEHLEN (1994), os agricultores dessa região consideram suficiente uma propriedade com área entre 20 e 40 hectares, dependendo da qualidade do solo e do tipo de cultura.

Estabelecimentos com grandes extensões de terras se concentram em alguns poucos municípios da região<sup>150</sup>, justamente naqueles onde se encontra hoje a grande maioria dos projetos de assentamentos rurais do Estado, dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária. As características da região possibilitam ainda espaço para ações no campo dos assentamentos fundiários tradicionais, mas este é limitado e bem inferior às necessidades regionais. É necessária, portanto, uma inovação na política fundiária para equacionar dois problemas fundamentais do Oeste: (i) ampliar a área de terra dos minifúndios até um patamar mínimo que garanta a reprodução social e econômica da unidade de produção familiar; (ii) colocar à disposição dos jovens rurais, que desejam permanecer como agricultores, aquelas terras que já não mais dispõem de sucessores, ou seja, que não encontram no núcleo familiar jovem disposto a seguir a profissão de seus pais.

Assim, considerando as características sociais, culturais, ambientais, econômicas e de organização do espaço territorial no Oeste, é fundamental uma estratégia de reordenamento fundiário, contemplando duas grandes linhas de ação: a (re) aglutinação dos estabelecimentos familiares com área de terra inferior a 10 hectares e a transferência de propriedades sem sucessor para jovens agricultores. Estas ações trariam um maior dinamismo às localidades hoje decadentes, fortalecendo os laços sociais, enriquecendo o tecido social e revitalizando a sociedade rural e, ao mesmo tempo, permitiria aproveitar a infra-estrutura já existente nas propriedades e nas comunidades rurais (estradas; redes elétricas; escolas; centros comunitários), evitando o desperdício de recursos<sup>151</sup>.

A implementação de projetos dessa natureza demanda, necessariamente, uma forte pressão da sociedade sobre o Poder Público, a formação de um consenso mínimo acerca da necessidade de transformação da base estrutural fundiária, bem como a constituição e o fortalecimento de novas instituições democráticas<sup>152</sup>, em que os diversos atores sociais possam contribuir tanto na elaboração, como na execução e na gestão das propostas para uma

---

<sup>150</sup> Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-96, considerando um universo de 92 municípios no Oeste catarinense, em 28 (30%) destes municípios havia estabelecimentos agropecuários com área superior a 500 hectares. Eles totalizavam 126 estabelecimentos, sendo que 50% destes estabelecimentos e 67% da área estavam concentrados em somente quatro municípios da região (Abelardo Luz; Passos Maia; Campo Erê; Ponte Serrada).

<sup>151</sup> Estabelecimentos sem sucessores e minifúndios acabam sendo vendidos a pessoas que incorporam a terra como um dos ativos de sua carteira de negócios. Na maioria das vezes, são profissionais liberais e comerciantes que adquirem o estabelecimento e nele desenvolvem criação extensiva de gado de corte (SILVESTRO *et al.*, 2001).

<sup>152</sup> Na proposta que está sendo discutida pelo MDA/CNDRS, se está propondo a criação de Sociedades de Ordenamento Fundiário, que teriam apoio jurídico ao direito de preempção (MDA/CNDRS, 2002).

inovadora ação de organização do mercado de terras. Tanto no âmbito da competência municipal quanto regional, a formação de Comitês de Terras daria uma nova dinâmica para a reestruturação fundiária local, dando maior transparência e legitimidade às ações de democratização ao acesso à terra.

#### **4.3.2 Inovações organizacionais**

As redes de sociabilidade, manifestação explícita dos laços de confiança e solidariedade, afirmadas na reciprocidade e cooperação em busca da solução para os dilemas coletivos, sempre esteve presente junto às famílias de agricultores do Oeste desde os primeiros colonizadores, visto as dificuldades próprias do ambiente natural ali encontrado. Assim se apresentava sob a forma de mutirão, troca de dias de serviço, trabalhos coletivos nas lavouras, ajuda mútua na construção de equipamentos coletivos para a comunidade. O cooperativismo tradicional “Rochdaleano” se intensifica no Oeste na década de 70 sob incentivo do poder público estadual, com destaque para a atuação da ACARESC (hoje, EPAGRI), construindo uma importante rede de cooperativas na região. O movimento de cooperação alternativa ganha força a partir dos anos 1980 quando surgem as primeiras iniciativas para adequar os sistemas produtivos às novas exigências técnicas e de especialização produtiva. As primeiras experiências associativas foram os condomínios suinícolas; os condomínios de armazenagem; e os grupos de máquinas agrícolas<sup>153</sup>.

A partir da abertura ao mercado internacional e da globalização produtiva e financeira, era previsível a necessidade de ajuste ao novo cenário de competição internacional dos produtos agrícolas e pecuários. As mudanças impostas abrangeram não somente os sistemas de produção praticados pelos agricultores familiares do Oeste catarinense, mas determinaram sobretudo a busca de novas alternativas de organização social.

Neste contexto e, especialmente nos anos 1990, diversas formas de cooperação surgem na região, apoiadas pelos movimentos sociais, sindicatos, segmentos progressistas da Igreja, entidades governamentais e ONG's, com o objetivo de buscar estratégias capazes de viabilizar parcela dos agricultores excluídos do complexo agroindustrial. Estes grupos geralmente se formam entre vizinhos de uma mesma comunidade rural que enfrentam problemas comuns,

---

<sup>153</sup> Para maiores detalhes sobre o surgimento da agricultura de grupo no Oeste catarinense, consultar PRIM (1996).

possuem afinidades pessoais, relações de interconhecimento e têm participação ativa nas decisões. Também, especialmente no caso de associações de produtores, pode envolver agricultores de diferentes comunidades do município. Ademais, o fortalecimento social e político, a garantia de acesso ao crédito, aos serviços básicos, e a racionalização do processo produtivo, da industrialização e comercialização fazem parte das aspirações dos participantes, na busca de espaços de ascensão social.

Por tratar-se de um movimento dinâmico e muitas vezes informal, as próprias entidades municipais têm dificuldades de acompanhar a evolução<sup>154</sup>. São inúmeras as iniciativas espontâneas que, em todo momento, surgem nas mais distantes e dispersas localidades rurais da região. Uma pesquisa recente registrou 346 organizações associativas em 77 municípios pertencentes ao Oeste catarinense, que se apresentaram com o seguinte perfil: 182 associações; 127 grupos de cooperação; 19 pequenas cooperativas com abrangência comunitária ou municipal; 15 condomínios; e 3 clubes de integração e troca de serviços. Estas 346 organizações reúnem 7.783 famílias de agricultores, com uma média de 23 famílias por organização [ver MASSI (2000)]. A existência de altos níveis de associatividade em uma sociedade indica que esta tem capacidades para atuar em forma cooperativa, armando redes, “concertações” e sinergias de toda ordem (KLIKSBERG, 1999).

Os principais setores de cooperação são a produção pecuária, a produção agrícola, a industrialização e a prestação de serviços. Na produção pecuária destacam-se as atividades de bovinocultura de leite, suinocultura e avicultura de corte. Na produção agrícola, o destaque fica por conta das culturas anuais, mas também para o incremento da produção de hortigranjeiros, de sementes e de produtos agroecológicos. Na prestação de serviços, as atividades que mais despontam são aquelas relacionadas com grupos de máquinas agrícolas, secador e silo comunitário e de abastecimento de água comunitário.

O expressivo crescimento de organizações de cooperação nos últimos anos na região se, por um lado, expressa a luta das famílias rurais para alcançar patamares mínimos de competitividade que permita desempenhar suas atividades gerando um adequado nível de renda, por outro, é fruto do capital social construído e acumulado ao longo de 80 anos de uma

---

<sup>154</sup> Segundo MASSI (2000:48), só no ano de 1999 surgiram 66 novas organizações associativas na região Oeste. O movimento de cooperação apresentou um crescimento expressivo a partir de 1995.

trajetória heróica de conquista e valorização das potencialidades locais<sup>155</sup> e, ao mesmo tempo, indica a aceitação e o amadurecimento de uma proposta alternativa de organização econômica e social, não só, mas principalmente, para aquela parcela de produtores que a FAO/INCRA (1994) denominou de “periféricos” e que hoje representam aproximadamente 50% dos agricultores do Oeste catarinense<sup>156</sup>.

### **4.3.3 Alternativas econômicas agrícolas e não-agrícolas**

O processo de desenvolvimento capitalista produz externalidades negativas próprias de seu caráter contraditório. A exclusão social é a mais grave delas. A modernização da agricultura favoreceu determinados produtos e foi seletiva, já que aprofundou as desigualdades no campo. A verdadeira mudança exige ações no campo estrutural e, neste sentido, torna-se imprescindível a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado.

#### ***4.3.3.1 Reverter a trajetória de exclusão e promover a inclusão socioeconômica***

O tradicional padrão de integração e de articulação com a grande agroindústria determinou resultados diversos sobre o conjunto da economia regional. Por um lado, é inegável sua contribuição para o crescimento econômico e, por outro, a própria essência do modelo provocou marginalização e exclusão social, bem como forte agressão ao meio ambiente, determinando custos ambientais que não foram internalizados pelo mercado, mas sim, assumidos pelo Estado, através de vários programas como Microbacias Hidrográficas I e II, BNDES/BRDE e PNMA2.

O modelo de especialização e concentração da suinocultura demonstrou ao longo dos últimos anos – sob a dimensão social, econômica e ambiental - que este não é o melhor caminho a ser seguido pela região quando se busca o desenvolvimento. Uma proposta visando dar oportunidades a um maior número possível de agricultores, e ao mesmo tempo atender as exigências do mercado e sem danos ao meio ambiente, passa necessariamente pela adoção de um sistema de produção que não seja especializado.

---

<sup>155</sup> A construção de capital social já foi demonstrada empiricamente por diversos autores. Para ver alguns casos, relatados na América Latina, pode-se consultar DURSTON (1999); KLIKSBERG (1999) e no Brasil, em particular, ver NASCIMENTO (2000).

<sup>156</sup> NARAYAN & PRITCHET (1997) realizaram um estudo em áreas rurais de grande pobreza na Tanzânia e descobriram que, mesmo nesse contexto, o capital social acumulado através da participação das famílias em organizações coletivas, as beneficiava individualmente e criava benefícios coletivos por diversas vias.

As vantagens, apontadas por TESTA *et al.* (1996), para a adoção de um sistema de produção de suínos com unidades de menor porte, passa pela melhor distribuição espacial da produção regional, o que permite oportunizar esta atividade para um maior número de agricultores bem como diminuir os impactos ambientais negativos, através da desconcentração da produção de dejetos. Ademais, reduz os riscos decorrentes das crises cíclicas da suinocultura na renda da propriedade ao permitir conjugar a suinocultura com outras atividades econômicas, dentro de um sistema diversificado e de maior competitividade.

Há necessidade de estudos que avaliem a competitividade das atuais tecnologias de produção e dos sistemas de criação, com diferentes escalas de produção, avaliando sob a dimensão econômica, social e ambiental e de análises sobre novas formas de inserção ao mercado, como produtos agroecológicos e artesanais. Também deve haver uma revisão da relação entre produtor e empresa integradora, garantindo uma maior transparência nos contratos de integração e maior equidade na divisão das responsabilidades.

#### **4.3.3.2 Reconversão produtiva**

A reconversão constitui um componente permanente de viabilidade e de adaptabilidade, no longo prazo, a transformações nas estruturas de produção e de consumo, mas há claros limites ao nível da produção individual. O leite talvez seja a exceção mais notável, pelo menos para as condições do Oeste do Estado catarinense.

#### **A Atividade Leiteira**

Uma trajetória bastante promissora, inserida num processo de reconversão espontânea, está sendo construída dentro do sistema produtivo atual, aproveitando os recursos existentes e os conhecimentos tecnológicos e organizacionais já acumulados, o que não implica numa ruptura muito grande no que diz respeito à organização da produção e à inserção no mercado (SILVESTRO *et al.*, 2000).

A importância desta atividade para as famílias de agricultores da região se manifesta no campo financeiro, visto ser uma fonte de renda mensal, que contribui sobremaneira para o equilíbrio do “caixa” da propriedade. No campo produtivo, a peculiaridade dos sistemas tecnológicos adotados pela ampla maioria dos produtores, permite sua perfeita adequação aos diferentes fatores de produção e a lógica de organização e gestão da unidade de produção familiar. No campo social, visto apresentar potencial para se estabelecer na quase totalidade

das propriedades rurais, pode assegurar a criação de inúmeros postos de trabalho e gerar renda capaz de minimizar os efeitos da crise provocada pela seleção/exclusão de outras atividades tradicionais do Oeste catarinense.

A reorientação do leite, um produto tradicional de subsistência em direção ao mercado aconteceu não só em circunstâncias em que a regulação e as preferências do consumidor não ofereceram barreira a tal transição, como também à margem do apoio e incentivo de políticas públicas. A tradição na produção de leite, mesmo que para o consumo familiar, facilitou a expansão da atividade, não determinando custos de entrada incompatíveis com os recursos locais. De qualquer modo, esta talvez seja a última alternativa que emerge do interior da unidade familiar de produção do Oeste com poder de abarcar tão grande número de agricultores (MELLO *et al.*, 2000).

As informações do Censo Agropecuário 1995-96 (IBGE, 1998) indicam a existência de 70.577 agricultores que produziram um total de 485 milhões de litros de leite em 1995 no Oeste do Estado. Desses agricultores, 38.179 venderam leite, totalizando 348 milhões de litros comercializados naquele ano. Já, de acordo com MELLO *et al.* (2000), no ano de 1999 nada menos que 40 mil agricultores - praticamente metade dos agricultores estabelecidos - comercializaram 450 milhões de litros de leite no Oeste catarinense, numa clara demonstração do potencial e da capacidade de resposta da agricultura familiar da região.

A mesma fonte estima que a atividade leiteira proporcionou em 1999 um ingresso de mais de 200 milhões de reais para a região, o que potencializa seus efeitos sobre a economia regional, dado sua natureza distributiva. Ainda, caso a estruturação e consolidação desta atividade aconteça de forma heterogênea e desconcentrada nas 40 mil famílias envolvidas, ela pode ser capaz de promover o desenvolvimento da região de forma mais equânime.

A competitividade da produção leiteira diversificada e em pequena escala predominante no Oeste catarinense, frente à produção especializada, foi amplamente discutida no trabalho de MELLO (1998). Este autor demonstrou que a peculiaridade dos sistemas produtivos praticados na região confere vantagens comparativas e competitivas que resultam na produção de leite a custos inferiores aos praticados em outras regiões do país.

O argumento é simples. Os sistemas tecnológicos adotados pela ampla maioria dos produtores do Oeste, permitem sua perfeita adequação aos fatores de produção existentes e obedece a lógica de organização do trabalho e de gestão da unidade de produção familiar. A

multiplicidade de atividades no interior de uma mesma propriedade confere um diferencial de competitividade proporcionado pelo sinergismo econômico e ecológico dos sistemas diversificados. Aqui estão presentes a noção de “economias de escopo” e a noção de “forças marginais”, de TEPICHT (1973), tomada emprestada por WILKINSON (1996a:163):

... aonde a tecnologia for incapaz de neutralizar os benefícios da otimização do uso de mão-de-obra e de terras marginais, a produção familiar estará habilitada a competir diretamente, em termos de produtos individuais, com modelos intensivos em tecnologia.

A heterogeneidade da modernização tecnológica e suas limitações no contexto de determinados produtos, ao permitir diferentes trajetórias, viabilizam, no caso do leite, a adoção de um sistema pouco intensivo, com o uso de mão-de-obra e de terras marginais, que a tornam ao mesmo tempo competitiva em preços e uma opção atrativa para os pequenos produtores familiares do Oeste catarinense. Contudo, a produção de leite, realizada em sistemas produtivos diversificados - embora coerente com as noções que valorizam o meio ambiente, a paisagem, e o meio rural como local de moradia, de trabalho e de amenidades - apoiada por critérios técnicos acumulados coletivamente padece, segundo WILKINSON (1997:35), da falta de um “*movimento efetivo de legitimação*”.

O setor especializado, ao contrário, recorre ao *lobby* - coalizões distributivas, na acepção de OLSON (1982) - para impor medidas regulatórias e protecionistas e em apoio a trajetórias tecnológicas que lhe interessa, na tentativa de restaurar a competitividade<sup>157</sup>. A ameaça para construção de um modelo socialmente mais equilibrado - referendada por estudos de especialistas da área que apostam na especialização e no aumento da escala para alcançar competitividade no setor - se traduziu recentemente na Portaria nº 56 do Ministério da Agricultura, que propunha modificações - em nome da suposta melhoria da “qualidade” do leite com o objetivo de aumentar as exportações - no sistema produtivo e tecnológico que forçaria os produtores a fazer investimentos de grande monta (em ordenhadeiras mecânicas, resfriadores de expansão e instalações) para se adequar a novas normas de produção, armazenamento e transporte do leite, sem contudo estes se traduzirem em aumento da produção e, por conseqüência, de sua renda.

---

<sup>157</sup> Esta situação está associada ao fenômeno de “*lock-in* subótimo”, que determina a escolha de uma trajetória tecnológica que não é necessariamente a melhor - eliminando inclusive alternativas de igual valor ou até superiores -, mas que pode tornar-se irreversível como resultado de arranjos institucionais [ver WILKINSON (1997:30-33)].

Outra ameaça que pesa sobre os produtores de leite do Oeste catarinense são os baixos preços recebidos pelo produto. Esta situação começou há cerca de cinco anos quando as cooperativas singulares da região criaram a Cooperativa Central Agromilk e fizeram uma parceria com a Batávia, empresa criada e controlada pela Parmalat a partir de 1998. A expectativa inicial que apontava “*para a consolidação de grande parte dos agricultores da região Oeste na produção integrada de leite*” (MELLO, 1998:97) tomou outro rumo. A oligopolização do setor resultou na criação de uma CPI do leite em Santa Catarina, com o objetivo de apurar os mecanismos de formação do preço do leite e os indícios de cartelização do setor<sup>158</sup>. Dirigentes de cooperativas, filiadas à cooperativa central Oeste catarinense (AURORA), estão, agora, pressionando para que a mesma volte a industrializar o leite<sup>159</sup>.

As tendências recentes que apontam para uma revalorização do espaço rural, para a adoção de sistemas produtivos que preservam o meio ambiente e que valorizam a produção de alimentos saudáveis, abrem novas perspectivas para a produção de leite pelos agricultores familiares do Oeste do Estado. Esta *janela de oportunidade* (PEREZ & SOETE, 1988) pode contribuir para elevação de renda de significativa parcela de famílias rurais, desde que haja uma coalizão dos principais atores e instituições capazes de criar um ambiente favorável a consolidação de uma proposta que promova uma melhor distribuição de renda no campo. Neste aspecto, priorizar o investimento em atividades diretamente produtivas (HIRSCHMAN, 1958) como o leite, parece ser a estratégia de desenvolvimento mais adequada para o Oeste catarinense, com efeito indutor para outras atividades ou setores<sup>160</sup>.

Experiências inovadoras surgidas recentemente na região, no que diz respeito à produção, industrialização e comercialização do leite, apresentadas por MELLO (1998) e EPAGRI (2000), indicam múltiplos caminhos para o desenvolvimento e consolidação desta atividade no Oeste. As iniciativas individuais e especialmente as coletivas, de natureza produtiva ou organizacional - associações e cooperativas - podem se constituir em um mecanismo importante de diminuição do êxodo, sobretudo dos jovens rurais.

---

<sup>158</sup> Evidencia-se aqui a abordagem na qual o mercado e a estrutura de preços são consequência e não a origem dos arranjos institucionais (DOSI, 1988; GRANOVETTER, 1994).

<sup>159</sup> Aurora pode começar a industrializar leite. *Jornal Diário do Iguçu*, 22/01/2002, p.12.

<sup>160</sup> Um estudo detalhado sobre a importância, limites e potencialidades da atividade leiteira, seus efeitos indutores para o desenvolvimento regional, e uma série de propostas para consolidá-la como atividade âncora para milhares de famílias de agricultores do Oeste catarinense, pode ser visto em TESTA *et alii* (2002).

As inovações organizações com base em economias de escala e ampliação dos espaços de controle do processo de comercialização são as mais promissoras, a exemplo da formação de associações e cooperativas de produtores de leite. Os produtores de seis municípios da região (Formosa do Sul, Irati, Santiago do Sul, Tigrinhos, Coronel Martins e Passos Maia) que já estavam organizados em cooperativas, gerenciando as rotas e a coleta do leite, centralizando sua comercialização e negociando contratos com laticínios a preços mais vantajosos, agora estão partindo para a constituição de uma Central dessas cooperativas com a meta de ampliar a participação no mercado do leite, o que aumenta o poder de barganha na negociação de preços e facilita projetos para transformação da matéria-prima em queijos e outros derivados.

Outra experiência bem sucedida é o projeto desenvolvido no município de Seara, que incentivou a formação de 12 associações de produtores com resfriador de leite coletivo. Os grupos são pequenos (em média 20 a 25 produtores) e organizaram a coleta do leite num sistema com dois percursos. O leite é recolhido diariamente (de manhã e de tarde) no estabelecimento do produtor por um agricultor freteiro (morador da comunidade) que o transporta até um resfriador comunitário com capacidade para dois mil litros, daí seguindo para a indústria de leite que tem contrato com o grupo. Este sistema liberou os agricultores da necessidade de adquirir resfriadores individuais e, ao mesmo tempo, flexibilizou a comercialização do produto, na medida que o controle sobre um maior volume de produção permite negociar melhores preços com as indústrias compradoras. Outra vantagem, é que a autonomia do grupo permitiu que todos os associados passassem a receber o mesmo preço, independentemente do volume de produção individual, libertando-os da abusiva tabela de bonificação aplicada pela indústria, a qual transfere renda dos produtores com menor volume de produção para aqueles maiores.

Estas e a maioria das outras experiências em andamento na região, se concretizaram através de uma ação conjunta entre agricultores e Estado. O PRONAF Infra-estrutura, ao viabilizar recursos, foi determinante para a concretização das inovações produtivas e organizacionais no setor. Enfim, as possibilidades são amplas, os agricultores e suas organizações estão buscando novas formas de produção e de inserção ao mercado. Neste sentido, o Poder Público tem um papel fundamental como agente fomentador, regulador e indutor do processo de desenvolvimento.

### **Outras opções agropecuárias**

Frente aos processos de abertura comercial do país, de conformação dos blocos econômicos regionais e de reorganização/reestruturação das empresas, parece-me que a produção familiar deve caminhar na direção da reestruturação produtiva. No entanto, iniciativas de atividades alternativas geralmente requerem os mais variados tipos de investimentos - crédito; tecnologia; novas instalações agroindustriais; capacitação; canais de comercialização; marketing - além de amplo apoio institucional, visando minimizar os riscos envolvidos.

A estrutura cooperativa assume uma posição estratégica neste processo, visto sua forte ligação com a região de atuação e a busca de valorização da produção de seus associados. O incentivo à produção de laranja, inclusive com a recente instalação de uma unidade de industrialização na região, é o exemplo mais claro. O que falta é um reconhecimento maior, por parte das instituições financeiras e das políticas públicas, do papel das cooperativas neste processo, em função dos riscos e do longo período de maturação. Assim, é preciso articular programas e recursos para tal estratégia, tendo em vista tratar-se de ações de longo prazo.

A diversificação nas atividades agropecuárias é condição básica para a competitividade e para a sustentabilidade da produção primária regional. Além das atividades já consolidadas – suinocultura, milho, feijão, soja, fumo, avicultura, pecuária leiteira – e de outras em consolidação como laranja e piscicultura, novas opções são fundamentais para permitir um acesso a um número maior de agricultores que não encontram espaços de inserção no quadro atual de opções produtivas da região.

O alto potencial produtivo extrapola a demanda do mercado local. Apenas 2,8% da produção agro-industrial de suínos e 17% da produção de leite e derivados são consumidos na região, sendo esta situação semelhante para os demais produtos, com exceção do milho (SILVESTRO *et al.*, 2000). Esta condição demanda a busca de mercados nos grandes centros e no exterior, o que exige a estruturação de canais de comercialização para as novas opções comerciais. Há necessidade de pesquisas tecnológicas e de mercado para ratificar opções emergentes e promissoras como, por exemplo, demonstram ser frutas diversas (em especial, uva, pêssego e figo), hortaliças, erva-mate, além de outras - que GRAZIANO DA SILVA (1999) chama de “novas atividades agrícolas” -, como essências aromáticas e medicinais, chás, flores, pequenos animais e reflorestamento.

### As opções não-agrícolas para a região

Diversas iniciativas na região demonstram o potencial de atividades não-agrícolas a serem implementadas no espaço rural. Dentre estas podemos citar, os pesque-pagues, feiras coloniais e artesanato, exposições agro-industriais, festas e eventos típicos regionais. A região Oeste tem um potencial turístico ainda pouco explorado, em particular, as chamadas atividades de agroturismo<sup>161</sup>. Dentre outras possibilidades, pode-se destacar: rotas de termas; residências familiares típicas; paisagem natural; venda de produtos coloniais e artesanais típicos; sítios históricos e arqueológicos; eventos culturais e gastronômicos; reservas indígenas; trilhas ecológicas; e hotéis e pousadas coloniais.

Apesar de não existir uma ação coordenada que permita explorar racionalmente e com maior amplitude territorial esta alternativa de renda, algumas iniciativas isoladas em alguns municípios da região já apresentam resultados concretos. É o caso do programa de agroturismo do município de Chapecó, que criou três circuitos turísticos no meio rural, envolvendo 25 famílias rurais.

A “Rota da Cultura Italiana” abrange três comunidades do interior do município. A cultura italiana é resgatada e transformada em atração turística, oferecendo aos visitantes diferentes atrações e serviços: comidas típicas; hotel fazenda; duas antigas capelas católicas; cascatas; passeios à cavalo; duas pequenas agroindústrias rurais (uma de derivados de leite e outra de derivados de carne suína); grutas e trilha na mata nativa. É um lugar para quem deseja sossego, apreciar as belas paisagens do campo e conhecer um pouco da história e das tradições dos colonizadores italianos.

O desestímulo proporcionado pela baixa renda obtida com as atividades tradicionais é discurso constante observado entre os agricultores das comunidades. A transformação de uma ampla e típica residência de italianos em área para alojamento representou para um pequeno produtor uma oportunidade de conservar um pouco da história de sua família:

... transformar a propriedade em hotel ajudou a manter as tradições culturais porque o que se ganha na agricultura não era suficiente para manter a família e as construções (entrevista 5, dezembro de 2001).

---

<sup>161</sup> Considera-se como agroturismo a atividade que é desenvolvida na unidade de produção familiar utilizando essencialmente força de trabalho da própria família, a qual mora no estabelecimento e desenvolve atividades agropecuárias, sendo uma atividade complementar para formação da renda familiar (TORESAN *et al.*, 2002).

A “Rota Vale do Rio Uruguai” é outra opção voltada para o descanso, lazer e entretenimento. Desta rota fazem parte três comunidades com cinco pontos turísticos, a saber: venda de produtos naturais coloniais produzidos pelos agricultores da localidade; tradicional café colonial; trilha ecológica na mata nativa com cachoeiras; capela; área de camping e lazer; e pesca no rio Uruguai. As paisagens rústicas e coloniais e as belezas naturais da região são o principal atrativo para os visitantes e os serviços oferecidos pelos agricultores desta rota proporcionam a estes uma renda complementar.

A parceria entre o poder público municipal e os agricultores destas comunidades rurais foi fundamental para a concretização destes projetos. São ações de médio prazo e que exige a integração das comunidades e famílias rurais. Um representante do executivo municipal fala da necessidade de transformação turística do vale:

... começa com projetos na área de saneamento básico das áreas rurais, acesso fácil às comunidades, capacitação dos agricultores para bom atendimento e apresentação de produtos e investimento na área de paisagismo (entrevista 16, janeiro de 2002).

Contudo, há que se considerar os limites destas alternativas para a região, em termos de alcance social. Um levantamento realizado em todo o Estado (TORESAN *et al.*, 2002) identificou 1.174 empreendimentos de turismo, dos quais 551 foram classificados como de agroturismo, sendo que as atividades desenvolvidas com maior frequência foram pesque-pague, venda de produtos, serviços de alimentação e hospedagem, e camping. Por se tratar de atividades mais concentradas nos fins de semana, a geração de postos de trabalho é pequena, ocupando 380 pessoas em tempo integral. Na região Oeste, apenas 147 empreendimentos de agroturismo foram registrados.

Além do que, diversas ações precisam ser implementadas para tornar realidade este potencial, dentre as quais, parecem fundamentais as seguintes: criação de uma cultura turística entre os habitantes da região; solução dos problemas de poluição ambiental; capacitação dos agricultores para a prestação de serviços; melhoria da infra-estrutura pública (estradas de acesso, sistema de comunicação, energia elétrica e saneamento); linha específica de financiamento; projeto paisagístico para toda a região, reflorestamento com plantas nativas e ornamentais; programa de marketing, divulgando e valorizando as potencialidades locais; e a formação de uma ampla rede, buscando construir um projeto regionalmente articulado.

### **4.3.3.3 Agregação de valor**

Uma terceira via já está sendo construída através do apoio público do Estado, dos municípios e de organizações não-governamentais (Associações de Municípios; APACO) à constituição e expansão de uma rede de agroindústrias de pequenas dimensões - a verticalização da produção, realizada em pequenas indústrias familiares, individuais ou coletivas - localizadas no meio rural, as quais têm demonstrado que é possível agregar valor à produção primária, trilhando caminhos alternativos ao paradigma tecnológico dominante, conquistando fatias de mercado que valorizam as qualidades “subjetivas” notoriamente presentes na produção agroindustrial familiar da região, a qual busca um maior dinamismo em um ambiente de rápidas mudanças.

As estratégias mais recentes dos grandes grupos do complexo agroindustrial de carnes do Oeste catarinense - investimentos em outras regiões do país - e a visível crise da agricultura familiar da região, abriram espaço para o debate sobre a pequena indústria, como alternativa de trabalho e renda, na tentativa de viabilização de inúmeras pequenas propriedades ameaçadas de desaparecimento. Um ambiente propício ao debate e mobilização se forma em torno da criação e implementação destas organizações, o que tem se mostrado uma experiência muito positiva e que sinaliza favoravelmente para consolidação de uma proposta de descentralização agroindustrial em pequenas unidades geridas pelas próprias famílias rurais.

Esta experiência merece um debate mais aprofundado, tema do próximo capítulo, que tratará especificamente sobre as pequenas agroindústrias rurais do Oeste de Santa Catarina.

## **4.4 LIMITES E DESAFIOS DO TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR**

Uma questão fundamental para a agricultura familiar é a respeito de qual é a estratégia mais adequada para o desenvolvimento de espaços essencialmente rurais, como a região Oeste catarinense. A solução para as questões do emprego (ou melhor, postos de trabalho) e da pobreza rural se polarizam, no Brasil, em duas teses principais: (i) a criação de empregos ou ocupações não-agrícolas e (ii) a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar.

Alguns estudos realizados no Brasil já demonstraram a superioridade da renda das famílias rurais não-agrícolas sobre a renda das famílias rurais pluriativas e destas sobre a das

famílias agrícolas<sup>162</sup>. A superioridade da renda advinda de ocupações não-agrícolas em comparação com as agrícolas também já foi apontada por diversos autores [ver KAGEYAMA & HOFFMANN, 2000; WAQUIL & MATTOS, 2002]. É bem verdade que esta regra geral deva ser relativizada, visto geralmente não estar computado na renda das atividades agrícolas o consumo familiar, bem como algumas ocupações de baixa qualificação - por exemplo, empregada doméstica – apresentar rendas inferiores àquelas obtidas em atividades agrícolas [ver DEL GROSSI *et alii* (2001)].

Contudo, como observou PAULO (1990:89), em seu estudo no Sul de Santa Catarina:

... é a capacidade limitada da pequena produção agrícola de produzir excedentes que permitam atingir certos padrões de consumo e de conforto. Só **“enriquece”, segundo os entrevistados, quem sai da atividade agrícola ou não a tem como atividade principal**. Desde o início da colonização, os colonos mais fortes transformavam-se em negociantes e eram eles que detinham o poder econômico e político. (...) O “negócio” é parte constituinte dessa realidade e não algo extraordinário. [grifos nosso]

Entendemos a pluriatividade como uma estratégia familiar de reprodução social (SCHNEIDER, 2000), contudo, a possibilidade de diversificação das fontes de renda das famílias de agricultores é dada tanto por características internas das famílias (componentes do núcleo familiar, ciclo de vida, gênero, escolaridade, posição na ocupação) como por características das economias locais e sua capacidade de gerar mercados para produtos e para o trabalho fornecido pelas famílias agrícolas<sup>163</sup>.

Neste sentido, REARDON *et al.* (1998), condicionam o envolvimento em atividades rurais não-agrícolas a dois fatores principais: os incentivos oferecidos, como a lucratividade e o risco relativo entre atividades agrícolas e não-agrícolas; e a capacidade da família (determinada pela educação, conhecimentos e habilidades específicas, renda e outros ativos, acesso a crédito) para assumir tais atividades. As famílias agrícolas podem ser motivadas para atividades rurais não-agrícolas por fatores de “atração”, como os maiores retornos dessas

---

<sup>162</sup> Os dados do projeto Rurbano da UNICAMP, coordenado pelo prof. José Graziano da Silva, confirmam esta afirmação [ver CAMPANHOLA & GRAZIANO (2000a)]. Consultar também MATTEI (1999); SCHNEIDER (1999b); DEL GROSSI & GRAZIANO (2000b).

<sup>163</sup> Como observou SCHNEIDER (1999b, p. 349), “Cada unidade familiar reage de modo distinto a esse conjunto de fatores e as próprias estratégias adotadas podem variar ao longo do tempo e de acordo com as circunstâncias a serem enfrentadas. Nesse sentido, o recurso às atividades não agrícolas e à pluriatividade não são imutáveis ou permanentes, pois nos casos pesquisados, foram encontradas unidades familiares que passaram da condição de pluriativos para a de agricultores”.

atividades, ou por fatores de “expulsão” da agricultura, como maus resultados de colheitas, falta de acesso a um mercado de seguros ou crédito, falta de terra, risco da atividade agrícola etc. Relacionam os agricultores mais ricos ao primeiro fator e os agricultores pobres ao segundo fator e reafirmam que “*un sector agrícola fuerte se acompaña de un sector rural no agrícola fuerte*”. Com esta percepção, GUANZIROLI *et al.* (2001), ressaltam que, mais do que nunca, “*é necessário ampliar o apoio fundiário e agrícola aos produtores familiares, de modo que suas famílias não sejam obrigadas a buscar formas alternativas precárias de sobrevivência*” (op. cit., p. 39). E complementam que o estímulo à geração de empregos rurais não-agrícolas deve decorrer especialmente do apoio à agricultura de base familiar.

Essa também é a conclusão de VEIGA *et al.* (2001), ao relativizar o debate acerca da importância da agropecuária para a criação de empregos e valorizar a questão da influência da diversificação agropecuária para a diversificação das economias locais. Consideram que as atividades rurais dos setores secundário e terciário têm mais chance de brotar no entorno de sítios familiares poliprodutivos do que no entorno de grandes fazendas especializadas em pecuária de corte, grãos ou cana-de-açúcar (op. cit., p. 49). Concluem sobre a necessidade de expandir e fortalecer os agricultores familiares, pois sua consolidação é que multiplicará os empregos e ocupações não-agrícolas, atendendo a demanda futura de seus filhos.

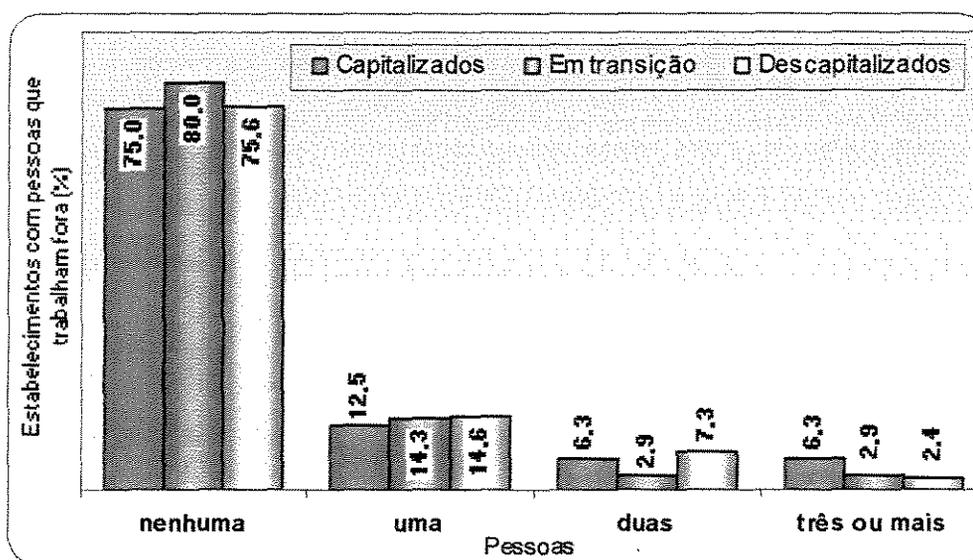
Ao discutir a questão da criação de oportunidades não-agrícolas para os agricultores construir seu futuro profissional no meio rural, REARDON *et al.* (1998) discutem o conflito entre incentivos e capacidades e colocam o desafio de superar o “*paradoxo*” das ocupações rurais não-agrícolas, na medida em que os estabelecimentos mais ricos são os que menos necessitam de fontes adicionais de renda, mas são os que têm maiores possibilidades de ganhos com rendas não-agrícolas (poderíamos acrescentar, com as agrícolas também). O desafio, então, é ajudar os agricultores pobres a iniciar o processo de acesso aos ativos necessários para alcançar a capacidade necessária para entrar no rural não-agrícola.

Contudo, em regiões *essencialmente rurais*, como o Oeste de Santa Catarina, onde predomina uma agricultura diversificada que tem por base a forma familiar de produção, onde não há processos claros de industrialização difusa e onde as inter-relações econômicas do rural com o urbano-industrial são mais tênues, as ocupações da população rural em atividades não-agrícolas, sozinhas, não parecem ser capazes de dar um novo dinamismo às localidades rurais. Neste sentido, corroboram KAGEYAMA & HOFFMANN (2000), quando ressaltam “*a menor*

*capacidade de as atividades não-agrícolas constituírem, isoladamente, uma solução para a redução da pobreza rural no Brasil*<sup>164</sup>. Mas, concluem que, se forem atenuadas as desigualdades de desenvolvimento regional e elevados os níveis de escolaridade, a pluriatividade pode vir a se constituir em um fator decisivo para elevar a renda e reduzir a pobreza no meio rural.

Um estudo acerca da sucessão hereditária na agricultura familiar do Oeste catarinense (SILVESTRO *et al.*, 2001), revelou que a pluriatividade está presente em 23% dos estabelecimentos familiares, independentemente do nível de renda das famílias rurais, o que demonstra que a procura por trabalho em outras atividades fora da unidade de produção não está exclusivamente vinculada à sua condição de pobreza (Figura 13).

Figura 13. Estabelecimentos familiares do Oeste de Santa Catarina com pessoas que moram na propriedade e trabalham fora do local de moradia, segundo diferentes estratos de renda familiar<sup>164</sup> (%)



Fonte: dados básicos do projeto “*Estudo do papel dos jovens na dinâmica de funcionamento e continuidade da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina*”, coordenado por Milton Luiz Silvestro, pesquisador do CEPAF/EPAGRI, Chapecó, SC.

O assalariamento ou trabalho autônomo de uma pessoa da família apareceu em 14% dos estabelecimentos agrícolas. Como observaram RENK & CABRAL JR (2000), mesmo com baixa remuneração, o “*assalariamento é interpretado mais favorável que a situação de dependência e subordinação dos filhos em relação ao pai-patrão na agricultura*”. Nesta

<sup>164</sup> A estratificação dos estabelecimentos obedeceu a critérios do nível de renda, sendo que aqueles com rendimentos (valor agregado) superior a três salários mínimos foram enquadrados na categoria “capitalizados”, entre um e três salários mínimos como “em transição” e inferior a um salário mínimo como “descapitalizados”.

pesquisa, os jovens, ao serem perguntados se exerciam alguma atividade individual para obter seu próprio dinheiro, 17% das moças e 24% dos rapazes responderam que desenvolvem trabalhos, agrícolas e não-agrícolas, fora da propriedade onde residem. Ressalte-se que entre os filhos de agricultores mais pobres, a sujeição ao trabalho agrícola em outras propriedades era bem mais alta, visto seus pais não terem como atendê-los em seus gastos pessoais.

Assim, esta situação expressa uma condição em que os jovens buscam uma renda complementar para seus gastos pessoais e para a unidade de produção, muitas vezes por não encontrar oportunidades em trabalhos não-agrícolas, os rapazes, em especial, acabam fazendo trabalhos em outros estabelecimentos agrícolas da própria comunidade em que vivem. Muitos outros jovens filhos de agricultores, por sua vez, buscam oportunidades de trabalho e renda migrando em direção às cidades, não se caracterizando aquela situação descrita por SACCO DOS ANJOS (1995), SCHNEIDER (1999b) e MATTEI (1999), típica de regiões como as do Vale do Itajaí em Santa Catarina, na qual os jovens continuam morando na propriedade paterna e se deslocam diariamente até os centros urbanos próximos para trabalhar nas indústrias locais.

Neste aspecto, normalmente os trabalhos desempenhados por estes jovens não exigem grandes qualificações profissionais e nem um alto nível de escolaridade. É comum que trabalhem em ocupações como as de garçom, operários de agroindústrias, de confecções, da construção civil, empregadas domésticas e balconistas no comércio. Para as moças, em especial, o trabalho representa um passaporte para a condição de estudante, com o objetivo de construir sua vida profissional fora da agricultura e do meio rural<sup>165</sup>. Como enfatizou DIRVEN (2000), estas ocupações representam muito mais uma condição de “refúgio” do que propriamente uma mudança na trajetória profissional que realmente signifique ascensão econômica.

Por outro lado, a construção de alternativas de trabalho não-agrícolas no próprio meio rural é que de fato significaria o enriquecimento do tecido social e a revitalização das comunidades rurais. Uma delas, presente no Oeste de Santa Catarina, é a pequena agroindústria rural, organizada e gerenciada pelos próprios agricultores e que, apesar dos limites de seu alcance social, visto as atuais normas da legislação estadual e federal, representa

---

<sup>165</sup> Na pesquisa realizada por SILVESTRO *et al.* (2001), quando perguntados sobre o “futuro profissional desejado”, 20% dos rapazes e 43% das moças responderam “trabalhar e morar na cidade”, proporção que aumentava para aqueles filhos (as) de agricultores mais pobres, chegando a 50% para as moças pertencentes a famílias de agricultores mais descapitalizadas.

uma nova perspectiva de trabalho para os jovens, abrindo espaços para sua permanência no meio rural, possibilitando-lhes percorrer caminhos diferentes daqueles seguidos por seus pais.

Esta e outras possibilidades, como a produção agroecológica; atividades de maior densidade econômica e tecnológica; produtos para nichos de mercado; agregação de valor através de diferenciação e das qualidades artesanais; agroturismo, pode ser apropriada por segmentos de produtores mais capitalizados, ainda mais se associados com níveis educacionais mais elevados. É de conhecimento comum que o grau de educação das pessoas que vivem no meio rural é inferior a das que habitam o meio urbano, limitando portanto as possibilidades dos primeiros em disputar o mercado de trabalho no setor industrial e de serviços<sup>166</sup>, pelo menos naquelas ocupações de maior qualificação e, por conseguinte, maior remuneração.

Diversos trabalhos têm mostrado a importância da educação para a geração da renda familiar e, embora esta não tenha na agricultura o mesmo impacto que em outros setores da economia (NEY & HOFFMANN, 2002), sua contribuição para o resultado econômico do trabalho, não pode ser desprezada. Entretanto, ao que parece, a principal contribuição do atual sistema de educação rural reside em preparar as pessoas que moram nesse meio para migrar aos centros urbanos. Há necessidade de uma “nova educação” que contribua efetivamente para aumentar a competitividade nos espaços rurais e que possibilite maior investimento na formação profissional da juventude rural, melhorando sua capacidade para ingressar ao mercado de trabalho, seja rural ou urbano.

Dessa forma, uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar diversificada presente em Santa Catarina e no Sul do Brasil, precisa além de incentivar projetos em atividades agrícolas e não-agrícolas, vir aliada a ações no campo da educação rural, da saúde e da habitação, construindo patamares mínimos de “cidadania” para, a partir daí, buscar a inserção econômica e social dessa categoria rural. Como enfatizou ECHEVERRÍA (2000), as ações fundamentais para gerar ou aumentar a renda dos pobres rurais devem possuir um caráter de complementariedade e podem ser resumidas basicamente em três categorias: as que têm por base o crescimento do setor agrícola; as que apontam para o uso sustentável dos recursos naturais; as possibilidades representadas pela economia não agrícola no âmbito rural.

---

<sup>166</sup> Por outro lado, não se pode negar que muitos empregadores urbanos preferem os jovens filhos de colonos, por apresentarem um *habitus* de trabalho e um capital incorporado da campesinidade (auto-exploração), que os acompanha em sua trajetória, além do espaço rural.

A ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano nos territórios rurais de Santa Catarina parece precisar de uma dinâmica com diversificação das economias rurais, buscando uma base econômica multisetorial. O aumento da produtividade do trabalho agrícola não precisa significar o esvaziamento do rural. Uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Uma política de apoio e fortalecimento aos agricultores familiares, especialmente os “em transição” e os “descapitalizados”, certamente desencadearia um efeito sinérgico multiplicador das atividades não-agrícolas no meio rural, possibilitando a renovação social e econômica das comunidades rurais.

#### **4.5 RESUMO E CONCLUSÕES**

As alternativas econômicas e de maior inclusão social para o Oeste catarinense são os grãos, o leite, os suínos e o fumo. As culturas de milho e feijão estão presentes em aproximadamente 70 mil estabelecimentos familiares da região, contudo, a queda das margens e dos preços nos últimos anos, tem proporcionado uma renda insuficiente para produtores com pequenas áreas, caso da ampla maioria dos agricultores de Santa Catarina. A estratégia adotada pelas agroindústrias para a suinocultura passa por um processo de seleção/exclusão de agricultores de pequena escala, favorecendo a concentração da produção em poucas unidades produtivas. A atividade leiteira é a que se apresenta com maior potencial para inclusão social e econômica de um amplo número de agricultores familiares, tendo potencial para se estabelecer em aproximadamente 40 mil estabelecimentos no Oeste catarinense.

Contudo, analisando-se as trajetórias e estratégias estabelecidas pelos principais grupos agroindustriais da região, há uma iminente ameaça para exclusão de um número ainda maior de agricultores das principais atividades econômicas. Uma reversão deste processo exigirá um grande esforço de todos os setores, buscando uma articulação entre os principais atores regionais, com a coordenação e participação ativa do Poder Público Estadual e Municipal. O envolvimento da sociedade local passa a ser fundamental na definição dos rumos para o desenvolvimento regional, uma vez que a pressão social para o reconhecimento e valorização das potencialidades locais é fundamental na definição das políticas públicas voltadas para a revitalização e fortalecimento das instituições democráticas que estão sendo construídas.

Por outro lado, as atividades não-agrícolas representam uma ampliação das escolhas para a população rural do Oeste, principalmente se considerarmos que o setor primário vem mostrando uma reduzida capacidade de abertura de novas ocupações e postos de trabalho. Em regiões *essencialmente rurais*, as oportunidades de trabalho e renda estão mais diretamente ligadas ao desenvolvimento da economia agropecuária, a qual tem condições de abarcar um grande número de trabalhadores familiares desde que políticas públicas não viabilizem a consolidação de trajetória produtivista, concentradora e excludente, e permitam dinamizar as potencialidades dos recursos locais. É importante lembrar a advertência dada por HERVIEU (1997), quando afirmou que dois obstáculos espreitam o desenvolvimento rural: o primeiro consiste em pensá-lo apenas em função do desenvolvimento da agricultura; o segundo é *pensar o mundo rural independentemente do mundo agrícola*, quando não mesmo contra ele.

Parece ser apropriado, portanto, aprofundar-se estudos que abordem as diferentes estratégias adotadas pelos componentes do núcleo familiar rural, sob o ponto de vista das relações sociais e do trabalho, considerando-se a imensa diversidade social e econômica presentes dentro de uma unidade da federação, dentro de uma mesma região e muitas vezes dentro do próprio município. Também o entendimento que a crise não é só econômica, mas atinge a própria condição de colono, mereceria uma melhor investigação.

Assim, considerando a situação descrita neste capítulo, é possível afirmar que a revitalização social e a dinamização do espaço rural do Oeste de Santa Catarina passam, ao mesmo tempo, por mudanças estruturais na questão da posse e distribuição da terra; pela incorporação do grande número de jovens que demonstram o desejo de continuar no meio rural e na agricultura e que possuem um conjunto de conhecimentos e capacidades que não podem ser desperdiçados (SILVESTRO *et al.*, 2001); pela criação de novas oportunidades agrícolas e não-agrícolas nas comunidades ou núcleos rurais - visto a agricultura *per se* não ser capaz de atender a demanda de trabalho e de renda da população rural -, para que as pessoas possam moldar seu próprio destino e se alcançar o desenvolvimento de fato, como expressão da ampliação das escolhas e expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000); e por uma nova visão de desenvolvimento rural, que permita construir as bases para a “cidadania” no campo, através de investimentos em educação, saúde, infra-estrutura social e comunitária, e melhores condições de moradia.

## CAPÍTULO V

### A PEQUENA AGROINDÚSTRIA RURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*“O progresso tecnológico pode produzir efeitos específicos de reversibilidade nas relações entre agricultura e indústria. A miniaturização das atividades de processamento primário possibilita a realocação de determinadas fases agroindustriais para dentro da propriedade agrícola. (...) Isso possui importantes implicações para a apropriação local e regional do valor adicionado na cadeia agroindustrial”.*

*John Wilkinson, 1997.*

Nesta parte do trabalho, será centrada atenção sobre os limites, potencialidades e desafios que a agroindustrialização familiar rural, seja individual ou coletivamente, deverá enfrentar como estratégia alternativa para geração de postos de trabalho e de agregação de renda para as famílias de agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina. Para atingir os objetivos propostos, buscou-se sistematizar as informações e dados secundários existentes e com o intuito de qualificar o tema, fez-se uma pesquisa de campo através de entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos responsáveis pelas pequenas agroindústrias rurais, compondo uma amostra com 18 empreendimentos processadores, sorteados aleatoriamente e representativos dos principais produtos e matérias-primas transformados na região.

A pequena agroindústria rural abre a possibilidade concreta para a permanência de muitas famílias de agricultores no meio rural, especialmente para os jovens, os quais não encontram nas atividades tradicionais oportunidades atraentes para realização de seus projetos pessoais e profissionais. Ao viabilizar postos de trabalho no meio rural, torna-se uma alternativa produtiva e de renda para a população local, contribuindo para o desenvolvimento regional<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> Inúmeros exemplos destas agroindústrias no meio rural catarinense reafirmam a conquista de dignidade e o exercício da cidadania para muitas famílias rurais. Veja em TAGLIARI (1997).

O modelo agroindustrial vigente na região - grandes agroindústrias e cooperativas - ao construir um ambiente de seleção e exclusão, ao mesmo tempo em que incorpora aquelas propriedades mais capitalizadas – com maior e melhor estrutura produtiva, terras de melhor qualidade - limita a escolha e as oportunidades para uma ampla maioria de agricultores, que tem seu futuro condicionado à sua capacidade de reação e “espírito inovador”, buscando novas atividades produtivas ou agregando valor à sua produção primária. Contudo, sabemos que atividades inovadoras freqüentemente são facilitadas mediante o esforço coletivo (DOSI *et al.*, 1988), incluindo, entre outras coisas, o apoio do poder público, o que significa que o antigo conceito de capacidade empresarial baseado unicamente nas pessoas já não tem validade, isto é, a capacidade empresarial se converte cada vez mais em esforço coletivo.

Considerando os limites impostos à atuação individual (escala de produção, custos, falta de recursos financeiros, marketing e mercado), as inovações organizacionais, surgida nos últimos anos, descortinam novos cenários para o futuro da agricultura familiar da região. Por isso, a importância de experiências das pequenas indústrias rurais associativas, que proporcionam aos agricultores e suas famílias se aventurarem além dos limites da produção primária, descobrindo novos talentos, novas habilidades e novos conhecimentos, num processo contínuo de aprendizado, que certamente abrirá novos horizontes para a permanência da população local. Conforme apontado por um pequeno empreendedor, “*há diversidade de idéias, sempre se dá um jeito em conseguir recursos e o encorajamento*”, estas são vantagens relevantes quando se trabalha em grupo.

Construir esta estratégia de agroindustrialização e de agregação de valor implica necessariamente a criação de novas formas organizacionais de produção e de inserção no mercado, bem como experimentar novos desafios, na área financeira, comercial, tributária e legal. O grande desafio que se coloca para a região é desenvolver um ambiente institucional favorável a essa experimentação como forma de obter um conjunto de informações necessárias para a consolidação de novas alternativas econômicas dinamicamente inseridas no mercado (SILVESTRO *et al.*, 2000). Neste contexto, reconhece-se o papel fundamental do Poder Público como promotor, oferecendo uma “visão” para o futuro e criando novas instituições, e atuando como árbitro último dos conflitos (CHANG, 1996). As instituições locais e o Poder Público, são atores fundamentais para construção deste caminho alternativo, visto os agricultores, *per si*, não disporem de conhecimentos e recursos básicos para sua implementação.

## 5.1 UM CONTEXTO DE MUDANÇAS: A SUBORDINAÇÃO ÀS TRAJETÓRIAS

A agroindústria, conforme visto nos capítulos anteriores, desde os anos sessenta vem se constituindo em importante instrumento para o desenvolvimento rural de Santa Catarina e do Oeste catarinense. Em função do contexto sócio-político, não houve, no entanto, espaço para o debate fundamental sobre o perfil mais adequado e sobre o papel desta agroindústria.

A construção de agroindústrias a partir dos agricultores requer gestão própria, pequena dimensão e localização no espaço rural (OLIVEIRA *et al.*, 1999), gerando economias externas de escala pelo esforço cooperativo entre as mesmas, nos moldes dos distritos industriais marshalianos<sup>168</sup>. Esta concepção de descentralização industrial requer o apoio fundamental de políticas públicas, que historicamente favoreceram a concentração agroindustrial – como visto no capítulo I deste trabalho. Mesmo o serviço público da agricultura direcionou suas ações no sentido de viabilizar a inserção ao mercado dos agricultores que produziam em sistema de integração para as grandes agroindústrias, em detrimento da implantação de novos empreendimentos<sup>169</sup>.

O ambiente legal dominante também contribuiu para a consolidação deste paradigma, limitando o mercado para as pequenas unidades de processamento. Aqui, estão presentes as noções de *lockin* e de irreversibilidade, na qual arranjos institucionais favorecem uma determinada trajetória, independente de sua comprovada superioridade [ver DOSI (1984); DOSI (1988); WILKINSON (1997)].

Somente nos anos 1990, com a abertura e desregulamentação do mercado, com a crise do padrão “fordista” de acumulação e o surgimento de um novo regime de “acumulação flexível” [ver LIPIETZ (1988); BOYER (1990); HARVEY (1993)], e com a profunda reestruturação do setor agro-alimentar mundial e brasileiro (BELIK, 1999), a estratégia da descentralização ganha espaço no cenário nacional.

Na medida que o avanço da tecnologia e o atendimento das necessidades alimentares da população progrediu, a produção agroalimentar passou a assumir um caráter mais flexível e segmentado. Com isto, o tamanho da empresa ou o porte da operação passou a ser relativizado questionando-se a sua importância enquanto barreira competitiva à entrada. Ao mesmo tempo,

---

<sup>168</sup> Para uma síntese do debate sobre os distritos industriais, ver BENKO & LIEPITZ (1994).

<sup>169</sup> As cooperativas também seguiram o rumo da centralização, na ânsia de competir com os grandes complexos já estabelecidos.

novas formas organizacionais abriram espaço para a participação de pequenas empresas em atividades que eram exclusivas da grande empresa (BELIK, 1999).

Na região, visto a importância social e econômica da agricultura familiar e sua profunda crise neste período, este debate ganha relevância e alcança as diferentes instituições locais: sindicatos; associações de agricultores; órgãos públicos de pesquisa e extensão; partidos políticos; conselhos de desenvolvimento; associações municipais; e poder público municipal<sup>170</sup>.

A agregação de valor pelos agricultores familiares da região passa a ser discurso corrente para a geração de trabalho, recuperação da renda perdida com a queda nas margens das principais *commodities*, e portanto, para a viabilização de grande parcela dos pequenos proprietários rurais do Oeste. Nesta efervescência é lançado pelo governo estadual no ano de 1995 o programa catarinense da indústria rural de pequeno porte – PROIND<sup>171</sup>, visando apoiar técnica e financeiramente novos empreendimentos industriais no meio rural. Nesta mesma época, a isenção do recolhimento do ICMS para as micro-empresas amplia as perspectivas para estes pequenos empreendimentos<sup>172</sup>.

Conforme argumentou HIRSCHMAN (1958), nos países subdesenvolvidos, a inexistência de um ambiente propício à atuação do empresário inovador requer a intervenção governamental, ou seja, de um agente que o substitua, ou que estabeleça as condições necessárias para que este possa atuar. O papel do Estado para as transformações ou ajustes estruturais é central, requerendo para tanto uma mescla de coerência interna e de conexões externas, ou seja, uma “*embedded autonomy*” (autonomia enraizada), constituindo-se a chave organizativa da eficácia do “Estado desenvolvimentista” (EVANS, 1996b). Trata-se de ligar o Estado com a sociedade, através de uma série de laços concretos, fornecendo os canais institucionais para negociação contínua dos objetivos e políticas<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> A publicação do livro “*O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense - proposta para discussão*” (TESTA *et al.*, 1996), trouxe à tona a problemática do desenvolvimento regional. As discussões surgidas a partir daí mobilizaram os principais atores locais na busca de propostas de desenvolvimento. A industrialização regional diversificada e interiorizada é uma das proposições dos autores para a superação da crise regional.

<sup>171</sup> EPAGRI. Programa catarinense da indústria rural de pequeno porte – PROIND. Florianópolis, 1996. 11p.

<sup>172</sup> Paradoxalmente, o programa de desenvolvimento da empresa catarinense – PRODEC agroindustrial volta-se basicamente para as grandes empresas já consolidadas. O próprio fundo de desenvolvimento rural - FDR deixa a desejar quanto ao incentivo para implantação de novas pequenas agroindústrias rurais.

<sup>173</sup> Uma discussão acerca das diversas correntes de pensamento sobre o papel do Estado na economia, pode ser vista em CHANG (1996).

Contudo, somente no ano de 1997 é que de fato, o Poder Estadual faz da política pública um instrumento para o desenvolvimento social. É aprovada a Lei Estadual 10.356 que estabelece condições diferenciadas para a implantação e funcionamento de pequenas agroindústrias e para a transformação artesanal de produtos de origem vegetal e animal. Ao mesmo tempo, o produtor individual é equiparado à micro-empresa para efeitos de isenção de imposto de circulação de mercadorias, favorecendo a transformação artesanal para os mercados locais e regionais.

Esta legislação, de acordo com PREZOTTO (1997), tem o mérito de permitir o funcionamento de estabelecimentos com equipamentos e instalações simples compatíveis com menores escalas de produção, abrindo espaço para o investimento em novos empreendimentos que podem operar legalmente. Viabiliza pequenas agroindústrias sob inspeção sanitária, diminuindo a produção de alimentos sem fiscalização e ampliando potencialmente o mercado consumidor. A informalidade não deixa de ser uma estratégia competitiva, “*conseqüência da incapacidade da agroindústria em impor uma alternativa industrial competitiva em nível de preços para o consumo de massa de certos produtos*” (WILKINSON, 1996a:180).

No plano nacional lança-se em 1998 o PRONAF Agroindústria. Uma linha de financiamento que visava melhorar a condição de vida dos agricultores familiares, pelo incentivo e apoio para se inserirem de forma associativa ao agronegócio, através da formação de conglomerados de pequenas e médias agroindústrias, interligadas a uma central de serviços de qualidade de processamento e de mercado, gerenciada por eles mesmos [ver SILVA & GILES (1998)]. A relevância dessas iniciativas ficou evidenciada, durante nossa pesquisa, no depoimento do dirigente de uma organização dos agricultores:

... A maioria dos pequenos agricultores estão fora do esquema das grandes agroindústrias, principalmente aqueles menores, sem recursos, com pouca estrutura produtiva. Então, estas iniciativas de pequenas agroindústrias rurais, individuais ou organizadas em grupo, pode ser uma grande saída. Tem muitos grupos e agricultores solicitando inspeção, procurando se legalizar, para poder vender seu produto. Aí vemos que tem um grande potencial, porque o agricultor precisa agregar valor ao seu produto, prá poder ganhar mais, sobrar um pouco mais prá ele viver (entrevista 3, outubro de 2001).

Em resumo, pode-se afirmar que é recente a preocupação do Poder Público Estadual e do próprio Serviço de Pesquisa e Extensão Rural, no que diz respeito à instalação de pequenas agroindústrias no meio rural, como alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar

da região. Em que pesem os avanços alcançados, as políticas pecam pela abrangência, pelo volume de recursos destinados e pela falta de uma ação institucionalmente coordenada.

## 5.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM PROJETO AGROINDUSTRIAL ASSOCIATIVO

A partir dessa mudança no ambiente legal, a instalação de pequenas agroindústrias produzindo de acordo com as exigências legais, transforma-se de fato numa opção produtiva concreta e ao alcance de muitas famílias rurais, o que vem determinando articulações regionais para a realização de um projeto para consolidação desta oportunidade no Oeste do Estado.

A construção de um empreendimento desta natureza viabilizou-se no ano de 1998 através da integração de dois projetos de diferentes instituições, mas com objetivos comuns. A região Oeste catarinense foi escolhida pelo Ministério da Agricultura para a execução de um projeto piloto de verticalização da produção, chamado de **Pronaf agroindústria**<sup>174</sup>. Já, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção - "**Programa Desenvolver**", foi elaborado com o objetivo de apoiar as agroindústrias através da assessoria e assistência técnica especializada nas várias áreas de conhecimento, via contratação com recursos do CNPq/FUNCITEC<sup>175</sup>. O "Desenvolver" contava com 8 profissionais trabalhando na região, que participaram na elaboração do Pronaf Agroindústria e foram os principais parceiros da EPAGRI neste projeto de alcance regional.

Construir capital social também diz respeito à capacidade dos atores institucionais para trabalhar e atuar articuladamente, em sinergia e parceria. Essa capacidade de gestão conjunta, essa integração de esforços e vontades, possibilita lidar com a complexidade, construindo um espaço comum. O capital social institucional permite a construção de espaços relacionais de cooperação, responsabilidade e transparência. É isso que facilita o fluxo dos processos.

---

<sup>174</sup> A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura propunha a elaboração de Projetos pilotos em várias regiões do país para, a partir dessas experiências, consolidar esta nova política pública. A região Oeste catarinense foi uma das escolhidas para fazer parte do projeto, cabendo à EPAGRI a responsabilidade de coordená-lo. Os técnicos da SDR avaliavam que a criação de pequenas **agroindústrias familiares grupais**, comandadas pelos próprios agricultores, podiam constituir uma alternativa promissora para gerar oportunidades de trabalho e renda. Para maiores detalhes sobre os princípios e normas do PRONAF Agroindústria, consultar SILVA & GILES (1998).

<sup>175</sup> Este programa era uma parceria da APACO, juntamente com outras ONGs do Estado e a Universidade Federal de Santa Catarina e com duração prevista de 3 anos.

A parceria interinstitucional foi fundamental em todas as etapas de construção e implementação do projeto de pequenas agroindústrias associativas na região. O projeto pretendia viabilizar a instalação no meio rural de 52 empreendimentos associativos de pequeno porte, distribuídos em 24 municípios do Oeste Catarinense, envolvendo 481 famílias e gerando 620 postos de trabalho, incorporando e potencializando as experiências existentes (DORIGON *et al.*, 2000).

A concepção fundamental é de que, além da permanência das grandes agroindústrias e cooperativas tradicionais, novas formas organizacionais se fazem necessárias, viabilizando um modelo descentralizado e desconcentrado de agroindústria, controlado pelos agricultores familiares, a fim de gerar novos postos de trabalho no meio rural e ampliar a renda com a apropriação do valor agregado ao longo da cadeia produtiva (SILVA & GILES, 1998). Parte-se do princípio de que é possível alcançar otimização econômica com pequena escala na produção e na industrialização, ampliando a escala para comercialização dos produtos.

Inicialmente foram envolvidos grupos de agricultores que já vinham processando bens ou que já se encontravam num estágio de organização e de discussão mais avançado. Parte desses grupos já comercializava seus produtos no mercado regional, embora na informalidade. Para esses, o projeto significava a possibilidade de adequar-se à legislação sanitária e fiscal, entrando na formalidade e ampliando sua participação no mercado.

DORIGON *et al.* (2000:7) resumem bem as estratégias norteadoras do projeto:

A equipe técnica procurou incorporar o potencial que havia na região para a organização de agroindústrias, como: i) agricultores com tradição no processamento de produtos agropecuários, principalmente de carne suína, fabricação de queijos, conservas e doces; ii) produção da matéria prima de forma competitiva; iii) acesso ao mercado; iv) acesso a tecnologia de processamento; v) custos de produção, processamento e de distribuição compatíveis com os preços de mercado; vi) oferta compatível com a demanda na área de abrangência das vendas; e vii) e **especialmente, o nível de organização dos agricultores** [grifos nosso].

Uma ação inovadora como esta, baseada no associativismo em vários níveis, não poderia ser realizada sem a contra-partida indispensável por parte das famílias de agricultores, traduzida pela tradição em ações participativas e democráticas, pelos laços de confiança e de solidariedade, pelas convenções e normas, assim sintetizada na noção de **capital social**, precioso “ativo” construído a partir dos primeiros colonizadores que se instalaram no Oeste

ainda na década de 1920. Um agricultor participante de uma pequena agroindústria associativa, quando indagado sobre a concorrência, assim se manifestou:

Eu tenho um vizinho aqui que produz o mesmo produto que eu, mas a gente se tem emprestado produtos [ingredientes], a gente tem se ajudado, comprei uma máquina, fui buscar ele, veio me ensinar aqui. Nós não podemos ficar se ferindo um com o outro. (...) Eu acho que da minha parte, ele não me estorva não, quem vai decidir qual produto que vai comprar é o consumidor, é o paladar... (entrevista 4, dezembro de 2001).

Os agricultores, como atores-chave, participaram intensamente nas discussões para idealização e montagem da estrutura organizativa, constituindo os grupos associativos e as cooperativas microrregionais, num processo de construção de *redes sócio-técnicas* (CALLON, 1986, 1991; LATOUR, 1986) através de coalizões heterogêneas no sentido de assegurar uma organização econômica e tecnológica específica. Outrossim, estas famílias de agricultores estavam dispostas a correr riscos, porque tomar parte de uma rede social os faz sentir-se mais protegidos (NARAYAN & PRITCHET, 1997).

Infelizmente, os recursos não foram viabilizados pelo PRONAF agroindústria, restando como única alternativa a utilização do “Agregar”, uma linha de crédito operacionalizada pelo Banco do Brasil<sup>176</sup>. A mudança das regras no meio do jogo, bem como o atraso na execução do projeto, acabou por fragilizar a rede que estava sendo construída, tanto entre os agricultores quanto entre as instituições participantes. Esta situação resultou, segundo informação pessoal obtida junto ao coordenador geral da Associação dos pequenos agricultores do Oeste catarinense - APACO, que das agroindústrias associativas inicialmente previstas, somente cerca de metade delas puderam ser viabilizadas com recursos do “Agregar”.

### ***As Inovações Organizacionais e o papel das Instituições locais***

Na medida em que há um processo de mobilização em torno de um projeto de desenvolvimento, conflitos começam vir à tona. Apesar disso, sua viabilização é possível se ocorrer uma busca de superação de tais conflitos, sendo fundamental o estabelecimento de consensos entre os principais atores. A não liberação dos recursos, mesmo fragilizando a rede

---

<sup>176</sup> O AGREGAR não possui uma concepção de trabalho em rede, como aquela idealizada pelo PRONAF Agroindústria. A exigência de análise da viabilidade econômica de cada propriedade, impôs um limite à participação daqueles agricultores mais pobres. Além disso, a própria unidade central de apoio gerencial – UCAG, elemento chave na estrutura organizativa do empreendimento, não poderia mais ser financiada.

que estava sendo construída, não significou seu fim, mostrando a força dos laços de solidariedade construídos entre os grupos familiares. Conforme REIS *et al.* (1998/1999), o desenvolvimento das aprendizagens endógenas de um espaço local depende, fundamentalmente, da capacidade de integrar as solidariedades criadas, ao longo do tempo, nesse espaço, em redes organizacionais com uma base de conhecimentos suficientemente ampla para interpretar e controlar uma diversidade de fluxos de informação.

Eis a importância da construção de redes sociais, uma dinâmica de trocas e interações entre pessoas e instituições. As redes existem como processo, operam de forma descentralizada, possibilitando o “*empowerment*” dos indivíduos, o desenvolvimento pessoal e, também estimulam a ação coletiva, oferecendo apoio e enriquecimento mútuo. Representam uma estratégia de luta e cooperação dos grupos sociais que podem conformar a sociedade fragmentada para transformá-la. Podem se constituir em uma nuvem de energias políticas e centros de contra-poder. Mas, é o investimento em capital social que possibilita ativar esse movimento de troca, a construção de redes sociais.

A aprendizagem - apropriada pela coletividade - que resultou da construção social de um modelo de pequenas agroindústrias atuando em rede, permitiu que adaptações fossem feitas aos recursos disponíveis localmente, mantendo-se os princípios originais. A valorização desigual de algumas inovações cria especializações (PUMAIN, 1992), o que exige uma aptidão dos atores locais para valorizar constantemente suas vantagens comparativas, naturais ou produzidas. O apoio das instituições locais, como EPAGRI, APACO e Prefeituras Municipais foram fundamentais para a continuidade do processo. Assim, as Cooperativas e a Unidade Central de Apoio (UCAF) às agroindústrias foram constituídas.

Há três níveis de organização: no primeiro, as famílias de agricultores (pluriativas) estão agrupadas em torno das unidades agroindustriais; em um segundo estas se organizam em torno de cooperativas microrregionais; e num terceiro nível, em torno da UCAF, que é uma associação de agricultores representantes dos grupos das agroindústrias e das cooperativas microrregionais, com o objetivo de unir forças para prestar serviços ligados à área de produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização, buscando oferecer um produto com qualidade, procedência e legalização.

A estrutura da unidade central das agroindústrias rurais foi concebida de forma a preservar a heterogeneidade da organização dos agricultores e as especificidades

institucionais. Um perfil de flexibilidade e dinamismo é coerente com sua concepção, permitindo a agregação futura de novas agroindústrias. Aqui, pode-se valer outra vez da teoria das convenções, conforme FAVEREAU (1994):

“L’interaction efficacité-équité est au coeur du mécanisme d’apprentissage collectif, puisqu’en définitive, l’efficacité s’explique par l’apprentissage tandis que l’équité explique le caractère collectif de l’apprentissage” (op. cit., p. 126).

Este princípio deveria nortear a organização construída, já que a criatividade individual poderá ser transformada em aprendizado coletivo institucionalizado no interior destas organizações, na medida em que noções mínimas de equidade prevaleçam, favorecendo a todos os atores envolvidos.

As experiências como as das pequenas agroindústrias rurais - no sentido da cooperação ampliando as capacidades inovadoras da região - propiciam mobilizações e discussões que acabam extrapolando os grupos diretamente envolvidos. Os erros e acertos na organização e no processo produtivo, nas relações financeiras e mercantis, levam não só ao amadurecimento da organização, como também produzem *conhecimentos tácitos* (DOSI, 1988) que são determinantes para a variabilidade de formas organizacionais eficientes. O conhecimento e aprendizado acumulados nas organizações permitem gerar assimetrias e criar vantagens diferenciais no processo produtivo.

A unidade central das agroindústrias familiares do Oeste – UCAF, expressa a noção de que as organizações são uma construção social, como descrita por GRANOVETTER (1994):

“Mais les institutions économiques n’apparaissent pas automatiquement en réponse aux besoins économiques. Elles sont plutôt construites par des individus dont l’action est à la fois facilitée et limitée par la structure et les ressources disponibles des réseaux sociaux où ils s’inscrivent” (op. cit., p. 86).

Exemplifica-se aqui como a “*atividade econômica é socialmente construída e mantida e historicamente determinada por ação coletiva e individual expressa através de organizações e instituições*” (WILKINSON, 1999:66). Ademais, reafirma a idéia de que a capacidade diferencial para a mobilização muitas vezes explica os resultados. Naqueles municípios onde os Conselhos de Desenvolvimento Rural e outras entidades são mais atuantes e contam com um ambiente favorável a participação, as ações na busca da implementação de pequenas unidades industriais associativas e descentralizadas já produzem seus efeitos concretos.

As Prefeituras Municipais tornam-se um elo chave na implementação dos projetos locais. As secretarias municipais de agricultura, através de seus técnicos e em parceria com outras instituições que atuam localmente, desenvolvem um importante trabalho que dá sustentabilidade às organizações associativas.

### **O exemplo do município de Chapecó**

Chapecó é o município pólo do Oeste catarinense, não por ser o de maior população, mas sem dúvida, o de maior expressão econômica. Paradoxalmente, este importante centro do grande capital agroindustrial - sede da Sadia avícola; do grupo Chapecó de Alimentos; dos produtos Aurora da Cooperativa Central Oeste Catarinense – destaca-se por sua atuação em programas de incentivo à constituição de pequenas unidades agroindustriais individuais ou associativas localizadas no interior de suas comunidades rurais.

O município conta atualmente com 52 agroindústrias acompanhadas pelo serviço municipal de inspeção sanitária (SIM), das quais 42 são enquadradas como agroindústrias rurais familiares ou associativas que geram emprego e renda no meio rural<sup>177</sup>. Este resultado expressivo não seria possível sem o incentivo e apoio do poder público municipal, na elaboração dos projetos destas pequenas unidades de processamento, na assistência para enquadramento na legislação vigente, no acompanhamento e fiscalização para garantir a elaboração de um produto de qualidade e aceitação pelo consumidor.

Numa visita feita a um pequeno agricultor que instalou recentemente uma pequena unidade de processamento de queijos, constatou-se a importância desta alternativa para a geração de postos de trabalho. Este agricultor, dispondo de terra insuficiente e inapta para as culturas tradicionais da região, permanece no meio rural em virtude de sua pequena agroindústria, que gera trabalho para ele, para sua esposa e para uma jovem vizinha. Assim expressa sua condição:

... Hoje estaria na cidade porque minha terra já não produz quase nada. A terra é fraca e muito dobrada. A gente tem pouco recurso prá produzir melhor. (...) Aqui a gente começou devagarinho e hoje já tamo conseguindo vender nossa produção aqui no município (entrevista 12, dezembro de 2001).

---

<sup>177</sup> Informação fornecida pessoalmente pelo responsável técnico do departamento municipal de agricultura, em dezembro de 2001.

A valorização da agricultura familiar e do meio rural conta com a efetiva participação dos próprios agricultores, através do Conselho de Desenvolvimento Rural de Chapecó. Dentre os diversos programas voltados para a melhoria da produção agropecuária, vale destacar o programa de feiras livres, iniciado em 1998 e que atualmente conta com nove pontos de venda das feiras de produtos coloniais, distribuídas no centro da cidade e nos bairros, das quais participam cerca de 250 famílias de agricultores, que vendem seus produtos nesse espaço de comercialização.

A revalorização do espaço rural passa também pela melhoria da qualidade de vida das pessoas que aí vivem. O saneamento e abastecimento de água, através da construção de fossas para esgoto doméstico e de redes comunitárias de abastecimento de água, são iniciativas municipais que valorizam a família rural, ao mesmo tempo em que fazem parte de um conjunto de necessidades básicas para sua integração social plena.

### **5.3 UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE REGIONAL**

Mapear as pequenas agroindústrias rurais existentes no Estado e no Oeste catarinense não é uma tarefa das mais fáceis, inclusive por que ao mesmo tempo em que se localizam nas comunidades rurais, elas se fazem presentes praticamente em todos os municípios da região.

A tradição histórica na transformação de produtos pelos agricultores familiares<sup>178</sup>, determinou uma variabilidade grande quanto aos tipos de empreendimentos, desde iniciativas muito pequenas, absolutamente informais e “caseiras”, até aquelas já consolidadas e inseridas no mercado formal de produtos alimentares. Em nossa pesquisa de campo, os agricultores entrevistados foram unânimes em afirmar que associaram os conhecimentos adquiridos dos pais e avôs, as “receitas da família”, com outras tecnologias adquiridas em cursos profissionalizantes - a maioria oferecida pela EPAGRI - para beneficiarem seus produtos.

Uma parceria institucional que envolveu a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO e a Empresa Brasileira

---

<sup>178</sup> A tradição no processamento de produtos - especialmente derivados de leite e carne, açúcar mascavo, doces e conservas, farinha e vinho -, com o objetivo de autoconsumo familiar e venda de excedentes, torna-a uma tarefa comum às donas-de-casa que vivem no meio rural catarinense. O processamento do leite para sua transformação em queijo colonial é o exemplo mais notório: 33,73 mil produtores o realizam somente no Oeste catarinense (IBGE, 1998 – Censo Agropecuário 95/96).

de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, foi uma tentativa pioneira de fazer um diagnóstico das indústrias rurais de pequeno porte, presentes no Estado catarinense. A pesquisa de campo foi viabilizada em função da capilaridade da rede de escritórios locais e regionais da EPAGRI e das organizações de agricultores ligadas ao CEPAGRO, o que permitiu o aprofundamento das informações sobre estas iniciativas da agricultura familiar.

Este levantamento censitário realizado no ano de 1998 mapeou em todo o Estado 1.116 pequenas agroindústrias rurais, sendo que 218 destas na região Oeste<sup>179</sup>. Vale alertar que desse total de empreendimentos, 30% deles não possuíam instalações ou equipamentos específicos para o desenvolvimento da atividade. Este número, apesar de significativo, de fato não representa a totalidade dos empreendimentos existentes, visto que em algumas regiões do Estado o retorno das informações solicitadas ficou aquém do esperado (OLIVEIRA *et al.*, 1999). Além disso, em nossa pesquisa de campo, encontramos indicativos que reafirmam um crescimento vigoroso destes empreendimentos nos últimos três anos.

A tabela 16 detalha algumas informações para a região Oeste de Santa Catarina.

**Tabela 16. Pequenas agroindústrias rurais do Oeste catarinense: nº de unidades considerando a forma de organização e as seis matérias primas mais transformadas.**

<b>Forma de organização</b>					
Associação	Limitada	Condomínio	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
29	33	2	144	10	218
<b>Matéria prima *</b>					
Leite	Carne suína	Cana-de-açúcar	Frutas/ hortaliças	Carne bovina	Farinha de trigo
69	66	34	32	20	16

Fonte: OLIVEIRA *et al.* (1999). Adaptado pelo autor.

(\*) pode haver repetição, isto é, uma mesma unidade transformar mais de uma matéria-prima.

Pode-se observar a predominância de unidades agroindustriais organizadas de maneira informal, o que reflete as dificuldades encontradas para a constituição legal de uma firma, no que se refere aos processos burocráticos de obtenção dos registros, a falta de informações sobre estes procedimentos e a própria falta de recursos e crédito que incentivem a busca de atuação dentro da legislação vigente. O depoimento de um pequeno empreendedor do setor produtivo de derivados de leite exemplifica essa realidade:

<sup>179</sup> Na verdade, a referida pesquisa usou uma divisão geográfica diferente daquela que adotamos e que foi apresentada na introdução do presente trabalho. Daí que estas 218 pequenas indústrias rurais estão situadas de fato apenas em parte de toda a região Oeste catarinense, especialmente naqueles municípios que compõem as microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê e Concórdia.

... É muita papelada, taxas, aí você paga, manda tudo e espera, espera... Tudo é uma dificuldade, tem mais gente prá atrapalhar que prá ajudar. Recursos então, pede prá um, prá outro, vai no banco e volta, no fim tem que falar com os políticos, às vezes vai. (...) Depois de muito tempo, conseguimos arrumar um pouco emprestado, vendemos um pedaço de terra e aí conseguimos construir, faltava então comprar mais equipamentos, é uma luta... (entrevista 7, dezembro de 2001).

Há uma clara vinculação entre as matérias-primas processadas e as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias de agricultores, ou melhor, pelas famílias pluriativas da região. Desde aquelas atividades que dão sustentação econômica - bovinocultura de leite, suinocultura e milho - até aquelas que contribuem marginalmente para a formação da renda das unidades familiares de produção, mas que ao mesmo tempo, otimizam o uso da terra e do trabalho ao longo do ano ou, ainda, que entram como insumos intermediários e dão sinergia aos sistemas complexos e diversificados que predominam nas propriedades rurais do Oeste - cana-de-açúcar, trigo, frutas e hortaliças, arroz, mel e mandioca, dentre outros.

A variabilidade das matérias-primas processadas indica o potencial para a transformação industrial de produtos que, corriqueiramente, já são produzidos pelas famílias rurais e que se constitui, portanto, numa alternativa concreta para geração de trabalho e renda. Evidentemente, há uma certa concentração no processamento de alguns produtos, como o leite, a carne suína, a cana-de-açúcar e as frutas e hortaliças, justamente aqueles produtos que incorporam o conhecimento passado de geração em geração, desde os primeiros imigrantes, e que utilizam técnicas artesanais e “receitas da família”, visto que tradicionalmente eram produzidos para o consumo familiar. Os exemplos mais ilustrativos são: queijo colonial; salame; doces e conservas; e açúcar mascavo.

O notável crescimento e consolidação de pequenas agroindústrias rurais solidárias nos últimos anos - constituídas sob a forma de Associações, Grupos de Cooperação Agrícola, Cooperativas e Condomínios - fica evidenciado no trabalho de MASSI (2000), o qual apontou a existência de 100 organizações, distribuídas em 77 municípios pertencentes à região Oeste de Santa Catarina, atuando em toda a cadeia produtiva, desde a produção de matérias primas, a industrialização e a comercialização dos produtos processados<sup>180</sup>. Estas organizações estão

---

<sup>180</sup> Esta mesma pesquisa apontou a existência de 12 organizações associativas atuando no setor de industrialização e comercialização dos produtos, adquirindo as matérias primas de outros agricultores da região. Vale lembrar que são 114 os municípios que compõem o Oeste catarinense. Portanto, o universo pesquisado é parcial e não representa a totalidade dos municípios da região.

constituídas juridicamente em 57 associações, 31 grupos de cooperação agrícola, 8 cooperativas e 4 condomínios<sup>181</sup>.

Este mesmo trabalho apontou a industrialização de matérias-primas oriundas de atividades agropecuárias como a principal atividade de 125 organizações associativas gerenciadas pelos próprios agricultores familiares. Os principais produtos industrializados por estes empreendimentos associativos são: derivados do leite; abate e processamento de suínos; industrialização de cana-de-açúcar; fabricação de doces e geléias; fabricação de conservas; panificação, massas e bolachas caseiras; produção de artesanato e casa colonial; e peixes.

Outra informação que chama atenção é o surgimento de outras atividades não-agrícolas no meio rural gerenciadas associativamente, como por exemplo, duas indústrias de confecções; quatro unidades de fabricação de vassouras; e três empreendimentos voltados ao turismo rural (MASSI, 2000:55). Estas iniciativas não vinculadas à produção agropecuária tradicional das propriedades rurais do Oeste são ainda incipientes, mas dão indicativos de um potencial ainda não explorado na região, notadamente aqueles relacionados com a produção artesanal, com a cultura trazida pelos colonos migrantes, sítios históricos, museus, rotas ecológicas e com as belezas naturais.

As informações mais atualizadas sobre os pequenos empreendimentos localizados no meio rural catarinense constam do acompanhamento realizado pelo Projeto “Agregação de Valor”, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e de Política Rural, através da EPAGRI. Segundo esta fonte de informação, havia até o ano de 2002, um total de 1.192 pequenos empreendimentos rurais de base familiar em todo o estado de Santa Catarina, os quais envolviam 6.158 famílias rurais e geravam 4.315 empregos diretos, o que significa que cada unidade reúne em média 5 famílias e gera 3,6 empregos diretos. Desse total, **291 empreendimentos envolvendo cerca de 1.500 famílias de agricultores** estavam localizados na região Oeste catarinense.

As pequenas agroindústrias rurais do Oeste são bastante heterogêneas, tanto no que se refere a diferentes formas de organização (individual ou associativa), à sua condição jurídica (formal ou informal), à sua condição de legalidade (seja no plano fiscal, tributário, sanitário,

---

<sup>181</sup> As associações e os grupos de cooperação podem ser formais ou informais. A associação é uma das formas mais simples de cooperação, mais aberta e mais flexível. Para constituir personalidade jurídica, basta o registro na junta comercial. Já, a formalização dos grupos de cooperação passa pelo registro em cartório. Em geral, a ampla maioria das associações é formal, enquanto que a grande maioria dos grupos de cooperação é informal.

ambiental ou previdenciário) e na gama de produtos industrializados. Esta peculiar condição, aliada a sua dispersão em 114 municípios, se por um lado, dificulta quantificar a dimensão dos empreendimentos desta natureza na região, por outro, revela sua dinamicidade e seu potencial, que se reafirma com o estabelecimento expressivo de novas unidades industriais<sup>182</sup> e pela demanda crescente para obtenção, junto aos órgãos competentes, dos serviços de inspeção municipal e estadual, bem como dos registros nos Ministérios da Saúde e da Agricultura<sup>183</sup>.

### *As alternativas de inserção no mercado*

Identificar as exigências dos consumidores e distribuidores de alimentos e o potencial de mercado para os produtos originados das pequenas agroindústrias rurais é um passo fundamental quando se busca desenvolver estratégias de apoio à implantação e consolidação destas. Pesquisa recentemente realizada em cinco cidades de Santa Catarina - incluindo Chapecó no Oeste catarinense<sup>184</sup> - indicou que 63% dos consumidores catarinenses - 78% no caso da região Oeste - costumam comprar produtos industrializados no meio rural por famílias de agricultores, enquanto para os estabelecimentos distribuidores este índice alcança 83% - 100% no caso do Oeste, sendo que os produtos mais citados foram queijo, mel e salame colonial, dentre outros de uma “cesta” bastante diversificada de produtos.

Isto demonstra o grande potencial de desenvolvimento da pequena agroindústria associada à agricultura familiar e que o mercado não se constitui na principal barreira à sua viabilização, como é geralmente mencionado pelos críticos deste tipo de empreendimento, sobretudo levando-se em conta tratar-se de um mercado praticamente não trabalhado sob a ótica da propaganda e marketing. Durante a pesquisa de campo pudemos constatar, junto aos produtores entrevistados, que os principais canais de distribuição dos produtos por eles industrializados são a venda direta ao consumidor, venda no comércio (mini-mercado; mercearia; padaria; supermercado) e também em feiras-livres, normalmente com uma

---

<sup>182</sup> Em apenas dois anos (2001 e 2002), 448 novos projetos foram implantados no Estado, contando com o envolvimento de mais 2.238 famílias na atividade de agregação de valor (fonte: Projeto Agregação de Valor, da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI).

<sup>183</sup> A cooperação entre os agricultores, que acontecia principalmente no campo da produção agropecuária - condomínios de suínos; compras coletivas de insumos; grupos de máquinas agrícolas; armazéns comunitários -, é redirecionada, nos últimos anos, para atividades que permitam uma maior agregação de valor, como é o caso das pequenas agroindústrias rurais associativas. Esta realidade, observada a campo nas visitas a vários municípios da região e também nos contatos com técnicos municipais, também foi constatada por MASSI (2000).

<sup>184</sup> “Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte em Santa Catarina”. Ver OLIVEIRA *et al.* (1999).

freqüência semanal ou quinzenal. Veja o relato de um produtor do setor de processamento de matéria-prima vegetal:

... Aqui a gente faz de tudo, trabalha nas atividades da propriedade e também aqui na transformação, dentro da unidade. Como a gente é poucas pessoas para o trabalho, nós também fizemos a parte das vendas. Eu saio uma vez por semana prá vender, passo nos clientes, mini-mercados, mercearias, restaurantes. O certo precisaria uma pessoa só prá essa parte do comércio, mas por enquanto não dá (entrevista 17, janeiro de 2002).

Uma das principais dificuldades relatada pelos produtores visitados, foi no início das atividades, quando o produto ainda não era conhecido no mercado. A estratégia adotada foi a de deixar gratuitamente algumas unidades para experimentação dos clientes e do próprio distribuidor e voltar na semana seguinte para, aí sim, vender o produto. A conquista do consumidor aconteceu associando esta estratégia com a propaganda “boca a boca”. Nenhum produtor utilizou a mídia como veículo de propaganda, o que indica espaço para campanhas mais agressivas de venda, buscando dinamizar o mercado.

Outra estratégia fundamental para ampliar o espaço no mercado consumidor sem dúvida foi colocar à disposição dos associados o código de barras e a utilização de uma marca coletiva “**sabor colonial**”, que associa o produto à agroindústria familiar, visto a imagem positiva desses produtos junto aos consumidores. Isto ficou evidente na pesquisa de mercado citada anteriormente, na qual os consumidores além de considerá-los de qualidade, associam os produtos das pequenas agroindústrias rurais a certos atributos subjetivos que o valorizam ainda mais, como: “saudáveis”; “nutritivos”; “honestos”; “naturais”; feitos com “carinho” e que “lembram coisas boas”.

Contudo, na hora da compra, os consumidores de uma maneira geral exigem produtos que tenham boa aparência, inspeção sanitária e controle de qualidade. Esta garantia, por sua vez, passa pela legalização das unidades agroindustriais, atendendo às exigências de controle sanitário, ambiental e tributário. É senso comum que a viabilização de agroindústrias de pequena escala depende de uma estrutura especializada de apoio e prestação de serviços nas áreas de tecnologia de processo, controle de qualidade, comercialização e *marketing*.

Neste sentido, a organização em rede unindo as pequenas agroindústrias em cooperativas regionais e integradas à Unidade Central de Apoio (UCAF), proporciona a economicidade e a eficiência nos processos de produção e a escala na busca de mercado, com

maior poder de barganha. Atualmente são nove cooperativas microrregionais - estratégia adotada para os grupos não perderem a característica de agricultores familiares e, ao mesmo tempo, estarem de acordo com a legislação tributária - envolvendo aproximadamente 130 grupos de famílias rurais legalizadas ou em processo de legalização. Com os serviços prestados pela UCAF é possível melhorar a qualidade e manter o padrão da produção, assessorar no processo gerencial e na comercialização, viabilizando escalas compatíveis com estratégias de *marketing* mais abrangentes e efetivas.

Um último aspecto, associado à comercialização, levantado pelos produtores visitados em nossa pesquisa de campo, diz respeito às dificuldades que estes têm em atender isoladamente algumas exigências, por parte do comércio distribuidor, principalmente no que se refere à regularidade de fornecimento, regularidade de visitas, promoções, condições e prazos de pagamentos. Estas são condições que, por um lado, exigem dos fornecedores uma boa estrutura e, por outro, ratificam a necessidade das centrais de apoio à comercialização e *marketing* para redes de pequenas indústrias rurais.

#### 5.4 GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DE RENDA

A cooperação, nas diversas formas em que se apresenta no Oeste catarinense, possibilita a participação democrática dos agricultores e seus familiares e, mais do que isso, representa uma oportunidade para a realização de seus projetos. Na região, pode-se dizer que estão envolvidas mais de dez mil famílias rurais, organizadas principalmente em pequenas associações e grupos de cooperação, sem contar com os associados das grandes cooperativas tradicionais<sup>185</sup>. O envolvimento destes agricultores significa que seus projetos de vida têm como premissa sua permanência no meio rural, gerando trabalho e renda. Assim se expressa o dono de uma pequena agroindústria rural processadora de leite:

... A gente viu que não tinha como mudar de profissão, chegar numa época, assim, de idade, e mudar prá trabalhar de empregado, então é melhor ficar. E aí, com o pouco de capital que a gente tinha, a gente foi construindo. (...) Nós era candidato há não tá mais aqui. Só na roça não dá, ou é o tempo, ou é o preço, não tem perspectiva de futuro. É um desânimo. (...) Claro, a gente branqueia o cabelo muito mais rápido agora, as preocupações aumentam, mas a gente tem uma perspectiva de vida melhor. Se fosse ter que voltar prá roça... (entrevista 8, dez. 2001).

---

<sup>185</sup> Na pesquisa realizada por MASSI (2000), 7.783 famílias rurais participavam de organizações associativas em 77 municípios do Oeste do Estado.

Dois exemplos ilustram o potencial das pequenas agroindústrias para abrirem postos de trabalho no meio rural. O primeiro, fruto do trabalho realizado em parceria pela EPAGRI/CEPAGRO/EMBRAPA/UFSC, revelou que 191 pessoas trabalhavam em 31 unidades industriais rurais pesquisadas em Santa Catarina, o que significa 6,16 empregos diretos em cada agroindústria.

O segundo, refere-se aos resultados de três anos de atuação do Programa Desenvolver, assessorando pequenas agroindústrias em 28 municípios da região<sup>186</sup>: os dados mostram que em 130 pequenas unidades situadas no meio rural, foram gerados 1.040 empregos diretos e mais 2.600 empregos indiretos, o que representa a criação de 8 postos de trabalhos diretos em cada empreendimento. Outro aspecto importante é que para cada emprego gerado foram investidos apenas R\$ 4.200,00 e o trabalho nestas agroindústrias proporcionou uma renda mensal de R\$ 300,00 por pessoa ocupada.

Estas informações diferem um pouco daquela apresentada anteriormente pelo projeto “Agregação de Valor” da EPAGRI, em que cada pequeno empreendimento rural familiar gerava em média 3,62 novos postos de trabalho, normalmente ocupados pelos próprios membros pertencentes ao núcleo familiar. Esta diferença se deve ao fato de que a proposta do Programa Desenvolver era a formação de unidades de processamento através de grupos de agricultores, enquanto os dados do levantamento realizado pela EPAGRI consideram tanto unidades individuais quanto coletivas. Esta situação também foi encontrada por CONCEIÇÃO (2002), que em pesquisa realizada em 1.018 empreendimentos rurais, no tocante à mão-de-obra, estes empregavam 3.420 pessoas, das quais 84% eram membros não remunerados da família.

Na pesquisa de campo, foram visitadas diversas agroindústrias coletivas e algumas individuais, de diferentes capacidades de processamento industrial, sendo que se encontrou um universo bastante heterogêneo em relação ao número de postos de trabalho gerado nestas unidades produtivas. A mão-de-obra ocupada diretamente nas indústrias variou entre quatro e treze pessoas, predominantemente familiar. Em muitos casos, as pessoas das famílias, especialmente os jovens, deixaram de realizar atividades na agropecuária e passaram a trabalhar a maior parte do tempo na agroindústria, abrindo inclusive espaço para trabalho contratado.

---

<sup>186</sup> Os dados foram repassados pessoalmente pelo coordenador da APACO.

Um agricultor participante de um grupo familiar, que montou uma pequena agroindústria de derivados de carne suína, assim se expressou:

... Na verdade, os filhos, sobrinhos, estavam se preparando pra ir embora, tavam estudando. Se não tivesse isso aqui hoje, estariam tudo trabalhando de empregado na cidade; já teriam ido embora da propriedade (entrevista 10, dezembro de 2001).

É marcante a participação dos jovens nas tarefas ligadas à agroindústria. O resultado mais expressivo, contudo, diz respeito à abertura de uma nova perspectiva, antes inexistente, para estes realizarem seus projetos de vida sem sair do meio rural. Encontramos, inclusive, três casos de jovens que retornaram para a propriedade. Veja o depoimento de um jovem rapaz:

... Antes de colocar a agroindústria aqui na propriedade, ela não daria prá todos os filhos viver. Só para dois ou três, alguém iria sair. Isso, que nossa propriedade, aqui na redondeza, é uma das melhores, tem boa terra, dois aviários e criação de suínos. Agora, meu irmão chegou a trancar a faculdade de agronomia e está trabalhando, ajudando aqui na unidade (entrevista 14, dezembro de 2001).

E também o depoimento de uma jovem moça:

... Trabalhar na lavoura é muito difícil, também não teria trabalho prá todo mundo, e ficar sem trabalhar não dá. Sem esta indústria, teria que buscar trabalho fora, na cidade (entrevista 11, dezembro de 2001).

Nas visitas realizadas, pode-se constatar a importância econômica das unidades de industrialização. Estas já representam para a grande maioria dos agricultores uma importante fonte de renda e, naquelas que existem há mais tempo, já é a principal fonte de renda das famílias rurais. Todos os produtores visitados, apesar das dificuldades frente a uma nova atividade, mostraram-se satisfeitos com o negócio e apresentaram a perspectiva de aumentar a produção à medida que conquistarem um maior espaço no mercado.

As pequenas agroindústrias rurais associativas representam uma alternativa de trabalho e renda não só para os agricultores diretamente envolvidos, mas também uma oportunidade que alcança ao entorno em que estão localizadas. O exemplo vem de uma pequena unidade produtora de derivados do leite, cuja demanda por matéria-prima é atendida por 70 famílias que moram em comunidades próximas, representando para muitas delas, uma oportunidade de reinserção no setor produtivo.

## 5.5 OS PRINCIPAIS DESAFIOS DESTE MODELO

Na pesquisa de campo, em diversas entrevistas com os pequenos empreendedores destas unidades industriais, as principais dificuldades citadas foram: (i) o cumprimento de todas as exigências para a legalização da agroindústria; e (ii) a falta de recursos financeiros e as dificuldades para obtenção de crédito para investimento<sup>187</sup>. O excesso de burocracia, a demora nos processos, além de uma infinidade de taxas e impostos foram alguns aspectos levantados pelos produtores rurais. Isso transparece no depoimento de um representante de uma pequena agroindústria do setor de carnes:

... Estamos há dois anos tentando o registro. Você manda os documentos, chega lá [em Florianópolis] falta uma coisa, volta, paga a taxa tudo e manda de novo, falta outra coisa, é tudo assim. (...) Nós tinha um terreno, aí precisava comprar os equipamentos, a câmara fria, então negociamos... (entrevista 4, dezembro de 2001).

Isto dá indicativo, tanto do ambiente institucional burocratizado e legal ainda bastante restritivo às pequenas agroindústrias, quanto da necessidade permanente de assessoria qualificada. Em relação ao crédito, há necessidade de uma linha específica, com prazos e juros mais adequados à capacidade de pagamento destes empreendimentos de pequeno porte, em virtude do alto custo das instalações e equipamentos, especialmente no caso de unidades de processamento de leite e seus derivados.

No que diz respeito à questão da inspeção sanitária, desejável para salvaguardar a saúde dos consumidores, a legislação estadual - apesar dos recentes avanços - ainda apresenta algumas inadequações para agroindústrias de menor escala. Por que há três níveis de inspeção? Afinal, um produto que pode ser consumido num município, não pode sê-lo no município vizinho? Uma forte barreira de entrada, construída pelas grandes agroindústrias, é a única resposta possível. Portanto, uma legislação específica para produtos de pequenas agroindústrias artesanais familiares seria um caminho alternativo para fortalecer e expandir este modelo de agregação de valor. Ademais, é preciso desburocratizar e descentralizar

---

<sup>187</sup> Esta situação também foi constatada por CONCEIÇÃO (2002) e no trabalho de OLIVEIRA *et al.* (1999), onde 41% das pequenas indústrias rurais de Santa Catarina destacaram a dificuldade para formalização dos empreendimentos e 39% delas citaram o crédito como principal problema. No trabalho de MASSI (2000:61), as organizações associativas também indicaram a falta de recursos financeiros para investimento como o maior problema. Ainda, a falta de consciência e formação em cooperação dos associados; a comercialização; a falta de assistência técnica; legislação; e conhecimento técnico.

regionalmente a prestação destes serviços pelos órgãos competentes, o que agilizaria sobremaneira a tramitação dos processos<sup>188</sup>. Naqueles municípios onde o serviço de inspeção municipal está presente e atuante, a exemplo de Chapecó, há uma tendência predominante de legalização das unidades de processamento agroindustrial. Encontra-se aí o exemplo de uma *regulação capacitadora*, garantindo níveis apropriados de higiene a custos mínimos.

O desafio, sob o ponto de vista institucional, é o de uma melhor articulação entre as diferentes instituições locais, como a EPAGRI, APACO, Associação de Municípios e Prefeituras, evitando o desperdício de recursos e produzindo efeitos sinérgicos. O apoio destas é fundamental para a construção e consolidação destas pequenas agroindústrias na região, visto seu caráter inovador. Este modelo exige novos conhecimentos e novas formas de organização, atuação em parcerias, a participação ativa dos agricultores, a harmonização dos conflitos, triviais nesta situação, e a compreensão das mudanças estruturais em curso no espaço rural, com novos atores e novas funções.

A preocupação quanto à necessidade de conquistar mercados mais distantes, visto as limitações de demanda regional, já é relatada por um pequeno empreendedor:

... Vai chegar num ponto que só vender o produto aqui na região, não vai dar. Tem que montar uma estrutura de vendas, que alguém se dedique só nisso, e aí talvez precise contratar alguém prá ajudar na produção, nas lavouras ... (entrevista 9, dezembro de 2001).

Um desafio fundamental é acompanhar as tendências do mercado consumidor. O consumidor final é quem determina o produto que deseja consumir, cabendo às redes de distribuição repassar a demanda para o setor produtivo. Neste sentido, como apontada em pesquisa de mercado (OLIVEIRA *et al.*, 1999), a garantia de origem é bastante valorizada pelos consumidores em detrimento da marca. Assim, uma estratégia de certificação que ligue o produto não só ao produtor, mas também à região de procedência, parece fundamental para associar o produto com outros valores, como origens, tradição e cultura<sup>189</sup>. Uma maior

---

<sup>188</sup> Nas visitas a diversas unidades familiares da região, não foi difícil encontrar pequenas agroindústrias que foram “obrigadas” a solicitar o serviço de inspeção municipal para poderem atuar, enquanto aguardavam pacientemente a liberação da inspeção estadual.

<sup>189</sup> A introdução de rótulos de qualidade e regiões de origem já ocorre em uma série de produtos fornecidos pela pequena empresa agroindustrial. É o caso do café do Cerrado, queijos de Minas, vinhos, aguardente, mel, frios, e conservas, entre outros. Em todos, há uma forte presença da organização da pequena empresa que inicia o processo de coordenação isoladamente ou em parceria com o mercado consumidor. Os resultados estudados são, de modo geral positivos, preservando o espaço da pequena empresa na oferta de produtos agro-industrializados (BELIK, 1999).

participação em feiras, exposições e outros eventos seria uma estratégia fundamental para alcançar novos mercados, o que exige uma ação de cooperação e coordenada regionalmente .

## 5.6 RESUMO E CONCLUSÕES

A inovação vivenciada através das agroindústrias familiares rurais do Oeste catarinense serviu para reafirmar que os relacionamentos de confiança, de reciprocidade e de cooperação facilitam a construção de processos de mudança social e de desenvolvimento humano, gerando sustentabilidade, enriquecendo o tecido social. Embora nem sempre se apresente acumulado no tecido social, o capital social deve ser interpretado como uma realidade histórica e, portanto, como um processo, com características de mudança da organização social, condicionadas pelo contexto cultural e político nos quais tais características se acham inseridas. Afinal, toda sociedade é dinâmica e se encontra em constante movimento.

Por conseguinte, os relacionamentos de confiança e solidariedade, de cooperação e reciprocidade devem ser lidos e interpretados dentro de contextos sociais, culturais e políticos particulares. O capital social sempre está enraizado na estrutura social, as normas de reciprocidade e confiança sempre formam parte da cultura e, também, fluem ou ficam reprimidas segundo as formas e as práticas da estrutura de poder local. Assim, realidades locais opressoras e estruturas políticas dominadoras geralmente representam forças inibidoras do potencial transformador do capital social. Ao contrário de impulsionar o desenvolvimento humano, o ambiente autoritário alimenta o conflito social, o poder sobre os outros, a manipulação, os cidadãos passivos, as polaridades políticas, o confronto. O que é percebido como capital social depende, por conseguinte, da cultura, das tradições e da estrutura que se observa. Das bases éticas e morais compartilhadas entre as pessoas e atores sociais. Porque o desenvolvimento econômico local depende da maneira como o conjunto da sociedade organiza o processo de produção social.

Como os setores com maior presença política usualmente são aqueles mais tradicionais, há muito estabelecidos na região, uma maior participação desses nas políticas públicas pode contribuir para um processo de *esclerose institucional* (OLSON, 1982). Setores ou regiões decadentes, porém organizados, buscarão nos canais de representação política uma forma de exercer práticas redistributivas conservadoras. Paradoxalmente, o fortalecimento dos canais de influência dos interesses organizados pode representar uma barreira que impede as

atividades dinâmicas, potencialmente inovadoras, de participarem do processo político. Em outras palavras, a super-representação dos interesses já estabelecidos cerceia a capacidade de renovação produtiva regional.

Nesse contexto, a promoção de pequenas agroindústrias rurais no Oeste catarinense como estratégia para geração de postos de trabalho e renda passa necessariamente pela implementação de um projeto articulado regionalmente. É necessária uma ação de cooperação interinstitucional, racionalizando os diversos recursos existentes e evitando desperdício de esforços em atuações paralelas e concorrentes. A riqueza e o potencial das iniciativas demanda ações políticas do Poder Público, investindo na criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empreendimentos desta natureza.

A produção e a transformação em pequena escala pode ser competitiva, levando-se em consideração a banalização de grande parte da tecnologia das *commodities* agroindustriais e os novos avanços tecnológicos. A mobilização social em favor de padrões alternativos de organização e regulação econômica será determinante para a definição da trajetória de desenvolvimento que a região Oeste deverá seguir. A percepção pela população local de que a crise da agricultura familiar afeta toda a região permite desenvolver estratégias com ampla mobilização e, ao mesmo tempo, possibilita a emergência de uma coalizão de atores comprometidos em redefinir as prioridades regionais, com base no potencial produtivo inserido nos sistemas da produção familiar, na emergência de novas atividades e novas funções para o espaço rural e na busca incessante de um desenvolvimento com mais equilíbrio e justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a pretensão de mostrar os limites, possibilidades e potencialidades daquela que se constituiu em pouco mais de meia década, na base social da economia da região Oeste de Santa Catarina, a agricultura familiar diversificada e dinamicamente inserida ao mercado. O fio condutor dessa análise foi a trajetória social e econômica das famílias de agricultores que vivem no espaço rural de Santa Catarina, em especial, no Oeste, sobretudo as transformações ocorridas no mundo do trabalho rural.

Partiu-se da constatação que a agricultura familiar estabelecida nesta região, construiu ao longo de sua história, bases sólidas que permitiram estabelecer uma complexa rede de relações, fortalecendo o tecido social e estabelecendo uma vitalidade dinamizadora de seu espaço rural. Neste sentido, no Capítulo I discutiu-se à luz do conceito de agricultura familiar, sua importância, sua valorização e seus novos atributos num mundo de constantes e rápidas transformações. As características da organização da produção familiar levaram à interação com a noção de capital social, tendo como propósito ampliar a análise para o campo dos ativos e dos recursos de difícil mensuração, mas que são vitais para o alcance das novas possibilidades emergentes, demonstrando a contribuição desta noção para a economia e, em especial, para o desenvolvimento econômico.

O resgate histórico do processo de constituição e transformação dessa categoria social a partir da colonização da região no início do século passado, teve o mérito de proporcionar uma melhor compreensão das transformações sociais e econômicas ainda em curso e que dizem respeito à população rural que vive nesta região, já que a compreensão de um determinado momento depende do desvelamento de fenômenos prévios que, embora não determinem o resultado histórico, o condicionam de forma significativa. Esta caminhada permitiu conhecer o processo que conformou a diferenciação social das famílias rurais da região, a qual termina por sintetizar as contradições do desenvolvimento capitalista e de um modelo agrícola desigual e excludente. O resultado concreto se expressa no aumento da pobreza da população do campo e indica a dificuldade de viabilização econômica e reprodução social a partir de sua ocupação restrita a atividades essencialmente agrícolas.

Esta questão nos remeteu para o Capítulo II do trabalho, aonde se discutiu, à luz da noção de pluriatividade, as novas funções, os novos espaços de inserção produtiva e as novas relações de trabalho, emergentes no meio rural catarinense. O estudo das transformações das ocupações rurais da população economicamente ativa mostrou, por um lado, o decréscimo das ocupações em atividades agrícolas, dentro de uma tendência de crescimento do desemprego estrutural e, por outro, o crescimento da ocupação das pessoas que moram no meio rural em atividades não-agrícolas, especialmente nos ramos da indústria, da construção civil e de serviços. Contudo, como demonstram diversos estudos, essa ampliação das oportunidades de trabalho, normalmente, não se dão no próprio meio rural, o que significa que não contribuem de maneira efetiva para o desenvolvimento das comunidades rurais onde residem. Mesmo assim, a relevância do processo de diversificação produtiva no espaço rural catarinense está no papel complementar à agricultura enquanto importante atividade econômica para geração de postos de trabalho para a população rural.

A partir do Capítulo III, voltou-se novamente o foco da análise para a região objeto desse estudo, o Oeste rural de Santa Catarina. A discussão feita nos dois primeiros capítulos permitiu uma melhor compreensão da evolução e da atual situação da agricultura familiar e da economia regional como um todo. Analisa-se, então, com mais profundidade, a dinâmica demográfica regional, as mudanças na estrutura fundiária, as ocupações das pessoas que vivem no meio rural, o processo de envelhecimento e masculinização, a queda da renda do agricultor familiar e a subocupação dos componentes do núcleo familiar, especialmente das categorias mais descapitalizadas e excluídas das principais atividades que compõem a economia regional.

As informações dão conta de um continuado e acelerado processo de exclusão e de êxodo das famílias do espaço rural da região Oeste de Santa Catarina, especialmente dos jovens filhos (as) de agricultores. Os severos limites impostos à reprodução social da forma familiar de produção, dominante na região, pelo bloqueio fundiário, pelas barreiras de entrada comercial nas *commodities* agroindustriais com maior valor agregado, pela queda da renda e da capacidade de ocupação do potencial de trabalho disponível na agricultura familiar da região, são indicadores da crise regional e dão sinais da urgente necessidade de se pensar num amplo projeto de desenvolvimento para todo o território do Oeste catarinense, com a participação do Poder Público Estadual e Municipal e da sociedade local.

As constatações das mudanças em curso na economia agrícola da região, a severidade da crise e do processo de exclusão, a potencialidade dos recursos locais, remetem à discussão da necessidade de se repensar o desenvolvimento, enquanto possibilidade de crescimento econômico com inclusão social e respeito ao meio ambiente. Isso vem exigir uma nova visão de desenvolvimento territorial e implica em mudanças nas diretrizes das atuais políticas públicas. Também, a partir da crise vivida, surgem movimentos de reconstrução social com o intuito de superar os principais problemas vividos pela sociedade local e buscar caminhos alternativos possíveis de serem trilhados na busca por um desenvolvimento pleno. As diversas manifestações ativas de capital social, a emergência recente de um novo ambiente institucional, a visão de atores sociais locais e as experiências concretas e inovadoras que vem surgindo na região Oeste do Estado são retratadas nos dois últimos capítulos.

As possibilidades para o desenvolvimento do Oeste catarinense, discutidas no Capítulo IV, incluem estratégias fundamentais que permitam construir as bases para a “cidadania” no campo, através de investimentos em educação, saúde, infra-estrutura social, comunitária e melhoria nas condições de moradia, o que, por sua vez, exige mudar a atual estrutura da posse e distribuição da terra; aproveitar o grande potencial e as capacidades dos jovens que demonstram o desejo de continuar no meio rural e na agricultura; e criar novas oportunidades agrícolas e não-agrícolas nas comunidades ou núcleos rurais. Os desafios impostos aos agricultores familiares para ampliar as oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas na região Oeste do Estado dão indicativos dos limites para uma política que vise, ao mesmo tempo, largo alcance social e retornos de curto prazo, visto a iminente situação de exclusão e pobreza rural.

A alternativa de reorganização produtiva, de agregação de valor e de inserção aos mercados através da formação de pequenas agroindústrias rurais, associativas e descentralizadas espacialmente, é discutida no Capítulo V. A proposta para a construção de um novo modelo para industrialização das principais *commodities* regionais, como estratégia para geração de postos de trabalho e renda, passa necessariamente pela implementação de um projeto articulado regionalmente. É necessária uma ação de cooperação interinstitucional, evitando desperdício de esforços em atuações paralelas e concorrentes. A riqueza e o potencial das iniciativas demanda ações políticas do Poder Público, investindo na criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empreendimentos dessa natureza.

A trama espacial rural e a agricultura familiar, como base social da economia agropecuária, dão os contornos da região Oeste de Santa Catarina. Mas, em que pese a inegável relevância dos agricultores familiares para a economia regional, a ampliação do círculo social dos participantes fortalecerá as ações para que se alcance o desenvolvimento desse território. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Portanto, ainda que a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de ocupação e geração de renda em áreas rurais – caso do Oeste Catarinense – há crescente evidência de que os domicílios rurais vêm desenvolvendo atividades econômicas múltiplas. Assim, a abordagem territorial do desenvolvimento apresenta-se como a mais adequada, já que ela supõe a ampliação das oportunidades de escolha por parte dos indivíduos, isto é, o alargamento das possibilidades de geração de renda além da atividade estritamente agrícola, o que não significa que a agricultura familiar não deva ser a base articuladora do desenvolvimento rural. A meu ver, não se pode conceber o futuro das áreas rurais sem considerar o papel da agricultura na gestão destes espaços.

O desafio que se coloca para a sociedade de forma geral e o serviço público em particular, é desenvolver ações para alcançar o desenvolvimento territorial, no sentido da solução dos problemas e das necessidades sociais dos beneficiários, as quais devem estar sincronizadas com as oportunidades locais, ao mesmo tempo, que decorre da participação efetiva e organização dos atores sociais na construção de uma sociedade mais justa e equânime. É imperativo criar as condições para que a população rural possa alcançar os níveis de vida – econômicos, políticos, sociais e culturais – parecidos aos que têm os habitantes urbanos. O Estado assume papel relevante, como agente facilitador na construção social do desenvolvimento, oportunizando a participação da população local, a criação de mecanismos institucionais específicos, o equilíbrio das forças exercidas pelos diferentes interesses e o compromisso com a qualidade de vida da população afetada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec/Unicamp, 1992. 275 p.
- ABRAMOVAY, R.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L.; FRANCISCO, V.L.F.S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, v.43, t.2, pp. 67-88, 1996.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, nº 2, pp. 73-78, 1997.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 104 p.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, nº 1, pp. 132-152, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, R. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. In: Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, II. **Anais...** São Luís, MA, pp. 34-43, dez. 1999.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, nº 2, pp. 379-397, abr/jun. 2000a.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000b. (texto para discussão nº 702).
- ALVES, E.; LOPES, M.; CONTINI, E. O empobrecimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Ano VIII, nº 03, pp. 5-19, jul-set. 1999.
- ANDERSON, D. & LEISERSON, M. Rural nonfarm employment in developing countries. **Economic Development and Cultural Change**, v. 28, nº 2, january 1980.
- ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS. **La pluriactivité dans les familles agricoles**. Paris, ARF Editions, 1984.
- ARKLETON TRUST. **Adaptation des Ménages Agricoles en Europe Occidentale** : Rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Ménages Agricoles. Luxembourg, Commission Européenne, 1992.
- ARNALTE ALEGRE, E. Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación. In: GÓMEZ BENITO, C. & GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, J. J. (eds). **Agricultura y sociedad en la España contemporánea**. Madrid: CIS/MAPA, pp. 501-531. 1997.
- ARNALTE ALEGRE, E. La problemática rural en el Sur de Europa : líneas de análisis y temas de debate. **Journées D'Etudes - "Les territoires ruraux en Europe: questions de recherche"**. Centre d'Etudes et de Recherches Internationales. Paris, 30-31 octobre 1998.
- ARROW, K. **The limits of organization**. New York: W.W. Norton & Co., 1974.
- BACCARIN, J. G. & SOUZA, J. G. A (pequena) importância da "pluriatividade" em uma região de pequena agricultura diversificada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, **Anais...** Passo Fundo, RS: SOBER, 2002. (CD-ROM)

- BAGNASCO, A. Le Developpement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.). **Quelles villes, pour quel developpement?** Paris, PUF, pp. 191-213, 1996.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Brasília: IPEA, 1999. (texto para discussão nº 630)
- BAPTISTA, F. O. **Famílias e explorações agrícolas:** notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul. Trabalho apresentado no IV CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Concepción, Chile, 1994. 27 p. (impresso)
- BAPTISTA, F. O. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (orgs). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro.** Uberlândia, MG, pp. 45-73, 1997.
- BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** Campinas, SP: UNICAMP, 1992. Tese (Doutorado em Economia).
- BELIK, W. **Muito além da porteira:** mudanças na formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. 147 p. (Tese de livre docência).
- BENKO, G. & LIPIETZ, A. **Las regiones que ganan:** distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica. València: Ed. Alfons El Magnànim, 1994, 400 p.
- BONANNO, A. Changes, crisis, and restructuring in Western Europe: the new dimensions of agriculture. **Agriculture and Human Values.** Florida, v.6, nº 1/2, pp. 2-10, winter-spring, 1989.
- BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (orgs). **Escritos de Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 250 p.
- BOYER, R. **A teoria da regulação.** Rio de Janeiro: Nobel, 1990.
- CALLON, M. The Sociology of an Actor-network: the Case of the Electric Vehicle. In: CALLON, M.; LAW, J. & RIP, A. (eds). **Mapping the Dynamics of Science and Tecnology. Sociology of Science in the Real World.** London, The Macmillan Press, 1986.
- CALLON, M. Techno-economic Networks and Irreveribility. In: LAW, J. (ed) **A Sociology of Monsters? Essays on Power, Technology and Domination.** London: Sociological Review Monograph, 38, pp. 133-162, 1991.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (eds). **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, v. 4, pp. 61-91, 2000a.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Brasília, DF., vol.17, nº 1, pp. 11-40, jan./abril 2000b.
- CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai:** relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1987. 370 p. (Dissertação de Mestrado).
- CARIO, S. A. F. **Conglomeração de capitais e empresariado:** dinâmica capitalista, valores e posições de classe. Florianópolis, UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado).
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.11, nº 32, pp. 89-105, Outubro 1996.

- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, **Anais...** Natal: SOBER, pp. 147-185, 1997.
- CARNEIRO, M. J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (eds). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna-SP: EMBRAPA Meio Ambiente/UNICAMP, v. 4, pp. 117-149, 2000.
- CAZELLA, A. A. & ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 13, pp. 46-69, Outubro 1999.
- CEPAL. **Desarrollo rural sin jóvenes?** Santiago do Chile, 1995. 23 p. (impresso)
- CHANG, H-J. **El papel del Estado en la economía**. México: Ariel Sociedad Económica. 1996. 214 p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925)1974.
- COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, (94) (supplement), pp. 95-120, 1988.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **A Situação da Agricultura na Comunidade**. Relatório 1992. Bruxelas, Luxemburgo, 1993.
- CONCEIÇÃO, O. A. **A pequena agroindústria familiar e sua necessidade de informação: estudo de caso em micro e pequenos empreendimentos rurais**. Florianópolis, Instituto CEPA/SC, 2002. 38p.
- CUNHA, I. J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 169 p.
- CUNHA, I. J. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296 p. (Série Economia; v. 1)
- DALL’ALBA, J. L. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Porto Alegre-Florianópolis: Lunardelli, 1983. 182 p.
- DE JANVRY, A.; SADOULET, E.; WILCOX YOUNG, L. Land and labour in Latin American agriculture from the 1950 to the 1980. **The Journal of Peasant Studies**, v. 16, nº 3, 1989.
- DELGADO, G. & CARDOSO JR, J. C. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.
- DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil: 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (eds). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna,SP: EMBRAPA Meio Ambiente, v. 1, pp. 67-78, 2000a.
- DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. **Ocupação e renda nas famílias rurais: Brasil, 1992-98**. 2000b (texto apresentado no seminário “Desafios da pobreza rural no Brasil”, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000).

- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; PEREIRA, C. F.; CAMPANHOLA, C. Diferencial de renda entre ocupações no meio rural Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, **Anais...** Recife, 2001 (CD-ROM).
- DIAS, G. L. S. & AMARAL, C. M. **Cambios estructurales em la agricultura brasileira: 1980-1998.** 2ª versão revisada. 1999. 39 p. (impresso)
- DIRVEN, M. Empleo rural, grupos etarios y género. In: ORNAS, Ocupações rurais não-agrícolas. Oficina de atualização temática. **Anais...** Londrina: IAPAR, pp. 55-65, 2000.
- DORIGON, C.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. A construção social de um projeto de desenvolvimento regional: possibilidades e limites. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, **Anais...** Rio de Janeiro, 2000 (CD-ROM).
- DOSI, G. **Technical Change and Industrial Transformation.** Londres, Macmillan, 1984.
- DOSI, G. Sources, procedures and microeconomic effects of innovation. **Journal of economic literature**, Nashville/Tn: American Economic Association, v. 26, nº 3, pp. 1120-1171, setembro 1988.
- DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. **Technical Change and Economic Theory.** Londres, Pinter Publishers, 1988. 646 p.
- DURSTON, J. Construendo capital social comunitario. **Revista de la Cepal**, nº 69, pp. 103-118. Santiago de Chile, Cepal, diciembre 1999.
- ECHVERRÍA, R. G. Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe. **Revista de la Cepal**, nº 70, pp. 147-160. Santiago do Chile, Cepal, abril 2000.
- EPAGRI. **Programa catarinense da indústria rural de pequeno porte – Proind.** Florianópolis, 1996. 11 p.
- EPAGRI. **Censos municipais.** Concórdia: EPAGRI/INSTITUTO CEPA/SC, 1999. (impresso)
- EPAGRI. I Seminário Macrorregional da Atividade Leiteira. **Anais...** Chapecó, SC: EPAGRI, 2000. (no prelo)
- ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999. 266 p.
- EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, 24 (6), pp. 1119-1132, 1996a.
- EVANS, P. El estado como problema y como solución. **Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales** (Buenos Aires), vol. 35, nº 140, pp. 529-562, enero-marzo 1996b.
- FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 308 p.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1994. 24 p.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, 1996.
- FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000. 74p.
- FARIA, V. E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. de (orgs). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, pp. 118-163, 1983.

- FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, Cebrap, v. 29, pp. 98-119, março 1991.
- FAVEREAU, O. Règle, organisation et apprentissage collectif: un paradigme non standard pour trois théories hétérodoxes. In: ORLEAN, A. (ed.) **Analyse économique des conventions**. Paris: Presse Universitaires de France, pp. 113-137, 1994.
- FERREIRA Fº, J. B. S. Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. **Revista de Economia Política**, vol. 18, nº 4 (72), pp. 84-95, out/dez. 1998.
- FITOUSSI, J. P. & ROSANVALLON, P. **Le nouvel age des inégalités**. Paris: Seuil, 1996.
- FONTANA, A. F. X. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FRANKLIN, S. H. **The European Peasantry: the final phase**. London, Methuen, 1969.
- FULLER, A. M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in Rural Sociology and Development**, Connecticut, Jai Press, 1984.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, nº 4, pp. 361-373, 1990.
- GAMA, A. Indústria e produção de um espaço periurbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal, nº 22, pp. 33-54, 1987.
- GAROFOLI, G. **Rural development and diffuse industrialisation: learning from Italian experience**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO. Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997.
- GASSON, R. Farmer's wives: their contribution to the farm business. **Journal of Agricultural Economics**, 43(1), pp. 74-110, 1992.
- GASSON, R. & ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993. 290 p.
- GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, pp. 154-176, 1994.
- GERMER, C. **A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola**. Texto apresentado no SEMINÁRIO DE ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1996.
- GIESE, B. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influências (1970 a 1980)**. Florianópolis: UFSC, 1991, 178 p. (Dissertação de Mestrado).
- GOMES DA SILVA, A. & VERAS, E. C. A heterogeneidade da dinâmica das ocupações no rural do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, **Anais...** Recife, Pe: SOBER, 2001.
- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. **The international farm crisis**. London, The Macmillan Press, 1989. 296 p.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v.78, n.6, pp. 1360-1380, 1973.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91(3), pp. 481-510, 1985.

- GRANOVETTER, M. Les institutions économiques comme constructions sociales: un cadre d'analyse. In: ORLEAN, A. (ed.) **Analyse économique des conventions**. Paris: Presse Universitaires de France, pp. 79-94, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Mas, qual reforma agrária? **Revista Reforma Agrária**, Campinas, SP, ABRA, 17 (1), pp. 11-69, abr./jul. 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, **Anais...** Curitiba: SOBER, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996. 217 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2ª ed. rev. 1999. 152 p. (Coleção Pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, nº 43, pp. 37-50, 2001.
- GRUPO DE BRUGES. Qué agricultura queremos para Europa? **Agricultura y Sociedad**, nº 79, pp. 229-236, Abril-Junio 1996.
- GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola, 1993.
- HAUGEN, M. S. Female Farmers in Norwegian Agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. XXX, nº 2, pp. 197-209, 1990.
- HERVIEU, B. L'Agriculture en ruptures. **Alternatives Economiques**, Paris, nº 90, pp. 28-30, dec. 1990.
- HERVIEU, B. **Les champs du futur**. Paris: Ed. François Bouvin, 1993.
- HERVIEU, B. Agricultura e desenvolvimento rural: a necessária convergência. **LEADER Magazine**. Bruxelles, 1997.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven, Yale University Press, 1958.
- HIRSCHMAN, A. O. Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: vol. 25, nº 91, pp. 5-24, 1982.
- HIRSCHMAN, A. O. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOFFMANN, R. A desigualdade da distribuição da posse da terra e o desenvolvimento humano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, **Anais...** Recife: SOBER, agosto de 2001.
- HOMEM DE MELO, F. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, vol. 10, nº 3 (39), pp. 22-30, jul/set.1990.

- HOMEM DE MELO, F. Os efeitos negativos da política cambial sobre a agricultura brasileira. **Economia Aplicada**, vol. 3, nº especial, pp. 35-46, 1999.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1985** - Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1970** - Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª edição, julho de 1971.
- IBGE. **Censo Demográfico 1991: mão-de-obra** - Santa Catarina, nº 23. Rio de Janeiro, 1996.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996** - Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 1993**. Florianópolis, 1994. 183 p.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 1997**. Florianópolis, 1998. 154 p.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2000-2001**. Florianópolis, 2001. 248 p.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina: 2000-2001**. Florianópolis, 2002. 31 p.
- IPEA-IBGE-NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 3; 2 volumes).
- JARA, C. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**. 1999. (texto apresentado no II Fórum CONTAG de cooperação técnica).
- JEAN, B. La lutte au dépeuplement rural: la ruralité face au défi démographique. **Rebâtir les campagnes**, Trois-Pistoles, 1997.
- KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13, pp. 55-72, 1989/90.
- KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. *et al.* (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, pp. 112-223, 1990. (Série IPEA, nº 127)
- KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, nº 3, pp. 5-17, 1993.
- KAGEYAMA, A. **O subemprego agrícola nos anos 90**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, março 1997. 16 p. (Texto para Discussão, nº 57)
- KAGEYAMA, A. & HOFFMANN, R. Determinantes da renda e pobreza das famílias agrícolas no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, **Anais...** Rio de Janeiro, 2000 (CD-ROM).
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, (1899)1980.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago de Chile: PREALC/OIT, 1992. (Documento de Trabajo, 364)
- KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 92 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 64).

- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la Cepal**, nº 69, pp. 85-101. Santiago de Chile, Cepal, diciembre 1999.
- KNACK, S. **Social capital, growth, and poverty: a survey of cross country evidence.** Social Capital Initiative, World Bank. Working Paper nº 7, 1999.
- LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional.** 1. Uma realidade multiforme; 2. Do mito à realidade. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993 e 1998.
- LATOUR, B. **The Powers of Association. A New Sociology of Knowledge?** Edit by John Law. Routledge & Kegan Paul. 1986.
- LAURENTI, A. C. & DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (eds). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional.** Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, v. 1, pp. 15-66, 2000.
- LE HERON, R.; ROCHE, M.; JOHNSTON, T. Pluriactivity in New Zeland Agriculture in the 1980s – a benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems. **Geoforum**, v.25, nº 2, pp.155-172, 1994.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, (1899) 1982.
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres.** Rio de Janeiro: Nobel, 1988.
- LOURENÇO, G. M. A previsão de queda do emprego no campo. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES. 11-12 (17), pp. 1-48, 1995.
- MACKINNON, J. M. *et al.* Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in Western Europe. **Sociologia Ruralis**, v. 31, nº 1, pp. 59-71, 1991.
- MAGALHÃES, M. V.; KLEINKE, M. DE L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Análise demográfica da região sul. In: PACHECO, C. A. & PATARRA, N. (org). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP. IE, pp. 445-540, 2000. (Coleção Pesquisas, 4).
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, v. 32, nº 2-3, 1992.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v.11, nº 3, pp. 285-296, 1995.
- MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G. & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, SP: Caetes/Hucitec, pp. 59-80, 1987.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, IPEA, nº 3, pp. 3-44, Junho 1990.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: IPEA, 1994. 46 p. (texto para discussão nº 329).
- MASSI, J. **Diagnóstico da cooperação agrícola na região Oeste de Santa Catarina.** Chapecó, SC: UNOESC, 2000. 285 p. (impresso).

- MATTEI, L. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense.** Florianópolis, SC, 1997, 18p. (texto apresentado no Seminário Estadual “Um Novo Serviço Público para a Agricultura Familiar”)
- MATTEI, L. A dinâmica da agropecuária catarinense: o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996. **Caderno Idéias & Ações.** Florianópolis, SC: CEPAGRO, Ano II, nº 6, 1998. 60 p.
- MATTEI, L. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina.** Campinas, SP: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999. 211 p. Tese (Doutorado em Economia)
- MATTOSO, J. & BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, v. 18, n.1, pp. 13-40, 1997.
- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva,** v. 11, nº 2, pp. 65-72, 1997.
- MEDEIROS, L. & LEITE, S. (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas.** Florianópolis, SC: UFSC, 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas).
- MELLO, M. A.; DORIGON, C.; SILVESTRO, M. L. Produção leiteira e agricultura familiar: os caminhos diversos para o desenvolvimento regional. **In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, Anais...** Rio de Janeiro, 2000 (CD-ROM).
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENDRAS, H. **La fin des paysans: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après.** Arles, Actes Sud, 1984. 437 p.
- MDA/CNDRS. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.** 3ª versão, 04 de dezembro de 2002 (capturado na internet: [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br), em 20/12/2002).
- MIOR, L. C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992. 401 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola).
- MONASTERIO, L. M. **Capital social e crescimento econômico: mecanismos.** 2001. 15 p. (impresso)
- MONTEIRO, M. J. C. Trinta anos de queda. **Agroanalysis,** v. 18, nº 2, pp. 26-27, fev. 1998.
- MONTEIRO, M. J. C. Terra sem promessas. **Agroanalysis,** v. 19, nº 4, pp. 17-18, abr. 1999.
- MOYANO ESTRADA, E. (coord.) **Por un cambio necesario en la agricultura europea.** Grupo de Bruges/MAPA, Madrid, 1997.
- MUNTING, R. Outside earnings in the Russian peasant farm: the case of Tula Province 1900 to 1917. **The journal of peasant studies,** v.3, nº 4, pp. 428-446, july 1976.
- NARAYAN, D. & PRITCHETT, L. **Cents and sociability. Household income and social capital in rural Tanzania.** Washington: D.C., Banco Mundial. 1997.

- NASCIMENTO, H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão Baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente.** Campinas: UNICAMP, 2000. 121 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente).
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, v. 25, nº 2 e 3, pp. 21-36. Campinas, SP:ABRA, mai/dez. 1995.
- NIKOLITCH, R. Family-operated farms: their compatibility with technological advance. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 51, nº 3, pp. 530-545, 1969.
- OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, V. J. & COX, J. The agricultural work force of 1987 – a statistical profile. United States Department of Agriculture, Economic Research Service. **Agricultural Economic Report**, nº 609, 1989.
- OLSON JR., M. **The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities.** New Haven, Yale University Press, 1982.
- PACHECO, C. A. & PATARRA, N. (orgs). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2000. (Coleção Pesquisas, 4).
- PARLAMENTO EUROPEO. **El desarrollo rural: políticas aplicadas, situación actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo.** Dirección General de Estudios (Serie Agricultura, Montes y Desarrollo Rural), Documento de Trabajo, 1998.
- PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184 p.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa.** Florianópolis: UFSC, nº 21, pp. 1-17, junho 2000.
- PEREZ, C. & SOETE, L. Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G. & SOETE, L. **Technical Change and Economic Theory.** Londres, Pinter Publishers, pp. 458-479, 1988. 646 p.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Economia).
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260 p.
- PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. Florianópolis:EPAGRI. **Agropecuária Catarinense**, v.10, nº 4, pp. 8-13, dez. 1997.
- PRIM, L. F. **Agricultura de grupo e o projeto camponês: avanços e limites da construção da cidadania. O movimento da cooperação agrícola no Oeste catarinense.** Florianópolis: UFSC, 1996. 155 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política).
- RAMOS, P. Agricultura e (Sub) desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. **Revista Reforma Agrária**, vol. 28, nºs. 1/2/3, jan./dez. e vol. 29, nº 1, jan./ago. Campinas: ABRA, 1998/1999.

- RAMOS, P. Propriedade, Estrutura Fundiária e Desenvolvimento (Rural). **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, Outubro 2001, 23 p. (Coleção Documentos, nº 11, Série Economia).
- RANGEL, I. A história da dualidade Brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 1, nº 4, pp. 5-34, out./dez. 1981.
- RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 276 p.
- REARDON, T.; CRUZ, M. E.; BERDEGUÉ, J. **Los pobres em el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. In: Tercer Simposio Latinoamericano de Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios. Lima, Perú, 19-21 agosto de 1998.
- REDFIELD, R. **Peasant society and culture**. Phoenix Books. The University of Chicago Press, Chicago. 1960.
- REINHARDT, N. & BARLETT, P. The persistence of family farms in United States agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 29, nº 3 e 4, pp. 203-225, 1989.
- REIS, J. Os espaços da industrialização: notas sobre a regulação macro-econômica e o nível local. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.22, pp. 13-31, 1987.
- REIS, J; TOLDA, J; COELHO, L. A diferenciação das economias: visões dos últimos 20 anos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº 52/53, pp. 119-139, nov. 1998/ fev. 1999.
- RENK, A. & CABRAL JR, V. A. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste catarinense. In: Encontro Anual da ANPOCS, XXIV. **Anais...** Caxambu, MG, 2000.
- REQUIER-DESJARDINS, D. **On some contributions on the definitions and relevance of social capital**. January 2000. 20 p. (impresso)
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.
- ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 105-136, 1994.
- ROSSETO, S. Síntese histórica da região Oeste. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, SC: FUNDESTE, v. 4, nº 1-2, 1989.
- SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas, RS: Editora Universitária, 1995.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476 p.
- SARACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**, v. 21, pp. 451-474, 1994.
- SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala européia. Programa de Seminários INEA sobre DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS. Roma, 30 de outubro de 1996. 9 p. (impresso) Tradução de Angela Kageyama.

- SCHJEJTMAN, A. Las dimensiones urbanas en el desarrollo rural. **Revista de la Cepal**, nº 67, pp. 15-32, Santiago de Chile: Cepal, abril 1999.
- SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999a.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1999b. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia).
- SCHNEIDER, S. & RADOMSKY, G. W. Agricultura e emprego rural na década de 1990 no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, **Anais...** Passo Fundo, RS, 2002 (CD-ROM).
- SCOTT, A. **Regions and world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. Oxford University, 1998.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERALGEDIN, I. & GROOTAERT, C. Defining social capital: an integrating view. In: DASGUPTA, P.; SERALGEDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington, D.C: World Bank, pp. 40-58. 2000.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).
- SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Lecturas, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SHUCKSMITH, M. & SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity. **Journal of Agricultural Economics**, Ashford, UK., v.42, nº3, pp. 340-353. 1991.
- SILVA, J. B. & GILES, A. **Pronaf agroindústria: documento referencial**. Brasília: MA/SDR, 1998. 48 p. (impresso)
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1995. 349 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola).
- SILVESTRO, M. L.; DE NADAL, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do Oeste catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, **Anais...** Rio de Janeiro, 2000 (CD-ROM).
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 124 p.
- SMELSER, N. & SWEDBERG, R. (eds). **The handbook of economic sociology**. New Jersey: Princeton University, 1994.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

- SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Campinas: UNICAMP, 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola)
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (orgs). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- TAGLIARI, P. S. A agroindústria artesanal: uma conquista da dignidade e do valor da pequena agricultura familiar. Florianópolis: EPAGRI. **Agropecuária Catarinense**, v. 10, nº 4, pp. 30-37, dez. 1997.
- TANZI, V. **Os determinantes fundamentais da desigualdade e o papel do Governo**. Brasília: CNDRS, 1998. (“www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=65”)
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. 182 p.
- TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture**. Paris: Armand Colin, 1973.
- TESTA, V. M.; NADAL, R. DE; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense (proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.
- TESTA, V. M.; MELLO, M. A; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste catarinense**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 2002. (no prelo)
- TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis, SC, INSTITUTO CEP/SC, 2002. 64 p.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991. 219 p.
- VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrária. In: LEITE, P. S. *et alii* (orgs.), **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/NEAD/MDA, pp. 19-35, 2000. 382 p.
- VEIGA, J. E. *et alii*. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: convênio FIPE – IICA (MDA-CNDRS/NEAD), agosto 2001. (série textos para discussão, 1)
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, nº 43, pp. 101-119, 2001.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. 2001a, 21p. (www.fea.usp/professores/zeeli, em 07/10/2001).
- VIANNA DE SOUZA, M. F. **Os reideiros da soja: estudos de caso sobre as estratégias de reprodução camponesa nos pequenos arrendamentos no Oeste do Rio Grande do Sul**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992. (Dissertação de Mestrado)
- VICTORA, C. G. & BLANK, N. Mortalidade infantil e estrutura agrária no Rio Grande do Sul. **Reforma Agrária**, Ano X, nº 6, pp. 24-46, nov/dez. 1980.
- VIEIRA Fº, A. **As raízes da industrialização – grupos empresariais catarinenses: origem e evolução**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986. 203 p.

- VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**, ano VII, nº 1, pp. 11-23, jan-fev-mar. 1998.
- WANDERLEY, M. DE N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, v. 25, nº 2 e 3, pp. 37-57. Campinas: ABRA, mai/dez. 1995.
- WANDERLEY, M. DE N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG: ANPOCS, pp. 1-16, 1996.
- WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. **Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano**. In: XL CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Passo Fundo: 28 a 31 de julho, 2002 (CD-ROM).
- WEBER, M. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. 1237 p.
- WEIMER, G. As profissões dos imigrantes alemães do século XIX. In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. São Leopoldo: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, 1976.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, nº 62, pp. 75-90, agosto 1997.
- WILKINSON, J. Integração regional e o setor agroalimentar nos países do mercosul: a produção familiar na encruzilhada. **Ensaios FEE**, Porto Alegre (17)1: 155-184, 1996a.
- WILKINSON, J. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. **Políticas Agrícolas**, México, v. 2, nº 1, pp. 101-135, 1996b.
- WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagem teórica e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 8, pp. 25-49, abril 1997.
- WILKINSON, J. **Novos conhecimentos e capacidades para inserção econômica da agricultura familiar**. Brasília, 2001. (impresso)
- WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, (1966) 1984.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Série Antropologia**. Brasília: UNB, 1988.